

ANISTIA

INTERNACIONAL

INFORME 2015/16

**O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS
NO MUNDO**



**ANISTIA
INTERNACIONAL**



ANISTIA INTERNACIONAL

A Anistia Internacional é um movimento global de mais de 7 milhões de pessoas que se mobilizam para criar um mundo em que os direitos humanos sejam desfrutados por todos. Nossa missão é que todas as pessoas tenham acesso aos direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outras normas internacionais pertinentes.

O trabalho da Anistia Internacional é desenvolver pesquisas e campanhas de mobilização para prevenir e pôr fim às violações dos direitos civis, políticos, sociais, culturais e econômicos. Desde a liberdade de expressão e de associação até a integridade física e mental, e desde a proteção contra a discriminação até o direito à moradia – esses direitos formam um todo indivisível.

A Anistia Internacional é financiada, sobretudo, por seus membros e por doações privadas. Fundos governamentais não são aceitos para investigar ou fazer campanhas contra abusos de direitos humanos. Somos independentes de quaisquer governos, ideologias políticas, interesses econômicos ou religiões. A Anistia Internacional é um movimento democrático cujas decisões políticas mais importantes são tomadas por representantes de todas as seções nacionais durante as assembleias do Conselho Internacional, que se reúne a cada dois anos. Acesse o nosso site para mais informações – anistia.org.br.

Publicado originalmente em 2016
Amnesty International Ltd, Peter
Benenson House, 1 Easton Street,
Londres WC1X 0DW, Reino Unido

© Amnesty International 2016

Índice: POL 10/2552/2016

Idioma original: Inglês

Tradução: Anistia Internacional
Brasil

ISBN: 978-0-86210-492-4

Anistia Internacional Brasil

Praça São Salvador, 5-Casa,
Laranjeiras, CEP 22.231-170,
Rio de Janeiro - RJ

email: contato@anistia.org.br

anistia.org.br

Grafitto Gráfica e Editora Ltda

Rua Costa Lobo, 352 - Benfica,
CEP 20911-180, Rio de Janeiro -
RJ

A menos que indicado o
contrário, o conteúdo deste
documento é disponibilizado de
acordo com uma licença Creative
Commons (Atribuição-
NãoComercial-SemDerivação 4.0
Internacional).

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

Para mais informações, visite a
página de permissões em nosso
site: www.amnesty.org

Este relatório documenta o
trabalho e as preocupações da
Anistia Internacional no ano de
2015. A ausência de uma seção
sobre algum país ou território
neste relatório não significa que
nesse local não tenham ocorrido
violações de direitos humanos
que preocupem a Anistia
Internacional. Tampouco a
extensão de uma determinada
seção deve servir de base para
que se compare a dimensão e a
gravidade das preocupações da
Anistia Internacional em algum
país.

ANISTIA

INTERNACIONAL

INFORME 2015/16

O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO



ÍNDICE

INFORME ANUAL 2015/16

ABREVIATURAS	vii
INTRODUÇÃO	10
PANORAMA REGIONAL: ÁFRICA	15
PANORAMA REGIONAL: AMÉRICAS	24
PANORAMA REGIONAL: ÁSIA E OCEANIA	33
PANORAMA REGIONAL: EUROPA E ÁSIA CENTRAL	41
PANORAMA REGIONAL: ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA	50
AFEGANISTÃO	60
ÁFRICA DO SUL	64
ALEMANHA	69
ANGOLA	71
ARÁBIA SAUDITA	73
ARGENTINA	78
BOLÍVIA	80
BRASIL	82
CANADÁ	86
CATAR	88
CHILE	90
CHINA	92
COLÔMBIA	98
COREIA DO NORTE	103
CUBA	106
EGITO	108
EL SALVADOR	113
EQUADOR	115
ESPAÑA	117
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	120
FRANÇA	125
GRÉCIA	128
HAITI	131
HUNGRIA	133
IÊMEN	135
ÍNDIA	139
INDONÉSIA	144
IRÃ	148
IRAQUE	153
IRLANDA	158
ISRAEL E TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS	160
ITÁLIA	164
JAPÃO	168

MÉXICO	169
MIANMAR	174
MOÇAMBIQUE	178
NICARÁGUA	179
NIGÉRIA	181
PALESTINA	185
PAQUISTÃO	188
PARAGUAI	192
PERU	194
PORTUGAL	196
REINO UNIDO	197
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	201
RÚSSIA	205
SÍRIA	210
SUDÃO DO SUL	216
TIMOR-LESTE	220
TURQUIA	221
UCRÂNIA	226
URUGUAI	231
VENEZUELA	232

ABREVIATURAS

ACNUR, O ÓRGÃO DA ONU PARA REFUGIADOS

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

AI

Anistia Internacional

CEDAW

Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CEDEAO

Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

CERD

Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial

CIA

Agência Central de Informações dos EUA

CICV

Comitê Internacional da Cruz Vermelha

COMITÊ CEDAW

Comitê da ONU para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

COMITÊ CERD

Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial

COMITÊ EUROPEU PARA A PREVENÇÃO DA TORTURA

Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Cruéis ou Degradantes

CONVENÇÃO DA ONU CONTRA A TORTURA

Convenção da ONU contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes

CONVENÇÃO DA ONU SOBRE DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados

CONVENÇÃO DA ONU SOBRE REFUGIADOS

Convenção relativa ao Status dos Refugiados

CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS HUMANOS

Convenção [Europeia] para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais

EUA

Estados Unidos da América

FPNU

Fundo de População das Nações Unidas

LGBTI

Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais

ONG

Organização Não Governamental

OEA

Organização dos Estados Americanos

OIT

Organização Internacional do Trabalho

OMS

Organização Mundial da Saúde

ONU

Organização das Nações Unidas

OSCE

Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa

OTAN

Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIDCP

Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

PIDESC

Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos Sociais e Culturais

RELATOR ESPECIAL DA ONU SOBRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Relator especial sobre a promoção e a proteção do direito à liberdade de opinião e de expressão

RELATOR ESPECIAL DA ONU SOBRE A TORTURA

Relator especial da ONU sobre a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes

RELATOR ESPECIAL DA ONU SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Relator especial sobre a violência contra a mulher, suas causas e consequências

RELATOR ESPECIAL DA ONU SOBRE POVOS INDÍGENAS

Relator especial sobre a situação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais dos povos indígenas

SADC

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

UA

União Africana

UE

União Europeia

UNICEF

Fundo das Nações Unidas para a Infância

ANISTIA

INTERNACIONAL

INFORME 2015/16

INTRODUÇÃO E PANORAMAS REGIONAIS



INTRODUÇÃO

“O fato de estarmos vendo a eclosão de tantas novas crises sem que nenhuma das anteriores tenha sido resolvida mostra uma clara falta de capacidade e de vontade política para acabar com os conflitos, menos ainda para preveni-los. O resultado é a proliferação alarmante de incertezas e impunidade.”

António Guterres, Alto Comissariado da ONU para Refugiados

O ano passado aplicou um teste rigoroso da capacidade do sistema internacional de responder às crises e aos deslocamentos em massa de pessoas, e seu resultado mostrou que o sistema é lamentavelmente inadequado. Existem hoje mais pessoas desalojadas e em busca de refúgio em todo o mundo do que em qualquer momento desde a Segunda Guerra. Parte dessa crise se deve ao contínuo conflito armado na Síria, onde mais da metade da população já escapou de suas fronteiras ou está desalojada dentro do país. As tentativas feitas até agora para solucionar o conflito só serviram para expor as divisões que desafiam a região e o mundo.

Iniciativas multilaterais para responder ao afluxo de refugiados, como o Plano Regional para Refugiados e Resiliência da ONU, foram, nos últimos meses, confrontadas com

o real tamanho da crise e tiveram que intensificar sua coordenação no Egito, no Iraque, na Jordânia, no Líbano e na Turquia. Os governos da Europa, do Canadá e dos Estados Unidos, onde a percepção da opinião pública sobre os refugiados foi abalada pela imagem chocante mostrada pela mídia do corpo do menino sírio Alan Kurdi afogado na praia, viram-se forçados a reagir à comoção pública e aos apelos para receber os refugiados e pôr fim a essa crise.

Contudo, os conflitos e as lacunas nas respostas institucionais à crise vieram à tona, tanto entre vizinhos regionais da Síria quanto entre Estados ocidentais. Embora alguns países da região tenham aceitado grande número de refugiados sírios, muitos governos do Oriente Médio e do Norte da África, assim como de outros lugares, não se mostraram dispostos a aumentar sua quota de refugiados para níveis significativos. A divisão do ônus e da responsabilidade continuou demasiado desequilibrada e os recursos disponibilizados ficaram muito aquém das demandas de uma crise em pleno desenvolvimento. Enquanto isso, os direitos humanos de muitas famílias e indivíduos em trânsito foram violados, inclusive por meio da criminalização dos requerentes de asilo, de seu repatriamento, remoção e devolução a outros territórios, ou de várias ações tomadas pelos Estados que correspondem a uma negação do acesso ao processo de asilo.

Enquanto o mundo buscava reagir à onda de pessoas que deixava a Síria, a guerra que dilacera o país cristalizava as preocupações urgentes com a aplicação das leis internacionais humanitárias e de direitos humanos, sobre as quais a Anistia Internacional e outras organizações vem há anos alertando. O conflito sírio se tornou um exemplo da proteção inadequada de populações civis em risco e, de modo mais amplo, do fracasso sistemático das instituições em fazer valer o direito internacional.

Mesmo que alimentemos uma esperança de que as atuais iniciativas possam levar paz à Síria, a guerra que se desenrola no país há

vários anos também evidencia o ambiente de impunidade que se cria quando os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU usam seu poder de veto para impedir ações consistentes e proporcionais que visam acabar com crimes de guerra e crimes contra a humanidade, bem como para impedir a prestação de contas quando tais crimes estão sendo ou já foram cometidos. A trágica situação dos direitos humanos na Síria expôs as debilidades dos sistemas de proteção aos civis durante conflitos armados. Na crise síria e, de modo mais geral, nas ações do grupo armado que se autodenomina Estado Islâmico (EI), vemos as consequências do imprudente comércio de armas que se pratica há décadas e seu efeito mortal sobre os civis. O conflito também mostrou que muitos países fugiram da responsabilidade de proteger os refugiados enquanto brigavam por “proteção de fronteiras” e “gestão de migração”, em vez de tomar uma atitude decisiva para salvar vidas.

Ainda assim, por mais emblemática que seja, a guerra civil na Síria é apenas um dos muitos conflitos que contribuíram para a quantidade sem precedentes de refugiados, migrantes e desalojados internos em todo o mundo. Conflitos armados continuaram acontecendo em países como Afeganistão, Iraque, Líbia, Paquistão e Iêmen. Ultrapassando fronteiras, o EI exibiu um desrespeito brutal pela vida da população civil, forçando milhares de pessoas a fugir. Na África, atores estatais e não estatais cometeram sérias violações e abusos dos direitos humanos em países como Burundi, Camarões, República Centro-Africana, nordeste da Nigéria, Somália e Sudão do Sul, em alguns casos atacando civis e infraestruturas civis. Todas essas situações fizeram com que um grande número de pessoas fugisse de suas casas para se refugiar em outros lugares. Os conflitos em Israel e nos Territórios Palestinos Ocupados, assim como na Ucrânia, continuaram a tirar a vida dos civis, pois todas as partes violaram as leis internacionais humanitárias e de

direitos humanos. E enquanto o continente Americano reconhecia os avanços positivos no conflito que há décadas assola a Colômbia – mesmo que ali também a prestação de contas seja sacrificada em nome dos acordos políticos – a violência continuou a subverter os direitos humanos e as instituições em países como Brasil, México e Venezuela.

Termos chegado a um ponto tão baixo justamente quando a ONU completa 70 anos, depois de sua criação exortar as nações a se unirem para “salvar as gerações futuras do flagelo da guerra” e “reafirmar a crença nos direitos humanos fundamentais”, coloca-nos uma questão simples, mas inevitável: será o sistema de leis e instituições internacionais adequado para a urgente tarefa de proteger os direitos humanos?

No *Informe Anual* de 1977, acolhemos com agrado a primeira reunião do Comitê de Direitos Humanos da ONU, observando que se tratava de um dos “diversos acontecimentos nas Nações Unidas em áreas que importam para as preocupações de direitos humanos da Anistia Internacional”. Acrescentamos a estes acontecimentos os de áreas tais como a do combate à tortura. Nesses anos, a Anistia Internacional tem ajudado a fomentar um compromisso crítico com os sistemas de leis internacionais de direitos humanos e leis internacionais humanitárias. Entretanto, as falhas desses sistemas nunca foram tão aparentes quanto são hoje.

Dentre as diversas ameaças aos direitos humanos levantadas no relatório deste ano, destacamos dois temas relacionados. O primeiro tema que emergiu claramente no ano passado foi que o sistema internacional não foi robusto frente às dificuldades e desafios. Quando as rachaduras começaram a surgir, percebemos que era o próprio sistema internacional de proteção dos direitos humanos que precisa ser protegido.

Em 2015, várias ameaças aos mecanismos de proteção dos direitos humanos ocorreram. A prestação de contas e a proteção dos direitos humanos no âmbito regional da África e das Américas enfrentaram ameaças

internas. Os governos da África colocaram obstáculos à cooperação com o TPI, pois diziam estar fortalecendo os sistemas africanos, mesmo sem garantir que os mecanismos nacionais e regionais fizessem justiça. Os mecanismos que surgiram no Oriente Médio e no norte da África não promoveram de maneira suficiente uma visão universal dos direitos humanos. O incipiente sistema da Ásia permaneceu largamente ineficaz. Enquanto isso, o sistema europeu era ameaçado tanto pela possibilidade de perder o apoio de alguns Estados quanto pelo enorme acúmulo de casos à espera de justiça e prestação de contas.

Proteções de natureza multilateral, tais como a Convenção da ONU sobre Refugiados e a Convenção da ONU contra a Tortura, e mecanismos especializados, como os que protegem as pessoas em perigo no mar, não conseguiram evitar ou conter as crises humanitárias, nem proteger os civis contra violações graves dos direitos humanos, muito menos garantir a prestação de contas pelas atrocidades cometidas.

Ataques bárbaros contra populações de Beirute a Bamako e Yola, de Túnis a Paris e outros lugares, também levantaram questões sobre o papel da lei internacional dos direitos humanos em responder às ameaças apresentadas por atores não estatais – em particular os grupos armados violentos.

A Anistia Internacional defende que se renove o compromisso com a proteção do sistema internacional de direitos humanos. Para que esse sistema seja adequado à tarefa que deve cumprir, os Estados devem proteger o próprio sistema.

Isso deve necessariamente incluir a contenção voluntária do uso de veto pelos membros do Conselho de Segurança da ONU quando se cometem crimes de grande atrocidade; a implementação efetiva das normas de direitos humanos em todos os instrumentos das leis internacionais dos direitos humanos; respeito pela lei internacional humanitária; evitar ações que prejudiquem os sistemas de direitos humanos, como retirada de apoio ou ataques;

e adequação dos mecanismos regionais de direitos humanos às normas universais do sistema internacional.

A segunda questão imperiosa que emergiu no ano passado está bastante relacionada à primeira. Em sua origem, muitas das crises do ano que passou foram geradas pelos ressentimentos e conflitos que costumam aflorar quando os Estados suprimem brutalmente as divergências, ou quando reprimem o anseio essencial de cada pessoa de viver com dignidade e seus direitos respeitados.

Seja na crise do mar de Andamão, que, em maio, teve milhares de refugiados e migrantes à deriva sem água ou comida, seja nos assassinatos e desaparecimentos forçados de defensores dos direitos humanos que atuam para proteger o direito à terra e aos meios de subsistência na América Latina e no Caribe, nesses e em muitos outros casos a repressão brutal das divergências e a negação dos direitos básicos das pessoas – inclusive os direitos econômicos, sociais e culturais –, bem como o fato de os Estados não protegerem os direitos de todos, fazem nascer as tensões no seio das sociedades, cujas consequências, por sua vez, pressionam os sistemas internacionais de proteção além de seus limites. O exemplo mais concreto e recente da ligação entre a falência do sistema e a combinação de repressão governamental à dissidência com desproteção dos direitos humanos é a “Primavera Árabe”, que, alguns anos atrás, mudou o cenário do Oriente Médio e do norte da África.

Passada meia década de uma das mais dinâmicas demonstrações do poder popular que o mundo já viu, os governos estão usando métodos cada vez mais calculados para suprimir as divergências, não só no Oriente Médio, mas em todo o mundo. São especialmente perturbadoras as evidências fartas de que a repressão se tornou agora tão brutal quanto sofisticada.

Enquanto 2011 foi marcado pela morte de mais de 300 pessoas pelas forças de segurança durante a “revolução de 25 de

janeiro” no Egito, bem como pelos mais de 50 manifestantes mortos na “Sexta-feira Negra” no Iêmen, hoje em dia, os estragos que a brutalidade policial comete em praça pública pouco rendem manchetes. Neste relatório, porém, a Anistia Internacional documenta o uso constante e generalizado de força excessiva contra oponentes e manifestantes, além de sua execução extrajudicial e desaparecimento forçado, em toda a face do globo. Cinco anos atrás, a repressão e a tortura sistemáticas na cidade síria de Tell Kalakh já prenunciava a reação violenta dos Estados da região contra as divergências e os protestos populares. Nos anos seguintes, a tortura continuou sendo praticada naquela e em outras partes do mundo, geralmente encoberta por dissimulação linguística como “técnica de interrogatório intensificada” – aqueles horrores revelados pouco antes da “Primavera Árabe” e justificados em nome da chamada “guerra ao terror”.

Muitas vezes, a repressão foi prática sistemática, com frequência embutida em pacotes que pregavam a necessidade de defender a segurança nacional, manter a lei e a ordem e proteger os valores nacionais. Em vários países, as autoridades reprimiram a liberdade de expressão na internet e tentaram aniquilar seus adversários com métodos que incluíam prisões e detenções arbitrárias, tortura, outros maus-tratos e pena de morte.

Ao mesmo tempo, uma ação judicial interposta pela Anistia Internacional revelou que o nível de vigilância empregado por alguns Estados tornou real a ficção do Big Brother, tendo como alvo principal a vida e o trabalho de defensores dos direitos humanos. Os novos métodos de repressão que os Estados estão desenvolvendo continuamente para sobrepujar as novas tecnologias e conectividades são uma das maiores ameaças à liberdade de expressão.

Por causa de campanhas de organizações como a Anistia Internacional, a ONU estabeleceu um novo procedimento especial: o relator especial sobre o direito à privacidade na era digital. O trabalho do relator especial

será de grande importância nos próximos meses para auxiliar na criação de normas nessa área que respeitem os direitos humanos.

Desde aqueles dias em que a voz do povo conseguiu se erguer cinco anos atrás, as ações implacáveis dos Estados para eliminar as divergências, os protestos e a livre expressão de opiniões se intensificaram. A Anistia Internacional apela aos Estados para que respeitem os direitos humanos de indivíduos e grupos a fim de que possam se organizar, se reunir e se manifestar, que possam ter e compartilhar, por quaisquer meios, opiniões com as quais os governos discordem, e que todos recebam a mesma proteção perante a lei.

Além de serem cruciais para a liberdade individual, os direitos que protegem o espaço e o trabalho dos defensores dos direitos humanos protegem também o próprio sistema de direitos humanos. Os sinais de esperança que vimos em 2015 foram resultado de constantes campanhas, de organização, de dissidência e de ativismo da sociedade civil, dos movimentos sociais e dos defensores dos direitos humanos.

Vamos mencionar apenas três exemplos do ano passado: a presença de elementos de direitos humanos e prestação de contas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU; as ações empreendidas em maio para impedir as remoções forçadas referentes ao projeto da rodovia de acesso ao porto regional de Mombaça, no Quênia; e a libertação de Filep Karma, prisioneiro de consciência em Papua, como resultado das 65.000 mensagens escritas em seu favor por apoiadores de todo o mundo.

Essas conquistas não foram alcançadas pela benevolência dos Estados. Nem esses sinais de esperança serão futuramente sustentados apenas por atores estatais. Mas os governos devem permitir espaço e liberdade para que os ativistas e defensores dos direitos humanos realizem seu trabalho fundamental. Por isso, a Anistia Internacional demanda que todos os Estados garantam que a Resolução adotada em novembro pela

Assembleia Geral da ONU para proteger os direitos dos defensores de direitos humanos seja aplicada com transparência e prestação de contas, denunciando aqueles Estados que desrespeitarem tais direitos.

Depois que o último ponto final foi inserido nessa Resolução, nenhum defensor dos direitos humanos ou membro de sua família deveria ter a vida tirada pelo Estado, nem ficar sem a proteção do Estado, nem mais ser perseguido ou posto em risco.

Como a maior organização de defensores dos direitos humanos do mundo, apresentamos este relatório sobre a situação dos direitos humanos no ano que passou. Embora o informe trate dos temas que mencionamos acima e de muitos outros, suas páginas não conseguem carregar a profundidade da tragédia que as crises de 2015 imprimiram em cada ser humano – sobretudo a crise dos refugiados, agora agravada pelo inverno no hemisfério Norte. Em situações como essa, proteger e fortalecer os sistemas de proteção civil e de direitos humanos não pode ser considerado uma opção. É literalmente uma questão de vida ou morte.

Salil Shetty, secretário-geral

PANORAMA REGIONAL: ÁFRICA

Quando a União Africana (UA) declarou 2016 como o Ano dos Direitos Humanos na África, muitas pessoas dentro e fora do Continente esperavam que os líderes, as instituições regionais e a comunidade internacional da África mostrassem determinação e vontade política para fazer progressos significativos no enfrentamento aos persistentes desafios de direitos humanos.

Tais esperanças não eram sem fundamento. Enquanto conflitos, instabilidade política, regimes autoritários, pobreza e desastres humanitários continuaram a negar direitos, segurança e dignidade a muitas pessoas, a África apresentava-se também com reais oportunidades. Houve evidentes avanços sociais e econômicos em muitos países, e transições políticas relativamente pacíficas foram alcançadas em outros. A adoção de compromissos históricos em âmbitos regional e global – incluindo a Agenda 2063 da UA e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU – criou possibilidades para a concretização dos direitos consagrados na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Carta Africana) e nos instrumentos internacionais de direitos humanos.

Apesar disso, ao longo de 2015, graves abusos e violações do direito internacional humanitário e dos direitos humanos no contexto de conflitos continuaram representando um grande desafio. Conflitos prolongados em países como República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Sudão, Sudão do Sul e Somália causaram milhares de mortes de civis e deixaram milhões de pessoas vivendo em estado de medo e insegurança. Burundi enfrentou uma crise política e uma escalada da violência.

Nas regiões ocidental, central e oriental do continente africano – incluindo Camarões, Chade, Quênia, Mali, Nigéria, Níger e Somália

–, grupos armados como o Al-Shabaab e o Boko Haram perpetraram violência constante, deixando dezenas de milhares de civis mortos, milhares de pessoas sequestradas e milhões forçadas a viver em estado de medo e insegurança, tanto em contexto de conflitos como fora dele.

Muitos governos responderam a essas ameaças à segurança com desrespeito ao direito internacional humanitário e aos direitos humanos. Operações militares e de segurança na Nigéria e em Camarões foram marcadas por prisões arbitrárias em massa, detenções em regime incomunicável, execuções extrajudiciais, tortura e outros maus-tratos. Padrões semelhantes de violações dos direitos humanos foram observados no Níger e no Chade.

A impunidade continuou sendo uma das principais causas e força motriz de conflitos e instabilidade. Apesar de alguns avanços, houve pouca ou nenhuma responsabilização por crimes contra o direito internacional cometidos por forças de segurança e grupos armados em países tão díspares como Camarões, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Nigéria, Somália, Sudão do Sul e Sudão. No âmbito internacional, alguns países e a UA também continuaram desenvolvendo ações políticas para minar a independência do Tribunal Penal Internacional (TPI) e para garantir imunidade judicial a chefes de estado no poder, mesmo quando acusados de crimes contra a humanidade e outros crimes contra o direito internacional. A África do Sul não prendeu nem entregou o Presidente Al Bashir, do Sudão, ao TPI em junho, omitindo-se em fazer justiça às centenas de milhares de vítimas fatais do conflito em Darfur.

Diversas organizações da sociedade civil, defensores dos direitos humanos, jornalistas e opositores políticos atuaram em um ambiente cada vez mais hostil, com leis que visavam restringir o espaço cívico em nome da segurança nacional, do combate ao terrorismo, da manutenção da ordem pública e da regulação de ONGs e da imprensa. O espaço cívico permaneceu fechado em

países como Eritreia, Etiópia e Gâmbia e deteriorou-se em outros, com as liberdades de expressão, de associação e de reunião pacífica cada vez mais restritas. Reuniões pacíficas foram interrompidas com força brutal e excessiva, inclusive em Angola, Burkina Faso, Burundi, Chade, República do Congo, República Democrática do Congo, Etiópia, Guiné, África do Sul, Togo e Zimbábue. Na África do Sul, a força excessiva foi usada como uma operação de “limpeza” para remover imigrantes sem documentos.

Eleições e transições políticas desencadearam violações e repressão generalizadas. Muitos países experimentaram proibição de protestos, ataques a manifestantes por parte das forças de segurança, além de prisões arbitrárias e assédio a opositores políticos, defensores dos direitos humanos e jornalistas.

A região continuou padecendo uma crise humanitária, enquanto a epidemia do vírus ebola, que se disseminou por toda África ocidental, em 2014, continuava a tirar vidas na Guiné, na Libéria e em Serra Leoa.

Ainda assim, houve sinais de esperança e progresso. Melhorias nas condições sociais e econômicas continuaram a ser observadas em muitos países e criaram firmes expectativas de que algumas das causas estruturais da pobreza, incluindo a desigualdade, as mudanças climáticas, os conflitos e as omissões em prestar contas seriam enfrentadas. Diversos países alcançaram alguns dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, e a África teve um papel fundamental na adoção dos ODS.

Algumas medidas tomadas pelo Conselho de Paz e Segurança da UA, bem como por organismos sub-regionais, para enfrentar os conflitos violentos na região revelaram a passagem gradual de uma posição de indiferença para uma de comprometimento. Apesar de seu poder limitado, da falta de abordagens coerentes e dos receios relacionados à adequação das medidas para combater as violações dos direitos humanos e a impunidade, a UA e os organismos

regionais adotaram medidas notáveis – da mediação à manutenção da paz – em resposta a crises e conflitos.

Elaboraram-se, também, diversas normas e padrões regionais de direitos humanos. Em novembro, a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Comissão Africana) adotou um parecer geral ao Artigo 4 (direito à vida) da Carta Africana. O Comitê Técnico Especializado da UA para Assuntos Jurídicos (CTE) também considerou e aprovou o Projeto de Protocolo sobre os Direitos do Idoso na África, desenvolvido inicialmente pela Comissão Africana. Lamentavelmente, o CTE recusou-se a aprovar o Projeto de Protocolo sobre a Abolição da Pena de Morte na África.

Mais países também abriram seus registros de direitos humanos para revisão. Relatórios periódicos sobre a implementação da Carta Africana foram enviados pela Argélia, Burkina Faso, Quênia, Malawi, Namíbia, Nigéria e Serra Leoa.

Houve reformas e medidas positivas em diversos países. Na Mauritânia, uma nova lei definiu a tortura e a escravidão como crimes contra a humanidade e banuiu a detenção secreta. Serra Leoa ratificou o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres na África. Houve sinais de progresso na Suazilândia – incluindo a libertação de prisioneiros de consciência e presos políticos –, apesar de leis repressivas continuarem a ser usadas para suprimir a dissidência.

Um momento decisivo para a justiça internacional ocorreu no Senegal, quando do julgamento do ex-presidente do Chade, Hissène Habré, iniciado em julho – pela primeira vez, um tribunal de um estado africano julga um ex-líder de outro estado.

CONFLITO – CUSTOS E VULNERABILIDADE

Conflitos violentos e insegurança afetaram muitos países, resultando em violações em larga escala caracterizadas pela falta de responsabilização pelas atrocidades. Conflitos em curso em vários países – República

Centro-Africana, República Democrática do Congo, Nigéria, Somália, Sudão do Sul e Sudão – foram marcados por crimes contra o direito internacional e por persistentes violações e abusos do direito humanitário e dos direitos humanos, cometidos tanto por forças do governo quanto por grupos armados. Denúncias de violência de gênero e violência sexual ocorreram generalizadas, e muitas crianças foram sequestradas ou recrutadas como crianças soldados.

Apesar de avanços militares coordenados contra o Boko Haram, o grupo armado continuou a atacar civis no Chade, Níger, Nigéria e Camarões. O registro de abusos cometidos pelo grupo incluiu bombardeios suicidas em áreas civis, execuções sumárias, sequestros, tortura e recrutamento de crianças soldados.

O impacto dos abusos cometidos pelo Boko Haram foi exacerbado pela resposta ilícita e brutal dos estados. A Anistia Internacional divulgou um relatório durante o ano apontando crimes de guerra e possíveis crimes contra a humanidade cometidos pelo exército nigeriano durante sua luta contra o Boko Haram – que resultaram em mais de 8.200 pessoas assassinadas, privadas de alimento, sufocadas ou torturadas até a morte – e demandando que oficiais de alta patente do exército fossem investigados por crimes de guerra.

Na região do Extremo Norte de Camarões, as forças de segurança do governo realizaram prisões arbitrárias em massa, detenções e execuções extrajudiciais, bem como o desaparecimento forçado de pelo menos 130 homens e meninos de duas aldeias na fronteira com a Nigéria. No Níger – onde o governo decretou e prolongou, em toda a região de Diffa, um estado de emergência que ainda estava em vigor no fim do ano –, a resposta das autoridades incluiu sérias restrições à liberdade de circulação e o retorno forçado de milhares de refugiados nigerianos. No Chade, uma severa lei antiterrorismo foi aprovada, e as forças de segurança realizaram prisões e detenções arbitrárias.

Uma grave crise humanitária envolvendo o deslocamento em massa e a morte de civis continuou desdobrando-se nos conflitos armados em Darfur, Cordofão do Sul e Nilo Azul, no Sudão, nos quais todas as partes envolvidas cometeram violações e abusos que infringem o direito internacional humanitário e as normas internacionais de direitos humanos. Forças do governo deram continuidade a bombardeios indiscriminados, destruição de assentamentos civis e obstrução do acesso humanitário aos civis.

Apesar da assinatura de um acordo de paz em agosto, o conflito no Sudão do Sul – caracterizado por ataques deliberados contra civis – continuou. Ambas as partes envolvidas praticaram matanças de civis, destruição de propriedades privadas, obstrução da ajuda humanitária, violência sexual e violências baseadas em gênero de forma generalizada, e recrutamento de crianças soldados. A Comissão de Inquérito da UA sobre o Sudão do Sul encontrou evidências de sistemáticos crimes de guerra e crimes contra a humanidade, bem como de violações e abusos dos direitos humanos cometidos por ambas as partes em conflito.

Apesar de uma desaceleração da violência depois da implementação de uma operação de paz multidimensional da ONU, irrompeu, em setembro e outubro, uma nova onda de violência e instabilidade na República Centro-Africana, resultando em mortes de civis, destruição de propriedades e deslocamento de mais de 42 mil pessoas. Pelo menos 500 prisioneiros, a maioria deles detida em relação a investigações em andamento sobre os crimes cometidos no contexto do conflito, escaparam da prisão na capital, Bangui, em uma fuga em massa, em setembro.

Nas regiões sul e central da Somália, civis continuaram a ser alvo de ataques indiscriminados no contexto de um conflito armado crônico entre as forças do Governo Federal Somali e da Missão da UA na Somália, de um lado, e o grupo Al-Shabaab, de outro. Todas as partes do conflito cometeram graves violações e abusos que infringem o direito internacional humanitário

e as normas internacionais de direitos humanos.

UMA CRISE PARA REFUGIADOS E MIGRANTES

O derramamento de sangue e as atrocidades cometidas nas zonas de conflito na África tiveram um papel crucial no fomento e na manutenção de uma crise global de refugiados, levando milhões de mulheres, homens e crianças a fugirem de suas casas em tentativas penosas, arriscadas e, muitas vezes, fatais de encontrar segurança dentro de seu próprio país ou além das fronteiras internacionais.

Sozinhos, os conflitos no Sudão e no Sudão do Sul foram responsáveis por milhões de deslocamentos. Durante o ano, cerca de um terço da população do Cordofão do Sul, de aproximadamente 1,4 milhão de pessoas, deslocou-se internamente, e cerca de 223 mil pessoas foram deslocadas em Darfur, somando um número total de 2,5 milhões de pessoas deslocadas internamente na região. Estima-se que 60 mil pessoas foram deslocadas adicionalmente em razão de conflitos intermitentes entre o Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLA)-Norte e as forças do governo no estado de Nilo Azul.

Outras 2,2 milhões de pessoas deslocaram-se em razão do conflito no Sudão do Sul durante o ano, que também provocou uma situação de grave insegurança alimentar para 3,9 milhões de pessoas.

Enormes contingentes populacionais deslocaram-se internamente ou buscaram refugiar-se em outro país depois de fugir de áreas afetadas pela violência perpetrada pelo Boko Haram. Apenas na Nigéria, mais de 2 milhões de pessoas foram forçadas a deixar suas casas desde 2009. Centenas de milhares de refugiados da Nigéria e da República Centro-Africana viviam em condições precárias em campos superlotados em Camarões e Níger, onde, em maio, forças do governo de Níger e de Camarões forçaram milhares de refugiados a voltar para a Nigéria, acusando-os de trazer ataques do Boko

Haram para a região. No Chade, centenas de milhares de refugiados de Nigéria, República Centro-Africana, Sudão e Líbia continuavam a viver em condições difíceis em campos de refugiados superlotados.

Mais de 1,3 milhão de somalis foram deslocados internamente durante o ano. Contou-se, globalmente, mais de 1,1 milhão de refugiados somalis. No entanto, os estados que receberam refugiados e requerentes de asilo somalis – incluindo Arábia Saudita, Suécia, Holanda, Noruega, Reino Unido e Dinamarca – continuaram a pressioná-los a retornarem à Somália, alegando que a segurança havia melhorado no país.

O governo do Quênia ameaçou fechar Dadaab, o maior campo de refugiados do mundo, apresentando a decisão como uma medida de segurança após um ataque do Al-Shabbab. Em um contexto de assédio a somalis e outros refugiados por parte dos serviços de segurança quenianos, as autoridades ameaçaram devolver à força cerca de 350 mil refugiados à Somália. Isso colocaria milhares de vidas em risco e violaria as obrigações do Quênia no âmbito do direito internacional.

Um número incontável de refugiados e migrantes – deslocados não só por conflitos, mas também por perseguições políticas ou pela necessidade de assegurar melhores condições de vida – enfrentou intolerância, xenofobia, abusos e violações. Muitos definharam em campos que não forneciam o acesso adequado a água, alimentação, cuidados médicos, saneamento ou educação, e muitos caíram presas de redes de tráfico de pessoas.

Mais de 230 mil pessoas fugiram da situação política, social e econômica em deterioração do Burundi para países vizinhos. Milhares de pessoas continuaram a fugir da Eritreia para escapar do infundável Serviço Nacional, que equivale a trabalho forçado. Eritreus capturados quando tentavam escapar do país ficaram detidos arbitrariamente sem acusação nem julgamento, com frequência em condições precárias e sem acesso a advogados. Uma

política de “atirar para matar” foi adotada para qualquer pessoa que fugisse da captura e tentasse cruzar a fronteira com a Etiópia. Aqueles que conseguiram deixar a Eritreia enfrentaram diversos perigos nas rotas através do Sudão, Líbia e do mar Mediterrâneo para chegar à Europa, incluindo a tomada de reféns por grupos armados e gangues criminosas para exigirem resgate.

No Malawi, migrantes sem documentos foram mantidos em detenção após o fim de suas penas privativas de liberdade, com poucas perspectivas de serem libertados ou deportados. Pelo menos 100 desses detidos, a maioria da Etiópia, eram mantidos em prisões superlotadas no fim do ano.

A continuada omissão do governo sul-africano em estabelecer um programa sistemático de prevenção e proteção a migrantes e refugiados resultou em ataques xenófobos violentos e generalizados contra os mesmos, e inclusive contra seus estabelecimentos de negócios.

IMPUNIDADE POR CRIMES CONTRA O DIREITO INTERNACIONAL

A impunidade ante as graves violações e abusos dos direitos humanos – especialmente aqueles cometidos no contexto de conflitos armados – continuou a privar as pessoas da verdade e da justiça, e contribuiu para mais instabilidade e abusos. A maioria dos governos – incluindo Camarões, República Centro-Africana, Nigéria, Somália, Sudão do Sul e Sudão – muito pouco avançou no enfrentamento da arraigada falta de responsabilização, com os suspeitos de perpetrar crimes contra o direito internacional sendo raramente levados à justiça.

Apesar das promessas feitas pelo novo presidente da Nigéria, de investigar crimes contra o direito internacional e outras graves violações e abusos dos direitos humanos cometidos pelo exército e pelo Boko Haram, nenhuma medida significativa foi tomada. O governo não responsabilizou suas próprias forças, e processou poucas pessoas suspeitas de serem membros do Boko Haram. No entanto, o Gabinete do Procurador do TPI

identificou oito potenciais casos relacionados a crimes contra a humanidade e crimes de guerra: seis envolvendo o Boko Haram e dois envolvendo as forças de segurança da Nigéria.

Apesar da publicação do relatório da Comissão de Inquérito da UA sobre o Sudão do Sul, em 26 de outubro, e da assinatura de um acordo de paz, em agosto, que lançou as bases para a decisão da UA de estabelecer um tribunal híbrido, não houve progressos em direção ao seu estabelecimento. O Tribunal Híbrido do Sudão do Sul foi anunciado como um mecanismo judicial especificamente africano e dirigido pela África.

Em abril, o Conselho Nacional de Transição da República Centro-Africana deu um passo adiante para o estabelecimento de um mecanismo de prestação de contas ao adotar uma lei que estabelece um Tribunal Penal Especial. No entanto, houve pouco avanço na implantação do Tribunal, o qual deverá investigar e processar os responsáveis por crimes de guerra e crimes contra a humanidade cometidos no país desde 2003.

Em junho, o governo da África do Sul deixou de cumprir suas obrigações legais internacionais, quando o Presidente do Sudão, Al Bashir – que visitava Johannesburg para uma reunião da UA –, recebeu permissão para deixar o país. Dois mandados de prisão em aberto foram emitidos pelo TPI contra ele por seu suposto envolvimento em genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra em Darfur, e uma ordem judicial da suprema corte da África do Sul também o proibia de deixar o país. A falta de ação do governo sul-africano fez com que o país se unisse a uma longa lista de estados que deixaram de prender e entregar o Presidente Al Bashir ao TPI para ser julgado. Em um desdobramento preocupante, o Congresso Nacional Africano teria decidido, em outubro, que a África do Sul deve retirar-se do TPI. Nenhuma medida havia sido tomada até o fim do ano.

O Presidente Ouattara, da Costa do Marfim, declarou em abril que não haveria mais

transferências para o Tribunal Penal Internacional, embora estivesse pendente um mandado de prisão emitido pelo tribunal contra a ex-primeira-dama Simone Gbagbo por supostos crimes contra a humanidade.

Alguns estados membros e a União Africana continuaram a adotar ações políticas voltadas a interferir no trabalho do Tribunal Penal Internacional ou a minar sua independência, de modo a garantir imunidade judicial a chefes de estado em exercício, mesmo quando acusados de crimes contra a humanidade e de outros crimes internacionais. Em junho, a Assembleia da UA adotou uma resolução reiterando seus apelos anteriores para encerrar ou suspender os processos do TPI contra o vice-presidente Ruto, do Quênia, e o Presidente Al Bashir, do Sudão. Em novembro, o governo do Quênia tentou influenciar a 14ª sessão da Assembleia dos Estados-Parte (AEP) – o órgão de supervisão política do TPI – como parte de sua tentativa de desautorizar o julgamento do vice-presidente Ruto, ao ameaçar retirar-se do TPI. O governo da Namíbia também ameaçou retirar-se do TPI em novembro.

Mais positivamente, a República Democrática do Congo deu um passo significativo em novembro, quando o Senado votou a favor da adoção de uma legislação nacional para a implementação do Estatuto de Roma do TPI. Durante a 14ª sessão da AEP, no mesmo mês, muitos estados africanos signatários do Estatuto de Roma do TPI manifestaram forte compromisso com o tribunal e negaram apoio a propostas que poderiam minar sua independência.

Um passo importante em direção à justiça para as vítimas do Exército de Resistência do Senhor (ERS) foi dado em janeiro, após a transferência de Dominic Ongwen, suposto ex-comandante do ERS, para o TPI. Em julho, o início do julgamento, no Senegal, de Hissène Habré – acusado de crimes contra a humanidade, tortura e crimes de guerra cometidos durante o seu mandato, entre 1982 e 1990 – foi um grande avanço na longa luta da África contra a impunidade.

REPRESSÃO ÀS DIFERENÇAS DE OPINIÃO NO CONTEXTO DE ELEIÇÕES E TRANSIÇÕES

Quinze eleições gerais ou presidenciais aconteceram em todo o continente durante o ano, muitas delas foram cenário de violações e restrições dos direitos humanos. Em países como Burundi, República do Congo, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Etiópia, Guiné, Sudão, Tanzânia, Togo, Uganda e Zâmbia, houve proibição de protestos, ataques a manifestantes e prisões arbitrárias de opositores políticos, defensores dos direitos humanos e jornalistas.

As eleições gerais na Etiópia, em maio, foram prejudicadas por restrições à observação pela sociedade civil dos processos eleitorais, pelo uso de força excessiva contra manifestantes pacíficos e pela perseguição contra observadores políticos da oposição. Agentes de segurança agrediram, feriram e mataram pessoas nos locais de votação, e quatro membros e líderes de partidos políticos de oposição foram executados extrajudicialmente.

Na Guiné, as tensões em torno do processo eleitoral levaram à violência entre apoiadores dos diferentes partidos políticos, e entre manifestantes e forças de segurança, estas últimas muitas vezes usando força excessiva e letal para policiar as manifestações.

As eleições presidenciais e parlamentares no Sudão levaram à reeleição do Presidente Al Bashir em meio a denúncias de fraude e irregularidades eleitorais, com altos índices de abstenção e boicote das eleições por parte de partidos políticos de oposição. As autoridades do Sudão intensificaram a repressão à liberdade de expressão conforme as eleições se aproximavam, silenciando a imprensa, subjugando a sociedade civil e partidos políticos de oposição, e prendendo dezenas de opositores políticos.

Em países como Burkina Faso, Burundi, República Democrática do Congo e República do Congo, tentativas por parte de líderes políticos de manter-se no poder para um terceiro mandato provocaram protestos e a subsequente violência estatal. No Burundi,

os protestos foram violentamente reprimidos pelas forças de segurança, e houve um aumento acentuado das práticas de tortura e outros maus-tratos, especialmente contra os opositores da reeleição do Presidente Nkurunziza. A partir de setembro, a situação deteriorou-se ainda mais; homicídios quase diários, incluindo execuções extrajudiciais, além de prisões arbitrárias e desaparecimentos se tornaram rotina. Mais de 400 pessoas foram mortas entre abril e dezembro.

Em Burkina Faso, em setembro, membros da Guarda de Segurança Presidencial (GSP) tentaram um golpe e tomaram líderes políticos como reféns, inclusive o Presidente e o Primeiro-Ministro, provocando uma onda de protestos públicos. Antes de ser desmobilizada pelo exército, a GSP usou força excessiva e às vezes letal ao tentar reprimir os protestos.

Na Gâmbia, familiares de pessoas suspeitas de envolvimento em um golpe de estado fracassado, ocorrido em dezembro de 2014, foram arbitrariamente presos e detidos pela polícia. Três soldados suspeitos de envolvimento foram condenados à morte. O Lesoto continuou em situação de instabilidade política após uma tentativa de golpe em 2014.

Na República Democrática do Congo e Uganda, suprimiram-se a dissidência e os direitos humanos básicos no contexto das eleições presidenciais agendadas para 2016. Na República Democrática do Congo, conforme aumentavam as pressões sobre o Presidente Kabila para que não tentasse outro mandato após 14 anos no poder, as autoridades intensificavam a perseguição a defensores dos direitos humanos e jornalistas, e dispersavam com violência as manifestações. Em Uganda – onde o Presidente Museveni tentará um quinto mandato nas eleições previstas para fevereiro de 2016 –, a polícia prendeu arbitrariamente líderes políticos da oposição, incluindo candidatos à presidência, e usou força excessiva para dispersar reuniões políticas pacíficas.

RESTRICÇÕES AO ESPAÇO CÍVICO E ATAQUES A DEFENSORÉS DOS DIREITOS HUMANOS

Fora do contexto eleitoral, muitos governos sufocaram a dissidência e reprimiram os direitos à liberdade de expressão. Reuniões pacíficas foram frequentemente dispersadas com força excessiva. Muitas organizações da sociedade civil e defensores dos direitos humanos enfrentaram um ambiente cada vez mais hostil, que incluiu a aplicação de leis destinadas a restringir o espaço cívico.

Esse contexto de restrições crescentes apresentou-se em uma série de países, incluindo Angola, Burundi, Camarões, Chade, República do Congo, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Gâmbia, Quênia, Lesoto, Mauritània, Níger, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

Em Angola, intensificaram-se a repressão à dissidência e as violações flagrantes de liberdades fundamentais, inclusive por meio da detenção arbitrária de ativistas que exigiam pacificamente a prestação de contas pública por parte dos governantes.

Na Eritreia, milhares de pessoas detidas arbitrariamente seguiam como prisioneiras de consciência. Não havia espaço para partidos políticos de oposição, ativismo, meios de comunicação independentes ou liberdade acadêmica.

No Sudão do Sul, o espaço para jornalistas, defensores dos direitos humanos e sociedade civil trabalharem sem intimidação ou medo continuou a diminuir significativamente.

Na Mauritània, ampliaram-se as restrições aos direitos às liberdades de expressão, de associação e de reunião, e ativistas foram presos por realizarem comícios antiescravidão. As autoridades do Senegal continuaram a proibir manifestações por parte de apoiadores de partidos políticos e defensores dos direitos humanos, e a processar manifestantes pacíficos.

Na Tanzânia, jornalistas enfrentaram assédio, intimidação e prisões. Quatro projetos de lei foram apresentados ao Parlamento que, juntos, legalizam restrições

injustificadas à liberdade de expressão.

Na Zâmbia, a polícia continuou a implementar a Lei da Ordem Pública, restringindo a liberdade de reunião. As autoridades do Zimbábue sufocaram a liberdade de expressão, inclusive por meio de medidas repressivas envolvendo prisões, vigilância, assédio e intimidação daqueles que defendiam o licenciamento de estações de rádio comunitárias.

DISCRIMINAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO

Embora 2015 tenha sido, segundo a UA, o “Ano do Empoderamento e Desenvolvimento das Mulheres rumo à Agenda Africana 2063”, em muitos países, as mulheres e meninas frequentemente sofreram abuso, discriminação e marginalização – tanto em razão de tradições e normas culturais, como da discriminação de gênero institucionalizada em leis injustas. No contexto de conflitos e nos países que acolheram um grande número de pessoas deslocadas e refugiadas, mulheres e meninas foram submetidas a estupro e outras formas de violência sexual. De uma perspectiva positiva, países como Burkina Faso, Madagascar e Zimbábue lançaram campanhas nacionais pelo fim dos casamentos infantis.

Os abusos – que incluíram perseguição e criminalização – contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais (LGBTI) ou percebidas como tal ocorreram em muitos países, entre os quais Camarões, Nigéria, Senegal e África do Sul.

O Malawi aceitou uma recomendação de Revisão Periódica Universal da ONU para a adoção de medidas de proteção a pessoas LGBTI contra a violência e para processar os perpetradores, e concordou em garantir o acesso efetivo daquelas pessoas a serviços médicos. No entanto, o país rejeitou recomendações para revogar disposições no Código Penal que criminalizam condutas consensuais entre adultos do mesmo sexo.

A Comissão Africana concedeu status de observador à Coalizão de Lésbicas Africanas (CLA), organização de direitos LGBTI sediada na África do Sul, durante sua 56ª Sessão

Ordinária, realizada na Gâmbia. Contudo, em uma posterior Reunião da União Africana na África do Sul, o Conselho Executivo do organismo recusou-se a aprovar o relatório de atividades da Comissão até que esta revogasse o status de observadora concedido à CLA – suscitando temores de que a Comissão seja forçada a recuar em sua decisão.

Apesar da condenação por parte do Presidente, houve um aumento acentuado nos assassinatos e outros ataques a pessoas com albinismo no Malawi cometidos por indivíduos e gangues que procuram partes do corpo para vender para o uso na feitiçaria. Na Tanzânia, o governo omitiu-se em adotar medidas de segurança adequadas para a proteção de pessoas com albinismo; uma menina teria sido morta para extrair-se partes do seu corpo, e houve denúncias de casos envolvendo sequestros, mutilações e desmembramentos.

PERSPECTIVAS FUTURAS

As ocorrências ao longo de todo ano revelaram quão amplos e profundos são os problemas de direitos humanos enfrentados pela África, bem como a necessidade urgente de que as instituições regionais e internacionais protejam milhões de vidas e adotem medidas mais fortes, claras e consistentes para lidar com os conflitos e enfrentar a crise global de refugiados.

O ano também deixou clara a necessidade premente de que os estados africanos combatam a impunidade tanto em âmbito doméstico quanto no exterior – inclusive freando ataques políticos ao Tribunal Penal Internacional. A efetiva responsabilização por violações dos direitos humanos e crimes contra o direito internacional poderia ser transformadora para países em toda a África.

Juntamente com o Ano dos Direitos Humanos na África, 2016 marcará o 35º aniversário da adoção da Carta Africana, o 30º aniversário da entrada em vigor da Carta e o 10º aniversário da criação do Tribunal Africano. Com a aproximação dessas auspiciosas celebrações, coloca-se o desafio

para a maioria dos líderes africanos de ouvir e trabalhar com o crescente movimento de direitos humanos do continente.

PANORAMA REGIONAL: AMÉRICAS

Os acontecimentos de 2015 deram a dimensão da crise de direitos humanos que as Américas enfrentam hoje. Uma combinação de discriminação, violência, desigualdade, conflito, insegurança, pobreza, danos ambientais e falta de justiça por violações de direitos humanos ameaçou a proteção dos direitos humanos e as liberdades fundamentais na região.

Apesar de a maioria dos Estados apoiar e ter ratificado as normas e tratados internacionais de direitos humanos, a promessa desses direitos continuou vazia para milhões de pessoas, confirmando a tendência de retrocesso em matéria de direitos humanos verificada nos dois últimos anos.

Uma cultura arraigada de impunidade permitiu que os responsáveis por abusos de direitos humanos agissem sem temer as consequências de seus atos, além de negar a verdade e a reparação a milhões de pessoas e enfraquecer o Estado de direito. Com frequência, essa impunidade se sustentava à custa de sistemas de segurança e de justiça fráacos, corruptos e carentes de recursos, situação agravada pela falta de vontade política para assegurar sua independência e imparcialidade.

Durante o ano, as autoridades insistiram em recorrer a respostas militarizadas para enfrentar problemas sociais e políticos, como a crescente influência das redes do crime organizado e o impacto das empresas multinacionais sobre os direitos das pessoas.

Ao mesmo tempo, os níveis de violência letal em toda a região continuavam extremamente altos. Eram da América Latina e do Caribe oito dos 10 países mais violentos do mundo, e em quatro deles – Brasil, Colômbia, México e Venezuela – se cometia um de cada quatro homicídios violentos

ocorridos no mundo. De cada 100 homicídios cometidos na América Latina, somente 20 resultaram em condenação. Em alguns países, essa proporção era ainda menor. Os crimes violentos eram mais frequentes em países como El Salvador, Guiana, Honduras, Jamaica, Trinidad e Tobago e Venezuela.

A crescente influência das empresas transnacionais e seu envolvimento em abusos dos direitos humanos – sobretudo no setor extrativo e outros setores relacionados com a apropriação de terras e recursos naturais, principalmente nos territórios pertencentes aos povos indígenas, outras minorias étnicas e comunidades de agricultores ou reivindicados por eles – continuou sendo uma ameaça para os direitos humanos em toda a região.

Uma quantidade cada vez maior de conflitos socioambientais foi origem de violência e violações de direitos humanos. Defensores dos direitos humanos e ativistas que trabalham para proteger a terra, o território e os recursos naturais ficaram cada vez mais expostos a homicídios, desaparecimentos forçados e outras ações criminosas. Em Honduras, organizações da sociedade civil sofreram ameaças e ataques violentos de seguranças privados vinculados a poderosos proprietários de terras. No Brasil, dezenas de pessoas foram mortas no contexto de conflitos por terras e recursos naturais.

Os debates na Organização dos Estados Americanos (OEA) para terminar de definir a proposta da Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas foram prejudicados por empecilhos à participação efetiva dos povos indígenas e pelas tentativas de alguns Estados de enfraquecer o esboço da proposta. Os representantes indígenas se retiraram das negociações quando vários Estados insistiram em incluir disposições que, na prática, endossariam legislações nacionais que ignoravam a proteção dos direitos dos povos indígenas.

Enquanto isso, a insegurança, a violência e as dificuldades econômicas no México e na América Central levaram um número cada

vez maior de pessoas, sobretudo menores desacompanhados, a abandonar seus lares e atravessar fronteiras em busca de melhores condições de vida e de se livrar da violência.

Defensoras e defensores dos direitos humanos continuaram sendo atacados por causa de seu trabalho. Defender os direitos humanos foi uma opção com frequência perigosa e até mesmo mortal, pois muitos governos fomentaram a deterioração do espaço cívico e a criminalização das divergências.

Entre as crises de direitos humanos que afetaram nações inteiras estava a do México, país assolado por milhares de denúncias de tortura e outros maus-tratos, além de execuções extrajudiciais, e onde o paradeiro de pelo menos 27.000 pessoas continuava desconhecido no fim do ano. Embora em setembro tivesse se completado o primeiro aniversário do desaparecimento forçado de 43 estudantes de uma escola rural de magistério em Ayotzinapa, uma das mais alarmantes violações de direitos humanos da história recente do México, as investigações continuavam deficientes.

Na Venezuela, um ano após as grandes manifestações que deixaram 43 pessoas mortas, centenas feridas e dezenas torturadas ou vítimas de maus-tratos, ninguém foi condenado por esses crimes, enquanto as pessoas detidas de modo arbitrário pelas autoridades continuavam sendo processadas. Apesar da diminuição dos protestos no fim do ano, a intolerância do governo frente às divergências fez com que defensores dos direitos humanos seguidamente sofressem ameaças, perseguições e ataques, enquanto as forças de segurança continuaram a usar força excessiva para reprimir manifestações. Os ataques a ativistas e políticos de oposição levantaram dúvidas quanto à imparcialidade das eleições legislativas. Luis Manuel Diaz, um político opositor do estado de Guárico, foi morto a tiros durante a campanha pré-eleitoral.

No Paraguai, a situação dos direitos sexuais e reprodutivos, particularmente no

caso de uma menina de 10 anos que engravidou depois de estupro várias vezes, supostamente pelo padrasto, teve repercussão internacional e chamou atenção para a necessidade de revogar a draconiana legislação antiaborto do país. As autoridades se recusaram a permitir que ela fizesse um aborto apesar das evidências de que a gestação colocava sua vida em risco.

A situação dos direitos humanos em Cuba estava em uma encruzilhada. O ano foi marcado pela melhora das relações internacionais – o país participou pela primeira vez da Cúpula das Américas, aconteceram reuniões históricas entre os presidentes de Cuba e o dos Estados Unidos, e o Papa Francisco realizou uma visita de Estado – e por avanços como a libertação de prisioneiros de consciência. Ainda assim, as autoridades sufocaram a dissidência e continuaram detendo arbitrariamente milhares de pessoas pelo simples fato de manifestarem sua opinião de forma pacífica.

No Brasil, as obras de infraestrutura para os Jogos Olímpicos de 2016 provocaram a remoção de pessoas de suas casas no Rio de Janeiro, com frequência sem notificação adequada, indenização ou reassentamento.

Acontecimentos positivos também marcaram o ano. Na Colômbia, as conversações de paz entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) continuaram a fazer avanços significativos, aumentando a expectativa de que o conflito armado que perdura no país há 50 anos possa terminar em breve.

O governo da Jamaica finalmente criou uma comissão de inquérito sobre as violações de direitos humanos cometidas durante o estado de emergência em 2010. Na ocasião, as forças de segurança mataram 76 pessoas, inclusive 44 que teriam sido executadas extrajudicialmente. O presidente do Peru ratificou um mecanismo nacional para a prevenção da tortura e criou um registro nacional das vítimas que haviam sido submetidas à esterilização forçada na década de 1990.

Os Estados Unidos aceitaram muitas das

recomendações formuladas no processo de Revisão Periódica Universal da ONU com base na análise da situação dos direitos humanos no país, tendo repetido que apoiavam os pedidos para o fechamento do centro de detenção de Guantánamo, em Cuba, para a ratificação da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança e da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), bem como para a prestação de contas pela prática de tortura. No entanto, nenhuma das recomendações foi aplicada até o fim do ano.

SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS

A violência e a influência crescente de atores não estatais – como as redes criminosas e as empresas transnacionais que agem com impunidade – continuaram desafiando a capacidade dos governos de proteger os direitos humanos. As iniciativas para controlar as redes do crime, que incluíam o uso ocasional das forças armadas, ocasionaram graves violações dos direitos humanos e restrições indevidas da liberdade de expressão e de reunião pacífica.

O uso excessivo da força pela polícia e outras forças de segurança foi registrado em países como Bahamas, Brasil, Chile, Equador, Guiana, Jamaica, República Dominicana, Trinidad e Tobago e Venezuela.

As forças de segurança brasileiras com frequência usaram força excessiva ou desnecessária para suprimir manifestações. O número de homicídios cometido durante operações policiais permaneceu alto e essas mortes raramente foram investigadas; a falta de transparência geralmente impossibilitava que se calculasse o número exato de pessoas que morreram. Policiais militares, civis e bombeiros, fora de serviço ou já desligados das corporações, praticaram homicídios ilegais como parte de grupos de extermínio que atuavam em várias cidades. No México, houve relatos de vários incidentes com armas de fogo e participação de policiais e militares, que pareciam se tratar de execuções

extrajudiciais.

No Equador, os protestos contra o governo que aconteceram durante o ano em todo o país se caracterizaram por enfrentamentos entre as forças de segurança – que, segundo informações, fizeram uso excessivo da força e efetuaram detenções arbitrárias – e os manifestantes.

No Peru, as pessoas que se opunham aos projetos das indústrias extrativistas foram alvo de intimidação, uso excessivo da força e detenções arbitrárias. Sete manifestantes foram mortos por tiros em circunstâncias que indicavam que agentes de segurança haviam feito uso excessivo da força.

Nos Estados Unidos, pelo menos 43 pessoas morreram depois de atingidas por armas de eletrochoque da polícia. Ocorreram protestos contra o uso excessivo da força pela polícia em várias cidades. Mais uma vez, as autoridades não mantiveram registro do número exato de pessoas mortas por agentes da lei a cada ano.

Na Venezuela, causou preocupação que durante as operações de segurança pública para enfrentar os altos índices de criminalidade tenha se usado força excessiva, inclusive com possíveis execuções extrajudiciais, bem como prisões arbitrárias e remoções forçadas de supostos criminosos e suas famílias.

ACESSO À JUSTIÇA E LUTA CONTRA A IMPUNIDADE

A negação de acesso significativo à Justiça para um grande número de pessoas comprometeu seriamente os direitos humanos, principalmente nas comunidades carentes e marginalizadas.

Em Honduras, a impunidade generalizada era fomentada por um sistema de justiça penal ineficaz que, combinado com a corrupção e as violações de direitos humanos cometidas por policiais, gerava desconfiança frente às instituições de justiça e aquelas encarregadas de cumprir a lei. O governo anunciou que enfrentaria a questão da corrupção e da impunidade por meio de uma iniciativa com a OEA para reformar o sistema

de justiça.

No Chile, casos de violações de direitos humanos envolvendo membros das forças de segurança continuaram a ser investigados por tribunais militares, apesar da preocupação com a falta de independência e imparcialidade desses tribunais e apesar do compromisso que as autoridades assumiram de reformar o sistema de justiça militar.

Persistiu a falta de vontade política para enfrentar violações de direitos humanos não resolvidas, como os milhares de assassinatos políticos e desaparecimentos forçados cometidos durante a segunda metade do século XX, e para garantir o direito à verdade, à justiça e à reparação.

Na Bolívia, as medidas tomadas para assegurar a verdade, a justiça e reparações plenas para as vítimas de violações dos direitos humanos cometidas durante os regimes militares e autoritários do passado foram limitadas, embora as autoridades tenham se comprometido a criar uma comissão da verdade. Na Argentina, realizaram-se julgamentos públicos de crimes contra a humanidade perpetrados no período do regime militar de 1976 a 1983, quando oito novas sentenças condenatórias foram pronunciadas. No entanto, pessoas dos setores civil, empresarial e do direito que foram cúmplices em violações dos direitos humanos e crimes contra o direito internacional não foram levadas à Justiça.

No Chile, seguiam abertos mais de 1.000 casos de violações de direitos humanos cometidas no passado; as organizações de vítimas condenaram a demora em estabelecer a verdade do que aconteceu a milhares de vítimas de desaparecimentos forçados. Contudo, vários ex-militares foram indiciados, inclusive pelo sequestro e assassinato do cantor e ativista político Víctor Jara em 1973.

Um tribunal de recursos da Cidade da Guatemala decidiu que o decreto de anistia de 1986 não era aplicável a casos de crimes contra a humanidade e genocídio cometidos na Guatemala, implicando que o processo contra o ex-presidente e comandante-em-

chefe do exército José Efraín Ríos Montt poderia ir adiante.

No Panamá, foi suspenso o julgamento do ex-presidente Manuel Noriega pelo desaparecimento forçado de Heliodoro Portugal depois que o advogado de Noriega recorreu contra o indiciamento, argumentando que o julgamento violaria os termos de sua extradição. Não estava claro se o julgamento prosseguiria.

No Haiti, depois da morte do ex-presidente Jean-Claude Duvalier em 2014, pouco se avançou na investigação dos supostos crimes contra a humanidade cometidos durante seu governo (1971-1986).

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Apesar dos sólidos mecanismos e leis contra a tortura existentes nas Américas, a tortura e outros maus-tratos continuaram generalizados; as autoridades não processaram os responsáveis nem proporcionaram reparação adequada às vítimas. Os tratamentos cruéis, desumanos e degradantes eram habituais nas penitenciárias e no momento da prisão, sendo usados principalmente contra supostos delinquentes para puni-los ou extrair confissões.

Na Argentina, as denúncias de tortura – que incluíam golpes com agulhões para gado, semiasfixia com sacos plásticos, submersão e isolamento prolongado – não foram investigados, nem existia qualquer sistema de proteção às testemunhas. Na Bolívia, a falta de um mecanismo independente para registrar e investigar denúncias de abusos dissuadia as vítimas de tortura de tentar buscar justiça e reparação.

O México se submeteu ao escrutínio internacional em março, quando o relator especial da ONU sobre a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos e degradantes apresentou ao Conselho de Direitos Humanos um relatório em que detalhava o caráter generalizado da tortura e a impunidade da polícia e de outras forças de segurança.

A tortura e outros maus-tratos eram

endêmicos nas prisões brasileiras, inclusive contra menores.

As condições prisionais – que incluíam superlotação, violência e falta de alimentos e água – eram especialmente severas em países como Bahamas, Bolívia, Brasil, Haiti, Jamaica, Estados Unidos e Venezuela.

REFUGIADOS, REQUERENTES DE ASILO E MIGRANTES

Em uma situação de crise humanitária cada vez mais aguda, migrantes e refugiados – especialmente uma grande quantidade de crianças e adolescentes desacompanhados – que atravessavam a América Central e o México enfrentaram graves violações de direitos humanos ao tentar entrar nos Estados Unidos, e muitas vezes acabaram detidos em condições rigorosas. Com frequência essas pessoas eram vítimas de homicídio, sequestro ou extorsão por parte de gangues criminosas, que costumavam agir com a conivência das autoridades. As mulheres e as meninas estavam mais expostas a sofrer violência sexual e serem vítimas de tráfico de pessoas.

Nos Estados Unidos, dezenas de milhares de famílias e de menores desacompanhados foram apreendidas durante o ano ao tentar cruzar a fronteira Sul. As famílias passavam meses detidas – muitas delas em instalações sem acesso adequado a cuidados médicos, saneamento, água ou assistência jurídica – enquanto eram processadas suas solicitações para permanecer no país.

Em outras partes da região, os migrantes e seus descendentes sofreram discriminação generalizada, e os Estados pouco fizeram para lidar com a exclusão arraigada.

Apesar da aplicação de uma lei que pretendia resolver a situação, na República Dominicana muitas pessoas de ascendência haitiana continuaram sendo apátridas depois que, em 2013, uma sentença do Tribunal Constitucional lhes retirou a nacionalidade dominicana de forma arbitrária e retroativa. Depois do anúncio das autoridades dominicanas de que as deportações de migrantes em situação irregular seriam retomadas em junho, dezenas de milhares de

migrantes haitianos decidiram retornar ao Haiti, principalmente por medo da violência, da expulsão ou do comportamento xenofobo de empregadores e vizinhos; centenas se assentaram em acampamentos improvisados na fronteira.

Nas Bahamas, houve denúncias de detenções arbitrárias e abusos contra migrantes. O Parlamento aprovou reformas relativas à imigração que poderiam impedir a obtenção de nacionalidade bahamiana para os filhos de migrantes em situação irregular nascidos nas Bahamas, com o risco de tornar essas crianças apátridas.

Em julho, o Comitê de Direitos Humanos da ONU pediu que o Canadá informasse este órgão, no prazo de um ano, a respeito de uma série de preocupações de direitos humanos relativas aos migrantes e refugiados. Em uma iniciativa positiva, o novo governo anunciou que os cortes no Programa de Saúde Federal Provisório para os refugiados e requerentes de asilo seriam revertidos e a cobertura do atendimento médico seria restaurada.

Quase 2.000 cidadãos colombianos, inclusive refugiados e pessoas em busca de asilo, foram deportados da Venezuela em agosto, sem que tivessem a oportunidade de contestar sua expulsão ou juntar seus pertences. Houve alguns casos em que crianças foram separadas de seus pais. Dezenas de pessoas foram expulsas à força ou tiveram suas casas destruídas, sendo que alguns dos detidos sofreram maus-tratos.

Em dezembro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos manifestou preocupação com a vulnerabilidade de mais de 4.500 migrantes provenientes de Cuba que permaneciam abandonados à própria sorte na fronteira entre a Costa Rica e a Nicarágua, em meio a denúncias de que as autoridades nicaraguenses os estavam submetendo a abusos. A Comissão pediu que os Estados da América Central permitissem a migração legal e segura dos cubanos que viajam por terra aos Estados Unidos.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Apesar de todos os Estados da região terem adotado a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas em 2007, as violações de direitos humanos – como ataques, uso excessivo da força e homicídios – continuaram sendo uma realidade cotidiana para os povos indígenas de todo o Continente, e ameaçavam seus direitos à terra, ao território e aos recursos naturais, à sua cultura e à sua própria existência.

A pobreza, a exclusão, a desigualdade e a discriminação continuaram afetando milhares de pessoas em países como Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, México, Paraguai e Peru. Os povos indígenas continuaram sendo removidos à força de suas próprias terras por atores estatais e não estatais – como empresas e proprietários de terras – em nome do desenvolvimento econômico.

Projetos de desenvolvimento, como os das indústrias extrativistas, reiteradamente privaram os povos indígenas de seu direito a uma consulta significativa e ao consentimento livre, prévio e informado, ameaçando sua cultura e seu ambiente e provocando o deslocamento forçado de comunidades inteiras.

Ataques contra membros de comunidades indígenas continuaram sendo amplamente praticados no Brasil, e os responsáveis raramente foram levados à Justiça. Uma emenda à Constituição que transferia a responsabilidade pela demarcação de territórios indígenas do Poder Executivo para o Legislativo ameaçava prejudicar o acesso dos povos indígenas à terra. No fim do ano, a emenda ainda aguardava a aprovação do Senado.

A Suprema Corte do Paraguai rejeitou a segunda tentativa de um proprietário de terras de anular a lei de expropriações de 2014, aprovada para devolver à comunidade Sawhoyamaxa as terras que lhes pertenciam. A decisão sobre uma ação ajuizada pela comunidade contra a ocupação de suas terras por funcionários do proprietário continuava pendente no fim do ano.

As autoridades não aplicaram integralmente a sentença de 2012 da Corte Interamericana de Direitos Humanos em favor dos índios Quíchua de Sarayaku. A decisão inclui a completa remoção dos explosivos deixados em suas terras e a aprovação de legislação para regulamentar o direito dos povos indígenas ao consentimento livre, prévio e informado sobre leis, políticas e medidas que afetem seus meios de subsistência.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS EM RISCO

Em toda a região, persistia um padrão de ameaças e ataques contra defensores dos direitos humanos, advogados, juizes, testemunhas e jornalistas, com uma tendência crescente de se fazer uso indevido dos sistemas de justiça para reprimir defensores dos direitos humanos. Os avanços no sentido de investigar esses abusos ou levar os responsáveis à Justiça foram raros.

Em muitos países das Américas, ser um defensor dos direitos humanos implicava se arriscar a sofrer abusos e violências. Os que atuavam para enfrentar a corrupção ou defender os direitos das mulheres e dos povos indígenas corriam maior perigo.

Os defensores dos direitos humanos na Colômbia corriam sério risco de ser alvo de ataques, principalmente dos paramilitares.

Na Venezuela, os defensores tiveram que enfrentar ataques verbais das autoridades. Em Cuba, as autoridades impuseram severas restrições às liberdades fundamentais, com milhares de denúncias de casos de perseguição a críticos do governo, bem como de prisões e detenções. Defensores dos direitos humanos e outras pessoas que criticavam abertamente as políticas do governo do Equador enfrentaram ataques, multas e ações penais infundadas; órgãos de imprensa continuaram sendo multados com base em uma lei de comunicações que poderia estar sendo usada para enfraquecer a liberdade de expressão. Na Bolívia, as autoridades desacreditaram o trabalho das organizações não governamentais, inclusive

de defensores dos direitos humanos, e aplicaram regulamentos escritos para que as ONGs obtivessem registro.

Os defensores dos direitos humanos na Guatemala – principalmente as lideranças indígenas e os ativistas que defendiam o meio ambiente e os direitos à terra, opondo-se aos megaprojetos de mineração e de hidrelétricas – eram alvos de constantes ataques, ameaças, perseguições e intimidações.

Em Honduras, em meio a um ambiente de violência e criminalidade generalizadas, os defensores dos direitos humanos, sobretudo as mulheres, sofreram ameaças e ataques que raramente eram investigados, além de perseguição judicial. O Congresso aprovou uma lei que poderia ser um passo importante para a proteção de defensores dos direitos humanos e jornalistas, entre outros. Porém, um grupo de organizações da sociedade civil manifestou sua preocupação com a imprecisão e a falta de transparência da minuta dessa normativa, tendo solicitado que sua aprovação fosse adiada por vários meses.

As medidas para proteger os defensores dos direitos humanos geralmente eram aplicadas de maneira pouco enérgica ou ignoradas por completo. O Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos do Brasil não conseguiu oferecer a proteção prometida em suas disposições, e sua aplicação foi prejudicada pela falta de recursos. Casos de ameaças, ataques e assassinatos contra defensores dos direitos humanos raramente foram investigados e permaneceram praticamente impunes. No México, o Mecanismo para Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos e Jornalistas, de caráter federal, carecia de recursos e de coordenação, o que deixou defensores de direitos humanos e jornalistas mal protegidos, enquanto a impunidade pelos ataques e pelas violências persistia.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

A crescente violência contra as mulheres continuou sendo um dos mais urgentes

desafios de direitos humanos na região. Pouco se avançou para resolver essa situação, pois proteger as mulheres e as meninas contra estupros, ameaças e homicídios, ou levar os responsáveis à Justiça, não estavam entre as prioridades dos Estados. Além disso, a aplicação das leis era bastante demorada.

Houve relatos de níveis elevados de violência motivada por gênero em países como Guatemala, Guiana, El Salvador, Jamaica, Trinidad e Tobago, entre outros. A aplicação da legislação de 2007 que criminalizava esses abusos na Venezuela permaneceu lenta devido à falta de recursos. As mulheres indígenas dos Estados Unidos e do Alaska continuaram a vivenciar níveis desproporcionais de violência; sua probabilidade de sofrer estupro ou violência sexual era 2,5 vezes maior que a de outras mulheres do país. Em El Salvador, 475 mulheres foram assassinadas entre janeiro e outubro – mais do que as 294 mortes registradas em 2014.

As violações dos direitos sexuais e reprodutivos tiveram um impacto significativo sobre a saúde de mulheres e meninas. Até o fim do ano, sete países da região – Chile, El Salvador, Haiti, Honduras, Nicarágua, República Dominicana e Suriname – ainda proibiam totalmente o aborto ou não dispunham de provisões legais para proteger a vida da mulher. No Chile, um projeto de lei para descriminalizar o aborto em certas circunstâncias tramitava no Congresso no fim do ano. Na República Dominicana, o Tribunal Constitucional revogou as reformas do Código Penal que descriminalizavam o aborto em certos casos. No Peru, um projeto de lei para descriminalizar o aborto para vítimas de estupro foi rejeitado por uma comissão constitucional do Congresso.

Na Argentina, mulheres e meninas enfrentaram dificuldades para ter acesso a abortos legais. No Brasil, novas leis e emendas constitucionais ameaçavam os direitos sexuais e reprodutivos e os direitos das mulheres. Alguns dos projetos propunham criminalizar o aborto em todas as

circunstâncias ou impediriam na prática o acesso a abortos legais e seguros.

Em outros países, mesmo quando o acesso a serviços de aborto era legal em determinadas circunstâncias, a demora dos procedimentos judiciais tornava quase impossível o acesso a abortos seguros, principalmente quando as pessoas não tinham condições de pagar por serviços privados. A restrição do acesso a anticoncepcionais e informações sexuais e reprodutivas, especialmente para as mulheres e meninas mais marginalizadas, continuou causando preocupação.

Na Bolívia, os altos índices de mortalidade materna, principalmente nas áreas rurais, continuaram preocupantes.

Todas as partes no conflito da Colômbia – forças de segurança, paramilitares e grupos guerrilheiros – cometeram crimes de violência sexual. Pouquíssimos agressores foram levados à Justiça.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXUAIS

Pessoas LGBTI sofreram constante discriminação e violência por toda a região, apesar dos avanços obtidos em alguns países com leis que proíbem a discriminação com base na orientação sexual e na identidade de gênero.

Houve casos não solucionados de homicídios violentos de mulheres transgênero na Argentina, bem como denúncias de crimes de ódio – inclusive assassinato e estupro – contra pessoas LGBTI na República Dominicana. A violência e a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais continuou preocupante em países como El Salvador, Guiana, Honduras, Trinidad e Tobago e Venezuela.

As relações sexuais consentidas entre homens permaneceram criminalizadas na Jamaica, onde jovens LGBTI ainda eram desalojados e deixados sem teto, e as ameaças e perseguições contra pessoas LGBTI não eram investigadas. Um

acontecimento positivo, contudo, foi que uma comemoração pelo Orgulho LGBTI pôde ser realizada pela primeira vez. Durante o evento, o ministro da Justiça pediu tolerância e manifestou seu apoio ao direito das pessoas LGBTI de se expressarem pacificamente.

CONFLITO ARMADO

Na Colômbia, as negociações de paz em curso entre o governo e as FARC foram a melhor oportunidade em mais de uma década de pôr um fim definitivo ao conflito armado interno mais prolongado da região. Entretanto, durante o ano, ambas as partes cometeram crimes contra o direito internacional e graves violações e abusos dos direitos humanos, principalmente contra povos indígenas e comunidades de camponeses e afrodescendentes, além de defensores dos direitos humanos.

As forças de segurança, os grupos guerrilheiros e os paramilitares cometeram homicídios ilegais, desalojamentos forçados, desaparecimentos forçados, ameaças de morte e crimes de violência sexual com quase total impunidade. Crianças continuaram sendo recrutadas como combatentes por grupos guerrilheiros e paramilitares. Familiares de vítimas de violações de direitos humanos que se mobilizaram por justiça, assim como membros de organização de direitos humanos que os auxiliaram, foram ameaçados de morte e sofreram outros graves abusos de direitos humanos.

Um cessar-fogo declarado em julho pelas FARC e a suspensão dos bombardeios contra posições das FARC por parte do governo pareceram atenuar alguns dos piores efeitos do conflito sobre os civis nas áreas rurais.

Em setembro, as duas partes anunciaram ter chegado a um acordo sobre justiça transicional e disseram que um tratado de paz seria assinado até março de 2016. Porém, restavam dúvidas sobre se o acordo, que até dezembro não era de conhecimento público, – combinado a uma legislação que poderia permitir que supostos autores de abusos contra os direitos humanos evadissem

a justiça – garantiria o direito das vítimas à verdade, à justiça e à reparação de acordo com o direito internacional.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Até o fim do ano, ninguém havia sido levado à Justiça para responder pelas violações de direitos humanos – como tortura, maus-tratos e desaparecimentos forçados – cometidas ao abrigo do programa secreto de detenção e interrogatório operado pela Agência Central de Inteligência (CIA), depois dos ataques de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos.

Mais de um ano após a publicação de um resumo, desclassificado do caráter de confidencial, de um relatório do Comitê de Inteligência do Senado relativo ao programa da CIA, o documento integral do Comitê permanecia classificado como altamente secreto, facilitando a manutenção da impunidade. A maioria das pessoas detidas com base no programa, se não todas, foi submetida a desaparecimento forçado e a condições de detenção e/ou técnicas de interrogatório que violam a proibição da tortura e de outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

Os detidos continuavam encarcerados em Guantánamo, a maioria sem acusação ou julgamento, com alguns sendo levados a julgamento por comissões militares, em um sistema que não cumpria as normas internacionais para julgamentos justos.

PENA DE MORTE

Os EUA continuaram sendo o único país a realizar execuções no Continente americano. Apesar disso, havia sinais de que a tendência mundial pela abolição da pena de morte aos poucos ganhava terreno também nesse país. A Assembleia Legislativa do Nebraska votou a favor da abolição da pena de morte, mas a decisão estava suspensa no fim do ano, depois que seus oponentes conseguiram requerer por meio de petição que a questão fosse a voto popular em 2016. O governador da Pensilvânia anunciou uma moratória das execuções. Nos estados de Washington e Oregon também vigoravam moratórias.

PANORAMA REGIONAL: ÁSIA E OCEANIA

Apesar da continuidade da rápida transformação socioeconômica na região da Ásia e da Oceania, a situação dos direitos humanos muitas vezes permaneceu desoladora. A tendência crescente de repressão e injustiça ameaçou a proteção dos direitos humanos na região.

Uma séria e recorrente ameaça aos direitos das pessoas foi a incapacidade dos estados de garantirem a responsabilização por violações aos direitos humanos. A impunidade, com frequência arraigada e generalizada, negou justiça e sustentou violações dos direitos humanos, incluindo tortura e outros maus-tratos. A impunidade também exacerbou o sofrimento no âmbito dos conflitos armados, como no Afeganistão e em Mianmar, e perpetuou a injustiça ao não garantir reparações por conflitos passados, como na Indonésia.

Em muitos países, observou-se uma grave desconexão entre os governos e o povo. O povo, particularmente a juventude, com frequência sentiu-se com novos poderes para exigir seus direitos, muitas vezes ajudado por tecnologias e plataformas de comunicação acessíveis, incluindo as redes sociais. Os governos, ao contrário, muitas vezes buscaram escudar-se das críticas ou de ter de prestar contas, enquanto alguns – como os da China, Camboja, Índia, Malásia, Tailândia e Vietnã – intensificaram a repressão às liberdades fundamentais. Graves restrições aos direitos às liberdades de expressão, de associação e de reunião pacífica continuaram ocorrendo no Laos, onde as autoridades intensificaram o controle sobre grupos da sociedade civil.

Apesar de uma tendência global para a abolição da pena de morte, esta continuou a ser aplicada em diversos países da região, inclusive extensivamente na China e

Paquistão. A Indonésia retomou as execuções, as Maldivas ameaçaram fazê-lo, e houve uma onda de execuções no Paquistão, após a suspensão, em dezembro de 2014, de uma moratória da execução de civis.

Contudo, observaram-se também alguns avanços, com Fiji tendo se tornado o 100º país totalmente abolicionista no mundo e a aprovação pelo parlamento da Mongólia de um novo Código Penal que exclui a pena de morte para todos os crimes.

Milhões de refugiados e requerentes de asilo enfrentaram condições precárias em toda a região da Ásia e da Oceania, e países tão díspares quanto a Austrália e a China violaram o direito internacional ao devolver forçosamente pessoas a países onde elas enfrentariam um sério risco de graves violações. Uma grave crise humanitária e de direitos humanos ocorreu na baía de Bengala e no mar de Andaman, onde traficantes de pessoas e contrabandistas abandonaram milhares de refugiados e migrantes no mar, com os estados inicialmente recusando sua entrada ou demorando-se para mobilizar operações de busca e resgate.

No Nepal, o terremoto devastador de 25 de abril e seus tremores secundários deixaram mais de 8 mil mortos e 22 mil feridos, e desalojaram mais de 100 mil pessoas. O governo recusou-se a revogar as onerosas tarifas e demorados trâmites aduaneiros para a entrada de suprimentos médicos e de assistência, deixando milhares de pessoas em situação de extrema necessidade. Uma nova Constituição, aprovada às pressas após o terremoto, foi marcada por deficiências na área de direitos humanos. Uma estrutura federalista foi rejeitada por grupos étnicos, levando a protestos e confrontos violentos. As forças de segurança recorreram à força excessiva, desnecessária ou desproporcional em diversos confrontos com os manifestantes, levando a dezenas de mortes.

A repressão extremada e a violação sistemática de quase todos os direitos humanos ofuscaram a vida na República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte), e aqueles que fugiram do país

denunciaram um aumento das prisões arbitrárias. A redução das rações diárias ameaçou gravemente o direito à alimentação adequada para as centenas de milhares de pessoas que continuavam a definir em campos prisionais e centros de detenção, onde a tortura e outros maus-tratos foram generalizados e o trabalho forçado rotineiro.

A influência geopolítica da China continuou a crescer, mas prevaleceu uma terrível situação interna de direitos humanos. Sob o pretexto de reforçar a segurança nacional, o governo aumentou a repressão ao elaborar ou aprovar uma série de leis e regulações sem precedentes, com o potencial de silenciar a dissidência e reprimir os defensores dos direitos humanos. As autoridades também intensificaram seu controle sobre a internet, os meios de comunicação de massa e a academia.

O período de preparação para as eleições gerais de Mianmar, em novembro – a primeira desde que um governo semicivil chegou ao poder, em 2011, após quase cinco décadas de regime militar –, foi prejudicado pela privação dos direitos políticos de grupos minoritários, em particular dos rohingya, que são perseguidos, e por conflitos em andamento no norte de Mianmar. No entanto, a vitória eleitoral esmagadora da Liga Nacional para a Democracia, liderada pela ex-prisioneira de consciência Aung San Suu Kyi, foi um momento histórico que traz esperanças de mudanças na área dos direitos humanos. Se isso ocorrerá de fato, resta ainda a ser provado.

Na medida em que o governo militar da Tailândia adiou seus planos para a transição política, o país vivenciou um retrocesso contínuo no cumprimento de suas obrigações em direitos humanos. As restrições dos direitos humanos – particularmente em relação às liberdades de expressão e de reunião –, que as autoridades haviam afirmado serem temporárias quando tomaram o poder em um golpe militar, em 2014, na verdade mantiveram-se e foram reforçadas.

Um novo governo chegou ao poder no Sri Lanka, em janeiro, trazendo reformas

constitucionais e promessas de melhorias na proteção dos direitos humanos. No entanto, muitos problemas sérios persistiram, incluindo o uso de prisões e detenções arbitrárias, tortura e outros maus-tratos, desaparecimentos forçados e mortes sob custódia. Um persistente clima de impunidade pelos abusos cometidos por ambos os lados do conflito armado no Sri Lanka, que chegou ao fim em 2009, continuou em grande medida sem ser enfrentado.

Houve outros sinais menores de progresso na região, mesmo que, às vezes, frágeis e hesitantes. Tais incluíram tentativas de avanços no enfrentamento à tortura e outros maus-tratos generalizados no Afeganistão, Índia e Sri Lanka.

CRESCIMENTO DO ATIVISMO E SUPRESSÃO DOS PROTESTOS PÚBLICOS

Seguiu crescendo o ativismo por direitos humanos que emergiu na região da Ásia e da Oceania em anos recentes. No entanto, protestos e outras ações foram frequentemente ofuscados pelos esforços das autoridades para restringir as liberdades de expressão, de associação e de reunião pacífica, inclusive por meio do uso da força e da violência.

Pessoas foram intimidadas e perseguidas ao exercerem seu direito à liberdade de reunião pacífica no Vietnã; em julho, as forças de segurança agrediram e intimidaram ativistas pacíficos que tentavam juntar-se a uma greve de fome em solidariedade a prisioneiros de consciência. Nas Maldivas, centenas de opositores políticos do governo que participavam de protestos pacíficos foram presos e detidos, e na Malásia organizadores e participantes de protestos pacíficos foram criminalizados.

No Camboja, medidas duras de repressão do direito à liberdade de reunião pacífica, instituídas em 2014, foram reforçadas pela condenação penal de manifestantes. Em julho, 11 membros da oposição e ativistas foram condenados por acusações improváveis de insurreição. Eles haviam

participado de uma manifestação na capital, Phnom Penh, em julho de 2014, que resultou em confrontos com as forças de segurança. Nenhuma evidência confiável foi apresentada que ligasse os homens à violência.

Na Tailândia, as sentenças de prisão impostas a dois ativistas por encenarem uma peça de teatro foram exemplos de uso indiscriminado, pelas autoridades militares, da Lei de Lesa-Majestade para suprimir a liberdade de expressão. As autoridades continuaram a proibir “reuniões políticas” de cinco ou mais pessoas, e introduziram uma legislação exigindo que os manifestantes peçam autorização da polícia ou das autoridades, caso contrário serão presos. Estudantes e ativistas que realizaram manifestações pacíficas e simbólicas de pequena escala muitas vezes experimentaram força excessiva ou prisões e acusações.

Em Mianmar, a repressão policial brutal de protestos estudantis majoritariamente pacíficos foi seguida de prisões em massa e perseguição generalizada a líderes estudantis e todos aqueles associados aos protestos. Estes incluíram Phyo Aung Mye Theik, líder da Federação Birmanesa de Associações Estudantis.

Uma série de protestos foi realizada na República da Coreia (Coreia do Sul) com relação à resposta do governo ao naufrágio da balsa Sewol, em 2014, que causou mais de 300 mortes. Embora a maioria dos protestos tenha sido pacífica, em abril, a polícia bloqueou comícios de rua na capital, Seul, que marcavam um ano da tragédia, e usou força desnecessária contra participantes de uma vigília em memória das vítimas.

REPRESSÃO À DISSIDÊNCIA

Muitos governos na região da Ásia e da Oceania demonstraram uma radical intolerância à dissidência e recorreram a restrições draconianas aos direitos humanos.

O mês de maio marcou um ano da declaração militar da lei marcial e da tomada de poder na Tailândia. As autoridades adotaram medidas severas, abusaram do

sistema judicial e fortaleceram seus poderes para erradicar a dissidência pacífica ou a crítica ao regime militar. Elas demonstraram contínua intolerância à dissidência pacífica, prendendo arbitrariamente estudantes e ativistas antigolpe, e mantendo acadêmicos, jornalistas e parlamentares em detenção secreta ou sem acusação nem julgamento em campos militares. Algumas pessoas enfrentaram julgamentos injustos em tribunais militares por manifestarem-se contra o golpe militar. As autoridades penalizaram dezenas de pessoas por comentários e declarações feitos no Facebook, considerados ofensivos à monarquia, com os tribunais emitindo sentenças de até 60 anos de prisão.

O governo da Coreia do Norte recusou-se a permitir a operação de quaisquer partidos políticos, jornais independentes ou organizações independentes da sociedade civil e proibiu o uso de serviços internacionais de telefonia móvel a quase todos os cidadãos. Ainda assim, muitas pessoas se arriscaram para fazer telefonemas internacionais. As pessoas que viviam perto da fronteira com a China aproveitaram a economia privada não oficial para ter acesso a celulares contrabandeados conectados a redes chinesas para entrar em contato com pessoas de fora da Coreia do Norte – expondo-se a vigilância, prisão e detenção.

No Camboja, defensores dos direitos humanos foram presos e as autoridades intensificaram as arbitrárias restrições vigentes dos direitos às liberdades de expressão e de reunião pacífica, aumentando as prisões por atividade online. A nova Lei de Associações e Organizações Não Governamentais foi aprovada, apesar de protestos por parte da sociedade civil de que a lei ameaçava minar o direito à liberdade de associação; não se definiu o modo como a lei seria implementada.

No Tíbet, o estado controlou a imprensa e o judiciário, bem como as instituições políticas e religiosas; dezenas de prisioneiros de consciência permaneceram na prisão em condições precárias depois de julgamentos injustos. Houve um aumento nas denúncias

de assédio, detenções arbitrárias de curto prazo e agressões físicas a membros da sociedade civil.

Em julho, as autoridades da China lançaram uma ofensiva massiva contra advogados de direitos humanos, que se manteve ao longo do resto do ano. Ativistas, defensores dos direitos humanos e suas famílias foram sistematicamente submetidos a assédio, intimidação, prisão arbitrária e violência.

O espaço para a sociedade civil, os defensores dos direitos humanos e a liberdade de expressão também diminuiu em todo o sul da Ásia. O Paquistão permaneceu um dos países mais perigosos do mundo para jornalistas, na medida em que estes continuaram sendo alvos de ataques, incluindo assassinatos, por parte de grupos armados, e o governo não forneceu a proteção adequada. Bangladesh tornou-se cada vez mais perigoso para aqueles que manifestavam sua opinião, com um padrão de repressão da liberdade de expressão que incluiu o assassinato de diversos blogueiros e editores laicos. ONGs também enfrentaram restrições legais por criticarem as autoridades em Bangladesh e Paquistão. Na Índia, as autoridades usaram leis que restringem o financiamento estrangeiro para reprimir ONGs críticas ao governo.

No Afeganistão, defensores dos direitos humanos foram perseguidos com impunidade e sofreram violência por parte do estado e de atores não estatais. Estes atores foram acusados de envolvimento em ataques com granadas, bombardeios e o assassinato de defensores dos direitos humanos. O Parlamento introduziu uma emenda à lei sobre os meios de comunicação que pode limitar ainda mais a liberdade de expressão. Depois que o Talibã tomou o controle da província de Kunduz, em setembro, houve denúncias de assassinatos em massa, estupros e buscas por profissionais da imprensa e defensoras dos direitos humanos nomeados em uma lista de alvos.

Em outros países, os governos que demonstraram intolerância em relação à

crítica pública incluíram o do Japão, onde uma lei sobre segredos oficiais que poderia restringir excessivamente o direito ao acesso às informações guardadas pelas autoridades entrou em vigor em dezembro de 2014. O governo da Coreia do Sul ampliou a aplicação da Lei de Segurança Nacional para abarcar grupos adicionais, como políticos, uma medida que poderia cercear ainda mais a liberdade de expressão. As autoridades da Indonésia usaram uma lei sobre a internet para criminalizar certas formas de liberdade de expressão, resultando na condenação e prisão de indivíduos simplesmente por compartilharem sua opinião online.

As restrições ao ativismo e à dissidência pacíficas em Mianmar foram intensificadas, com dezenas de pessoas detidas por razões de consciência detidos e centenas de pessoas enfrentando acusações por exercerem pacificamente seus direitos às liberdades de expressão e de reunião. Estes incluíram manifestantes estudantis, ativistas políticos, profissionais da imprensa e defensores dos direitos humanos, em particular, ativistas rurais e sindicalistas.

Os meios de comunicação enfrentaram restrições na Malásia, e ativistas foram intimidados e assediados. Uma decisão do Tribunal Federal confirmando a constitucionalidade da repressiva Lei de Sedição – usada para prender e deter arbitrariamente dezenas de defensores dos direitos humanos e outros nos últimos anos – minou ainda mais a liberdade de expressão.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos foram denunciados em diversos países da região, incluindo Fiji, Indonésia, Malásia, Mongólia, Nepal, Coreia do Norte, Filipinas, Tailândia, Timor Leste e Vietnã. A impunidade dos responsáveis foi corriqueira.

Tortura e outros maus-tratos durante detenção e interrogatório continuaram generalizados na China.

O governo do Afeganistão adotou medidas no sentido de estabelecer um plano de ação nacional para eliminar a tortura; a agência de

inteligência emitiu uma ordem reiterando a proibição de seu uso, ainda que a tortura e outros maus-tratos por parte de agentes de segurança continuassem prevalentes em todo o sistema prisional.

Na Índia, houve denúncias de uso de tortura e outros maus-tratos sob custódia, incluindo casos de mortes causadas por tortura. Em uma ação positiva, o Supremo Tribunal orientou os estados a instalarem circuitos fechados de televisão em todas as prisões para evitar a tortura e outras violações, enquanto o governo declarou que estava considerando alterar o Código Penal para reconhecer especificamente a tortura como um crime.

A tortura e outros maus-tratos de detidos, incluindo violência sexual, continuaram a ser denunciadas no Sri Lanka, assim como mortes suspeitas sob custódia. Casos antigos seguiram impunes. No entanto, o novo governo prometeu ao Conselho de Direitos Humanos da ONU que emitiria instruções claras para todas as forças de segurança de que a tortura e outros maus-tratos são proibidos e que os responsáveis seriam investigados e punidos.

CONFLITO ARMADO

Tiveram continuidade os conflitos armados em partes da região da Ásia e da Oceania. Aumentaram a insegurança, as rebeliões e as atividades criminosas no Afeganistão com civis sendo feridos e mortos pelo Talibã e outros grupos armados, bem como por forças pró-governo. A responsabilização pelos homicídios arbitrários cometidos por forças pró-governo e por grupos armados foi praticamente inexistente.

Em outubro, forças dos EUA bombardearam um hospital administrado pela ONG Médecins sans Frontières na cidade de Kunduz, matando 22 funcionários e pacientes e desencadeando pedidos por uma investigação independente. O Talibã desfechou ataques contra civis ou indiscriminados, e, por um curto período, assumiu o controle de grande parte da província de Kunduz.

Denúncias de violações – incluindo estupro e outros crimes de violência sexual – foram feitas contra membros do exército de Myanmar, particularmente nos estados de Kachin e Shan do Norte, onde o conflito armado entrou em seu quinto ano. Tanto atores estatais como não estatais foram acusados de violações do direito internacional humanitário e de abusos dos direitos humanos, em um clima de impunidade.

Na Índia, grupos armados continuaram a perpetrar abusos contra civis, inclusive em Jammu e Kashmir, bem como no centro do país. No entanto, em agosto, no nordeste da Índia, o governo e o influente grupo armado Conselho Nacional Socialista de Nagaland (facção Isak-Muivah) chegaram a um histórico acordo-quadro de paz.

Na Tailândia, a violência armada continuou em três províncias ao sul, Pattani, Yala e Narathiwat, bem como em partes de Songkhla.

IMPUNIDADE

A incapacidade crônica e arraigada de garantir justiça e responsabilização por violações e abusos dos direitos humanos passados e recentes foi um grande problema em uma ampla gama de países na região da Ásia e da Oceania.

Na Índia, a impunidade para violações cometidas por forças de segurança persistiu, permanecendo em vigor em Jammu, Kashmir e partes do nordeste do país uma legislação que praticamente concede imunidade legal para as forças armadas.

No Camboja, persistiu a impunidade para violações cometidas durante o policiamento de manifestações, inclusive para as mortes causadas pelo uso desnecessário ou excessivo da força nos anos anteriores. Casos sem resolução incluíram o de Khem Saphath, de 16 anos, visto pela última vez em janeiro de 2014. Há temores de que ele tenha sido vítima de desaparecimento forçado, e, segundo informes, ele estava entre pelo menos cinco pessoas alvejadas durante uma ação repressiva do governo. O tribunal do Khmer Vermelho examinou, pela primeira

vez, evidências das acusações de genocídio em um processo contra Nuon Chea, o ex-segundo em comando do Khmer Vermelho, e contra Khieu Samphan, chefe de estado durante a era do Khmer Vermelho.

Na Indonésia, completaram-se 50 anos das violações em massa dos direitos humanos de 1965, quando – após um golpe de Estado fracassado – os militares atacaram sistematicamente membros do Partido Comunista Indonésio e supostos apoiadores. Houve persistente omissão em garantir verdade, justiça e reparação pelas terríveis violações dos direitos humanos e pela morte de um número estimado de 500 mil a 1 milhão de pessoas. Ainda na Indonésia, o ano de 2015 também marcou os 10 anos do fim do devastador conflito em Aceh, que durou décadas, entre as forças do governo indonésio e o pró-independência Movimento Aceh Livre (Gerakan Aceh Merdeka), no qual entre 10 mil e 30 mil pessoas foram mortas. Apesar das evidências de que as violações cometidas pelas forças de segurança podem constituir crimes contra a humanidade – e de que ambos os lados podem ter cometido crimes de guerra –, pouco tem sido feito para garantir justiça.

No entanto, houve algum avanço no sentido da prestação de contas no Sri Lanka. Uma investigação da ONU sobre os supostos abusos cometidos durante os últimos anos do conflito armado no país, incluindo desaparecimentos forçados e ataques militares contra civis, concluiu que tais abusos, se levados perante um tribunal de justiça, poderiam configurar crimes de guerra e/ou crimes contra a humanidade. A investigação recomendou reformas para enfrentar as violações em curso e a criação de um tribunal híbrido para abordar os crimes contra o direito internacional, com as quais o governo indicou concordar.

MIGRANTES

Refugiados e requerentes de asilo continuaram a enfrentar dificuldades significativas na região da Ásia, da Oceania, como em outros lugares. Contrabando e

tráfico de pessoas na baía de Bengala expuseram milhares de refugiados e migrantes a graves abusos a bordo de barcos. Algumas pessoas foram alvejadas nos barcos, jogadas ao mar e deixadas para que se afogassem, ou morreram de fome, desidratação ou doenças. Pessoas foram agredidas, às vezes durante horas, por movimentar-se, implorar por comida ou pedir para usar o banheiro.

Em maio, uma crise irrompeu na baía de Bengala e no mar de Andaman, desencadeada pela repressão da Tailândia ao tráfico de pessoas e pelo subsequente abandono de pessoas no mar por contrabandistas e traficantes, causando um número desconhecido de mortes e deixando milhares de refugiados e migrantes à deriva por semanas, sem comida, água e cuidados médicos.

A Indonésia, Malásia e Tailândia inicialmente empurraram embarcações superlotadas de volta para o mar e impediram milhares de pessoas desesperadas de desembarcarem, enquanto os governos regionais demoraram-se para pôr em curso operações de busca e resgate. Após críticas internacionais, a Indonésia e a Malásia permitiram que as pessoas desembarcassem e acomodaram-nas temporariamente. No entanto, centenas ou mesmo milhares de pessoas continuaram desaparecidas e podem ter morrido ou sido vendidas para trabalho forçado. Até o fim do ano, havia graves questões sem resposta sobre uma solução de longo prazo para os sobreviventes, uma vez que – apesar de a Indonésia dedicar recursos para abrigar milhares de refugiados e requerentes de asilo e ajudar a atender suas necessidades básicas – o governo não havia esclarecido se eles poderiam ficar no país para além de maio de 2016.

Como resultado da contínua insegurança e do conflito armado no Afeganistão, cerca de 3 milhões de afegãos refugiaram-se em outros países, a maioria no Irã e no Paquistão, e quase 1 milhão de afegãos estavam desalojados internamente em seu próprio país, muitas vezes em condições precárias

em campos improvisados.

A Austrália mostrou-se inflexível em relação ao tratamento a refugiados e requerentes de asilo. As medidas adotadas pelo país incluíram devolver barcos ao mar, *refoulement*, e detenção obrigatória e por tempo indeterminado, inclusive em centros de processamento fora do continente, em Papua-Nova Guiné e Nauru. Um relatório independente sobre o centro de Nauru documentou denúncias de estupro e outras violências sexuais. O governo aceitou todas as recomendações do relatório e anunciou, em outubro, que os requerentes de asilo não seriam mais detidos no centro. A Anistia Internacional reuniu evidências sobre o envolvimento de patrulhas de fronteira marítima da Austrália em atividades criminosas, incluindo provas de que funcionários fizeram pagamentos para tripulações de barcos para que traficassem para a Indonésia refugiados e migrantes encontrados no mar.

Trabalhadores migrantes sofreram agressão e discriminação em diversos países. A Coreia do Norte enviou pelo menos 50 mil pessoas para trabalhar em países como Líbia, Mongólia, Nigéria, Qatar e Rússia, muitas vezes em condições precárias de segurança e por horas excessivas; eles receberam os salários por meio do governo da Coreia do Norte, que fez deduções significativas no valor.

CRESCENTE INTOLERÂNCIA ÉTNICA E RELIGIOSA

Algumas autoridades foram coniventes ou não enfrentaram uma tendência crescente de intolerância, exclusão e discriminação étnica e religiosa. Agressões foram denunciadas em países na região da Ásia e da Oceania, como Laos, Mianmar, Paquistão, Sri Lanka e Vietnã.

As autoridades na Indonésia omitiram-se em assegurar proteção às minorias religiosas para que pudessem praticar sua fé sem medo, intimidação ou ataques. Uma comunidade de muçulmanos xiitas – removidos à força, em 2013, de um abrigo temporário em Java Oriental – permaneceu

no limbo ao longo de 2015; anteriormente, em 2012, eles haviam sido removidos à força de sua aldeia natal, após ataques por uma gangue antixiita. As autoridades locais os impediram de retornar, a não ser que se convertessem ao islamismo sunita. Em outra área, as autoridades locais na província de Aceh destruíram igrejas cristãs, com a violência de gangues forçando cerca de 4 mil pessoas a fugir para a província de Sumatra do Norte.

A liberdade de religião foi sistematicamente reprimida na China. Uma campanha do governo para demolir igrejas e derrubar cruzes cristãs na província de Zhejiang intensificou-se, e a perseguição aos praticantes do Falun Gong incluiu detenção arbitrária, julgamentos injustos, prisão, tortura e outros maus-tratos. O governo manteve amplo controle sobre os mosteiros budistas tibetanos. O governo regional na Região Autônoma Uigur de Xinjiang, predominantemente muçulmana, estabeleceu novos regulamentos para controlar de modo mais rígido as questões religiosas e para proibir todas as práticas religiosas não autorizadas.

Na Índia, as autoridades não impediram diversos incidentes de violência religiosa, e algumas vezes contribuíram para as tensões por meio de discursos polarizadores. Multidões atacaram homens muçulmanos suspeitos de roubar, contrabandear ou abater vacas; e dezenas de artistas, escritores e cientistas protestaram contra o que eles disseram ser um clima de crescente intolerância.

DISCRIMINAÇÃO

A discriminação continuou a ser uma preocupação em diversos países, com as autoridades frequentemente omitindo-se em proteger populações.

Na Índia, discriminação e violência generalizadas com base em castas continuaram, e as castas dominantes seguiram praticando violência sexual contra mulheres e meninas dalit e adivasi. Houve algum progresso quando a câmara baixa do

Parlamento aprovou uma emenda à Lei sobre Castas e Tribos Definidas (Prevenção a Atrocidades), reconhecendo novos crimes, exigindo a criação de tribunais especiais para julgá-los e determinando que as vítimas e as testemunhas recebam proteção.

No Nepal, a discriminação – seja baseada em gênero, casta, classe, etnia ou religião – foi generalizada, enquanto na Austrália os povos indígenas foram presos em uma taxa desproporcional.

Pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais (LGBTI) enfrentaram discriminação generalizada, e a conduta de natureza sexual entre pessoas do mesmo sexo continuou a ser criminalizada em muitos países. No entanto, um distrito na capital do Japão, Tóquio, tornou-se a primeira municipalidade no país a aprovar um decreto para distribuir certificados que reconhecem a união entre pessoas do mesmo sexo, enquanto a câmara alta do Parlamento da Índia aprovou uma lei que protege os direitos das pessoas transexuais.

DIREITOS DAS MULHERES E MENINAS

Mulheres em toda a região da Ásia e da Oceania foram frequentemente sujeitas a violência, abuso e injustiça, incluindo discriminação baseada em gênero e violações e abusos dos direitos sexuais e reprodutivos.

No Nepal, a discriminação baseada em gênero resultou em uma série de impactos negativos sobre as mulheres de grupos marginalizados. Estes incluíram a limitação da capacidade das mulheres e meninas de controlarem sua sexualidade e tomarem decisões relacionadas à reprodução, tais como rejeitar o casamento precoce ou assegurar atenção pré-natal e materna adequada. Na Índia, o estigma e a discriminação por parte de policiais e autoridades continuaram a dissuadir as mulheres de denunciar a violência sexual, e a maioria dos estados ainda não possuía protocolos padronizados para que a abordagem policial da violência contra as mulheres.

A violência sexual e baseada em gênero

permaneceu generalizada em Papua-Nova Guiné, onde também houve denúncias contínuas de violência e assassinato de mulheres e crianças após acusações de feitiçaria. O governo adotou poucas medidas preventivas.

PENA DE MORTE

Apesar de algum progresso na região da Ásia e da Oceania no sentido de reduzir o uso da pena de morte nos últimos anos, diversos países ainda aplicaram a punição, inclusive em contraposição às leis e normas internacionais de direitos humanos. As execuções foram retomadas em alguns países.

O Paquistão atingiu a marca vergonhosa da execução de mais de 300 pessoas desde a suspensão de uma moratória na execução de civis, em dezembro de 2014, depois de um ataque terrorista.

Em agosto, a Comissão Jurídica da Índia recomendou que a pena de morte seja abolida para todos os crimes, exceto delitos relacionados ao terrorismo e a “fazer guerra contra o estado”.

As emendas ao Código Penal da China entraram em vigor, reduzindo o número de crimes puníveis com morte. Embora a mídia estatal tenha alegado que isso estava de acordo com a política do governo de executar um número menor de pessoas, as mudanças na lei não foram consistentes com as convenções e normas internacionais de direitos humanos sobre o uso da pena de morte. Estatísticas sobre aplicação da pena continuaram a ser classificadas como segredo de estado.

Um novo Código Penal abolindo a pena de morte para todos os crimes foi aprovado pelo Parlamento da Mongólia, a entrar em vigor a partir de setembro de 2016.

PANORAMA REGIONAL: EUROPA E ÁSIA CENTRAL

O ano de 2015 foi turbulento na região da Europa e da Ásia Central, e péssimo para os direitos humanos. Começou com combates intensos no leste da Ucrânia e terminou com confrontos violentos no leste da Turquia. Na UE, o ano teve um início e fim marcados por ataques armados na capital francesa, Paris, e em seus arredores, e foi dominado pela grave situação das milhões de pessoas que chegaram à costa da Europa, a maioria fugindo de conflitos. Nesse contexto, o respeito pelos direitos humanos regrediu em toda a região. Na Turquia e em toda a antiga União Soviética, os líderes abandonaram cada vez mais o respeito pelos direitos humanos, ao mesmo tempo em que reforçaram seu controle sobre os meios de comunicação e perseguiram ainda mais seus críticos e opositores. Na UE, essa tendência regressiva assumiu uma forma diferente. Beneficiados pela persistente incerteza econômica, pelo desencanto com a política dominante e pelo crescente sentimento contrário à UE e aos migrantes, partidos populistas tiveram avanços eleitorais significativos. Na ausência de uma liderança que atuasse com base em princípios, o papel dos direitos humanos como um pilar das democracias europeias pareceu mais frágil do que nunca. Abrangentes medidas de combate ao terrorismo e propostas para restringir o fluxo de migrantes e refugiados geralmente foram anunciadas com todas as habituais ressalvas com relação aos direitos humanos, mas elas estavam cada vez mais despojadas de seu conteúdo.

No Reino Unido, o Partido Conservador, que está no poder, apresentou propostas para revogar a Lei de Direitos Humanos; na Rússia, o Tribunal Constitucional recebeu o poder de anular as decisões do Tribunal Europeu de Direitos Humanos; na Polónia, o

Partido Lei e Justiça, governista, pressionou pela aprovação de medidas que restringiriam a fiscalização do Tribunal Constitucional poucos meses depois de sua eleição. Cada vez menos importantes no cenário internacional, os Estados membros da UE fecharam os olhos para as violações dos direitos humanos que, no passado, eles teriam condenado com rigor, conforme procuraram fazer acordos econômicos e obter o apoio de países terceiros nos seus esforços para combater o terrorismo e manter os refugiados e migrantes afastados.

Embora tenha havido progressos em matéria de igualdade para pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais (LGBTI) (pelo menos na maioria dos países da Europa Ocidental) e a Comissão Europeia tenha continuado a enfrentar a discriminação sistemática contra ciganos, quase todas as tendências subjacentes em toda a região indicavam uma perspectiva sombria para a situação dos direitos humanos em 2016.

A CRISE DOS REFUGIADOS

A imagem que definiu o ano foi a de Aylan Kurdi, um menino sírio de três anos de idade, encontrado sem vida em uma praia turca. Junto com sua trágica morte em setembro, mais de 3.700 refugiados e migrantes perderam suas vidas tentando chegar às costas da Europa, enquanto os Estados membros da União Europeia se esforçaram para lidar com o impacto de uma crise global de refugiados sobre a Europa. Enquanto a Turquia hospedou mais de 2 milhões de refugiados sírios e o Líbano e a Jordânia, juntos, acolheram mais 1,7 milhão, 1 milhão de refugiados e migrantes entraram na UE de forma irregular durante o ano, muitos deles refugiados da Síria. No entanto, a UE, o bloco político mais rico do mundo, com uma população total de mais de 500 milhões de pessoas, demonstrou uma singular incapacidade de responder a este desafio de forma coerente, humana e que respeite os direitos humanos.

O ano começou de forma desfavorável, com líderes europeus recusando-se a

substituir a Operação Mare Nostrum, uma operação de busca e salvamento da Marinha italiana, por uma alternativa adequada, apesar da ampla evidência acerca da continuidade da pressão migratória na rota do mar Mediterrâneo. A decisão foi reconsiderada apenas depois que mais de mil refugiados e migrantes morreram em uma série de incidentes ao largo da costa da Líbia, em um único fim de semana em meados de abril. Em uma cúpula convocada às pressas, os líderes da UE concordaram em expandir a Operação Triton, focada no controle das fronteiras marítimas e liderada pela Frontex, agência de gestão das fronteiras da UE, enquanto uma série de países, incluindo o Reino Unido e a Alemanha, enviou embarcações adicionais à região. Os resultados foram positivos: de acordo com a Organização Internacional para as Migrações, a taxa de mortalidade ao longo da rota do mar Mediterrâneo caiu 9% em relação a 2014, mas ainda era de 18,5 mortes para cada mil viajantes. Todavia, o número de refugiados e migrantes que morreram no mar Egeu aumentou consideravelmente, chegando a mais de 700 até o fim do ano; isso representou cerca de 21% de todas as mortes ocorridas no mar Mediterrâneo em 2015, em comparação com 1% em 2014.

O aumento no número de mortes no mar Egeu refletiu o crescimento acentuado de chegadas irregulares por mar na Grécia a partir do verão. Na ausência de vias de entrada seguras e legais para os países da UE, mais de 800 mil pessoas fizeram a perigosa travessia para a Grécia, a enorme maioria de refugiados fugindo de conflitos ou perseguição na Síria, Afeganistão, Eritreia, Somália e Iraque. Apenas 3% das pessoas que ingressaram na Grécia irregularmente o fizeram através da fronteira terrestre, que é em grande parte cercada.

Os desafios logísticos e humanitários apresentados pela chegada de um número tão grande de pessoas fizeram ruir completamente o sistema de recepção de migrantes da Grécia, que já se encontrava debilitado. Enquanto centenas de milhares de

refugiados e migrantes deixaram a Grécia e cruzaram os Bálcãs, a maioria deles com o objetivo de chegar à Alemanha, também entrou em colapso o assim chamado "regulamento de Dublin" – o sistema da UE para dividir a responsabilidade pelo processamento das solicitações de asilo entre os Estados membros. A concentração dos refugiados e requerentes de asilo em alguns poucos países com fronteiras externas à Europa, essencialmente a Grécia e a Itália, tornou impossível manter esse sistema, que atribui a responsabilidade primária de processar os pedidos de asilo ao primeiro país da UE no qual o requerente ingressou. O Acordo de Schengen – que aboliu os controles nas fronteiras internas da UE – também mostrou sinais de desestabilização, com a Alemanha, Áustria, Hungria, Suécia e Dinamarca suspendendo a aplicação de suas disposições.

Conforme a crise crescia, os líderes da UE organizaram várias reuniões de cúpula, mas sem sucesso. Embora a Comissão Europeia tenha procurado em vão propor medidas construtivas para a redistribuição dos requerentes de asilo e para a organização de instalações de recepção ao longo da rota, a maioria dos Estados membros da UE se mostrou indecisa ou obstruiu ativamente as potenciais soluções. Apenas a Alemanha mostrou liderança proporcional à escala do desafio.

Pouco esforço foi feito para proporcionar vias mais seguras e legais de entrada para os refugiados na UE. Em maio, os Estados membros concordaram com um programa proposto pela Comissão Europeia de reassentamento ao longo da UE para 20 mil refugiados de todo o mundo. O ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, havia fixado o número de refugiados sírios que precisavam de reassentamento e outras formas de admissão humanitária em 400 mil, mas, à exceção da Alemanha, quase nenhum dos países da UE se ofereceu para reassentar mais do que alguns milhares.

Os líderes europeus também tiveram dificuldades para chegar a um acordo e

implementar um mecanismo eficaz para redistribuir entre os Estados membros os refugiados e migrantes que chegavam à UE. Em uma reunião de cúpula realizada em maio, os líderes da UE votaram a favor de um programa para realocar 40 mil requerentes de asilo da Itália e da Grécia, diante da intensa oposição de vários países da Europa Central. Em setembro, o programa foi estendido para abranger mais 120 mil refugiados, incluindo a realocação de 54 mil requerentes de asilo da Hungria. Desde o início insuficiente, o programa fracassou em face dos desafios logísticos e da relutância dos Estados de destino para cumprir as metas com as quais se comprometeram: apenas cerca de 200 requerentes de asilo haviam sido transferidos da Itália e da Grécia até o fim do ano, enquanto a Hungria se recusou a participar.

Conforme aumentou a pressão, os países dos Balcãs alternaram entre fechar suas fronteiras ou simplesmente guiar os refugiados e migrantes através de seu território até o país vizinho. Os guardas de fronteira utilizaram gás lacrimogêneo e cassetetes para obrigar as multidões a recuar quando a Macedônia fechou brevemente sua fronteira, em agosto, e a Hungria fechou permanentemente sua fronteira com a Sérvia, em setembro. Até o fim do ano, estabeleceu-se um corredor relativamente organizado que atravessava a Macedônia, Sérvia, Croácia, Eslovênia e Áustria, constituindo uma resposta *ad hoc* para a crise que permaneceu inteiramente dependente da disponibilidade contínua da Alemanha em aceitar a entrada de requerentes de asilo e refugiados. Milhares de pessoas continuavam a dormir ao relento, enquanto as autoridades dos países ao longo da rota enfrentavam dificuldades para fornecer abrigo adequado.

A Hungria liderou a estratégia de recusar o envolvimento com soluções pan-europeias para a crise dos refugiados. Depois de um aumento acentuado na chegada de refugiados e migrantes no início do ano, a Hungria voltou as costas para os esforços coletivos e decidiu isolar-se. O país construiu

mais de 200 km de cercas ao longo das suas fronteiras com a Sérvia e a Croácia e adotou uma legislação que tornava quase impossível para os refugiados e requerentes de asilo procedentes da Sérvia pedir asilo. Em setembro, o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, declarou: "Entendemos que todos os países têm o direito de decidir se querem ter um grande número de muçulmanos em seus países".

A opinião pública em toda a Europa oscilou entre a indiferença ou a hostilidade, de um lado, e fortes demonstrações de solidariedade, de outro. As cenas chocantes de caos e de privações ao longo da rota dos Balcãs levaram inúmeras pessoas e ONGs a preencher as lacunas da assistência humanitária prestada aos refugiados e migrantes. No entanto, quase todos os líderes europeus optaram por dar ouvidos às vozes que expressavam o sentimento anti-imigração e as preocupações com a perda da segurança e soberania nacionais. Como resultado, as únicas políticas com as quais concordaram foram as que reforçavam a "Fortaleza Europa".

À medida que avançava o ano, as reuniões de cúpula europeias concentravam-se cada vez mais em medidas destinadas a impedir a entrada de refugiados e migrantes na Europa ou acelerar sua devolução. Os líderes da UE concordaram em criar uma lista comum de países de origem "seguros", para os quais os requerentes de asilo poderiam ser devolvidos após um processo acelerado. Eles também concordaram em reforçar a capacidade da Frontex para levar a cabo as expulsões. De forma mais significativa, eles começaram a recorrer aos países de origem e especialmente aos de trânsito para que restringissem o fluxo de refugiados e migrantes para a Europa. A terceirização dos controles de migração da UE para países terceiros atingiu o seu auge com a assinatura de um Plano de Ação Conjunta com a Turquia, em outubro. Basicamente, o acordo comprometia a Turquia a reforçar seus controles fronteiriços para limitar o fluxo de refugiados e migrantes para a Grécia, em

troca de 3 bilhões de euros em ajuda para a população refugiada residente e, extraoficialmente, de fechar os olhos à sua lista crescente de deslizos quanto aos direitos humanos. O acordo ignorou o fato de que, apesar da recepção amplamente positiva da Turquia a mais de 2 milhões de refugiados sírios, muitos ainda viviam em extrema pobreza, enquanto os refugiados provenientes de outros países tinham poucas perspectivas de serem reconhecidos enquanto tal em razão das profundas deficiências do sistema de asilo da Turquia. No fim do ano, surgiram evidências de que a Turquia estava devolvendo à força para a Síria e o Iraque refugiados e requerentes de asilo detidos em suas províncias na fronteira ocidental do país, deixando ainda mais claro que a UE estava limitando o afluxo de refugiados e migrantes em detrimento dos seus direitos humanos.

À medida que o ano chegava ao fim, cerca de 2 mil pessoas continuavam a entrar na Grécia diariamente. Embora a capacidade e as condições de recepção nas ilhas gregas e ao longo da rota dos Balcãs tenham melhorado, elas permaneceram incompatíveis com a escala do desafio. Como não havia sinal de que a chegada de migrantes e refugiados à Europa diminuiria significativamente em 2016, no fim do ano a UE não havia avançado na busca de soluções sustentáveis e que respeitem os direitos das pessoas que buscam refúgio dentro das suas fronteiras.

VIOÊNCIA ARMADA

Em janeiro e fevereiro, intensos combates recomeçaram em Donbass, na região oriental da Ucrânia, quando separatistas apoiados pelos russos nas autoproclamadas República Popular de Donetsk e República Popular de Lugansk tentaram avançar e fortalecer sua linha de frente. Depois de sofrer muitas perdas militares, as forças ucranianas cederam o controle do aeroporto de Donetsk, há muito disputado, e da área ao redor da cidade de Debaltsevo, com intenso bombardeio realizado por ambos os lados,

resultando em inúmeras vítimas civis. No fim do ano, a ONU estimou que o número de mortos em virtude do conflito excedeu 9 mil pessoas, incluindo 2 mil civis, muitos dos quais aparentemente morreram por causa de foguetes e morteiros disparados de forma indiscriminada. Crimes de guerra e outras violações do direito internacional humanitário cometidos incluíram tortura e outros maus-tratos de detidos por ambas as partes, e a execução sumária de pessoas capturadas pelas forças separatistas. Embora o conflito tenha diminuído no fim do ano como resultado de um frágil cessar-fogo, a perspectiva de responsabilização pelos crimes cometidos permaneceu remota. Em 8 de setembro, a Ucrânia aceitou a jurisdição do Tribunal Penal Internacional (TPI) em relação a supostos crimes cometidos em seu território desde 20 de fevereiro de 2014, mas nenhum progresso foi feito sobre a ratificação do Estatuto de Roma do TPI. Ainda que as autoridades ucranianas tenham aberto algumas investigações criminais sobre suspeitas de abusos por parte das forças da Ucrânia – principalmente por grupos paramilitares –, não houve condenações até o fim do ano. A total impunidade persistiu nas regiões de Donetsk e Lugansk, onde a situação de ilegalidade generalizada se tornou comum.

A responsabilização pelos abusos cometidos durante as manifestações pró-Europa (“EuroMaidan”) de 2013 e 2014 na capital, Kiev, também se mostrou evasiva. Em novembro, o Gabinete do Procurador-Geral informou que estavam em curso as investigações de mais de 2 mil delitos relacionados com o EuroMaidan, e foram instaurados processos penais contra 270 pessoas. Começou o julgamento de dois ex-agentes da polícia antiterrorismo (Berkut) sob a acusação de homicídio e abuso de autoridade, mas não houve garantias de condenações por crimes relacionados ao EuroMaidan durante o ano. Um Painel Consultivo Internacional criado pelo Conselho da Europa para supervisionar as investigações sobre o EuroMaidan publicou

dois relatórios, em abril e novembro, e ambos consideraram as investigações inadequadas.

Embora continuou não havendo a responsabilização por violações dos direitos humanos cometidas no passado, algum progresso foi feito na instituição de reformas estruturais nas agências responsáveis pela aplicação da lei na Ucrânia, notoriamente corruptas e abusivas; foi finalmente aprovada uma lei apoiada pelo Conselho da Europa criando um novo órgão público para investigar crimes cometidos por funcionários públicos, incluindo tortura e outros maus-tratos. A Ucrânia deu seus primeiros passos efetivos em direção a uma reforma institucional, mas a região de Donbass continuou instável e, tal como a Crimeia, um buraco negro para abusos de direitos humanos não monitorados.

Enquanto o conflito na Ucrânia diminuiu, confrontos intensos eclodiram na Turquia quando o sempre incerto processo de paz com o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) entrou em colapso, em julho. Até o fim do ano, mais de 100 pessoas teriam sido mortas durante as operações de manutenção da ordem em áreas urbanas, que assumiram um aspecto cada vez mais militarizado. Houve inúmeras denúncias de uso excessivo da força e execuções extrajudiciais pelas forças turcas. Essas operações foram geralmente conduzidas sob toques de recolher permanentes, muitas vezes com duração de várias semanas, durante os quais os moradores tiveram a água e eletricidade cortadas e não tiveram acesso a tratamento médico ou alimentos. A escalada significativa das violações dos direitos humanos recebeu quase nenhuma censura internacional, já que a Turquia ampliou com sucesso seu papel crucial em relação ao conflito sírio e à crise de refugiados, visando atenuar a crítica às suas ações domésticas.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

O respeito às liberdades de expressão, de associação e de reunião pacífica deteriorou-

se em toda a antiga União Soviética. O controle governamental sobre a mídia, a censura na internet, a repressão aos protestos e a criminalização do legítimo exercício destas liberdades intensificaram-se em quase toda parte.

Na Rússia, a forte repressão aos críticos do governo intensificou-se, na medida em que foram aplicadas leis repressivas decretadas após o regresso de Vladimir Putin à presidência. Até o fim do ano, mais de 100 ONGs haviam sido incluídas na lista de "agentes estrangeiros" do Ministério da Justiça, a maioria delas compulsoriamente. Nenhuma ONG conseguiu contestar judicialmente a sua inclusão na lista. Várias ONGs, entre elas o Centro de Direitos Humanos Memorial, foram multadas por não identificar suas publicações com a etiqueta perniciosa "agente estrangeiro", abrindo caminho para que seus líderes sofram processos criminais no futuro. A lei, cujo objetivo era desencorajar as ONGs de receber financiamento estrangeiro e desacreditar aquelas que o fizeram, foi complementada em maio por uma nova lei que permite às autoridades classificar organizações estrangeiras como "indesejáveis" se elas forem consideradas uma "ameaça à ordem constitucional, à defesa ou à segurança do Estado". O alvo parecia ser as organizações de doadores estrangeiros, em particular dos Estados Unidos. Até o fim do ano, quatro doadores estadunidenses haviam sido declarados "indesejáveis", tornando ilegais suas operações na Rússia e qualquer cooperação com elas. As autoridades estenderam ainda mais seu controle sobre a mídia e a internet. Milhares de sites e páginas foram bloqueados por órgãos reguladores do governo, muitas vezes violando o direito à liberdade de expressão. Restrições à liberdade de reunião pacífica também foram intensificadas e o número de protestos públicos diminuiu. Pela primeira vez, quatro manifestantes pacíficos foram processados no âmbito de uma lei de 2014 que criminalizava a violação reincidente da lei sobre reuniões públicas.

No Azerbaijão, como previsto, líderes de ONGs proeminentes presos em 2014 foram condenados com base em uma série de acusações falsas. No fim do ano, pelo menos 18 prisioneiros de consciência continuavam presos, incluindo defensores dos direitos humanos, jornalistas, jovens ativistas e políticos da oposição. Leyla Yunus, presidente do Instituto para a Paz e a Democracia, e seu marido e colega de trabalho, Arif Yunus, foram libertados no fim de 2015, embora ainda enfrentem acusações espúrias de traição.

A situação dos direitos humanos no Cazaquistão também regrediu. O novo Código Penal, que entrou em vigor em janeiro, manteve os crimes de incitação à "discórdia" social e de outra natureza. Quatro investigações criminais foram abertas no âmbito desse delito vagamente formulado, incluindo contra os ativistas Yermek Narymbaev e Serkzhan Mambetalin, que publicaram trechos de um livro inédito considerado ofensivo ao povo cazaque na sua página do Facebook. No fim do ano, eles continuavam em detenção preventiva. Inspirando-se na Rússia e compartilhando a suspeita quanto ao financiamento estrangeiro das ONGs, o Cazaquistão aprovou alterações à Lei das Organizações Sem Fins Lucrativos, criando um "operador" central para reunir e administrar fundos estatais e não estatais para as ONGs, incluindo o financiamento estrangeiro, para projetos e atividades que estivessem de acordo com uma lista limitada de requisitos aprovados pelo governo. O Quirguistão também estudou adotar uma lei sobre "agentes estrangeiros", acompanhando as diretrizes russas; um projeto de lei foi apresentado ao Parlamento, com forte apoio do Presidente Atambaev, mas foi retirado "para debate adicional" em junho. O Parlamento também chegou à terceira leitura de um projeto de lei criminalizando o "fomento de atitude positiva" em relação a "relações sexuais não tradicionais", mas também foi retirado para consulta adicional.

O presidente do Tajiquistão, Emomali Rahmon, recebeu imunidade judicial vitalícia

e o título de "líder da nação", enquanto no Uzbequistão e no Turquemenistão as regras profundamente repressivas continuaram fundamentalmente inalteradas. Geórgia e Ucrânia continuaram a oferecer ambientes amplamente livres, mas ambos os países experimentaram algumas oscilações. Na Ucrânia, tornou-se cada vez mais perigoso expressar opiniões pró-Rússia: o jornalista pró-russo Oles Buzina foi morto a tiros por dois homens mascarados em abril, enquanto o jornalista Ruslan Kotsaba se tornou o primeiro prisioneiro de consciência da Ucrânia nos últimos cinco anos, quando foi posto em custódia por acusações de traição, em fevereiro. Após a aprovação, em maio, de quatro leis de descomunização, que proibiam o uso de símbolos nazistas e comunistas, o Ministério da Justiça iniciou um processo para banir o Partido Comunista da Ucrânia. Na Geórgia, o partido da oposição Movimento Nacional Unido e várias ONGs acusaram o governo de orquestrar uma batalha legal prolongada entre um ex-acionista expulso da emissora de TV pró-oposição Rustavi 2 e os seus atuais proprietários. Em novembro, o Tribunal Municipal de Tbilisi ordenou a substituição do diretor-geral e do diretor financeiro da emissora.

Em outras partes da Europa, talvez a regressão mais significativa em relação aos direitos humanos tenha ocorrido na Turquia. A liberdade de expressão sofreu ainda mais retrocessos, diante do contexto de duas eleições parlamentares sucessivas que resultaram em maioria absoluta para o Partido da Justiça e Desenvolvimento (AK) no poder, no governo cada vez mais autocrático do seu ex-líder e atual presidente Recep Tayyip Erdoğan e na ruptura do processo de paz com o Partido dos Trabalhadores do Curdistão. Inúmeros processos criminais injustos, instaurados no âmbito de leis de difamação criminal e de combate ao terrorismo, tiveram como alvo ativistas políticos, jornalistas e outros críticos das autoridades públicas ou da política do governo. Comentaristas pró-curdos e

apoiadores dos meios de comunicação associados ao ex-aliado do partido AK, Fethullah Gülen, foram alvos preferenciais. Pessoas que expressaram críticas ao presidente, especialmente por meio de redes sociais, foram cada vez mais processadas. Mais de 100 casos de difamação criminal nos termos do artigo 299 do Código Penal por "insultar o Presidente" foram instaurados pelo presidente e sancionados pelo Ministério da Justiça.

Os meios de comunicação e jornalistas críticos foram submetidos a enorme pressão. Diversos jornalistas foram demitidos por seus editores por causa de reportagens e comentários críticos. Sites de notícias, incluindo grande parte da imprensa curda, foram bloqueados por razões pouco claras por ordens administrativas, com a ajuda de um Judiciário complacente. Jornalistas foram perseguidos e agredidos pela polícia enquanto cobriam histórias no sudeste do país, predominantemente curdo. Os meios de comunicação ligados a Fethullah Gülen foram alvos sistemáticos de perseguição, retirados do ar ou dominados por administradores do governo.

Protestos sobre temas controversos continuaram a ser reprimidos. Manifestações no Dia Internacional do Trabalho foram proibidas pelo terceiro ano consecutivo, e a passeata anual do Orgulho Gay de Istambul foi violentamente dispersada pela primeira vez em mais de uma década. Denúncias de uso excessivo da força por agentes de aplicação da lei que reprimiram os protestos foram frequentes, particularmente no sudeste do país.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

O ano começou com ataques violentos em Paris contra jornalistas no semanário satírico *Charlie Hebdo* e contra um supermercado judeu, resultando em 17 mortes e uma onda de solidariedade tanto francesa como internacional. Em 13 de novembro, outra série de ataques em Paris e arredores matou mais 130 pessoas. Os ataques deram novo impulso a um conjunto de medidas que

ameaçavam os direitos humanos na França em particular, mas também em outros países da Europa. Entre elas, havia medidas dirigidas contra pessoas que viajaram ou que pretendiam viajar para o exterior para cometer ou contribuir com atos de imprecisa definição relacionados com o terrorismo, ampliando os novos poderes de vigilância; medidas que ampliavam o poder de detenção com garantias processuais reduzidas; e medidas "antirradicalização" que poderiam reprimir a liberdade de expressão e discriminar certos grupos.

Algumas das mudanças mais significativas ocorreram na área da vigilância, na medida em que diversos Estados adotaram ou apresentaram medidas que davam às agências de inteligência e de aplicação da lei acesso quase ilimitado às comunicações eletrônicas. Na França, o Parlamento aprovou duas leis de vigilância que garantiam amplos poderes executivos para monitorar as comunicações e o uso da internet, inclusive por meio da interceptação em massa e indiscriminada do tráfego da internet. A segunda lei, adotada em outubro, abriu caminho para o uso de técnicas de vigilância em massa sobre as comunicações dentro e fora do país, visando cumprir uma série de objetivos imprecisos, incluindo a promoção da política externa e interesses econômicos e científicos. Nenhuma dessas novas medidas de vigilância requeria autorização judicial prévia, concedendo poderes limitados e ocasionais para uma autoridade administrativa aconselhar o primeiro-ministro.

A Suíça adotou uma nova lei de vigilância que concedeu amplos poderes ao Serviço Federal de Inteligência para interceptar dados transmitidos via cabos de internet que entram ou saem do país, acessar metadados, históricos de internet e conteúdo de e-mails e usar *spyware* do governo. O governo holandês apresentou um projeto de lei que, na prática, legalizaria a coleta em massa de dados de telecomunicações, incluindo comunicações internas sem autorização judicial prévia. O governo do Reino Unido propôs um novo projeto de Lei de Poderes Investigativos que

autorizaria os serviços de inteligência a interceptar todas as comunicações dentro e fora do país e obrigaria as empresas provedoras de telefonia e de internet a entregar os históricos telefônicos e de internet dos clientes – tudo com um controle judicial insuficiente.

Enquanto os governos europeus ameaçaram o direito à privacidade, uma série de decisões-chave dos tribunais internacionais estabeleceu indicações do que provavelmente será uma questão fortemente contestada e litigada nos próximos anos. Em dezembro, no caso *Roman Zakharov v. Rússia*, a Grande Câmara do Tribunal Europeu de Direitos Humanos destacou a necessidade de haver suspeita individual prévia e escrutínio judicial significativo para que qualquer atividade de vigilância que interfira no direito à privacidade seja considerada necessária e proporcional.

Após sua histórica sentença de 2014 no caso *Digital Rights Ireland*, o Tribunal de Justiça da União Europeia proferiu outra decisão fundamental em outubro, quando invalidou o acordo “porto seguro” entre os Estados Unidos e a UE. Estabelecido há quinze anos, o acordo permitia que empresas privadas transferissem dados pessoais entre as duas regiões, baseadas no pressuposto de que as legislações dos EUA e da UE eram essencialmente equivalentes na proteção dos direitos fundamentais relativos aos dados pessoais. Após as revelações sobre a extensão do programa de vigilância dos EUA feitas por Edward Snowden, o Tribunal concluiu que “as autoridades dos Estados Unidos eram capazes de acessar os dados pessoais transferidos a partir dos Estados membros para os Estados Unidos e de tratá-los de uma forma [que foi] além do estritamente necessário e proporcional à proteção da segurança nacional”.

O uso crescente de medidas excepcionais de combate ao terrorismo que ameaçam os direitos humanos desde os ataques de 11 de setembro de 2001 contra os EUA se reproduziu com particular intensidade na França após os atentados de novembro. As

autoridades declararam estado de emergência por um período inicial de 12 dias e, depois, estenderam-no por três meses. Este introduziu uma série de medidas, incluindo a possibilidade de realizar buscas domiciliares sem mandado judicial, obrigar as pessoas a permanecer em locais específicos e dissolver associações ou grupos vagamente descritos como participantes de atos que perturbam a ordem pública. No espaço de apenas algumas semanas, as autoridades francesas realizaram 2.700 buscas domiciliares sem mandado judicial, resultando na abertura de apenas duas investigações relacionadas com o terrorismo (e outras 488 investigações por outros crimes); atribuíram residência fixa a 360 pessoas; e fecharam 20 mesquitas e várias associações muçulmanas. Ao longo do ano, as autoridades iniciaram uma onda de ações judiciais ao abrigo das disposições imprecisas de “apologia ao terrorismo”, várias delas em aparente violação do direito à liberdade de expressão.

No entanto, a França não estava sozinha. Após os ataques de novembro, foram apresentadas propostas de novas leis de combate ao terrorismo em países de toda a região, incluindo Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos e Eslováquia. Em todos eles, as novas propostas incluíram prolongar o período de tempo permitido para a prisão preventiva de pessoas suspeitas de delitos relacionados com o terrorismo sem que fosse necessário demonstrar “suspeitas razoáveis”.

Ao longo do ano, os Estados europeus trabalharam na adoção de uma legislação que restringia e criminalizava realizar ou planejar viagens para o exterior com a finalidade de cometer ou contribuir para atos relacionados ao terrorismo, como resultado da aprovação da Resolução 2178 do Conselho de Segurança da ONU, em 2014. Em dezembro, a Comissão Europeia apresentou uma proposta de nova diretiva que introduziria na legislação nacional dos Estados membros a proibição de realizar viagens ou atividades relacionadas a elas com o propósito de cometer atos de terrorismo no

exterior. A proposta referia-se a um tratado, aprovado no início do ano sob os auspícios do Conselho da Europa, que continha medidas semelhantes. Essas leis, assim como outras introduzidas para combater o fenômeno dos chamados "combatentes estrangeiros", ameaçaram em graus diversos uma série de direitos humanos garantidos. Em vários países, e no Reino Unido em particular, tais medidas foram acompanhadas de um conjunto mais amplo de ações destinadas a identificar e prevenir o "extremismo violento" que traziam o risco de discriminar e estigmatizar a população muçulmana.

PANORAMA REGIONAL: ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

Para milhões de pessoas em toda a região do Oriente Médio e do Norte da África, o ano de 2015 trouxe calamidade e sofrimento incessante. Os conflitos armados na Síria, no Iraque, no Iêmen e na Líbia continuaram a deixar inúmeros mortos e feridos entre a população civil, além de provocar deslocamentos forçados que, no caso da Síria, ocorreram em escala verdadeiramente épica. Em outros lugares, as autoridades do governo reprimiram a dissidência e intensificaram seu controle sobre a vida das pessoas, o que justificaram com a ameaça para a segurança pública representada pelos grupos armados. Estes, por sua vez, realizaram uma onda de bombardeios e outros ataques em países de toda a região e fora dela.

CONFLITO ARMADO

Nos contínuos conflitos armados da Síria, no Iêmen e grandes áreas do Iraque e da Líbia, as forças governamentais e não estatais cometeram repetidamente e com impunidade crimes de guerra e graves violações dos direitos humanos, matando e ferindo milhares de civis e levando milhões de pessoas a deixarem suas casas e mergulharem em situações de desespero e miséria. As forças em combate mostraram pouca ou nenhuma consideração pela vida dos civis e ignoraram a obrigação legal de todas as partes envolvidas – tanto estatais como não estatais – de poupar a população civil.

O mais grave desses conflitos armados continuou a assolar a Síria, causando devastação e mortes generalizadas, ao mesmo tempo em que impactou severamente os países vizinhos, além de outros países da região e fora dela. Até o fim do ano, segundo

a ONU, mais de 250 mil pessoas haviam sido mortas na Síria desde o começo da repressão brutal do governo aos protestos populares e às reivindicações por reformas, que começaram em 2011. A população civil continuou a sofrer os efeitos do conflito. Milhões de pessoas continuaram a ser desalojadas à força; até o fim de 2015, mais de 1 milhão haviam fugido da Síria, aumentando o número de refugiados para 4,6 milhões – a maioria na Turquia, Líbano e Jordânia. Milhares dessas pessoas tentaram ingressar na Europa por meio de travessias marítimas perigosas a partir da Turquia, enquanto mais de 7,6 milhões estavam desalojadas internamente na Síria. Algumas foram submetidas a vários deslocamentos forçados.

Ao longo de 2015, as forças leais ao presidente sírio, Bashar al-Assad, continuaram a bombardear sem restrições áreas civis controladas pela oposição, matando e ferindo milhares de pessoas. Alguns ataques teriam usado agentes químicos. Essas forças também continuaram a atacar instalações médicas e a cercar áreas civis controladas por grupos armados de oposição, aprisionando os moradores que restaram nos locais, condenando-os à fome e à privação severa, e expondo-os a constantes bombardeios e ataques de artilharia. Por sua parte, os grupos armados não estatais cometeram homicídios ilegais e lançaram ataques de artilharia indiscriminados contra áreas controladas pelo governo. Grandes áreas da Síria, assim como a maior parte do norte do Iraque, estavam sob o controle do grupo armado autodenominado Estado Islâmico (EI), cujas forças também continuaram a cometer crimes de guerra e crimes contra a humanidade, enquanto divulgavam abertamente seus abusos por meio da internet como ferramenta de propaganda e de recrutamento. Em áreas sob o seu controle, como Al Raqqa, na Síria, e Mosul, no Iraque, o Estado Islâmico aplicou brutalmente sua interpretação própria e restrita do Islã e intimidou qualquer oposição por meio de execuções sumárias e outras

punições cruéis. No Iraque, em particular, o grupo continuou a perseguir muçulmanos xiitas e membros de minorias, como a comunidade yazidi; mais de uma dúzia de valas comuns foram encontradas em áreas do Iraque anteriormente controladas pelo Estado Islâmico, que continham os restos mortais de yazidis sumariamente assassinados pelas forças do grupo. Muitas mulheres e meninas yazidis continuavam desaparecidas depois de terem sido capturadas por combatentes do Estado Islâmico e forçadas à escravidão sexual. No Iraque, em maio, as forças do Estado Islâmico assumiram o controle de Ramadi, capital da província de Anbar, predominantemente sunita, expulsando as forças do governo e obrigando milhares de pessoas a fugir para o sul, em direção à capital, Bagdá. Após a captura da cidade, as forças do Estado Islâmico realizaram uma onda de assassinatos de civis e membros das forças de segurança, jogando os corpos no rio Eufrates. O grupo impôs códigos estritos de vestimenta e conduta e puniu supostas infrações com assassinatos públicos em estilo de execução. As forças do Estado Islâmico teriam matado dezenas de homens supostamente gays, atirando-os do telhado de edifícios. Também destruíram monumentos religiosos e culturais, inclusive em Palmira, na Síria, declarada patrimônio da humanidade pela UNESCO.

O governo iraquiano tentou recapturar Ramadi e outras áreas do norte e leste do país controladas pelo Estado Islâmico. Para isso, inicialmente reforçou suas forças de segurança com milícias, em sua maioria xiitas, que tinham um histórico de assassinatos sectários e outros abusos graves dos direitos humanos. Depois, solicitou ataques aéreos por parte da coalizão internacional liderada pelos EUA, por um lado, e o apoio do Irã, por outro. À medida que avançavam, as forças do governo bombardearam indiscriminadamente com artilharia áreas controladas ou reivindicadas pelo Estado Islâmico, matando e ferindo civis. Em dezembro, o exército iraquiano retomou o

controle de Ramadi, apoiado pelos ataques aéreos conduzidos pela coalizão internacional liderada pelos EUA e pelos combatentes de tribos sunitas, mas não pelas milícias xiitas. As autoridades iraquianas continuaram a deter sem julgamento milhares de pessoas, em sua maioria muçulmanos sunitas, por acusações de terrorismo, submetendo-as à tortura e outros maus-tratos com impunidade; muitos outros foram condenados à morte ou a longas penas de prisão após julgamentos flagrantemente injustos em tribunais que costumavam condenar réus com base em "confissões" supostamente obtidas mediante tortura.

No Iêmen, um conjunto de forças em conflito disseminou sofrimento e caos por todo o país. No início do ano, as forças huthis pertencentes à minoria xiita zaidi, do norte do país, que haviam assumido o controle da capital, Sanaa, em setembro de 2014, tomaram o sul, apoiadas por forças leais ao ex-presidente Ali Abdullah Saleh, ameaçando a segunda e a terceira maiores cidades do Iêmen, Taiz e a cidade portuária de Aden, no mar Vermelho. As forças huthis dispararam armas explosivas indiscriminadamente em áreas civis do Iêmen e em direção à Arábia Saudita; atacaram hospitais e profissionais da saúde; expuseram imprudentemente a população civil ao perigo, ao lançar ataques a partir das cercanias de casas, hospitais e escolas; instalaram minas terrestres antipessoais, que eram um risco permanente para a população civil; usaram força letal contra manifestantes; fecharam ONGs, sequestraram e detiveram jornalistas e outros críticos.

Em 25 de março, uma coalizão militar composta por nove Estados árabes e liderada pela Arábia Saudita interveio no conflito, a pedido do presidente do Iêmen, Abd Rabbu Mansour Hadi, que havia se refugiado na capital saudita, Riad, conforme as forças huthis avançaram. O objetivo da coalizão era devolver o poder ao Presidente Hadi e ao seu governo. A coalizão lançou uma campanha de ataques aéreos contra os huthis e as áreas que eles controlavam ou reivindicavam,

impôs um bloqueio aéreo e marítimo parcial e posicionou tropas terrestres para apoiar as forças iemenitas anti-huthis. Enquanto alguns ataques da coalizão tinham como alvo objetivos militares, muitos outros foram realizados de forma indiscriminada, desproporcional ou aparentemente dirigidos de modo deliberado contra a população civil e bens de caráter civil, incluindo escolas, hospitais e estradas, em particular no governadorado de Saada, no norte do Iêmen, base principal dos huthis. Em algumas áreas, os aviões da coalizão também lançaram munições de fragmentação fabricadas nos Estados Unidos, apesar da proibição internacional do uso dessas armas, cujo impacto se dá de forma inerentemente indiscriminada, arriscando a vida de civis.

Grupos armados contrários aos huthis, incluindo o Estado Islâmico, executaram sumariamente combatentes huthis capturados e realizaram ataques suicidas e de outros tipos contra a população civil. Em 20 de março, os bombardeios realizados pelo Estado Islâmico a duas mesquitas xiitas mataram mais de 140 pessoas, todas ou a maioria civis, e feriram centenas de outras.

Segundo a ONU, até o fim do ano, os conflitos armados do Iêmen haviam matado mais de 2.700 civis e desalojado à força mais de 2,5 milhões de pessoas, criando uma crise humanitária.

O conflito no Iêmen não foi o único em que as forças internacionais se tornaram participantes diretas. Tanto no Iraque quanto na Síria, uma coalizão militar formada por Estados ocidentais e árabes e liderada pelos Estados Unidos utilizou aviões e veículos aéreos não tripulados para atacar as forças do Estado Islâmico e de outros grupos armados, às vezes causando mortes civis. Na Síria, as forças armadas da Rússia intervieram para apoiar o governo de Al Assad, apesar das evidências crescentes de violações dos direitos humanos, lançando ataques aéreos e mísseis contra áreas controladas pelas forças de oposição, assim como contra alvos do Estado Islâmico; até o fim do ano, estes ataques teriam matado

centenas de civis.

A Líbia também permaneceu imersa em conflitos armados, quatro anos após a queda do regime de Muammar al-Gaddafi. Dois governos e parlamentos rivais lutavam por supremacia, um baseado no leste do país, internacionalmente reconhecido e apoiado pela coalizão militar Operação Dignidade, e o outro, sediado na capital, Trípoli, apoiado pela coalizão Amanhecer da Líbia, formada por milícias armadas ocidentais e outras forças. Em outros lugares, grupos armados que perseguiram seus próprios objetivos ideológicos, regionais, tribais, econômicos e étnicos lutavam por controle, incluindo afiliados locais do Estado Islâmico e da Al Qaeda.

As várias forças em luta entre si cometeram graves violações das leis de guerra, incluindo ataques diretos contra civis, como trabalhadores da saúde, e ataques indiscriminados ou desproporcionais, homicídios ilegais, raptos, detenções arbitrárias, tortura e outros graves abusos. As forças afiliadas ao Estado Islâmico nas cidades líbias de Sirte e Derna realizaram execuções, açoitamentos e amputações públicos, e elegeram como alvo cidadãos estrangeiros de outras religiões. Em fevereiro, um grupo armado afiliado ao Estado Islâmico divulgou na internet vídeos explícitos do assassinato em massa de 21 pessoas, a maioria migrantes cristãos coptas egípcios, sequestradas várias semanas antes, o que provocou um ataque aéreo de retaliação por aviões de guerra egípcios.

Em dezembro, representantes dos dois governos rivais da Líbia assinaram um acordo de paz mediado pela ONU, comprometendo-se a encerrar a violência e formar um governo de unidade nacional. Isso ofereceu pelo menos alguma esperança à população da Líbia no fim de um ano em que o conflito armado matou cerca de 600 civis mortos e deixou quase 2,5 milhões de pessoas necessitadas de assistência humanitária e de proteção, embora o acordo tenha excluído vários grupos armados e milícias e não tenha trazido um fim às hostilidades.

Em outros países da região, problemas fundamentais e profundamente enraizados persistiram. O ano não viu qualquer progresso para a resolução do conflito israelense-palestino, mesmo que ele não tenha se transformado novamente em guerra aberta. Israel manteve seu implacável bloqueio de Gaza por terra, mar e ar, inviabilizando a reconstrução após a devastação causada pelo conflito armado de 2014. Na Cisjordânia ocupada, Israel continuou a promover assentamentos ilegais e restringiu severamente a circulação de palestinos por meio de um conjunto de postos de controle militares, barreiras e uma cerca/muro que se estendia por centenas de quilômetros. Milhares de palestinos que se opunham à ocupação militar de Israel ou que estavam envolvidos em protestos contra essa ocupação foram presos e detidos, em centenas de casos em virtude de ordens administrativas renováveis que davam às autoridades o poder de mantê-los em detenção indefinidamente sem acusação nem julgamento; outros foram mortos por tropas israelenses, que fizeram uso constante de força excessiva contra manifestantes palestinos. A tensão aumentou acentuadamente no último trimestre do ano, em meio a uma onda de esfaqueamentos e outros ataques contra israelenses por parte de palestinos que atuavam sozinhos. Soldados e policiais israelenses responderam com força letal, incluindo em circunstâncias em que os indivíduos não representavam uma ameaça iminente para a vida. Principalmente no último trimestre do ano, as forças israelenses mataram pelo menos 156 palestinos dos Territórios Palestinos Ocupados, incluindo crianças, em alguns casos em aparentes execuções extrajudiciais.

Em janeiro, o presidente palestino, Mahmoud Abbas, declarou a adesão da Palestina ao Estatuto de Roma e aceitou a jurisdição do Tribunal Penal Internacional sobre os crimes de sua competência cometidos nos Territórios Palestinos Ocupados desde junho de 2014. No entanto, nem o governo de unidade nacional palestino

sob o Presidente Abbas nem a administração *de facto* do Hamas em Gaza tomaram quaisquer medidas para investigar crimes de guerra, incluindo disparos indiscriminados de foguetes e morteiros, execuções sumárias e outros graves abusos por parte de grupos armados palestinos durante o conflito armado de 2014 com Israel. Nada foi feito também para responsabilizar os agentes de segurança palestinos que realizaram detenções ilegais e tortura. Da mesma forma, Israel não conduziu investigações independentes sobre os diversos crimes de guerra e outras violações do direito internacional cometidos por suas forças em Gaza durante o conflito armado de 2014 nem responsabilizou os envolvidos em homicídios ilegais na Cisjordânia e em tortura e outros maus-tratos de detidos.

REFUGIADOS, DESALOJADOS INTERNOS E MIGRANTES

O custo humano dos conflitos armados na Síria, Iraque, Iêmen e Líbia, em 2015, foi imensurável, embora a contínua onda de refugiados que fugiam destes países e o número ainda maior de pessoas desalojadas internamente neles dessem alguma indicação. Até o fim do ano, juntos, os quatro conflitos haviam gerado mais de 5 milhões de refugiados e requerentes de asilo e mais de 13,5 milhões de pessoas desalojadas internamente (PDI), de acordo com o ACNUR, a agência da ONU para os refugiados. Em outros países da região, como o Irã, a repressão do Estado também alimentou um fluxo contínuo de refugiados que procuravam proteção no exterior.

O impacto da crise dos refugiados foi mais intenso sobre os Estados na região do Oriente Médio e Norte da África. No fim do ano, o Líbano abrigava muito mais de 1 milhão de refugiados da Síria – que representavam entre um quarto e um terço da população total do Líbano –, e a Jordânia abrigava mais 641.800 refugiados da Síria. A presença de tantos refugiados implicou em uma enorme pressão sobre os recursos dos países que os acolheram, que foi apenas parcialmente aliviada pela assistência humanitária e apoio

da vacilante comunidade internacional, e trouxe enormes desafios sociais e de segurança. Tanto no Líbano quanto na Jordânia as autoridades tomaram medidas para conter o fluxo de novas chegadas, intensificando os controles nos pontos de passagem fronteiriços oficiais e informais; bloqueando a entrada de certos grupos de pessoas, principalmente membros da comunidade de refugiados palestinos que se encontravam há longo tempo na Síria; e ampliando os requisitos para a concessão de residência para aqueles já admitidos no país. Mais de 12 mil refugiados da Síria que não tiveram permissão para entrar na Jordânia permaneceram em uma área desértica remota no lado jordaniano da fronteira com a Síria, sob condições desesperadoras. Enquanto isso, em dezembro, as autoridades jordanianas devolveram mais de 500 refugiados e requerentes de asilo sudaneses para o Sudão, onde eles corriam risco de sofrer abusos dos direitos humanos, violando o princípio internacional de *non-refoulement*.

A vida continuou muito difícil e incerta, mesmo para aqueles que escaparam da Síria e de outros países imersos em conflitos armados, devido às dificuldades e à insegurança que encontraram na condição de refugiados. Estas dificuldades estimularam centenas de milhares de refugiados a se expor a novos riscos com o objetivo de encontrar maior segurança em lugares mais distantes, especialmente nos países da UE. Um enorme número de refugiados partiu principalmente da Líbia e da Turquia – que, sozinha, havia recebido cerca de 2,3 milhões de refugiados da Síria – para tentar realizar travessias marítimas perigosas em direção à Itália e à Grécia, muitas vezes em embarcações superlotadas, sem condições de navegar, fornecidas por traficantes de pessoas que cobravam preços extorsivos. Muitas pessoas tiveram sucesso e conseguiram alcançar a relativa segurança da Europa, onde enfrentaram uma recepção claramente díspar, conforme os Estados membros da UE discutiam sobre quem deveria assumir a responsabilidade e qual

deveria ser a "porcentagem justa" de refugiados de cada Estado. Inúmeros outros, no entanto, perderam suas vidas no mar nessa fase de sua jornada, incluindo muitos bebês e crianças.

Em adição aos mais de 1 milhão de refugiados da Síria que inflaram a sua população, o Líbano continuou a acolher várias centenas de milhares de refugiados palestinos, décadas depois dos conflitos com Israel que os obrigaram a fugir de suas casas. Eles receberam proteção por parte das autoridades libanesas, mas permaneceram sujeitos a leis e políticas discriminatórias que lhes negavam o direito a herdar propriedades e o acesso ao ensino público gratuito e a certas categorias de emprego remunerado.

Os migrantes, bem como os refugiados e os desalojados internamente, continuaram particularmente vulneráveis a abusos em diversos países. Na Argélia e no Marrocos, os migrantes de países da África Subsaariana eram passíveis de prisão e expulsão sumária. Na Líbia, as autoridades de Trípoli mantiveram até 4 mil migrantes e outros cidadãos estrangeiros sem documentos em detenção por tempo indeterminado em instalações onde eles sofreram tortura e outros maus-tratos, enquanto outros refugiados, requerentes de asilo e migrantes foram submetidos a graves abusos, incluindo discriminação e exploração trabalhista. Em Israel, as autoridades negaram aos requerentes de asilo da Eritreia e do Sudão acesso a um processo justo para a determinação da condição de refugiado; detiveram mais de 4.200 pessoas em centros de detenção no deserto até o fim do ano; e pressionaram outros a sair de Israel "voluntariamente", caso contrário enfrentariam detenção por tempo indeterminado.

Os trabalhadores migrantes, muitos do sul e do sudeste da Ásia, também continuaram a enfrentar graves explorações e abusos nos países do Golfo ricos em petróleo e gás, onde o sistema de patrocínio laboral conhecido como *kafala* os mantinha presos aos seus empregadores e a legislação trabalhista não

lhes garantia proteção adequada. No Qatar, onde 90% da força de trabalho era formada por trabalhadores migrantes, o governo não implementou a maioria das reformas que havia prometido em 2014; muitos trabalhadores da construção civil continuavam expostos a condições de vida e de trabalho inseguras, e milhares de trabalhadores domésticos, a maioria mulheres, enfrentaram numerosos abusos, desde salários baixos e horas de trabalho excessivas até agressões físicas, trabalho forçado e tráfico de pessoas. No Kuwait, no entanto, uma nova lei pela primeira vez deu aos trabalhadores domésticos migrantes o direito a um dia de descanso semanal e 30 dias de férias anuais remuneradas.

REPRESSÃO ÀS DIFERENÇAS DE OPINIÃO

Em toda a região do Oriente Médio e do Norte da África, os governos continuaram intolerantes à crítica e à dissidência e restringiram o direito às liberdades de expressão, de associação e de reunião pacífica. Na Argélia e no Marrocos, as autoridades estatais fizeram uso de leis penais de amplo alcance sobre insulto e/ou difamação para processar e prender pessoas que manifestavam sua crítica por meio da internet e outros meios, como fizeram as autoridades egípcias e os governos do Bahrein, Kuwait, Omã e dos Emirados Árabes Unidos. Nesses Estados do Golfo, os alvos de perseguição incluíram indivíduos acusados de prejudicar as relações do seu país com a Arábia Saudita ao publicar comentários considerados desrespeitosos para com o falecido rei saudita ou criticar sua intervenção militar no Iêmen. No Qatar, um poeta continuou a cumprir uma pena de 15 anos de prisão por escrever e recitar versos que as autoridades consideraram ofensivos ao emir do país. Na Jordânia, dezenas de jornalistas e ativistas enfrentaram processos no âmbito de disposições do Código Penal que proibiam críticas ao rei e às instituições governamentais e no âmbito de uma lei antiterrorismo alterada em 2014 que criminalizava a crítica a líderes ou a Estados

estrangeiros.

No Irã, o acordo internacional relativo ao programa nuclear do país e a flexibilização das sanções econômicas e financeiras não diminuíram a repressão estatal. As autoridades continuaram a restringir a liberdade de expressão e os direitos de associação e de reunião, bloqueando o acesso ao Facebook, Twitter e outras redes sociais, interferindo em emissões de rádios e televisões estrangeiras, e prendendo, detendo e aprisionando jornalistas, defensores dos direitos humanos, sindicalistas, artistas e outras pessoas que expressaram diferenças de opinião, incluindo três líderes políticos da oposição detidos sem acusação nem julgamento desde 2009.

As autoridades da Arábia Saudita também não admitiram críticas ou dissidência e puniram severamente aqueles que ousaram defender reformas ou expressar seu apoio aos direitos humanos. O blogueiro Raif Badawi permaneceu preso, cumprindo uma pena de 10 anos de prisão que um tribunal impôs a ele em 2014 por "insultar o Islã" e violar a lei de crimes virtuais por criar o site da Rede de Liberais Sauditas Livres, que as autoridades fecharam. O tribunal também o condenou a um açoitamento de mil chibatadas. O dr. Zuhair Kutbi, preso em julho, permaneceu detido durante meses e, em seguida, foi julgado e encarcerado por defender a monarquia constitucional como forma de governo em uma entrevista na televisão.

No Egito, o governo continuou a repressão implacável da Irmandade Muçulmana, iniciada quando o exército depôs o presidente Mohamed Morsi, em julho de 2013, e ampliada para abranger seus outros críticos e opositores, bem como defensores dos direitos humanos e de reformas políticas. As autoridades realizaram milhares de detenções por motivos políticos; até o fim do ano, havia pelo menos 700 pessoas detidas sem condenação judicial por mais tempo do que o máximo de dois anos estipulado pela lei. Milhares de outras pessoas enfrentaram julgamentos coletivos injustos diante de

tribunais penais ou militares, que proferiram sentenças de prisão e condenações à morte em massa. Alguns detidos foram submetidos a desaparecimentos forçados. As autoridades rejeitaram qualquer crítica à repressão aos dissidentes, justificando-a com a ameaça representada por grupos armados, que lançaram ataques cada vez mais letais contra as forças de segurança, funcionários do Estado e a população civil.

Por toda a região, os sistemas judiciários nacionais eram frágeis, não tinham independência e não garantiram as devidas salvaguardas processuais nem respeitaram o direito a um julgamento justo, especialmente em casos contra pessoas consideradas críticas ou opositoras do governo. Ao longo de 2015, os tribunais em países como Bahrein, Irã, Iraque, Jordânia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, bem como os do Egito, continuaram a proferir sentenças de prisão e à morte em julgamentos injustos; ao invés de defenderem a justiça com audácia, tais tribunais operaram como meros instrumentos de repressão do Estado.

PENA DE MORTE

A pena de morte foi amplamente utilizada em toda a região, inclusive em Estados como Argélia, Líbano, Marrocos e Tunísia, que há anos não realizam execuções. Por outro lado, os governos do Irã, Iraque e Arábia Saudita mantiveram-se entre os maiores executores do mundo, com o Irã na vanguarda de um aumento preocupante nas execuções. Juntos, esses países realizaram centenas de execuções, apesar das claras evidências de que muitas das pessoas executadas haviam sido condenadas à morte após julgamentos injustos ou por delitos que não causaram perda de vidas ou que não cumpriam o critério de “crimes mais graves”, tais como os relacionados a drogas. Entre as pessoas executadas no Irã ou que aguardavam a execução na Arábia Saudita estavam menores infratores.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos de detidos

permaneceram comuns e generalizados em toda a região do Oriente Médio e do Norte da África. Essas práticas foram utilizadas para extrair informações e “confissões”, para punir e aterrorizar as vítimas e para intimidar as demais pessoas. Os perpetradores quase sempre o fizeram com impunidade; os tribunais raramente consideraram as denúncias de tortura durante a prisão preventiva feitas pelos réus, e os governos raramente realizaram investigações independentes sobre tortura ou tomaram medidas para proteger os detidos, embora a maioria dos países tenha ratificado a Convenção contra a Tortura da ONU. Na Síria, as forças do governo continuaram a usar a tortura sistematicamente, causando inúmeras mortes adicionais de detidos. No Egito, as forças de segurança frequentemente agrediram os detidos no momento da prisão e depois os submeteram a espancamentos, choques elétricos e a posições dolorosas de estresse. Os tribunais iranianos continuaram a impor punições que violavam a proibição da tortura e de outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, incluindo flagelação, cegueira, apedrejamento e amputações.

IMPUNIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

As forças do governo e grupos armados não estatais cometeram com impunidade crimes de guerra, outras violações do direito internacional humanitário e graves abusos dos direitos humanos na Síria, Iraque, Líbano e Líbia, e não houve responsabilização por crimes e abusos semelhantes cometidos pelas forças israelenses e grupos armados palestinos durante o conflito de 2014 e em conflitos anteriores. Na Argélia, continuou a ser crime fazer campanha por justiça às vítimas de graves abusos cometidos por parte das forças do Estado durante o conflito armado interno da década de 1990. No Líbano, nenhum progresso foi feito em determinar o destino de milhares de pessoas que sofreram desaparecimentos forçados ou sumiram durante e depois da guerra civil que terminou há duas décadas. No Egito, as

autoridades não investigaram nem asseguraram a prestação de contas pelos homicídios de centenas de manifestantes pelas forças de segurança desde junho de 2013.

Em maio, a Comissão da Verdade e Dignidade da Tunísia, nomeada após a "Revolução dos Jasmins", de 2011, começou a ouvir testemunhas como parte de suas investigações sobre violações de direitos humanos cometidas no passado. No entanto, a Comissão continuou enfraquecida por acusações de corrupção e demissões, enquanto um novo projeto de lei ameaçou sabotar qualquer perspectiva de que ela garantiria a responsabilização por crimes econômicos cometidos durante o regime que se manteve no poder até 2011. Na Líbia, as autoridades de Trípoli condenaram ex-funcionários da era Gaddafi a longas penas de prisão ou à morte por supostos crimes de guerra e outros crimes cometidos durante o levante de 2011 e o subsequente conflito armado. O julgamento foi marcado por irregularidades; as autoridades não cumpriram uma exigência do TPI para entregar Saif al-Islam al-Gaddafi, filho de Muammar al-Gaddafi, mas julgaram-no e condenaram-no à morte.

DISCRIMINAÇÃO – MINORIAS

As minorias étnicas e religiosas continuaram a enfrentar discriminação em vários países. No Irã, os baha'ís, sufis, yaresan (*Ahl-e Haq*), muçulmanos sunitas e pessoas convertidas do islã ao cristianismo e do islamismo xiita ao sunita foram presos ou impedidos de praticar livremente a sua fé. Ativistas pelos direitos das minorias pertencentes a grupos étnicos desfavorecidos do Irã, incluindo árabes ahwazi, turcos azerbaijanos, balúchis e curdos, foram condenados a penas de prisão severas e continuaram sendo condenados à morte desproporcionalmente. Na Arábia Saudita, a discriminação contra a minoria xiita permaneceu arraigada, e líderes e ativistas xiitas foram detidos e, em alguns casos, condenados à morte em julgamentos injustos. No Kuwait, o governo continuou a

negar a nacionalidade a mais de 100 mil bidun (apátridas), alegando que eles eram moradores ilegais, embora muitos tenham nascido e vivido toda a sua vida no país. Ativistas pelos direitos da comunidade bidun enfrentaram prisão e acusação. Em Israel, os cidadãos palestinos enfrentaram discriminação em muitas áreas, especialmente em relação aos direitos à moradia e à terra.

REMOÇÕES FORÇADAS

As autoridades israelenses continuaram a demolir casas palestinas e a remover à força seus moradores na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental. Segundo Israel, tais casas haviam sido construídas sem licenças israelenses, que são praticamente impossíveis de serem obtidas. As autoridades israelenses também destruíram, como forma de punição, as casas de famílias de palestinos que atacaram israelenses, bem como as casas de cidadãos palestinos em Israel, principalmente em aldeias beduínas da região de Negev/Naqab. No Egito, os militares realizaram remoções forçadas para criar uma zona de segurança "tampão" ao longo da fronteira do país com a Faixa de Gaza.

MULHERES E MENINAS

Mulheres e meninas continuaram a enfrentar discriminação na lei e na prática em todos os países da região do Oriente Médio e do Norte da África; em muitos deles, elas também sofreram com a elevada incidência de violência sexual e de outra natureza. As leis sobre a condição jurídica das pessoas geralmente garantiam às mulheres menos direitos do que aos homens em relação ao divórcio, custódia dos filhos e herança, enquanto as leis sobre a nacionalidade em vários países proibiam as mulheres casadas com estrangeiros de transmitir sua nacionalidade a seus filhos, ao contrário do que ocorria com homens casados com estrangeiras.

Na Jordânia, as mulheres continuaram a receber proteção inadequada contra a

violência, incluindo os chamados crimes de "honra". O governo revisou a legislação que permitia aos estupradores escapar à acusação casando-se com sua vítima, exceto nos casos em que a vítima tivesse entre 15 e 18 anos. No Bahrein, uma nova lei concedeu maior proteção às vítimas de violência doméstica, mas só depois de o Parlamento do país ter rejeitado um artigo que criminalizaria o estupro marital. Na Arábia Saudita, as mulheres foram autorizadas pela primeira vez a votar e a concorrer em eleições municipais, mas continuaram a ser proibidas de dirigir. O Parlamento do Irã aprovou os princípios gerais de um projeto de lei que prejudicaria o direito da mulher de decidir livremente se e quando casar-se, divorciar-se e ter filhos, e debateu outros projetos de lei que ameaçavam consolidar ainda mais a discriminação contra as mulheres, incluindo uma lei que bloquearia o acesso a informações sobre métodos contraceptivos e proibiria a esterilização voluntária. As mulheres no Irã também continuaram submetidas às leis sobre o uso compulsório do véu (*hijab*) e a assédio, violência e prisão pela polícia e forças paramilitares responsáveis por aplicar tais leis.

As mulheres e meninas representavam metade da população da região e deram uma enorme contribuição para a sociedade, mas tiveram negada a igualdade com os homens em praticamente todos os aspectos da vida. Nenhum país da região tinha uma chefe de Estado, pouquíssimas mulheres ocupavam altos cargos políticos ou diplomáticos, e elas estavam quase ou totalmente ausentes do poder judiciário, em particular em níveis hierárquicos mais altos. Isso não foi surpresa, dada a contínua prevalência de atitudes estereotipadas e discriminatórias em relação às mulheres e aos seus direitos humanos.

A manifestação mais pública e extrema de tais preconceitos e misoginia foram os crimes cometidos contra mulheres e meninas pelas forças do Estado Islâmico, incluindo estupro, casamento forçado, escravidão sexual e execução sumária, particularmente no Iraque. Mas em toda a região a prevalência da violência baseada em gênero e a ausência de reparação para as sobreviventes não foram uma exceção.

No fim de 2015, as esperanças inebriantes de reformas dos direitos políticos e humanos que os levantes populares em massa da Primavera Árabe haviam despertado em toda a região quatro anos antes haviam sido totalmente frustradas. Em vez de reformas políticas e sociais, progresso econômico e maior proteção dos direitos humanos, a região foi dominada por conflitos armados, aumento da repressão estatal, abusos de direitos e a ameaça de ataques por grupos armados. No entanto, em meio ao pessimismo e ao desespero, milhares de pessoas corajosas – defensores dos direitos humanos, trabalhadores e voluntários da saúde, advogados, jornalistas, ativistas comunitários e outros – demonstraram por meio de suas ações que as esperanças expressas em 2011 permaneceram vivas, firmemente estabelecidas, e não um sonho vazio.

ANISTIA

INTERNACIONAL

INFORME 2015/16

PAÍSES



AFEGANISTÃO

República Islâmica do Afeganistão

Chefe de Estado e de governo: **Muhammad Ashraf Ghani Ahmadzai**

Em virtude do crescimento das atividades de insurgência e da criminalidade, aumentou a insegurança em todo o país. Os primeiros três meses de 2015 foram o trimestre mais violento de que se tem registro. A Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA) registrou 1.592 mortos e 3.329 feridos entre a população civil nos primeiros seis meses de 2015. Dentre as vítimas fatais civis, 70% foram atribuídas ao Talibã e a outros grupos insurgentes armados, e 16% às forças pró-governo afegão. O Talibã lançou cada vez mais ataques contra alvos vulneráveis e civis. Em setembro, o grupo assumiu o controle da maior parte da província de Kunduz, em um conflito que, de acordo com o governo, causou o desalojamento interno de cerca de 20.000 pessoas. A maioria delas não recebeu qualquer tipo de ajuda humanitária do governo. O Ministério dos Assuntos da Mulher documentou milhares de casos de violência contra as mulheres nos últimos nove meses do ano. Em um clima de impunidade, continuaram as ameaças, intimidações e ataques contra defensores dos direitos humanos por parte de diversos perpetradores, sem que o governo investigasse esses casos nem levasse os responsáveis à Justiça. O Parlamento alterou a Lei de Imprensa, trazendo temores a jornalistas e grupos de direitos humanos de que a liberdade de expressão fosse ainda mais restringida. O Afeganistão continuou a aplicar a pena de morte, muitas vezes depois de julgamentos injustos.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em 19 de abril foi finalmente formado o governo de unidade, cuja composição foi aprovada por um voto de confiança do

Parlamento. Em 30 de junho, o governo lançou o seu primeiro plano de ação nacional relacionado à Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança. Esse plano consagrou as promessas do governo de fortalecer a participação das mulheres nos quatro pilares da Resolução 1325: participação, proteção, prevenção e assistência humanitária e recuperação.

Em 29 de julho, o governo anunciou que o mulá Omar, líder do Talibã, havia morrido em abril de 2013, no Paquistão. Após a declaração, uma série de ataques ocorreu na capital, Cabul, entre os dias 7 e 10 de agosto. O mulá Akhtar Mohammad Mansoor, vice do mulá Omar desde 2010, foi nomeado como seu sucessor. Em 1º de agosto, em sua primeira declaração pública como novo líder, ele pediu a união dos talibãs e a continuação da jihad, ao mesmo tempo que descartou como propaganda inimiga as notícias sobre um processo de paz. Em maio, o Ministério do Interior estimou que havia cerca de 7.180 combatentes estrangeiros em todo o Afeganistão, a maioria deles ligada aos grupos armados Movimento Talibã do Paquistão (Tehrik-i-Taliban Pakistan) e Movimento Islâmico do Uzbequistão.

Houve relatos de atividades do grupo Estado Islâmico em pelo menos quatro províncias do Afeganistão, embora não estivesse claro até que ponto os grupos que operavam sob o seu comando estavam vinculados ao Estado Islâmico na Síria.

Abusos cometidos pelas forças afegãs e internacionais, e por grupos armados aliados ao governo

Nas operações realizadas pelas forças militares internacionais, caiu significativamente o número de vítimas civis devido à retirada das forças de combate dos EUA e da Força Internacional de Assistência à Segurança.

No entanto, de acordo com a UNAMA, durante os primeiros seis meses de 2015, os ataques das forças pró-governo, especialmente das Forças de Segurança Nacionais Afegãs, levaram a um número

crescente de vítimas civis. De um total de 4.921 mortes de civis, as forças pró-governo teriam sido responsáveis por 796, o que representou um aumento de 60% em relação ao mesmo período de 2014.

Houve denúncias de violações cometidas pela Polícia Local Afegã, incluindo intimidação, espancamentos, detenções ilegais, homicídios seletivos e estupros de menores. Em setembro, o jornal *The New York Times* informou que militares dos EUA ignoraram as denúncias feitas por seu próprio pessoal sobre abusos sexuais cometidos pela Polícia Local Afegã contra meninos em suas instalações.

Em casos de homicídios ilegais praticados pelas forças e grupos pró-governo, praticamente não houve prestação de contas, embora o Presidente Ghani tenha prometido tomar medidas para reduzir o número de vítimas civis.

Em 3 de outubro, forças estadunidenses bombardearam um hospital administrado pela organização Médicos sem Fronteiras na província de Kunduz, no norte do país, causando a morte de 40 pessoas, incluindo 14 funcionários do hospital, e destruindo partes do edifício. A organização pediu uma investigação independente sobre o bombardeio.

Abusos cometidos por grupos armados

Ataques cometidos pelo Talibã e outros grupos insurgentes armados continuaram a causar a maioria das mortes de civis. A UNAMA atribuiu 70% das mortes e ferimentos de civis que ocorreram entre 1 de janeiro e 30 de junho a ataques realizados por grupos armados (de um total de 3.436 vítimas civis – 1.213 mortos e 2.223 feridos –, o que significou uma diminuição de 3% em relação ao mesmo período de 2014). O Talibã reivindicou a responsabilidade por atos que causaram mais de mil vítimas civis, e a UNAMA atribuiu outras 971 vítimas civis a líderes vinculados aos talibãs. Além disso, a UNAMA documentou 10 mortes de civis causadas por grupos ligados ao Estado Islâmico, especialmente no leste do país.

A maioria das mortes civis atribuídas ao

Talibã e a outros grupos armados foi resultado de violações do direito internacional humanitário, constituindo crimes de guerra. O Talibã e outros grupos armados continuaram a lançar ataques deliberados contra a população civil e contra bens de caráter civil, utilizando armas tais como artefatos explosivos improvisados ativados por contato. De acordo com suas próprias declarações oficiais, o Talibã retomou sua política de atacar deliberadamente pessoas associadas ao governo ou consideradas "nocivas".

De acordo com a Organização Internacional para a Segurança das ONGs (INSO), foram fechadas 11 clínicas administradas por ONGs e nove escolas públicas na província de Nangarhar, por causa de ameaças do Estado Islâmico. Nos primeiros nove meses de 2015, a INSO registrou 150 ataques contra trabalhadores humanitários, resultando em 33 mortos, 33 feridos e 82 sequestros.

A população civil continuou a ser vítima de assassinatos, punições arbitrárias e tomadas de reféns por grupos armados, impostos depois de julgamentos conduzidos por estruturas de justiça *ad hoc* que não ofereciam garantias judiciais plenas, violando o direito internacional humanitário.

Em 23 de fevereiro, 30 civis, a maioria membros da comunidade hazara, foram sequestrados por grupos armados na província de Zabul. Em 11 de maio, 19 deles foram libertados em troca de familiares de insurgentes uzbeques detidos em prisões do governo. Até o fim do ano, o destino das 11 pessoas restantes era desconhecido.

Em 10 de abril foram encontrados os restos mortais de cinco funcionários afegãos da ONG Save the Children na província de Uruzgan. Eles haviam sido sequestrados em 1º de março, em uma tentativa de trocá-los por prisioneiros talibãs.

Em 28 de setembro, o Talibã assumiu o controle da cidade de Kunduz e libertou cerca de 700 prisioneiros, incluindo pelo menos 100 talibãs. Numerosos bens públicos e privados foram destruídos, incluindo veículos de comunicação. Denúncias de

estupros e homicídios ilegais foram frequentes.

Defensores dos direitos humanos

Em meio a um clima de impunidade, continuaram a ocorrer ameaças, atos de intimidação e ataques contra defensores dos direitos humanos, sem que o governo investigasse os casos nem levasse os suspeitos de ter responsabilidade penal à Justiça. Os defensores dos direitos humanos foram vítimas de bombardeios, atentados com granadas e assassinatos por parte de agentes tanto estatais quanto não estatais. As mulheres que participavam da vida pública corriam mais risco de sofrer discriminação e violência do que os homens, pois se considerava que elas estavam desafiando normas culturais e sociais.

Em 8 de janeiro, a senadora Rohgul Khairzad foi gravemente ferida quando agressores desconhecidos dispararam contra seu carro. Ela havia sofrido outro ataque de insurgentes talibãs em 2013, que também dispararam contra seu carro, matando sua filha de 7 anos e seu irmão; sua filha de 11 anos ficou paraplégica.

Em 16 de fevereiro, Angiza Shinwari, defensora dos direitos das mulheres e membro do conselho provincial da província de Nangarhar, morreu em um ataque a bomba contra seu carro, que também matou seu motorista e feriu quatro pessoas. Ninguém assumiu a responsabilidade pelo ataque e nenhuma prisão foi feita.

Em 28 de setembro, o Talibã assumiu o controle da província de Kunduz em um ataque surpresa. Houve denúncias de buscas nas residências de profissionais da imprensa e de defensoras dos direitos humanos cujos nomes supostamente constavam de uma lista de alvos. Muitas defensoras dos direitos humanos fugiram da cidade, enquanto outras foram obrigadas a se esconder.

Refugiados e desalojados internos

O Afeganistão continuou a gerar um número muito elevado de refugiados e de pessoas desalojadas internamente, superado apenas pela Síria. Segundo o ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, cerca de

3 milhões de afegãos eram refugiados, a maioria vivendo no Irã e no Paquistão. Quase 1 milhão de afegãos eram desalojados internos.

As principais causas dos desalojamentos foram o conflito armado, a insegurança e as catástrofes naturais. Embora o governo tenha lançado, em fevereiro de 2014, a Política Nacional de Desalojados Internos, no fim de 2015 vários milhares de pessoas ainda viviam em campos e abrigos improvisados, onde a superlotação, a falta de higiene e as duras condições climáticas favoreciam a propagação de doenças contagiosas e crônicas, como a malária e a hepatite.

De acordo com o Gabinete de Coordenação de Assuntos Humanitários da ONU, durante os primeiros seis meses de 2015, cerca de 103.000 pessoas teriam sido desalojadas, principalmente por causa do conflito armado e da insegurança em todo o Afeganistão. O governo informou que havia cerca de 20.000 desalojados internos em razão do conflito que eclodiu na província de Kunduz, em setembro.

Violência contra mulheres e meninas

O governo tomou medidas para melhorar a participação das mulheres no governo. Em 21 de março, o Presidente Ghani e Abdullah Abdullah, chefe do executivo afegão, informaram que havia quatro mulheres entre os candidatos para chefiar o Ministério dos Assuntos da Mulher, o Ministério do Ensino Superior, o Ministério do Trabalho, Assuntos Sociais, Mártires e Pessoas com Deficiência e o Ministério da Luta contra o Narcotráfico.

Até 20 de agosto haviam sido constituídos 75 Conselhos de Mulheres Policiais – 45 nas diretorias do Ministério do Interior e nos distritos policiais de Cabul, e 30 nas províncias. Esses conselhos foram criados em dezembro de 2014 pelo Ministério do Interior para fortalecer e aumentar os poderes das agentes de polícia. Em 14 de setembro, o governo afegão aprovou a Normativa contra o Assédio Sexual de Mulheres e Meninas, que tipificava como crime e penalizava determinados atos de assédio sexual contra as mulheres. No fim do ano, o Ministério dos

Assuntos da Mulher estava preparando outra normativa contra a discriminação no ambiente de trabalho, que o Ministério da Justiça revisaria em 2016. Em virtude de um decreto presidencial de 2 de janeiro, foram libertadas 144 mulheres e meninas que haviam sido detidas pelos chamados crimes "morais".

O Ministério dos Assuntos da Mulher documentou mais de 4.000 casos de violência contra as mulheres nos últimos nove meses do ano. Pouquíssimos casos de violência contra as mulheres no Afeganistão foram denunciados, devido à insegurança, à falta de um governo ou judiciário efetivos, e a práticas tradicionais, que, combinados, dissuadiam as vítimas e seus familiares de denunciar a violência.

Em 12 de fevereiro, a polícia de Balkh prendeu seis pessoas relacionadas ao casamento de uma menina de 11 anos.

Em 19 de março, perto do templo Shah-e Du Shamshira, em Cabul, uma multidão matou Farkhunda Malikzada, que havia sido injustamente acusada de queimar um exemplar do Corão. Um tribunal de primeira instância em Cabul sentenciou à morte quatro homens pelo seu assassinato, enquanto outros foram condenados à prisão. Em 2 de julho, um tribunal de apelação anulou as quatro penas de morte e comutou-as por penas de entre 10 a 20 anos de prisão.

Em 9 de agosto, uma mulher acusada de adultério foi enforcada pelos talibãs durante uma audiência judicial perante um tribunal tribal na província de Badakhshan.

Liberdade de expressão

Os jornalistas no Afeganistão continuaram a enfrentar atos de violência e censura por parte de agentes tanto estatais como não estatais. Alguns jornalistas foram mortos durante ataques, enquanto outros foram obrigados a fugir de suas casas e buscar refúgio em outros locais. Segundo a Nai, organização que zelava pela independência dos meios de comunicação no Afeganistão, ocorreram 73 casos de ataques contra jornalistas e profissionais da imprensa, a

maioria pelas mãos de funcionários do governo, como a polícia e as agências de segurança, ou de representantes eleitos. O governo não investigou as pessoas suspeitas de cometer os ataques. Em 28 de janeiro, o Parlamento alterou a Lei de Imprensa e limitou a liberdade de imprensa, fazendo com que jornalistas e grupos de direitos humanos temessem que a liberdade de expressão fosse ainda mais restringida.

Tortura e outros maus-tratos

Em 4 de maio, o governo criou um comitê de trabalho incumbido de lançar um plano de ação nacional para a eliminação da tortura. Em 25 de junho, a Direção Nacional de Segurança – serviço de inteligência afegão – emitiu uma ordem reiterando a proibição da tortura, em particular durante os interrogatórios policiais. No entanto, apesar destes avanços, a tortura e outros maus-tratos, bem como a detenção incomunicável, continuaram sendo habituais em todo o sistema penitenciário, e as autoridades continuaram a deter e prender pessoas de forma arbitrária e sem o devido processo. Com frequência, pessoas foram detidas por atos que não eram considerados crimes pela legislação afegã, como os chamados crimes "morais" – por exemplo, fugir de casa –, que afetaram principalmente as mulheres e as meninas. As condições prisionais continuaram descumprindo as normas internacionais, com superlotação, alimentação e água insuficientes e instalações sanitárias deficientes.

Pessoas detidas em relação ao conflito e mantidas sob a custódia estadunidense foram transferidas às autoridades afegãs em dezembro de 2014. As forças dos Estados Unidos no Afeganistão continuaram a não prestar contas pelas detenções ilegais, maus-tratos e torturas infligidos às pessoas detidas.

Pena de morte

O Afeganistão continuou a aplicar a pena de morte, frequentemente após julgamentos injustos. No fim do ano, ainda eram aguardados os resultados de uma revisão requerida pelo Presidente Ghani em 2014 de quase 400 casos de pena de morte.

Em 28 de fevereiro, Raees Khudaidad foi enforcado na prisão de Pul-e-Charkhi, em Cabul, após ter sido acusado de assassinato, sequestro e assalto à mão armada.

ÁFRICA DO SUL

República da África do Sul

Chefe de Estado e de governo: **Jacob G. Zuma**

A tortura e outros maus-tratos e o uso excessivo da força por parte da polícia continuaram, apesar de algum nível de prestação de contas ter sido obtido. Também prosseguiu a violência dirigida a refugiados e requerentes de asilo, responsável por mortes, desalojamentos e destruição de propriedades. O acesso a tratamento médico por pessoas portadoras de HIV continuou a se expandir, mas foi prejudicado pela escassez em diversas áreas. Houve progresso no combate aos crimes de ódio baseados na real ou suposta orientação sexual ou identidade de gênero das vítimas. Defensores dos direitos humanos enfrentaram intimidação e ameaças por parte do partido no poder e de funcionários do Estado.

INFORMAÇÕES GERAIS

O governo enfrentou crescente pressão por parte dos partidos políticos de oposição, da sociedade civil e de comunidades sobre a suposta corrupção e má prestação de serviços, entre outros temas.

Os processos parlamentares foram prejudicados pelas respostas irregulares oferecidas aos questionamentos recorrentes dos partidos de oposição ao partido governista Congresso Nacional Africano (CNA). A frustração com o ritmo lento das reformas que visavam lidar com o legado do *apartheid* resultou em protestos em todo o país por diferentes setores, como o das instituições de ensino superior. A continuidade dos altos níveis de desigualdade levou a protestos generalizados sobre a prestação de serviços em diversas

comunidades de todo o país.

Instituições da justiça penal, como a Corregedoria da Polícia e o Ministério Público, foram desestabilizadas por escândalos e tensões internas, afetando sua credibilidade. Aumentou a tensão entre o governo e o judiciário.

Em janeiro, a África do Sul ratificou o PIDESC.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Em 25 de junho, o Presidente Zuma divulgou o relatório e as recomendações da Comissão de Inquérito de Marikana a respeito da morte de 44 pessoas na mina da Lonmin em Marikana, na província de North West, em agosto de 2012. A Comissão concluiu que a “causa decisiva” dos eventos de 16 de agosto foi a decisão ilegal tomada na noite anterior por policiais graduados de desarmar e dispersar os trabalhadores em greve, à força se necessário, até o fim do dia seguinte. A Comissão concluiu que todos os policiais presentes na reunião foram responsáveis pela decisão; e que eles obstruíram e atrasaram o trabalho da Comissão ao tentar ocultar provas e forjar uma versão dos fatos para justificar as mortes.

A Comissão também considerou que no primeiro local, onde a polícia matou a tiros 17 pessoas, não havia nenhuma prova objetiva de que os grevistas em dispersão tinham a intenção de atacar a polícia, e que as mortes e ferimentos poderiam ter sido evitados caso a polícia tivesse utilizado métodos de força mínima de forma mais eficaz. A Comissão concluiu que alguns dos policiais podem ter excedido os limites razoáveis da defesa própria ou privada.

A Comissão considerou que a polícia não apresentou uma justificativa plausível para a morte a tiros de outros 17 grevistas no segundo local e que houve uma perda completa de comando e controle. O órgão recomendou a criação de uma equipe de peritos, sob a autoridade do diretor do Ministério Público, para conduzir uma investigação criminal sobre as mortes. Também recomendou uma investigação

sobre a conduta de um policial graduado que não enviou as unidades médicas sob seu controle ao primeiro local, o que levou à morte de grevistas feridos. Medidas preliminares haviam sido tomadas para a implementação dessas recomendações até o fim do ano.

O Presidente respondeu a outras recomendações da Comissão, como o estabelecimento de um Conselho de Inquérito sobre a aptidão do comissário nacional de polícia, o general Riah Phiyega, para exercer o cargo, e ordenou sua suspensão. O Ministério Público também reinstituiu acusações criminais contra alguns dos trabalhadores envolvidos na greve, relativas à morte de dois seguranças da Lonmin e de três trabalhadores não grevistas.

EXEÇÕES EXTRAJUDICIAIS

O Diretório Independente de Investigação Policial (IPID) informou terem ocorrido 396 mortes em resultado de ações policiais no período 2014/2015, seis a mais que no ano anterior.

Na Suprema Corte de Durban, o julgamento de 27 policiais, a maioria integrante da agora dissolvida Unidade de Crime Organizado Cato Manor, por 28 assassinatos e outras acusações foi novamente adiado até fevereiro de 2016. Os policiais enfrentavam acusações criminais relacionadas à morte de, entre outros, Bongani Mkhize, dono de uma empresa de táxi que foi morto em fevereiro de 2009, três meses depois de obter uma ordem da Suprema Corte restando a polícia de matá-lo.

Em novembro, quatro policiais de Krugersdorp, perto de Johannesburgo, foram presos e compareceram perante um tribunal para responder pela morte a tiros de um suspeito de crime, Khulekani Mpanza, em 19 de outubro. Eles foram acusados de assassinato e obstrução da justiça. As prisões ocorreram após a divulgação pela imprensa de imagens do incidente feitas pelo circuito interno de câmeras de segurança. O Comissário Nacional de Polícia em exercício

ordenou a suspensão do comandante da delegacia de Krugersdorp.

Sipho Ndovela, testemunha do assassinato de uma das vítimas da violência em curso no conjunto de albergues Glebelands, em Durban, foi morto a tiros em 18 de maio, na delegacia do tribunal de primeira instância de Umlazi. Ele prestaria depoimento, identificando e implicando uma figura-chave responsável pela violência no conjunto habitacional. A partir de março de 2014, mais de 50 pessoas morreram em assassinatos seletivos. As investigações oficiais foram prejudicadas pela incapacidade das autoridades de proteger indivíduos em risco e de impedir violações dos direitos de suspeitos detidos pela polícia para interrogatório.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS E MORTES EM CUSTÓDIA

O IPID informou a ocorrência de 244 mortes sob custódia em 2014/2015. No mesmo período, o diretório também registrou 145 casos de tortura, 34 de estupro e 3.711 de agressão por policiais.

Em agosto, o IPID levou o caso de Zinakile Fica ao diretor do Ministério Público para uma decisão sobre a abertura de um processo, com base numa investigação sobre sua morte em custódia policial em março de 2014. Ele havia sido preso em Glebelands Hostel junto com outros, e morreu durante um interrogatório na delegacia de Prospecton. Os resultados de uma autópsia independente e o relato de testemunhas indicaram que ele morreu de tortura por asfixia durante o interrogatório policial.

Em 11 de novembro, oito policiais foram condenados a 15 anos de prisão cada um, após serem considerados culpados, em agosto, pelo assassinato de Mido Macia, em fevereiro de 2013. A polícia, depois de prendê-lo, algemou-o à parte traseira da viatura e o arrastou por cerca de 200 metros antes de detê-lo ilegalmente em uma cela na delegacia. A Suprema Corte de Pretória concluiu também que sete dos acusados haviam agredido Mido Macia na cela onde ele morreu.

JUSTIÇA INTERNACIONAL

Em junho, o Centro Sul-Africano de Litígios processou o governo em uma tentativa de forçá-lo a cumprir um mandado de prisão emitido pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) contra o presidente do Sudão, Omar al-Bashir, que estava na África do Sul para uma reunião da UA. A Suprema Corte de North Gauteng emitiu uma ordem provisória, em 14 de junho, proibindo que o Presidente Bashir deixasse o país até a finalização do caso. Em 15 de junho, a Suprema Corte de North Gauteng ordenou que os réus estatais, entre eles os ministros da Justiça e da Polícia, prendessem e detivessem o Presidente Bashir para sua posterior transferência ao TPI.

Em 15 de junho, autoridades sul-africanas permitiram que o Presidente Bashir deixasse a África do Sul, em violação direta da ordem judicial provisória. A Suprema Corte de North Gauteng solicitou que o Estado apresentasse uma declaração explicando como Bashir foi autorizado a deixar o país. O Estado apresentou sua declaração explicativa e entrou com um pedido de autorização para recorrer da decisão da Suprema Corte. Em 16 de setembro, a Suprema Corte de North Gauteng negou ao Estado tal autorização, indicando que a questão estava aberta a debate e que não havia perspectiva de sucesso para a apelação. O Estado levou o caso à Suprema Corte de Recursos em outubro. Posteriormente, a África do Sul declarou que estava considerando se retirar do TPI.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CORPORATIVA

Em outubro, advogados que representavam 56 requerentes deram entrada em uma petição na Suprema Corte de South Gauteng, no caso *Nkala e outros v. Harmony Gold e outros*, para certificar seu caso como uma ação coletiva. Os requerentes buscavam indenização de 32 empresas de mineração de ouro em nome de milhares de mineradores, ex-mineradores e os dependentes de mineradores falecidos, pelo o que eles alegam ter sido uma falha para

prevenir de modo adequado doenças específicas, em particular silicose e tuberculose, causadas pela exposição ao pó de sílica subterrâneo. O julgamento da questão era reservado.

Em seu relatório, a Comissão de Inquérito de Marikana fez diversas constatações contra a empresa Lonmin Plc. A Comissão concluiu que a Lonmin não investiu seus melhores esforços para resolver as disputas trabalhistas que levaram aos assassinatos em agosto de 2012, e deixou de empregar salvaguardas suficientes para garantir a segurança dos funcionários. A Comissão considerou também que a Lonmin foi deficiente em suas iniciativas com relação aos seus planos sociais e trabalhistas, particularmente no que se refere às suas obrigações com o fornecimento de moradia. A Comissão rejeitou o argumento da Lonmin de que não poderia arcar financeiramente com a implementação de suas obrigações habitacionais e determinou que o não cumprimento dessas obrigações criou um ambiente inseguro.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

Durante o ano, houve diversos incidentes envolvendo violência contra refugiados, requerentes de asilo e migrantes.

Em janeiro, moradores saquearam 440 pequenos negócios administrados por refugiados e migrantes em 15 áreas diferentes de Soweto, na província de Gauteng. Quatro pessoas morreram, inclusive moradores sem envolvimento com o ocorrido. Quase 1.400 refugiados e migrantes foram desalojados.

Em abril, uma nova onda de ataques, principalmente na área metropolitana de Durban, resultou em pelo menos quatro mortes, muitas pessoas gravemente feridas e saques. Pelo menos 5.000 refugiados e migrantes deixaram suas casas e pequenos negócios e foram para três campos oficiais temporários ou para abrigos informais.

A escala da violência na área de Durban tinha poucos precedentes e pareceu ter sido

desencadeada por uma declaração amplamente divulgada do Rei Goodwill Zwelithini, uma liderança tradicional, de que o governo devia fazer com que todos os “estrangeiros” deixassem a África do Sul. A conclusão preliminar de uma investigação feita pela Comissão Sul-Africana de Direitos Humanos sobre os supostos comentários apontou a natureza prejudicial de tais declarações, mas absolveu o Rei de incitamento à violência. O governo condenou a violência e criou um Comitê Interministerial para coordenar respostas em nível nacional. Na província de KwaZulu-Natal, o governo local indicou a ex-alta-comissária da ONU para os Direitos Humanos, Navi Pillay, para conduzir um inquérito sobre a violência. O inquérito não havia sido concluído até o fim do ano.

Em outubro, em Grahamstown, na província do Cabo Oriental, com certeza 138, mas possivelmente até 300 lojas administradas por refugiados e migrantes foram atacadas. Mais tarde, a polícia reconheceu ter falhado em responder aos alertas anteriores feitos por organizações da sociedade civil e conduziu cerca de 90 prisões de suspeitos de perpetrar a violência, que compareceram perante um tribunal no fim de outubro.

Centenas de refugiados e requerentes de asilo foram detidos ilegalmente e corriam risco de ser deportados durante uma iniciativa anticrime, aparentemente de âmbito nacional, a Operação Fiel, iniciada em 27 de abril. A polícia, apoiada pelo exército, realizou invasões e prisões em áreas urbanas, inclusive em Johannesburg. Depois das invasões e prisões em larga escala, em 8 de maio, na Igreja Metodista Central e num prédio residencial nas proximidades, oficiais da polícia e da imigração bloquearam por quatro dias o acesso de advogados a até 400 refugiados e requerentes de asilo detidos na Delegacia Central de Joanesburgo, apesar de ordens judiciais de emergência determinarem o acesso. Em 12 de maio, a Corte Superior determinou que os oficiais entregassem à Corte uma lista completa de todos os detidos

e proibiu as autoridades de deportá-los por duas semanas, até a conclusão de uma consulta jurídica adequada, que autorizou as deportações.

Em março, a Suprema Corte de Recursos ordenou que o Departamento de Assuntos Internos (DHA) reabrisse o Escritório de Recepção para Refugiados de Port Elizabeth. O Tribunal Constitucional rejeitou o recurso do DHA contra a decisão de março. No entanto, o acesso não discriminatório aos procedimentos para determinação de asilo enfrentou uma nova ameaça com as alterações radicais propostas pelo governo à Lei sobre Refugiados, que incluíam restrições ao acesso de requerentes de asilo a meios de subsistência. O projeto de lei ainda estava sendo avaliado no fim do ano.

DIREITOS DAS MULHERES

A infecção pelo HIV permaneceu a principal causa de mortes maternas. Quase um terço das mulheres grávidas vivia com HIV, mas a melhoria no acesso ao tratamento antirretroviral gratuito para mulheres grávidas desde 2011 contribuiu para uma queda significativa, de quase um quarto, da taxa de mortalidade materna institucional (relativa apenas a mortes ocorridas em instalações médicas). Apesar desse progresso, a escassez de médicos e enfermeiras, a falta de instalações médicas devidamente equipadas e a escassez de transporte de emergência continuaram a prejudicar os esforços para reduzir a alta taxa de mortalidade materna. A má gestão do Departamento de Saúde em nível provincial foi apontada tanto pela Comissão Sul-Africana de Direitos Humanos quanto por uma Comissão Popular de Inquérito sobre o Sistema de Saúde Público Gratuito, conduzida pela sociedade civil.

A expansão do tratamento com drogas antirretrovirais gratuitas por meio do sistema público de saúde continuou, mas a constante escassez dos estoques de medicamentos essenciais em todo o país representou um risco para o progresso do tratamento. O país continuou a lutar contra o aumento da incidência de casos de tuberculose e de

casos multirresistentes da doença, um sério risco para a saúde de pessoas portadoras de HIV e AIDS.

Relatórios de pesquisas médicas continuaram a indicar que mulheres jovens entre 15 e 24 anos são as mais afetadas por novas infecções pelo HIV. As mulheres nessa faixa etária tinham risco até oito vezes maior de infecção por HIV devido a fatores tanto biológicos quanto sociais. Os dados coletados dos distritos de saúde refletiram as altas taxas de gravidez entre meninas menores de 18 anos, que correspondiam a “um em cada 14 partos no país” em 2014-2015. O relatório observou com preocupação que as taxas de natalidade nessa faixa etária eram mais altas nos distritos mais pobres e que a diferença entre os estratos socioeconômicos mais pobres e os mais ricos estava aumentando.

Um progresso significativo para os direitos sexuais e reprodutivos das adolescentes foi garantido com a aprovação da Emenda de Lei sobre Crimes Sexuais (Lei n.º 5), de 2015, que deu cumprimento à decisão do Tribunal Constitucional no caso da *Clínica Teddy Bear para Crianças Vítimas de Abusos v. Ministério da Justiça e Desenvolvimento Constitucional e Outros* (2013) para proteger os direitos à dignidade e à privacidade e o princípio do melhor interesse da criança. A Lei revisada descriminalizou a atividade sexual consensual entre adolescentes com idades entre 12 e 16 anos e outros adolescentes na mesma faixa etária.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXUAIS

Houve progresso no combate aos crimes de ódio baseados na real ou suposta orientação sexual ou identidade de gênero das pessoas, com uma ampliação dos processos encabeçados pelo governo tanto em nível nacional quanto provincial. Equipes de Trabalho Provinciais foram criadas em pelo menos cinco províncias para garantir um fluxo mais eficaz de informações para a Equipe de Trabalho Nacional, formada pela sociedade civil e funcionários do governo.

A Equipe de Resposta Rápida continuou a fazer avanços com a resolução de casos de violência contra pessoas LGBTI que antes estavam sem resposta. Em maio, a Corte Superior de Potchefstroom condenou um homem pelo estupro e assassinato de uma mulher lésbica, Disebo Gift Makau, em agosto de 2014, e o condenou a duas prisões perpétuas e 15 anos por roubo. O juiz reconheceu que a vítima foi escolhida por causa de sua orientação sexual. Em julho, a Corte Superior de Pretória Norte condenou um homem pelo estupro e assassinato de uma mulher lésbica, Thembelihle Sokhela, em setembro de 2014, sentenciando-o a 22 anos de prisão. O juiz do caso não considerou em sua decisão a orientação sexual da vítima.

Observadores da sociedade civil continuaram a expressar preocupação com as limitações da investigação policial sobre o assassinato de David Olyn, um homem gay que foi espancado e queimado até a morte em março de 2014, na província do Cabo Ocidental Norte. O julgamento começou em outubro.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

A perseguição a defensores e organizações de direitos humanos e a fragilização dos órgãos de fiscalização por parte do partido governista e de funcionários do Estado continuaram causando grande preocupação.

Membros do CNA na província de Free State perseguiram ativistas do grupo de defesa do direito à saúde *Campanha de Ação por Tratamento* (CAT), por causa de sua campanha para melhorar os serviços de saúde naquela província. Em fevereiro, a Liga da Juventude do CNA utilizou linguagem inflamatória para mobilizar uma marcha contra a sede da CAT em Bloemfontein e, em julho, membros do CNA interromperam uma reunião pública da CAT.

A Lei de Regulamentação de Reuniões continuou a ser usada pelas autoridades para limitar o direito ao protesto. Em outubro, 94 agentes comunitários de saúde e ativistas da CAT que haviam sido presos durante uma vigília pacífica na sede do Departamento de

Saúde de Free State, em julho de 2014, foram condenados por participação em uma reunião para a qual não foi dado nenhum aviso prévio. A decisão do tribunal de primeira instância de Bloemfontein deixou implícito que qualquer reunião de mais de 15 pessoas sem notificação à polícia era uma reunião “proibida” e, portanto, ilegal e sujeita a uma pena de prisão. Os réus planejavam apelar à Suprema Corte.

Prosseguiram as denúncias sobre a vigilância de defensores dos direitos humanos, como jornalistas e ativistas comunitários, por parte de agentes de segurança do Estado ou de investigação criminal.

Houve algum nível de apoio ao gabinete da Defensoria Pública nos tribunais. Em outubro, em resposta à sua investigação sobre o diretor de operações da emissora estatal, a Suprema Corte de Recursos determinou que as decisões, conclusões e ações corretivas da Defensoria Pública não poderiam ser ignoradas sem revisão jurídica.

O julgamento de um policial pelo assassinato a tiros da ativista pelo direito à moradia Nqobile Nzuzo, de 17 anos, em outubro de 2013, durante um protesto em Cato Crest, em Durban, foi adiado para fevereiro de 2016. Em março, dois conselheiros do partido governista foram presos junto com outro coacusado pelo assassinato da ativista do direito à moradia, Thulisile Ndlovu, em setembro de 2013, em KwaNdengezi, em Durban. O processo estava em andamento.

ALEMANHA

República Federal da Alemanha

Chefe de Estado: **Joachim Gauck**

Chefe de governo: **Angela Merkel**

Aproximadamente 1,1 milhão de requerentes de asilo entraram no país durante o ano. De modo unilateral, o governo decidiu que, por algum tempo, não devolveria os requerentes de asilo sírios para

o primeiro país pelo qual entram na UE. A lista de países de origem seguros foi ampliada e os benefícios para certas categorias de requerentes de asilo tiveram cortes severos. As autoridades continuaram a não investigar de modo efetivo denúncias de violações de direitos humanos cometidas pela polícia. Os crimes de ódio contra refugiados, requerentes de asilo e migrantes tiveram aumento acentuado.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

O afluxo de requerentes de asilo, sobretudo da Síria, do Iraque e do Afeganistão, que já era alto, aumentou consideravelmente na segunda metade do ano. Até o fim do ano, a Alemanha havia recebido cerca de 1,1 milhão de requerentes. Em agosto, a primeira-ministra Angela Merkel chamou atenção para a urgência de se atender as necessidades dos refugiados que estavam chegando; convidou outros líderes europeus para dividir a responsabilidade por aqueles que buscavam proteção na Europa; e decidiu levar em consideração os pedidos de asilo requeridos por dezenas de milhares de sírios que chegavam à Alemanha de países como a Hungria e a Áustria, em vez de se empenhar em devolvê-los ao primeiro país pelo qual entraram na Europa – medida que fora aplicada por cerca de três meses. Até o fim do ano, 476.649 pedidos de asilo haviam sido apresentados. A Alemanha contribuiu com os programas de reassentamento e transferência se comprometendo, respectivamente, com 1.600 e 27.555 lugares.

Em julho, uma nova legislação melhorou a condição legal dos refugiados reassentados, inclusive facilitando as reunificações familiares. Porém, aumentou os poderes para a detenção de requerentes de asilo segundo a Convenção de Dublin, bem como de requerentes cuja solicitação de asilo foi rejeitada. As emendas à Lei de Benefícios aos Requerentes de Asilo, em vigor desde abril, não satisfizeram as normas de direitos humanos, principalmente no que se refere ao acesso à assistência médica. Uma nova lei

aprovada em outubro ampliou a lista de países de origem seguros e passou a incluir Kosovo, Albânia e Montenegro, limitando assim as oportunidades de que cidadãos desses países busquem proteção. A lei também introduziu severos cortes nos benefícios da Lei de Benefícios aos Requerentes de Asilo para aqueles que permanecem na Alemanha contrariando uma ordem de deixar o país – ou que de algum modo permanecem sem status legal –, bem como para os requerentes de asilo que se mudaram para a Alemanha mesmo tendo sido transferidos a outro país europeu.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

As autoridades continuaram não investigando efetivamente as denúncias de maus-tratos cometidos pela polícia e não criaram um mecanismo de queixas independente para investigar tais denúncias. Exceto nos estados federais de Berlim, Brandenburgo, Bremen, Hessen, Renânia-Palatinado e Schleswig-Holstein, os policiais não tinham a obrigação de usar crachás de identificação.

A Agência Nacional para a Prevenção da Tortura, o mecanismo preventivo da Alemanha, conforme o Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura, continuava criticamente desprovida de recursos. O procedimento de nomeação dos membros da Agência Nacional ainda não satisfazia as normas internacionais sobre independência e transparência, além de excluir representantes da sociedade civil.

Em maio, os meios de comunicação alemães noticiaram o suposto abuso que dois refugiados do Afeganistão e do Marrocos haviam sofrido nas celas da Polícia Federal na principal estação de trens de Hanover. Investigações relativas a um policial federal prosseguiram no fim do ano.

DISCRIMINAÇÃO

Em 27 de janeiro, o Tribunal Constitucional concluiu que a proibição de que professores usassem símbolos ou vestimentas religiosas, exceto as que expressassem valores cristãos ou ocidentais, em vigor na Renânia do Norte-

Vestfália desde 2006, era discriminatória. Proibições similares continuaram a vigorar em outros estados alemães.

A oposição aos refugiados, requerentes de asilo e migrantes, sobretudo os muçulmanos, resultou em centenas de protestos por todo o país. Os crimes de ódio contra refugiados, requerentes de asilo e migrantes tiveram aumento acentuado. Segundo o governo, ocorreram 113 ataques violentos contra abrigos para asilados nos 10 primeiros meses do ano, comparados com 29 em 2014.

Tramita no Parlamento Federal uma emenda à seção 46 do Código Penal, que, se aprovada, requererá que os tribunais levem em conta razões racistas ou xenófobas em seus julgamentos.

Em junho, o Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação Racial chamou atenção para o fato de as autoridades não estarem investigando as motivações raciais dos delitos, inclusive com relação aos homicídios cometidos pelo grupo de extrema direita Clandestinidad Nacional-Socialista (*Nationalsozialistischer Untergrund* – NSU) contra membros de minorias étnicas. Além disso, o Comitê manifestou preocupação com os efeitos discriminatórios dos poderes concedidos à polícia para abordar e revistar pessoas de minorias étnicas.

Diversos procedimentos judiciais tramitavam em vários níveis dos tribunais administrativos, com relação ao suposto impacto discriminatório das abordagens para verificação de identidade, efetuadas pela polícia federal com base na seção 22(1)(a) da Lei da Polícia Federal.

COMÉRCIO DE ARMAS

Em março, o Conselho Federal de Segurança publicou novos princípios adequados às normas internacionais para o comércio de armas leves e de pequeno porte. Em julho, o Conselho Federal de Ministros aprovou um documento normativo para a introdução de controles pós-remessa.

JUSTIÇA INTERNACIONAL

Em 21 de maio, o Tribunal Federal de Justiça

parcialmente revogou a decisão do Tribunal Superior de Frankfurt no caso do cidadão ruandês Onesphore Rwabukombe, sentenciado em 2014 a 14 anos de prisão por cumplicidade no massacre da igreja de Kiziguro. Concluiu-se na apelação que Rwabukombe esteve ativamente envolvido na morte de 450 pessoas na igreja de Kiziguro e que sua sentença anterior havia sido demasiado leniente. O processo foi remetido de volta a um tribunal de primeira instância em Frankfurt para novo julgamento.

Em 28 de setembro, o Tribunal Superior de Stuttgart sentenciou os líderes ruandeses das Forças Democráticas de Libertação de Ruanda (FDLR) Ignace Murwanashyaka e Straton Musoni a 13 e 8 anos de prisão respectivamente. Ambos foram condenados por liderar um grupo terrorista estrangeiro, enquanto Ignace Murwanashyaka foi condenado adicionalmente por facilitar crimes de guerra. Foi o primeiro julgamento com base no Código de Crimes contra o Direito Internacional de 2002.

Em 5 de dezembro de 2014, o Tribunal Superior de Düsseldorf condenou três cidadãos alemães, de origem ruandesa, por eu apoio às FDLR.

ANGOLA

República de Angola

Chefe de Estado e de governo : **José Eduardo dos Santos**

As liberdades de expressão, de associação e de reunião foram severamente restringidas. Havia pelo menos 16 prisioneiros de consciência detidos; 15 deles foram postos em prisão domiciliar em 18 de dezembro. As autoridades usaram leis penais de difamação e a legislação de segurança do Estado para hostilizar, prender e deter de modo arbitrário pessoas que pacificamente manifestavam suas opiniões, bem como para restringir a liberdade de imprensa. O governo aprovou uma nova lei que limita a atividade das ONGs.

INFORMAÇÕES GERAIS

A queda mundial do preço do petróleo em 2015 teve um impacto negativo na economia.

As forças de segurança usaram força excessiva contra pessoas que criticavam o governo, expunham a corrupção ou denunciavam violações de direitos humanos. O espaço para o exercício dos direitos às liberdades de expressão, reunião e associação pacíficas foi restringido, na medida em que defensores dos direitos humanos e críticos do governo eram presos e submetidos a ações penais em um Judiciário cada vez mais politizado.

Quando sua situação de direitos humanos foi avaliada na Revisão Periódica Universal da ONU em 2014, Angola aceitou 192 das 226 recomendações propostas, afirmando que as demais 34 recomendações, muitas delas relativas às liberdades de expressão, associação e reunião pacíficas, seriam objeto de novas considerações. Em março de 2015, Angola rejeitou essas recomendações, inclusive as que propunham que leis penais de difamação não fossem mais usadas para restringir o direito à liberdade de expressão.

PRISIONEIRO DE CONSCIÊNCIA

As autoridades continuaram a prender pessoas que criticavam o governo, defensores dos direitos humanos, ativistas políticos e jornalistas. No fim do ano, pelo menos 16 prisioneiros de consciência estavam detidos, 15 deles em prisão domiciliar.

Em 14 de setembro, o defensor dos direitos humanos José Marcos Mavungo foi sentenciado a seis anos de prisão, acusado de rebelião, um crime contra a segurança do Estado. Ele havia participado da organização de uma manifestação pacífica em 14 de março, dia em que foi preso. José foi acusado de associação com um grupo de homens que havia sido encontrado com explosivos e panfletos no dia seguinte à manifestação. Não foi apresentada qualquer prova de sua associação com o grupo ou de seu envolvimento na produção dos panfletos, tampouco os outros homens foram levados a julgamento.

Entre os dias 20 e 24 de junho, quinze jovens ativistas foram presos e detidos pelas forças de segurança na capital Luanda, por terem participado de uma reunião pacífica onde discutiram política e suas preocupações com o governo do presidente José Eduardo dos Santos.¹ Em 16 de setembro, eles foram formalmente acusados de preparar ações de rebelião e conspirar contra o governo. Duas ativistas foram acusadas dos mesmos crimes, mas não foram detidas. Os advogados dos 15 jovens só foram comunicados oficialmente das acusações em 30 de setembro, depois do período de 90 dias de detenção provisória permitido por lei. As acusações, consideradas crimes contra a segurança do Estado, são passíveis, cada uma delas, a pena de até três anos de prisão. Três ativistas foram alvo de acusações adicionais: Manuel Nito Alves, por mudança ilegal de nome (pena máxima de um mês de prisão); Luaty Beirão, por falsificação de documentos (pena máxima de oito anos de prisão); e Osvaldo Caholo, por furto de documentos (pena máxima de oito anos de prisão).

Em 20 de setembro, quatro dos 15 ativistas entraram em greve de fome por vários dias em protesto contra sua detenção ilegal. Em 9 de outubro, Luaty Beirão, que continuou em greve de fome, foi transferido para o hospital penitenciário de São Paulo, onde, em 11 de outubro, aceitou receber uma aplicação intravenosa de soro fisiológico, mas nenhum alimento sólido.² Em 15 de outubro, ele foi transferido para um hospital particular em Luanda. Depois de 36 dias, Luaty encerrou a greve de fome.

O julgamento dos ativistas teve início em 16 de novembro e infringiu diversas normas internacionais para julgamentos justos, como o direito a audiências públicas e a ser julgado sem dilações indevidas.³ Em 18 de dezembro, os 15 ativistas foram postos em prisão domiciliar. O julgamento estava previsto para recomeçar em 11 de janeiro de 2016.

LIBERDADE DE REUNIÃO

Apesar de a lei não requerer autorização para

a realização de manifestações, as autoridades costumam não permitir que esses eventos aconteçam. Quando ocorre algum protesto, a polícia geralmente prende e detém os participantes de modo arbitrário. Em várias ocasiões, a polícia deteve e espancou manifestantes, depois os largou a muitos quilômetros de distância de onde foram apreendidos.

Em 29 de julho, em Luanda, a polícia espancou e prendeu pessoas que participavam de uma manifestação pacífica pedindo a libertação dos 15 jovens ativistas detidos em junho.

Em 8 de agosto, manifestantes que pacificamente pediam a libertação dos 15 jovens ativistas foram agredidos por policiais armados, que usaram cassetetes e cães para atacar os manifestantes, tendo espancado vários deles. Diversas pessoas foram detidas por períodos breves e depois foram soltas sem acusações. Entre os manifestantes estavam as mães e esposas de alguns dos ativistas detidos.

Em 11 de outubro, apoiadores dos 15 ativistas fizeram uma vigília na Igreja da Sagrada Família em Luanda. Segundo pessoas que participaram do evento, a polícia cercou a igreja com armas, canhões de água e cães. Para evitar o conflito com a polícia, os participantes encerraram a vigília. No dia seguinte, outra vigília foi realizada e várias pessoas foram detidas brevemente pela polícia e depois liberadas sem acusações.

Arão Bula Tempo, advogado e presidente da Ordem dos Advogados de Cabinda, foi detido em 14 de março, na província de Cabinda, e libertado condicionalmente em 13 de maio. No dia 22 de outubro, ele foi indiciado por tentativa de colaborar com estrangeiros para constranger o Estado angolano (pena máxima de cinco anos de prisão) e rebelião (pena máxima de 12 anos de prisão). Ambos os delitos são classificados como crimes contra a segurança do Estado. As acusações se basearam numa alegação de que Arão havia convidado jornalistas da República do Congo para cobrir uma manifestação organizada por José Marcos

Mavungo (ver acima). Próximo ao fim do ano, a saúde de Arão piorou e ele tentou buscar tratamento médico fora de Cabinda. No entanto, ele não teve permissão para deixar a província. Essas restrições violam o direito de Arão Bula Tempo à liberdade de circulação, assim como seu direito a ter acesso aos mais altos padrões de saúde.⁴ Até o fim do ano, ainda não havia sido marcada uma data para o seu julgamento.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

As autoridades continuaram utilizando leis penais de difamação e a legislação de segurança do Estado para suprimir a manifestação pacífica de opiniões, sobretudo de quem faz críticas ao governo.

Rafael Marques de Morais, um jornalista que trabalha com direitos humanos e combate à corrupção, foi condenado em maio por denúncia caluniosa. Sua condenação se baseou nas denúncias de conduta criminosas que ele fez por meio da publicação de seu livro *Diamantes de Sangue* em 2011, no qual acusou generais do exército e duas empresas mineradoras de cumplicidade em abusos de direitos humanos cometidos nas minas de diamante da província de Lunda. Ele foi sentenciado a seis meses de prisão, com suspensão da execução da pena por dois anos. Em junho, seus advogados recorreram ao Supremo Tribunal, mas no fim de 2015 o recurso ainda não havia sido julgado (o tempo médio para o julgamento de um recurso é de dois anos).

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

O governo promulgou uma nova lei relativa ao registro de organizações não-governamentais, o Decreto Presidencial 74/15 de 23 de março. A lei impõe rigorosas restrições a como as ONGs devem se registrar e comunicar suas finanças. As disposições dessa legislação poderão comprometer a capacidade de organização e funcionamento das ONGs e de outras organizações da sociedade civil. Segundo o novo decreto, o Ministério Público tem poderes de suspender as atividades de ONGs nacionais e

internacionais se houver suspeita de lavagem de dinheiro ou de ações consideradas ilegais ou prejudiciais à soberania e à integridade de Angola. Além disso, o artigo 15 limita a capacidade das ONGs de receber e utilizar recursos, bem como de conduzir suas atividades da maneira que melhor entenderem para alcançar seus objetivos. A capacidade de buscar, receber e usar fundos é um componente crucial do direito à liberdade de associação.

1. Angola: Detained activists must be immediately released ([News story](#), 22 June)
2. Angola: Prisoner of conscience in critical condition must be released immediately ([News story](#), 20 October)
3. Angola: Kangaroo court undermines judicial independence as trial of activists enters fourth week ([News story](#), 8 December)
4. Urgent Action, Angola: Further information: Two activists still face 10-15 years in jail ([AFR 12/2039/2015](#))

ARÁBIA SAUDITA

Reino da Arábia Saudita

Chefe de Estado e de governo: **Rei Salman bin Abdul Aziz Al Saud** (sucedeu o Rei Abdullah bin Abdul Aziz Al Saud em janeiro)

O governo continuou a restringir severamente as liberdades de expressão, associação e reunião. As autoridades prenderam, processaram e encarceraram defensores dos direitos humanos e pessoas que criticavam o governo, inclusive com base na lei de combate ao terrorismo de 2014, geralmente depois de julgamentos injustos. Alguns dos detidos eram prisioneiros de consciência. A tortura e os maus-tratos contra os detidos ainda eram comuns. Julgamentos injustos continuaram sendo realizados perante o Tribunal Penal Especializado, uma corte especial para julgar casos relacionados ao terrorismo, sendo que alguns dos julgamentos resultaram em pena de morte. A discriminação contra a minoria xiita permaneceu arraigada; alguns ativistas

xiitas sentenciados à morte aguardavam execução. As mulheres foram discriminadas na lei e na prática, além de não serem adequadamente protegidas contra a violência sexual e de outros tipos. Milhares de migrantes foram expulsos de forma sumária, muitos para países onde corriam risco de sofrer graves violações de direitos humanos. As autoridades usaram a pena de morte de forma extensiva e realizaram mais de 150 execuções.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Príncipe herdeiro Salman se tornou Rei em 23 de janeiro, após a morte do Rei Abdullah. Ele designou seu sobrinho, o ministro do Interior, Príncipe Mohamed bin Nayef, como Príncipe herdeiro, e seu filho, Príncipe Mohamed bin Salman, como ministro da Defesa e segundo na linha de sucessão.

Em 29 de janeiro, o Rei Salman concedeu um indulto real que, segundo as autoridades, propiciou a libertação de um número inédito de presos. Foram excluídos do indulto os detidos por “crimes relacionados à segurança do Estado”, embora tais crimes não sejam definidos ou especificados no direito saudita. Nenhum prisioneiro de consciência estava entre os indultados.

Em janeiro, o açoitamento do blogueiro Raif Badawi provocou forte condenação internacional e tensionou as relações entre a Arábia Saudita e diversos Estados europeus. A Suécia anunciou que não renovaria um contrato para o fornecimento de armas; em resposta, o governo retirou temporariamente o embaixador saudita da Suécia e interrompeu a concessão de vistos de negócios aos suecos.

Em setembro, o governo foi alvo de novas críticas internacionais quando se divulgou que o Supremo Tribunal havia confirmado as sentenças de morte de Ali Mohammed Baqir al-Nimr, sobrinho de um importante clérigo xiita saudita também sentenciado à morte, e de dois outros ativistas, Dawood Hussein al-Marhoon e Abdullah Hasan al-Zaher. Os três tinham menos de 18 anos quando foram presos e disseram ter sido torturados para

“confessar”.

Militantes afiliados ao Estado Islâmico (EI) realizaram atentados à bomba, visando principalmente à comunidade minoritária xiita. Os ataques com o maior número de vítimas atingiram mesquitas nas cidades de Al Qudaih e Al Dammam, em 22 e 29 de maio, matando pelo menos 25 pessoas e deixando muitos feridos.

Em dezembro, o Príncipe herdeiro interino anunciou que a Arábia Saudita havia formado uma “coalizão islâmica antiterror”, composta por 34 Estados muçulmanos, porém excluindo outros, como o Irã e o Iraque, para combater “organizações terroristas”.

CONFLITO ARMADO NO IÊMEN

Em 25 de março, uma coalizão de nove Estados liderada pela Arábia Saudita começou uma campanha de ataques aéreos contra o grupo armado Huthi, que havia tomado o controle de grandes áreas do Iêmen, como a capital Sanaa, expulsando o governo, que se transferiu para a Arábia Saudita. Nos meses seguintes, aeronaves e outras forças da coalizão lançaram um grande número de ataques, matando e ferindo milhares de pessoas, muitas delas civis. Alguns ataques aéreos da coalizão violaram a lei internacional humanitária, possivelmente configurando crimes de guerra. A coalizão também usou tropas terrestres no Iêmen e impôs um bloqueio por ar, terra e mar que exacerbou a situação humanitária dos civis iemenitas.

Os governos dos EUA, do Reino Unido e da França assinaram acordos de bilhões de dólares para o suprimento de armas para a Arábia Saudita, apesar das flagrantes evidências de que a coalizão sob o comando saudita tinha usado armas de natureza similar para cometer crimes de guerra e outras graves violações do direito internacional no Iêmen.

As forças Huthi e seus aliados também cometeram violações da lei internacional humanitária, inclusive possíveis crimes de guerra, ao reiteradamente efetuar bombardeios indiscriminados sobre Najran e

outras áreas de população civil na Arábia Saudita, próximas à fronteira sul com o Iêmen.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

As autoridades continuaram a prender, processar e encarcerar críticos do governo, como blogueiros e outros que publicam comentários na rede, ativistas políticos, membros da minoria xiita, ativistas e defensores dos direitos humanos, inclusive mulheres defensoras de direitos.

O blogueiro e prisioneiro de consciência Raif Badawi continuou a cumprir uma pena de 10 anos de prisão depois de ser condenado em 2014 por “insultar o Islã” e violar a lei de crimes cibernéticos, inclusive pela criação e administração do site Rede Liberal Saudita. Ele também foi sentenciado a açoitação (ver abaixo).

No dia 15 de julho, Zuhair Kutbi, conhecido escritor e crítico do governo, foi levado de sua casa em Meca por agentes de segurança, que o espancaram com coronhadas de fuzis e o detiveram em três locais distintos antes de levá-lo à Penitenciária Geral de Meca. Três semanas antes de ser preso, Zuhair Kutbi havia participado do *Fi al-Samim*, um programa de entrevistas na TV, quando criticou a repressão política na Arábia Saudita e pediu que fossem feitas reformas. As autoridades ordenaram que o *Fi al-Samim* fosse cancelado. Em dezembro, o Tribunal Penal Especializado condenou Zuhair Kutbi por “incitar a opinião pública”, “semear a discórdia” e “diminuir o respeito das pessoas pela lei” através de seus escritos e de suas falas, sentenciando-o a quatro anos de prisão, seguidos da proibição de viajar ao exterior por cinco anos. Ele também foi multado e proibido de publicar seus escritos por 15 anos.

O governo não permitiu a existência de partidos políticos, sindicatos ou grupos de direitos humanos independentes, e as autoridades continuaram a prender, processar e encarcerar quem formasse ou

participasse de organizações sem autorização. Em novembro, porém, o conselho de ministros aprovou uma lei de associações baseada em parte numa minuta aprovada alguns anos antes pela Assembleia Consultiva, mas o governo não indicou quando entraria em vigor. As autoridades também continuaram a negar o acesso da Anistia Internacional à Arábia Saudita, e tomaram medidas punitivas contra ativistas e familiares de vítimas que entraram em contato com a organização.

Todas as aglomerações públicas, inclusive manifestações pacíficas, continuaram proibidas por força de uma ordem expedida pelo Ministério do Interior em 2011. Quem tentasse contestar a proibição se arriscava a ser preso, processado e encarcerado por acusações tais como “incitar as pessoas contra as autoridades”. Em março, o governo alertou que prenderia e processaria quem quer que criticasse publicamente as ações militares da Arábia Saudita no Iêmen; em novembro, segundo foi informado, o Ministério da Justiça afirmou que processaria quem comparasse o sistema de justiça da Arábia Saudita ao do Estado Islâmico.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Defensores dos direitos humanos continuaram sendo presos, processados e encarcerados com base na legislação antiterrorismo e outras leis. Entre as pessoas que foram detidas, julgadas ou cumpriram pena estavam membros e ativistas da Associação Saudita de Direitos Cíveis e Políticos, um grupo fundado em 2009, que as autoridades nunca reconheceram oficialmente e que proibiram em 2013. No fim do ano, sete integrantes da associação, que se mobilizaram pela libertação ou julgamento justo de pessoas em detenção prolongada por motivos políticos, cumpriam penas de até 15 anos de prisão, impostas com base em acusações vagas e demasiado amplas. Dois deles aguardavam em liberdade o resultado do julgamento, outro continuava detido sem acusação ou julgamento, enquanto o outro já havia cumprido sua

pena, mas ainda não fora libertado.

Em janeiro, a Câmara de Recursos do Tribunal Penal Especializado, na capital Riad, confirmou a sentença de 15 anos de prisão imposta ao proeminente advogado e defensor dos direitos humanos Waleed Abu al-Khair, sendo que o juiz determinou o cumprimento integral dos 15 anos da pena por ele ter se recusado a pedir desculpas pelas “ofensas”. O tribunal que o havia sentenciado inicialmente ordenou que ele cumprisse apenas 10 dos 15 anos da sentença.

Em outubro, o Tribunal Penal Especializado sentenciou Abdulrahman al-Hamid e Abdulkareem al-Khoder, ambos membros fundadores da Associação Saudita de Direitos Cívicos e Políticos, a 8 e 10 anos de prisão, respectivamente, seguidos de proibições de viagens, depois de condená-los por acusações relacionadas ao terrorismo. Um tribunal penal já havia sentenciado Abdulkareem al-Khoder a oito anos de prisão, sentença anulada por um tribunal de recursos antes de seu processo ser remetido ao Tribunal Penal Especializado.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

As autoridades usaram a lei antiterrorismo de 2014 para prender e processar ativistas pacíficos e defensores dos direitos humanos, bem como pessoas acusadas de fazer oposição violenta ao governo. Waleed Abu al-Khair foi o primeiro defensor dos direitos humanos a receber uma sentença de prisão com base na lei e a ter a sentença confirmada em recurso. As ativistas pelos direitos das mulheres Loujain al-Hathloul e Maysaa al-Amoudi foram acusadas de delitos previstos na lei depois de terem sido presas no fim de 2014 por desafiar a proibição de que mulheres dirijam automóveis. Elas ficaram várias semanas detidas antes de serem libertadas em 12 de fevereiro. Não estava claro se o julgamento iria prosseguir.

As autoridades dissuadiram publicamente os cidadãos de se juntar ou contribuir com fundos e outras formas de apoio a grupos militantes sunitas armados na Síria e no Iraque, tendo prendido pessoas suspeitas de

pertencer a grupos armados. Em 18 de julho, o Ministério do Interior afirmou que, durante “as últimas semanas”, as autoridades haviam prendido 431 indivíduos suspeitos de pertencer ao EI, mas deram poucos detalhes sobre as acusações específicas ou os delitos com base nos quais eles foram detidos.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Autoridades da área de segurança efetuaram prisões arbitrárias e continuaram a deter pessoas por períodos prolongados, sem acusação nem julgamento, inclusive dezenas que passaram mais de seis meses detidas sem ser encaminhadas a um tribunal competente, em violação à Lei de Processo Penal saudita e às obrigações do país em virtude do direito internacional. Durante os interrogatórios, era frequente que os detidos fossem mantidos em regime de incomunicabilidade e privados de acesso a advogados, em violação às normas internacionais para julgamentos justos.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Segundo indivíduos que estiveram detidos, réus e outras pessoas, a tortura e outros maus-tratos continuaram comuns e generalizados. Casos ocorridos no passado permaneceram impunes. Em vários casos, os tribunais não excluíram declarações obtidas mediante tortura, maus-tratos ou coação, tendo condenado os réus unicamente com base em “confissões” que eles deram antes do julgamento, sem investigar suas denúncias de que tais confissões foram extraídas com tortura, em alguns casos sentenciando-os à morte.

Alguns presos sentenciados por motivos políticos em anos anteriores teriam sofrido maus-tratos na prisão. O ativista Issa al-Nukheifi, da Associação Saudita de Direitos Cívicos e Políticos, que se encontra encarcerado, depois de sentenciado em 2013 a três anos de prisão, acusou as autoridades policiais de o submeterem a agressões verbais e a frequentes revistas corporais com ele despido, assim como de incitarem ou coagirem outros presos a ameaçá-lo e atacá-

lo.

Em abril, o prisioneiro de consciência Waleed Abu al-Khair foi agredido por outro recluso, no presídio al-Hair em Riad, depois que ele se queixou às autoridades penitenciárias das más condições na prisão, inclusive corrupção e comida imprópria. Ele denunciou formalmente a agressão. Depois disso, os guardas revistaram sua cela e estragaram alguns de seus pertences.

DISCRIMINAÇÃO – MINORIA XIITA

A minoria xiita, que vive principalmente na Província Ocidental da Arábia Saudita, uma região rica em petróleo, enfrentou uma discriminação arraigada que limitava seu acesso a serviços estatais e a emprego. Líderes e ativistas xiitas foram submetidos a prisões, encarceramento e, em alguns casos, a pena de morte após julgamentos injustos.

Em janeiro, a Câmara de Recursos do Tribunal Penal Especializado confirmou a pena de prisão de oito anos seguida de dez anos de proibição de viagem imposta em agosto de 2014 a um proeminente clérigo xiita, o xeique Tawfiq Jaber Ibrahim al-Amr, por fazer sermões religiosos e discursos considerados incitadores do sectarismo, difamar o sistema vigente, ridicularizar líderes religiosos, mostrar desobediência ao mandatário e defender mudanças.

Em setembro, as famílias de Ali Mohammed Baqir al-Nimr, Dawood Hussein al-Marhoon e Abdullah Hasan al-Zaher tomaram conhecimento de que tanto a Câmara de Recursos do Tribunal Penal Especializado quanto a Suprema Corte haviam confirmado suas sentenças de morte. Os três foram condenados por delitos tais como fazer manifestação contra o governo, posse de armas e atacar as forças de segurança, quando tinham 18 anos de idade. Eles negaram as acusações e afirmam que os interrogadores os forçaram a “confessar” mediante tortura; porém, o tribunal de primeira instância não investigou suas denúncias. O tio de Ali al-Nimr, o xeque Nimr Baqir al-Nimr, clérigo xiita de Al Qatif e crítico tenaz do governo, e outros três ativistas xiitas

também aguardavam execução.

O Tribunal Penal Especializado continuou a julgar outros ativistas xiitas por sua suposta participação em protestos em 2011 e 2012.

DIREITOS DAS MULHERES

Mulheres e meninas continuaram submetidas à discriminação na lei e na prática. De acordo com a lei, a condição da mulher esteve subordinada à do homem, principalmente com respeito a questões familiares, como casamento, divórcio, custódia dos filhos e herança. Além disso, não estiveram adequadamente protegidas contra a violência sexual ou de outra natureza. A violência doméstica permaneceu endêmica, apesar de uma campanha de conscientização lançada pelo governo em 2013. Uma lei criminalizando a violência doméstica, que foi adotada em 2013, continuou não sendo aplicada na prática.

Em dezembro, pela primeira vez, as mulheres tiveram permissão para votar e se candidatar às eleições municipais, embora não pudessem fazer campanha pública entre o eleitorado masculino. Das 2.106 cadeiras nos legislativos municipais disputadas por voto direto, as mulheres foram eleitas para 21.

DIREITOS DOS MIGRANTES

As autoridades continuaram a reprimir com rigor os migrantes irregulares, prendendo, detendo e deportando centenas de milhares de trabalhadores estrangeiros. Em março, as autoridades anunciaram que, nos cinco meses anteriores, haviam prendido e deportado 300.000 migrantes irregulares.

Milhares de migrantes foram deportados para a Somália e outros Estados onde corriam risco de sofrer violações de direitos humanos, em contravenção ao princípio de não devolução. As deportações para o Iêmen, porém, foram suspensas em março devido ao conflito armado. Muitos migrantes contaram que, antes de ser deportados, ficaram confinados em locais de detenção improvisados e extremamente superlotados, onde recebiam comida e água insuficientes,

além de serem agredidos pelos guardas.

PENAS CRUÉIS, DESUMANAS OU DEGRADANTES

Os tribunais continuaram a impor punições cruéis e desumanas, inclusive açoitamento, como castigos opcionais adicionais às penas previstas para vários delitos, como calúnia, insulto e assédio sexual.

O blogueiro Raif Badawi foi submetido a açoitamento público em Jidá no dia 9 de janeiro, quando recebeu 50 chibatadas, provocando protestos internacionais. Em 2014, ele havia sido sentenciado a 1.000 chibatadas; as autoridades não o submeterem a novas chibatadas em 2015.

Em novembro, um tribunal de recursos confirmou a sentença proferida em 2014 contra o defensor dos direitos humanos Mikhliif bin Daham al-Shammari por acusações como “instigar a opinião pública ao se associar aos xiitas” e “descumprir as ordens do mandatário ao realizar uma reunião particular e postar mensagens no Twitter”. A corte confirmou sua condenação a dois anos de prisão e açoitamento com 200 chibatadas.

PENA DE MORTE

Os tribunais continuaram impondo a pena de morte para uma série de crimes, como delitos não violentos envolvendo drogas, geralmente após julgamentos injustos nos quais as denúncias dos réus de que os interrogadores os haviam torturado, coagido ou enganado durante a detenção provisória a fim de que fizessem confissões falsas não eram investigadas.

Em novembro, o Tribunal Geral de Abha sentenciou à morte o artista e poeta palestino Ashraf Fayadh, depois de tê-lo condenado por apostasia. Anteriormente, um tribunal de recursos havia anulado sua sentença original de quatro anos de prisão e 800 chibatadas, imposta quando ele foi condenado por infringir o artigo 6 da lei de crimes cibernéticos.

A onda de execuções que começou em agosto de 2014 se estendeu por 2015. Até o

fim de junho, a Arábia Saudita havia executado pelo menos 102 pessoas, mais do que em todo 2014, e até o fim do ano o número total de execuções ultrapassava 150. Muitas execuções se basearam em delitos que não cumpriam os critérios de “crimes mais graves” e que, portanto, conforme o direito internacional, não deveriam acarretar a pena de morte. Muitas das execuções se deram na forma de decapitações públicas.

ARGENTINA

República Argentina

Chefe de Estado e de governo: **Mauricio Macri** (substituiu **Cristina Fernández de Kirchner** em novembro)

Mulheres e meninas enfrentaram dificuldades para ter acesso a abortos legais. A discriminação contra os povos indígenas continuou causando preocupação. Pessoas suspeitas de ter cometido crimes durante a ditadura militar (1976 a 1983) foram a julgamento. Denúncias de tortura e outros maus-tratos não foram investigadas.

INFORMAÇÕES GERAIS

As eleições presidenciais dominaram o cenário político durante o ano. Mauricio Macri foi eleito Presidente após um segundo turno em 22 de novembro.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

O Ministério da Saúde publicou um novo protocolo para a realização de abortos legais, em conformidade com uma decisão da Suprema Corte de 2012. Até o fim do ano, o protocolo não havia sido aprovado pelo Ministério. Em mais da metade das comarcas não havia protocolos hospitalares detalhados que garantissem o acesso a abortos legais quando a gravidez decorresse de estupro ou constituísse risco à saúde ou à vida da mulher ou da menina.

Uma mulher de um bairro carente de Tierra del Fuego foi posta em liberdade condicional depois de ser indiciada, em

2013, por ter feito um aborto clandestino. Ela havia enfrentado restrições para conseguir fazer um aborto legal no local onde morava. No fim do ano, o julgamento ainda não tinha uma decisão.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXUAIS

Em setembro, uma conhecida ativista argentina dos direitos LGBTI, Daiana Sacayán, foi encontrada morta em seu apartamento. Ela foi a terceira mulher transgênero – depois de Marcela Chocobar e Coty Olmos – a morrer em circunstâncias violentas no período de um mês. Até o fim do ano, ninguém havia sido acusado pelos crimes.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Apesar de a Constituição reconhecer os direitos dos povos indígenas a suas terras ancestrais e à participação na gestão dos recursos naturais, esses direitos raramente foram respeitados.

Félix Días, líder da comunidade indígena de La Primavera (Potae Napocna Navogoh) na província de Formosa, continuou a enfrentar três diferentes processos penais, por acusações formalizadas em 2010 de ocupação de terras, resistência à autoridade e roubo. Félix negou as acusações. Em junho, a defesa solicitou que a decisão de julgá-lo por suposta ocupação de terras fosse revogada. No fim do ano, uma decisão judicial ainda era aguardada.

Em outubro, Relmu Ñamku, líder da comunidade Mapuche de Winkul Newen, na província de Neuquén, foi julgada com base em acusações desproporcionais por ter resistido a uma remoção ilegal de seu território tradicional. Ela foi absolvida da acusação de tentativa de homicídio contra um policial. Tratou-se do primeiro julgamento penal na região a incluir um júri intercultural com interpretação simultânea em Mapuzungun, a língua nativa dos Mapuche.

JUSTIÇA TRANSICIONAL

Realizaram-se julgamentos públicos de crimes contra a humanidade perpetrados no período do regime militar de 1976 a 1983. Ocorreram oito novas condenações, elevando para 142 o número total de pessoas sentenciadas entre 2006 e 2015.

Houve pouco progresso no sentido de levar à Justiça indivíduos pertencentes aos setores civil, empresarial e jurídico. Segundo o Ministério Público, ainda havia dúvidas sobre responsabilidade mesmo nos casos em que foi possível a coleta de provas significativas. Até então, apenas um membro do Judiciário e dois empresários haviam sido condenados.

Em 23 de setembro, a Câmara dos Deputados enviou ao Senado um projeto de lei propondo a criação de uma comissão, composta por representantes de ambas as casas, para identificar interesses econômicos e financeiros que conspiraram com a ditadura militar.

IMPUNIDADE

Prosseguiram no fim do ano as investigações sobre a morte, em janeiro, de Alberto Nisman, promotor no caso do atentado contra a sede da Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA) em Buenos Aires, em 1994, no qual 85 pessoas morreram.

Em agosto, teve início uma audiência pública sobre o acobertamento da investigação do atentado contra a AMIA em 1994. Entre os acusados estavam um ex-juiz e promotor e outras autoridades de alto escalão, inclusive o ex-presidente Carlos Menem. O principal processo relativo ao atentado está paralisado desde 2006, quando um juiz emitiu ordens de captura e extradição contra oito cidadãos iranianos e um libanês a fim de que fossem interrogados. Quatro dessas ordens ainda estavam em vigor e eram objeto de um “alerta vermelho” da Interpol. O Irã se recusou a extraditar os oito iranianos.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Houve denúncias de uso de tortura durante atos de prisão e nas penitenciárias das

províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Chubut. Os métodos incluíam o uso de agulhões para gado eletrificados, quase asfixia com sacos plásticos ou com submersão na água e isolamento prolongado.

Denúncias de tortura e outros maus-tratos não foram investigadas, e a Argentina continuava não contando com um sistema nacional para o registro de informações sobre tortura. Não havia qualquer sistema de proteção às testemunhas de tortura. Houve novos atrasos na criação de um Sistema Nacional para a Prevenção da Tortura.

BOLÍVIA

Estado Plurinacional da Bolívia

Chefe de Estado e de governo: **Evo Morales Ayma**

Verdade, justiça e reparações plenas para as vítimas de violações dos direitos humanos cometidas pelos regimes militares no passado ainda eram esperadas. As medidas tomadas para garantir a realização integral dos direitos sexuais e reprodutivos foram insuficientes. O fato de as autoridades desacreditarem o trabalho das organizações não governamentais, inclusive de defensores dos direitos humanos, somado ao enrijecimento das regras para obtenção de registro legal, continuou sendo motivo de preocupação.

INFORMAÇÕES GERAIS

A Justiça permaneceu fora do alcance das pessoas, sobretudo das que não possuíam os meios financeiros para acessá-la. Denúncias de corrupção, de interferência política e de atrasos na administração da Justiça enfraqueceram ainda mais a confiança no sistema.

Em julho, o Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW) exortou a Bolívia a adotar medidas, no prazo de dois anos, para prevenir a violência contra as mulheres, garantir educação e acesso à informação sobre direitos sexuais e reprodutivos, bem como

emendar a legislação nacional a fim de descriminalizar o aborto, entre outras recomendações.

IMPUNIDADE

As medidas tomadas para assegurar a verdade, a justiça e reparações plenas para as vítimas de violações dos direitos humanos cometidas durante os regimes militares e autoritários do passado (1964-1982) foram muito limitadas. As autoridades não tomaram qualquer medida concreta para estabelecer uma comissão da verdade, embora tenham assumido esse compromisso em março, após uma audiência pública na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.¹ Um projeto de lei apresentado por organizações de vítimas à Assembleia Legislativa Plurinacional para a criação de tal comissão ainda não havia sido apreciado no fim do ano.

Em julho, o Ministério Público anunciou a criação de um banco de dados genético para identificar os restos mortais de possíveis vítimas de desaparecimentos forçados. Calcula-se que aproximadamente 150 pessoas tenham sido vítimas de desaparecimento forçado durante os regimes militares. O Ministério Público pediu que os familiares das vítimas fizessem exames de sangue para estabelecer possíveis relações de parentesco.

Não houve progresso no sentido de assegurar reparações justas e integrais às vítimas de violações de direitos humanos cometidas no passado, depois que o processo de qualificação foi concluído em 2012.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A ausência de um mecanismo independente para registrar e investigar denúncias de tortura desencorajou as vítimas a buscar justiça. Nenhuma iniciativa foi tomada para garantir a plena independência do mecanismo preventivo nacional, o Serviço para a Prevenção da Tortura (Sepret), dependente do Ministério da Justiça. No fim do ano, o mecanismo ainda não havia sido

regulamentado.

Em junho, Juan Bascope formalizou uma denúncia de tortura, ameaça de morte e discriminação a que fora submetido enquanto detido em 2014 na localidade de Maripiri, na região de Yungas. Ele havia sido acusado de matar três membros das forças de segurança e um médico durante uma operação conjunta da polícia e do exército para combater plantações ilegais de coca no município de Apolo em 2013. Juan foi detido e somente três dias depois foi levado à presença de um juiz. Porém, ao que se sabe, nenhuma investigação sobre sua denúncia foi aberta, apesar das gravidades das lesões que ele sofreu.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Os altos índices de mortalidade materna, principalmente nas áreas rurais, o acesso limitado a métodos contraceptivos modernos, inclusive anticoncepcionais de emergência, e a taxa elevada de gravidez na adolescência continuaram preocupantes.²

Apesar de uma resolução expedida pelo Ministério da Saúde em janeiro, uma decisão de 2014 do Tribunal Constitucional Plurinacional abolindo a exigência de autorização judicial para a realização de aborto em casos de estupro não foi aplicada.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Em março, o governo emitiu um decreto supremo para alterar o Regulamento de Consulta e Participação para Atividades Hidrocarboníferas. O decreto continha novas regras, como prazos rígidos e uma metodologia a ser estabelecida pelas autoridades, que poderiam prejudicar o direito dos povos indígenas à consulta e ao consentimento livre, prévio e informado sobre os projetos que os afetam.

Em abril, os processos contra os 12 policiais acusados de uso excessivo da força durante uma marcha pacífica contra a construção de uma rodovia no Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Sécure (TIPNIS) em 2011 foram arquivados. O julgamento de outros seis policiais cujos

processos foram mantidos não havia começado no fim do ano.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Em setembro, as autoridades anunciaram que 38 ONGs foram consideradas “irregulares” por não terem apresentado os documentos necessários para confirmar sua pessoa jurídica, de acordo com uma regulamentação de 2013. Uma decisão do Tribunal Constitucional Plurinacional sobre a regulamentação, requerida pela Defensoria Pública, era aguardada. A Defensoria argumentou que alguns artigos da regulamentação poderiam infringir o direito à reunião e o princípio de não discriminação.

Em agosto, o vice-presidente desacreditou o trabalho de quatro organizações locais que criticaram os projetos do governo e ameaçou expulsar algumas ONGs internacionais instaladas no país caso se envolvessem no que as autoridades considerassem ser questões de política interna.

CONDIÇÕES PRISIONAIS

Serviços sanitários inadequados, deficiências no acesso à saúde e na alimentação, assim como a superlotação das prisões, continuaram preocupantes. Uma pesquisa da Pastoral Carcerária constatou que havia quase 14.000 presos no país em 2015, mas que a capacidade máxima era de 5.000 reclusos. Os atrasos na conclusão dos julgamentos dentro de um prazo razoável e a utilização excessiva de detenções provisórias eram as principais causas da superlotação.

-
1. Bolívia: Derecho a la verdad, justicia, reparación de las víctimas de las violaciones graves de derechos humanos cometidas durante los gobiernos militares de Bolivia (1964-1982) ([AMR 18/1291/2015](#))
 2. Bolívia: Briefing to the UN Committee on the Elimination of Discrimination Against Women ([AMR 18/1669/2015](#))

BRASIL

República Federativa do Brasil

Chefe de Estado e de governo: **Dilma Rousseff**

Graves violações de direitos humanos continuaram sendo denunciadas, como homicídios cometidos pela polícia, tortura e maus-tratos de pessoas presas. Jovens negros moradores de favelas e periferias corriam maiores riscos. As forças de segurança, com frequência, usaram força excessiva ou desnecessária para reprimir manifestações. Conflitos por terras e recursos naturais provocaram a morte de dezenas de pessoas. Comunidades rurais e seus líderes continuaram a sofrer ameaças e ataques de proprietários de terras, principalmente no Norte e Nordeste do país. Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI) continuaram a enfrentar discriminação e violência. Intensificou-se a oposição da sociedade civil às novas leis e emendas constitucionais que ameaçavam retroceder direitos sexuais e reprodutivos, bem como direitos das mulheres e das crianças; jovens e mulheres tomaram a frente dessas mobilizações. O Brasil não se candidatou à reeleição para um assento no Conselho de Direitos Humanos da ONU.

SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública e o alto número de homicídios de jovens negros continuaram entre as maiores preocupações. O governo não apresentou um plano nacional concreto para a redução dos homicídios no país, apesar de ter anunciado em julho que o faria. Segundo um relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública referente a 2014, mais de 58.000 pessoas foram vítimas de homicídios; o número de policiais mortos foi de 398, uma pequena queda de 2,5% com relação ao ano anterior; e mais de 3.000 pessoas foram mortas pela polícia, um aumento de aproximadamente 37% com relação a 2013.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS

Em 2015, o número de homicídios durante operações policiais permaneceu alto, mas a falta de transparência na maioria dos estados impossibilitou que se calculasse o número exato de pessoas mortas em consequência dessas operações. Nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, a quantidade de pessoas mortas por policiais no cumprimento de suas funções aumentou significativamente, mantendo-se a tendência observada em 2014. Os homicídios cometidos por policiais em serviço raramente foram investigados, e os relatos de que os agentes envolvidos tentavam alterar a cena do crime e criminalizar as vítimas eram frequentes. Policiais muitas vezes tentavam justificar as mortes como atos de legítima defesa, alegando que as vítimas teriam resistido à prisão.

Em setembro, um menino de 13 anos foi morto durante uma operação policial em Manguinhos e um adolescente de 16 anos foi morto a tiros na Maré, duas favelas do Rio de Janeiro.¹

Em fevereiro, 12 pessoas foram mortas a tiros e outras quatro foram feridas por policiais militares durante uma operação no bairro de Cabula, em Salvador, na Bahia. Após as mortes, os moradores relataram que se sentiam ameaçados e que temiam as frequentes visitas que a Polícia Militar começou a fazer ao local. Uma investigação da Polícia Civil concluiu que os policiais militares agiram em legítima defesa. Porém, as organizações que trabalharam sobre o caso encontraram fortes evidências indicando que as 12 pessoas foram vítimas de execuções extrajudiciais. O Ministério Público condenou as ações dos policiais militares envolvidos nas mortes e questionou a imparcialidade da investigação conduzida pela Polícia Civil.²

Eduardo de Jesus Ferreira, um menino de 10 anos, foi morto por policiais militares diante de sua casa no Complexo do Alemão, conjunto de favelas do Rio de Janeiro, no dia 2 de abril. Os policiais tentaram adulterar a cena do crime e remover seu corpo, mas

foram impedidos pelos familiares e vizinhos do menino. Após receberem ameaças de morte, a mãe de Eduardo e outros membros da família tiveram que deixar a cidade.

Cinco jovens negros com idades entre 16 e 25 anos foram mortos a tiros no bairro Costa Barros, no Rio de Janeiro, em 29 de novembro, por policiais militares do 41º Batalhão de Polícia Militar. Policiais efetuaram mais de 100 disparos em direção ao automóvel dentro do qual os homens estavam sentados.

Surgiram denúncias de que, em várias cidades, policiais fora de serviço cometeram homicídios como parte de grupos de extermínio.

Em Manaus, no Amazonas, 37 pessoas foram mortas num único fim-de-semana de julho. Em Osasco, na região metropolitana de São Paulo, 18 pessoas foram mortas numa única noite, e as investigações iniciais apontavam o envolvimento de policiais militares.

Em fevereiro, Vitor Santiago Borges, de 29 anos, foi atingido por disparos feitos por membros das forças armadas na favela da Maré. Em razão dos ferimentos, ele ficou paralisado. As autoridades não prestaram a devida assistência a Vitor ou a sua família, nem conduziram uma investigação completa e imparcial sobre as circunstâncias dos disparos. Desde abril de 2014, o Exército vinha desempenhando funções policiais na comunidade. Os soldados foram destacados para atuar na Maré no período que antecedeu a Copa o Mundo e deveriam ter deixado o local logo após o evento. Porém, continuaram a realizar funções de policiamento na comunidade até junho de 2015. Nesse período, os moradores denunciaram um grande número de violações de direitos humanos cometidas pelas forças armadas, como violência física e disparos contra os residentes.

IMPUNIDADE

Policiais responsáveis por execuções extrajudiciais desfrutaram de quase total impunidade. Das 220 investigações sobre

homicídios cometidos por policiais abertas em 2011 na cidade do Rio de Janeiro, houve, até 2015, somente um caso em que um policial foi indiciado. Em abril de 2015, 183 dessas investigações continuavam abertas.³

O Congresso Nacional instituiu duas Comissões Parlamentares de Inquérito, uma no Senado e outra na Câmara, para investigar o alto índice de homicídios de jovens negros. Ao mesmo tempo, uma lei que altera o atual Estatuto do Desarmamento para permitir maior acesso às armas de fogo ganhou impulso no Congresso. O Brasil não ratificou o Tratado sobre o Comércio de Armas.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instalada em outubro na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro para investigar homicídios cometidos por policiais e tem sua conclusão prevista para maio de 2016. A Polícia Civil do Rio de Janeiro anunciou que todos os casos de homicídios cometidos pela polícia seriam investigados pela Divisão de Homicídios.

CONDIÇÕES PRISIONAIS, TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em março, a Presidente nomeou 11 especialistas para o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. O grupo integra o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, e seu mandato incluirá visitas e inspeções a locais de detenção.

Superlotação extrema, condições degradantes, tortura e violência continuaram sendo problemas endêmicos nas prisões brasileiras. Nenhuma medida concreta foi tomada pelas autoridades para resolver o grave problema de superlotação e as condições cruéis da Penitenciária de Pedrinhas no estado do Maranhão. Em outubro, foi revelado que um interno de Pedrinhas havia sido morto e parcialmente canibalizado por outros presos.

Rebeliões de presos ocorreram em diversos estados. Em Minas Gerais, três detentos foram mortos durante uma rebelião no presídio de Teófilo Otoni, em outubro, e dois foram mortos em circunstâncias similares no presídio de Governador Valadares em junho.

Em outubro, ocorreram distúrbios na penitenciária de Londrina, no Paraná.

DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O sistema de justiça juvenil também apresentou superlotação severa e condições degradantes. Houve grande número de denúncias de tortura e de violência contra meninos e meninas, sendo que vários adolescentes morreram em custódia no decorrer do ano.

Em agosto, a Câmara dos Deputados aprovou uma emenda à Constituição reduzindo a idade em que crianças e adolescentes podem ser julgados como adultos de 18 para 16 anos. No fim do ano, a emenda ainda não havia sido aprovada pelo Senado. Caso aprovada, a emenda violará diversas obrigações do Brasil diante da legislação internacional de direitos humanos relativa à proteção dos direitos da criança e do adolescente.

LIBERDADE DE MANIFESTAÇÃO

No dia 29 de abril, no Paraná, uma manifestação contra as mudanças nas regras que alteram os benefícios de previdência social e aposentadoria dos professores estaduais foi confrontada com uso desnecessário e excessivo da força pela Polícia Militar. Os policiais usaram gás lacrimogêneo e balas de borracha para dispersar os manifestantes. Mais de 200 pessoas ficaram feridas e pelo menos sete foram detidas temporariamente. Em consequência do incidente, a Defensoria Pública e o Ministério Público iniciaram ações judiciais contra o governo do estado. No fim do ano, o caso ainda aguardava conclusão.⁴

Em outubro, o Senado aprovou um projeto de lei que tipifica o terrorismo como um crime específico no Código Penal. Temia-se que, caso aprovada em sua forma atual, a lei pudesse ser usada para criminalizar manifestantes e classificá-los como “terroristas”. No fim do ano, a lei ainda aguardava aprovação final da Câmara dos Deputados.

DIREITO À MORADIA

Desde que o Rio de Janeiro foi escolhido em 2009 para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, milhares de pessoas foram removidas de suas casas para dar lugar às obras de infraestrutura para o evento. Muitas famílias não receberam a devida notificação, nem indenizações suficientes ou reassentamento adequado. A maioria das 600 famílias da comunidade de Vila Autódromo, próxima ao futuro Parque Olímpico, foi removida pela Prefeitura. Em junho, integrantes da guarda municipal agrediram os moradores que permaneceram no local e protestavam pacificamente contra as remoções. Cinco moradores ficaram feridos, entre eles, Maria da Penha Macena, que teve o nariz quebrado. No fim do ano, os residentes que ainda permaneciam no local estavam vivendo em meio aos escombros das demolições e sem acesso a serviços básicos como água e eletricidade.

Na cidade do Rio de Janeiro, a maioria dos condomínios que fizeram parte do programa Minha Casa, Minha Vida para famílias de baixa renda estavam sob o controle de milícias (grupos criminosos formados principalmente por policiais militares, civis e bombeiros, fora de serviço ou já desligados das corporações) ou de outras gangues criminosas organizadas. Essa situação deixou milhares de famílias sujeitas à violência, sendo que muitas delas foram forçadas a abandonar suas casas por causa de intimidações e ameaças.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

O Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) não foi capaz de oferecer a proteção prometida em suas disposições. A falta de recursos continuou a prejudicar sua implementação e deixou os defensores em perigo, enquanto a ausência de um marco legal para o programa também comprometeu sua eficácia. Um projeto de lei visando à criação de um marco legal para embasar a coordenação dos governos federal e estaduais na proteção dos defensores

tramitava no Congresso no fim do ano.

Conflitos por terras e recursos naturais continuaram a provocar dezenas de mortes a cada ano. Comunidades rurais e seus líderes foram ameaçadas e atacadas por proprietários de terras, principalmente no Norte e Nordeste do país. Em outubro, cinco pessoas foram mortas em Vilhena, no estado de Rondônia, no contexto dos conflitos por terras naquela área.

Raimundo Santos Rodrigues, também conhecido como José dos Santos, foi morto a tiros em 25 de agosto na cidade de Bom Jardim, no Maranhão. Sua esposa, que estava com ele, também foi atingida por tiros. Raimundo Santos Rodrigues era membro do Conselho da Reserva Biológica do Gurupi, uma área de proteção ambiental na floresta Amazônica no estado do Maranhão. Por muitos anos, ele fez denúncias e campanhas contra a exploração ilegal de madeira e o desmatamento na Amazônia, trabalhando para defender os direitos de sua comunidade. Raimundo também era membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jardim. Ele havia recebido várias ameaças de morte, que foram reiteradamente denunciadas às autoridades pela Comissão Pastoral da Terra e por uma organização local de direitos humanos. No entanto, nada foi feito para protegê-lo.

Casos de ameaças, ataques e assassinatos envolvendo defensores dos direitos humanos raramente eram investigados e permaneciam praticamente impunes. Temia-se que os responsáveis pela morte de Flaviano Pinto Neto, líder da comunidade quilombola do Charco, no Maranhão, em outubro de 2010, não fossem levados à Justiça. Apesar de uma investigação minuciosa ter sido realizada, em outubro os tribunais indeferiram as ações contra os acusados e culparam a vítima por sua própria morte. No fim do ano, não estava claro se o Ministério Público iria recorrer da decisão.

O rompimento de uma barragem da mineradora Samarco, controlada pela Vale e pela BHP Billiton, no estado de Minas Gerais, no dia 5 de novembro, foi considerado o

maior desastre ambiental da história do Brasil. O acidente resultou em mortes e ferimentos, além de outras sérias violações dos direitos humanos, que incluíam privar famílias e comunidades inteiras de acesso suficiente à água potável e a abrigos seguros, bem como a informações confiáveis sobre o que estava acontecendo. A lama tóxica que tomou conta dos cursos d'água também violou o direito aos meios de subsistência dos pescadores e de outros trabalhadores que dependiam direta ou indiretamente das águas do Rio Doce.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

O processo de demarcação das terras indígenas continuou extremamente demorado, apesar de o governo federal contar com a autoridade legal e os meios financeiros para pôr em prática o processo. Vários casos estavam pendentes no fim do ano. Ataques contra membros das comunidades indígenas continuaram sendo praticados de modo generalizado, e os responsáveis raramente foram levados à Justiça.

A situação da comunidade Guarani-Kaiowá de Apiká'y, no Mato Grosso do Sul, deteriorou de forma dramática e muito preocupante. Uma ordem de despejo que teria deixado a comunidade sem ter onde viver foi temporariamente suspensa em agosto. No fim do ano, porém, o risco de expulsão permanecia.⁵

Em 29 de agosto, fazendeiros locais atacaram a comunidade indígena Nanderú Marangatú no município de Antonio João, no Mato Grosso do Sul. Um homem, Simião Vilhalva, foi morto e várias mulheres e crianças ficaram feridas. Nenhuma investigação foi aberta sobre o ataque, nem foram tomadas quaisquer medidas para proteger a comunidade contra novos atos de violência.

Uma emenda à Constituição que transfere a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas do Poder Executivo para o Legislativo, onde a frente de pressão do agronegócio tem grande força, foi aprovada

por uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados em outubro. No fim do ano, a emenda aguardava aprovação do Plenário da Câmara. Caso aprovada, impactará de forma bastante negativa o acesso à terra para os povos indígenas.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Novas leis e emendas constitucionais que estavam sendo debatidas no Congresso representaram uma séria ameaça aos direitos sexuais e reprodutivos, assim como aos direitos das mulheres. No fim do ano, tramitavam no Congresso Nacional alguns projetos de lei, como o Estatuto do Nascimento, que propunham criminalizar o aborto em todas as circunstâncias. Outra proposta visava impedir o acesso a abortos seguros e legais no sistema público de saúde, mesmo nos casos atualmente permitidos pela legislação brasileira, como quando a vida da mulher corre risco ou a gravidez resulta de estupro. Caso aprovada, a medida também impediria a assistência de emergência para vítimas de estupro.

-
1. Brasil: Duas pessoas mortas e outras feridas em operações policiais (AMR 19/2424/2015)
 2. Brasil: Doze pessoas mortas por policiais militares (AMR 19/002/2015)
 3. Brasil: “Você Matou Meu Filho” – Homicídios cometidos pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro (AMR 19/2068/2015)
 4. Brasil: Polícia Militar ataca professores em protesto (AMR 19/1611/2015)
 5. Brasil: Comunidade indígena em risco de despejo forçado (AMR 19/2151/2015)

CANADÁ

Chefe de Estado: **Rainha Elizabeth II, representada pelo governador-geral David Johnston**

Chefe de governo: **Justin Trudeau (substituiu Stephen Harper em novembro)**

Drásticas reformas das leis de segurança nacional motivaram preocupação com os direitos humanos. Após a troca de governo,

teve início o processo de pôr em curso uma esperada investigação pública sobre o desaparecimento e a morte de mulheres e meninas indígenas, enquanto se prometia tratar de uma série de outras preocupações de direitos humanos.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Em junho, a Comissão de Verdade e Reconciliação publicou uma série de ações a serem tomadas com base em seis anos de procedimentos judiciais. Entre outras coisas, o documento constatou que o sistema canadense de escolas residenciais para crianças aborígenes constituía “genocídio cultural”, e apresentou extensas recomendações para ajudar a recompor as comunidades indígenas e impedir que outros danos sejam causados às suas crianças.

Em julho, a construção da represa Site C teve início na Colúmbia Britânica, sem que fosse tratado de seu impacto sobre os direitos dos povos indígenas.

Em julho, o Comitê de Direitos Humanos da ONU pediu que, dentro do prazo de um ano, o Canadá fornecesse informações sobre os progressos obtidos no combate à violência contra as mulheres e meninas indígenas e na proteção das terras e dos direitos indígenas.

Um recurso contra a decisão de permitir o prosseguimento das obras do oleoduto Northern Gateway no norte da Colúmbia Britânica, mesmo com a oposição de muitos povos indígenas que dependem das terras e águas potencialmente afetadas pelo projeto, ainda não havia sido julgado no fim do ano.

Uma decisão do Tribunal de Direitos Humanos do Canadá, referente a um caso iniciado em 2008 alegando discriminação do governo federal com relação aos gastos públicos para a proteção de crianças das Primeiras Nações indígenas, continuava pendente no fim do ano, após 14 meses de espera.

DIREITOS DAS MULHERES

Em março, o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher concluiu que tanto a polícia quanto o sistema de justiça do

Canadá haviam falhado em seu dever de proteger efetivamente as mulheres indígenas contra a violência, de fazer com que os agressores prestassem contas e de garantir reparação para as vítimas.

Em dezembro, após a mudança de governo, foi iniciado o processo de abertura de uma investigação pública sobre a violência contra mulheres e meninas indígenas; o inquérito estava previsto para começar em 2016.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Em maio, Omar Khadr, um cidadão canadense mantido em Guantánamo por 10 anos, desde os 15 anos de idade, e repatriado ao Canadá em 2012 com base num acordo sobre transferência de prisioneiros, foi libertado mediante fiança enquanto aguarda um recurso contra sua condenação nos EUA. Também em maio, a Suprema Corte do Canadá decidiu que Omar Khadr deveria ser tratado como menor de idade no âmbito do sistema penitenciário canadense.

Em junho, entrou em vigor a Lei Antiterrorismo de 2015. A lei amplia os poderes dos órgãos do governo canadense de compartilhar informações sobre pessoas sem as necessárias salvaguardas. Além disso, permite que o Serviço Canadense de Inteligência de Segurança tome medidas para reduzir ameaças à segurança mesmo que tais medidas infringjam direitos. A nova legislação tipifica como delito penal advogar ou promover a realização de “delitos terroristas em geral”, o que compromete o direito à liberdade de expressão. O resultado de uma apelação contra a nova lei era aguardado no fim do ano e o novo governo se comprometeu a rever algumas de suas disposições.

Aguardava-se também a decisão de uma contestação jurídica das reformas à Lei de Cidadania aprovadas em 2014, as quais permitiam que pessoas com dupla nacionalidade condenadas por terrorismo e outros delitos fossem destituídas da cidadania canadense. O novo governo prometeu revogar as reformas de 2014.

SISTEMA DE JUSTIÇA

Em setembro, a Real Polícia Montada do Canadá acusou criminalmente de tortura um oficial do serviço de inteligência militar da Síria no caso do cidadão canadense Maher Arar, que havia sido detido ilegalmente na Síria em 2002-2003 após ter sido extraditado extrajudicialmente dos EUA. Tratou-se da primeira ação judicial a ser impetrada no Canadá pela prática de tortura cometida fora do país.

Duas ações judiciais contestando o uso generalizado do regime de isolamento em cela de segurança ainda não haviam sido julgadas.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

Em outubro, surgiram denúncias de que funcionários do governo haviam suspendido o processamento dos casos de refugiados sírios por várias semanas durante o verão, e que estavam fazendo uma triagem dos casos a fim de priorizar refugiados de certas minorias étnicas ou religiosas, bem como os que eram proprietários de negócios ou falavam inglês ou francês fluentemente. Em novembro, o novo governo anunciou que planejava reassentar 10.000 refugiados sírios até o fim de 2015. No fim do ano, aproximadamente 6.000 refugiados sírios haviam chegado ao Canadá.

Em julho, o Comitê de Direitos Humanos da ONU pediu que o Canadá informasse este órgão, no prazo de um ano, a respeito de uma série de preocupações de direitos humanos relativas aos imigrantes e refugiados.

Em julho, o Tribunal Federal anulou a lista de “países de origem designados” por meio da qual pessoas provenientes de países “seguros” que solicitassem refúgio eram privadas do direito de apelação.

Em agosto, o cidadão camaronês Michael Mvogo foi deportado do Canadá, 13 meses depois de o Grupo de Trabalho sobre Detenções Arbitrárias da ONU ter solicitado o fim de sua detenção por tempo indeterminado.

Em novembro, o novo governo anunciou

que os cortes no Programa de Saúde Federal Provisório para refugiados e solicitantes de refúgio seriam revertidos e a cobertura do atendimento médico seria restaurada.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CORPORATIVA

Em fevereiro, foi lançada uma investigação conjunta de órgãos federais e provinciais para determinar se a Imperial Metals infringiu alguma lei quando a barragem com resíduos tóxicos de sua mina de Mount Polley se rompeu em 2014. O desastre despejou 24 milhões de metros cúbicos de resíduos de mineração em reservatórios de peixes.

Em maio, foi divulgado o quarto relatório anual ao Parlamento para avaliar o impacto sobre os direitos humanos do Acordo de Livre Comércio entre o Canadá e a Colômbia. Mais uma vez, o relatório não levou em conta as preocupações com os direitos humanos, inclusive os graves abusos cometidos contra povos indígenas, comunidades afrodescendentes e outras em áreas de investimento na extração de recursos na Colômbia

Em outubro, o Canadá foi um dos 12 países que assinou a Parceria Transpacífico, um novo e abrangente tratado de livre comércio que não inclui garantias para os direitos humanos.

Até o fim do ano, cinco ações judiciais tramitavam nos tribunais canadenses buscando estabelecer a responsabilidade legal de empresas com matriz no Canadá pelos danos aos direitos humanos causados por suas operações mineradoras na Eritreia e na Guatemala.

MUDANÇAS LEGAIS, CONSTITUCIONAIS OU INSTITUCIONAIS

Um anteprojeto de lei que teria acrescentado a identidade de gênero às razões proibidas de discriminação na Lei de Direitos Humanos do Canadá e na legislação que trata de crimes de ódio não foi aprovado no Senado antes de o Parlamento entrar em recesso devido às eleições federais.

Apesar de constantes apelos, o governo não ratificou o Tratado de Comércio de Armas

nem o Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura.

CATAR

Estado do Catar

Chefe de Estado: **Xeque Tamim bin Hamad bin Khalifa Al Thani**

Chefe de governo: **Xeque Tamim bin Hamad bin Khalifa Al Thani**

As autoridades restringiram de modo arbitrário os direitos à liberdade de expressão, associação e reunião pacíficas. Um prisioneiro de consciência cumpria longa pena de reclusão por escrever e recitar poemas. Trabalhadores migrantes, como os do âmbito doméstico e os empregados na construção de megaprojetos, continuaram a sofrer exploração e abusos. A discriminação contra as mulheres continuou arraigada tanto na lei quanto na prática. A pena de morte permaneceu em vigor; nenhuma execução foi registrada.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em março, o Catar se juntou à coalizão liderada pela Arábia Saudita e que está envolvida no conflito armado do Iêmen (ver a seção sobre o Iêmen).

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

As autoridades continuaram a restringir a liberdade de expressão. O poeta catariano Mohammed al-Ajami (também conhecido como Ibn-Dheeb) continuou prisioneiro de consciência. Ele recebeu uma pena de 15 anos de prisão em 2012, por escrever e recitar poemas que as autoridades consideraram ofensivos ao Emir e ao Estado. Em fevereiro, o ministro das Relações Exteriores negou que Mohammed al-Ajami tivesse sido preso por expressar pacificamente suas opiniões.¹

Em maio, as autoridades de segurança detiveram quatro profissionais da imprensa, entre eles o jornalista britânico Mark Lobel, apesar de terem autorização oficial para

visitar o Catar e informar sobre as condições dos trabalhadores migrantes. Eles foram libertados sem acusações depois de dois dias e tiveram permissão de permanecer no Catar.

SISTEMA DE JUSTIÇA

Em março, a relatora especial da ONU sobre a independência de magistrados e advogados apresentou o relatório de sua visita ao Catar em 2014. Ela constatou problemas graves que prejudicam a realização dos direitos humanos no Catar e a independência e imparcialidade de quem trabalha no sistema de justiça.

O Tribunal de Recursos na capital Doha confirmou a condenação do cidadão filipino Ronaldo Lopez Ulep, que em 2014 recebeu pena de prisão perpétua por espionagem. Sua condenação se baseou em grande parte numa “confissão” obtida antes do julgamento, que ele afirmou ter sido forçado a fazer mediante tortura das forças de segurança. O Tribunal de Recursos reduziu sua pena para 15 anos de prisão, tendo também confirmado as condenações e reduzido as sentenças de dois outros cidadãos filipinos que foram a julgamento com Ronaldo.

DIREITOS DOS TRABALHADORES MIGRANTES

Os trabalhadores migrantes, que somavam mais de 1,6 milhão, segundo as autoridades, e constituíam mais de 90% da mão-de-obra do Catar, continuaram sendo submetidos a exploração e abusos. Tanto o Emir quanto o ministro das Relações Exteriores se comprometeram a combater a exploração dos trabalhadores migrantes na cadeia de recrutamento, durante visitas oficiais que fizeram, respectivamente, à Índia e ao Nepal, de onde vêm muitos dos trabalhadores migrantes do Catar. Em outubro, o Emir aprovou mudanças no sistema de patrocínio *kafala*, criando um novo sistema para que os trabalhadores migrantes recorram da decisão de um patrocinador que se recusa a fornecer a licença para que deixem o país e intensificando a supervisão do Estado sobre o

processo por meio do qual os trabalhadores tentam mudar de emprego ou sair do país. Entretanto, os trabalhadores migrantes continuaram tendo que conseguir aprovação de seu patrocinador tanto para mudar de emprego quanto para deixar o país. O novo regime não entraria em vigor até pelo menos o fim de 2016. Em fevereiro, o Emir aprovou a introdução de um sistema eletrônico de proteção das remunerações, que visava a regularizar o pagamento de salários requerendo que todas as empresas pagassem seus funcionários por meio de transferência bancária.

Era comum que os trabalhadores migrantes tivessem os passaportes confiscados por seus empregadores, prática proibida pelas leis catarianas, ficando suscetíveis a trabalhos forçados e outros abusos. Milhares de trabalhadores do setor da construção civil e de outros setores relacionados continuaram a viver em locais sujos e superlotados, geralmente em condições insalubres. O governo afirmou que, antes do fim de 2016, construiria novas unidades para abrigar até 258.000 trabalhadores, tendo anunciado em agosto que havia concluído a construção de acomodações para 50.000 trabalhadores.

Milhares de trabalhadores domésticos, a maioria mulheres, e outros migrantes empregados em pequenas empresas ou com arranjos de trabalho informais continuaram correndo maiores riscos de abusos, tais como trabalho forçado e tráfico de pessoas. Os trabalhadores contratados por grandes empresas também se queixaram de abusos laborais crônicos, como alojamentos inadequados, baixa remuneração e atraso nos pagamentos, condições precárias de trabalho e o impedimento de que mudem de emprego ou deixem o país por causa do sistema *kafala*.

Após os terremotos que devastaram o Nepal em abril e maio, muitos trabalhadores migrantes nepaleses reclamaram que seus empregadores se recusaram a conceder permissão para eles saírem do Catar ou a pagar suas passagens de volta, conforme

requer a lei quando os contratos são terminados. Sem essa cooperação, poucos tinham condições de retornar. Entre os que conseguiram voltar ao Nepal, muitos se queixaram de que os empregadores no Catar retiveram seus pagamentos.

DIREITOS DAS MULHERES

As mulheres eram discriminadas na lei e na prática, além de não serem adequadamente protegidas contra a violência no âmbito de suas famílias. As leis de condição pessoal continuaram discriminando as mulheres no que se refere ao casamento, ao divórcio, à herança, à custódia dos filhos, à nacionalidade e à liberdade de circulação.

PENA DE MORTE

O Tribunal de Recursos confirmou pelo menos uma sentença de morte. Nenhuma execução foi registrada.

1. Qatar: Release the poet, Mohammed al-Ajami (MDE 22/2760/2015)

CHILE

República do Chile

Chefe de Estado e de governo: **Michelle Bachelet Jeria**

Casos de violência policial continuaram sendo levados a tribunais militares. Prosseguiram as ações judiciais contra os responsáveis por violações de direitos humanos cometidas no passado. O aborto continuou criminalizado em todas as circunstâncias.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em outubro, a Presidente Bachelet anunciou o processo que será seguido para a adoção da nova Constituição em 2017. A Constituição atual foi adotada durante o governo militar do general Pinochet e, para muitos, não é compatível com um sistema democrático.

Denúncias de corrupção política envolvendo vários parlamentares foram

investigadas no decorrer do ano.

FORÇAS DE SEGURANÇA E SISTEMA DE JUSTIÇA MILITAR

Casos de violações de direitos humanos envolvendo membros das forças de segurança continuaram a ser julgados por tribunais militares, apesar das promessas assumidas publicamente pelas autoridades de reformar a legislação pertinente. A Suprema Corte, porém, ao decidir transferir alguns casos específicos para a competência de tribunais comuns, sustentou o direito a um processo com as devidas garantias, bem como as obrigações internacionais de direitos humanos do país.¹

Em maio, uma Corte Marcial (o tribunal de recursos no sistema de justiça militar) reduziu de três anos e 61 dias para 461 dias a sentença imposta a um ex-policial (*carabiniero*) por ele ter matado a tiros Manuel Gutiérrez Reinoso, de 16 anos, e ferido Carlos Burgos Toledo durante uma manifestação em 2011. A Corte Marcial desconsiderou as conclusões do tribunal militar de que outros métodos, que não o uso de armas de fogo, poderiam ter sido usados para dispersar os manifestantes, declarando, em vez disso, que não havia provas de que o policial tivesse a intenção de ferir.² A decisão foi confirmada pela Suprema Corte em dezembro.

A investigação sobre a morte de Iván Vásquez Vásquez em custódia da polícia em 2014, na localidade de Chile Chico, região de Aysén, fez alguns avanços. A família requisitou uma terceira autópsia, mais completa, devido às discrepâncias entre as duas necropsias anteriores. Em julho, a Corte Marcial concordou em conduzir essa autópsia, que ainda não havia sido concluída no fim do ano.

Alguns casos de violência policial foram levados a tribunais comuns. Dentre eles, os casos de Nelson Quichillao, um mineiro que foi morto a tiros pelas forças de segurança durante um protesto em julho em El Salvador, região de Atacama, e o do estudante Rodrigo Avilés, de 28 anos, que foi ferido gravemente por um canhão d'água da polícia em maio. As

investigações sobre esses casos prosseguiram no fim do ano.

Em setembro, o relator especial sobre os direitos à liberdade de reunião e associação pacíficas pediu que as autoridades deixassem de utilizar tribunais militares para tratar de casos de violações de direitos humanos.

IMPUNIDADE

Prosseguiram as iniciativas para levar à Justiça os responsáveis por violações dos direitos humanos cometidas no passado. Segundo o presidente da Suprema Corte, até março havia 1.056 processos ativos, dos quais 112 relativos a denúncias de tortura. Dados oficiais do programa de Direitos Humanos do Ministério do Interior indicaram que 72 das 122 pessoas condenadas por violações dos direitos humanos entre 2014 e setembro de 2015 estavam cumprindo penas de prisão.

Entretanto, organizações que representam as vítimas condenaram a demora em estabelecer a verdade sobre os milhares de vítimas de desaparecimentos forçados.

As informações e documentações reunidas pela Comissão Valech sobre as prisões e a prática de tortura por motivos políticos durante o regime Pinochet permaneceram classificadas como confidenciais, inclusive para o Judiciário, estando, portando, sob sigilo por 50 anos e indisponíveis para aqueles que buscam justiça para as vítimas.

Em outubro, depois que algumas vítimas de tortura fizeram uma greve de fome de 40 dias, aprovou-se uma lei que concede reparações antecipadas a vítimas de tortura e de prisões políticas.

Em julho, 10 ex-militares foram indiciados pelo sequestro e morte do cantor e ativista político Vítor Jara em 1973.

Com base em informações recebidas de um militar, sete ex-militares foram indiciados em julho por terem queimado Rodrigo Rojas, de 19 anos, até a morte, e por terem ferido gravemente Carmem Gloria Quintana, em 1986.

Não houve qualquer progresso no sentido de revogar a Lei de Anistia de 1978.³

Em setembro, a Corte Interamericana de Direitos Humanos decidiu que o Chile havia negado recurso efetivo a 12 pessoas sentenciadas por um tribunal militar entre 1974 e 1975. O processo contra essas pessoas não foi anulado, apesar das provas de que sua confissão fora extraída mediante tortura, sendo que suas denúncias de tortura não foram investigadas.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

O aborto continuou sendo um delito penal em todas as circunstâncias.⁴ Um projeto de lei para descriminalizar o aborto quando a gravidez apresenta risco à vida da mulher ou resulta de estupro ou incesto ou, ainda, em casos de malformação fetal grave, tramitava no Congresso no fim do ano.

Em julho, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU exortou o Chile a apressar a adoção de uma lei que descriminalize o aborto em algumas circunstâncias.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Surgiram novas denúncias de uso excessivo da força e detenções arbitrárias durante operações policiais contra comunidades Mapuche.

Em julho, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais instou o Chile a garantir o reconhecimento constitucional dos direitos dos povos indígenas, assegurando seu direito ao consentimento livre, prévio e informado com relação às decisões que possam diretamente afetar seus direitos.⁵

Em outubro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos determinou medidas cautelares para a líder indígena Mapuche Juana Calfunao e membros de sua família que vivem na comunidade de Juan Paillalef, no sul do Chile. A decisão foi tomada após denúncias de uso excessivo da força pelas forças de segurança, de ameaças e intimidações contra sua família em 2014 e 2015, relacionadas a disputas por terras.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXUAIS

Em outubro, entrou em vigor uma lei sobre parcerias civis, inclusive para casais do mesmo sexo.

Um projeto de lei sobre o direito à identidade de gênero, que permitiria a mudança de nome e gênero em documentos oficiais, ainda não havia sido votado pelo Senado no fim do ano.

1. Chile: Un avance: Otro caso de violaciones de derechos humanos se traspasa a la justicia ordinaria (AMR 22/1149/2015)
2. Chile: El uso excesivo e innecesario de la fuerza policial debe investigarse y sancionarse en tribunales ordinarios (AMR 22/1738/2015)
3. Chile: Amnesty law keeps Pinochet's legacy alive (News story, 11 September)
4. Chile's failure to protect women and girls: the criminalization of abortion is a human rights violation (Amnesty International Chile, June 2015)
5. Chile: Briefing for the UN Committee on Economic, Social and Cultural Rights: 55 session (AMR 22/1479/2015)

CHINA

República Popular da China

Chefe de Estado: Xi Jinping

Chefe de governo: Li Keqiang

Novas leis focadas na segurança nacional que representam graves ameaças aos direitos humanos foram elaboradas ou promulgadas. O governo lançou uma série de medidas repressivas em todo o país contra advogados e advogadas que defendem direitos humanos. Outras pessoas ativistas e defensoras dos direitos humanos continuaram a ser sistematicamente perseguidas e intimidadas. Cinco ativistas de direitos das mulheres foram detidas por planejarem marcar o Dia Internacional da Mulher com uma campanha contra o assédio sexual. As autoridades intensificaram seu controle sobre a internet, os meios de comunicação de massa e as

universidades. Multiplicaram-se as “confissões” televisionadas de críticos detidos para investigação. A liberdade de religião continuou sendo sistematicamente sufocada. O governo prosseguiu com sua campanha para demolir igrejas e derrubar cruzes cristãs na província de Zhejiang. Na Região Autônoma Uigur de Xinjiang, predominantemente muçulmana, o governo regional instituiu novas regras para controlar de forma mais rígida assuntos ligados à religião e proibir todas as práticas religiosas não autorizadas. O governo manteve amplo controle sobre os mosteiros budistas tibetanos. O Comitê contra a Tortura da ONU lamentou que suas recomendações anteriores não tenham sido aplicadas.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Defensores dos direitos humanos, advogados, jornalistas e ativistas sofreram intimidação, perseguição, prisão arbitrária e violência cada vez maiores.

A detenção da advogada Wang Yu e de sua família em 9 de julho marcou o início de uma repressão sem precedentes do governo sobre advogados de direitos humanos e outros ativistas. Nas semanas seguintes, pelo menos 248 pessoas, entre advogados e ativistas, foram interrogadas ou detidas por agentes de segurança do Estado, e muitos de seus escritórios e casas foram invadidos. No fim do ano, 25 pessoas continuavam desaparecidas ou em custódia, e pelo menos 12 delas, incluindo os proeminentes advogados de direitos humanos Zhou Shifeng, Sui Muqing, Li Heping e Wang Quanzhang, estavam sendo mantidas sob “vigilância domiciliar em um local designado” por suspeita de envolvimento em crimes contra a segurança nacional.¹ Essa forma de detenção permite à polícia deter os suspeitos de tais crimes por até seis meses fora do sistema formal de detenção, negando seu acesso à assistência jurídica e à família. Familiares também foram submetidos à vigilância policial, assédio e restrição da sua liberdade de circulação.

O advogado de direitos humanos Pu Zhiqiang recebeu uma pena condicional de

três anos por acusações de “criar desavenças e provocar distúrbios” e de “incitar o ódio étnico”, motivadas principalmente por comentários que ele havia feito nas redes sociais. Em consequência da sentença, ele foi proibido de exercer a profissão.

Em abril, a jornalista Gao Yu foi condenada a sete anos de prisão por um tribunal da capital, Pequim, pela acusação de “disseminar segredos de Estado” por compartilhar um documento interno do Partido Comunista em que a liberdade de imprensa e “valores universais”, como liberdade, democracia e direitos humanos, eram duramente criticados. Em novembro, sua sentença foi reduzida para cinco anos, e ela foi posta em liberdade condicional por questões de saúde. Sua libertação ocorreu depois que sua família e amigos denunciaram que ela não tinha acesso aos cuidados médicos necessários na detenção.²

Das mais de 100 pessoas na China continental detidas por apoiar os protestos em Hong Kong em 2014, oito haviam sido formalmente presas e permaneciam detidas em dezembro. Pelo menos duas delas denunciaram ter sofrido tortura na detenção.³

Em março, cinco ativistas pelos direitos das mulheres – Wei Tingting, Wang Man, Wu Rongrong, Li ingting e Zheng Churan – foram presas e detidas sob a acusação de “criar desavenças e provocar transtornos” por planejarem marcar o Dia Internacional da Mulher com o lançamento de uma campanha contra o assédio sexual. Em 13 de abril, após pressão internacional sem precedentes, elas foram libertadas sob “fiança aguardando julgamento”, mas continuaram sendo submetidas a interrogatórios policiais, além de confisco e expropriação de objetos pessoais.

Muitos ex-funcionários e voluntários da Yirenping, uma conhecida organização de ativismo antidiscriminação, foram detidos e sofreram perseguição e intimidação. Dois ex-funcionários – Guo Bin e Yang Zhangqing – foram detidos em 12 de junho por suspeita de “atividade empresarial ilegal”. Em 11 de julho, eles foram libertados mediante o

pagamento de fiança.⁴

Em dezembro, pelo menos 33 trabalhadores e ativistas pelos direitos trabalhistas foram alvo de ações da polícia; sete foram detidos na província de Guangdong, onde levantes e greves de trabalhadores estavam em ascensão. Os centros de detenção não permitiram o acesso a advogados, alegando que os casos envolviam “risco à segurança nacional”.⁵

MUDANÇAS LEGAIS, CONSTITUCIONAIS OU INSTITUCIONAIS

O governo promulgou ou elaborou uma série de leis e regulamentos de aplicação geral, com o pretexto de fortalecer a segurança nacional. Tais normativas suscitaram temores de que pudessem ser usadas para silenciar a dissidência e reprimir defensores dos direitos humanos por meio de acusações abrangentes, tais como “incitação à subversão”, “separatismo” e “divulgação de segredos de Estado”. A Lei de Segurança Nacional, aprovada em 1 de julho, despertou inquietações por incluir uma definição ampla e difusa de “segurança nacional”, que abarca áreas como política, cultura, economia e internet.

O projeto de Lei de Gestão de ONGs Estrangeiras, se aprovado na forma como foi apresentado para consulta pública em maio, poderá restringir drasticamente os direitos às liberdades de associação, de reunião pacífica e de expressão.⁶ Embora a lei tenha sido pretensamente elaborada para regularizar e mesmo proteger os direitos das ONGs estrangeiras, ela atribuiria ao Ministério da Segurança Pública a responsabilidade de supervisionar o registro de ONGs estrangeiras, bem como de fiscalizar sua operação e pré-aprovar suas atividades. O amplo poder discricionário dado às autoridades para supervisionar e gerir o trabalho das ONGs aumentou o risco de que a lei seja usada de modo inadequado para intimidar e perseguir defensores dos direitos humanos e funcionários de ONGs.

O projeto de Lei de Segurança Cibernética⁷, que afirma vir em proteção dos dados

pessoais dos usuários da internet contra roubo e invasão, também forçaria as empresas que operam na China a censurar conteúdos, armazenar os dados dos usuários na China e aplicar um sistema de registro baseado no nome verdadeiro, contrariando as obrigações nacionais e internacionais de salvaguardar o direito à liberdade de expressão e o direito à privacidade. A lei proposta proibiria que indivíduos ou grupos usassem a internet para “prejudicar a segurança nacional”, “perturbar a ordem social” ou “prejudicar os interesses nacionais” – termos vagos e imprecisos que poderiam ser usados para restringir ainda mais a liberdade de expressão.

Em dezembro, o Parlamento aprovou a Lei Antiterrorismo, a qual praticamente não incluía qualquer salvaguarda para evitar perseguição, sob acusações difusas relacionadas a “terrorismo” e “extremismo”, de pessoas que praticassem sua religião de modo pacífico ou simplesmente criticassem as políticas do governo.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO – INTERNET E JORNALISTAS

Em janeiro, o governo anunciou que a internet seria o principal “campo de batalha” em 2015 em sua campanha para “combater a pornografia e a [informação] ilegal”. No mesmo mês, o governo anunciou que havia fechado 50 sites e contas do WeChat – muitos relacionados à discussão de acontecimentos recentes, assuntos militares ou de programas anticorrupção –, e 133 contas que disseminavam informações que “distorciam a história do Partido Comunista e a história nacional”. Também em janeiro, o ministro da Educação declarou que livros didáticos estrangeiros seriam proibidos a fim de impedir a propagação de “valores ocidentais impróprios”, e advertiu a respeito da infiltração de “forças hostis” nas universidades.

Em agosto, segundo os meios de comunicação estatais, 197 pessoas foram “punidas”, no âmbito de uma campanha especial liderada pelo Ministério da

Segurança Pública por supostamente difundirem rumores sobre a bolsa de valores, uma explosão química na cidade costeira de Tianjin no início do mês, ou outros assuntos.

Em seguida, no mesmo mês, Wang Xiaolu, repórter da revista financeira *Caixin*, foi detido depois de ser acusado pelo governo de “forjar” um artigo sobre a bolsa de valores. Após ser obrigado a fazer uma “confissão” transmitida pela televisão nacional, ele foi mantido sob “vigilância domiciliar em um local designado”. Observadores da imprensa chinesa acreditam que ele foi usado como bode expiatório e como um alerta para que a imprensa se abstenha de publicar notícias negativas sobre a crise na bolsa de valores.

Em outubro, o repórter investigativo Liu Wei foi detido após expor um escândalo de corrupção envolvendo autoridades do governo. O reconhecido historiador Yang Jisheng foi forçado a demitir-se do cargo de editor da publicação liberal *Yanhuang Chunqiu* depois que a Administração Estatal de Imprensa, Publicações, Rádio, Cinema e Televisão criticou a revista por publicar dezenas de artigos que “violavam as normas”.

LIBERDADE DE CRENÇA E DE RELIGIÃO

A campanha para demolir igrejas e derrubar cruzeiros na província de Zhejiang, lançada em 2013, intensificou-se ao longo de 2015. De acordo com relatos da imprensa internacional, mais de 1.200 cruzeiros foram derrubados durante a campanha, dando início a uma série de protestos. Em julho, o governo da província de Zhejiang aprovou um regulamento restringindo o tamanho de objetos agregados ao topo das construções, limitando-os a um décimo da altura total do prédio, decisão que, para muitos, tinha como objetivo legitimar a remoção das cruzeiros.

Zhang Kai, advogado que vinha oferecendo assistência jurídica às igrejas afetadas, foi detido em 25 de agosto por suspeita de crimes contra a segurança do Estado e “perturbação da ordem pública”, sendo posteriormente colocado sob “vigilância domiciliar em um local designado”.⁸ Diversos

outros pastores e líderes de “igrejas domésticas” também foram mais tarde colocados sob a mesma forma de detenção incomunicável.

Praticantes de Falun Gong continuaram a ser submetidos a perseguição, detenção arbitrária, julgamentos injustos, tortura e outros maus-tratos.

PENA DE MORTE

As emendas ao Código Penal, que entraram em vigor em novembro, reduziram o número de crimes puníveis com morte, de 55 para 46.⁹ A imprensa estatal indicou que, embora esses nove crimes raramente ocorressem, tendo assim pouco impacto na redução do número de execuções, sua anulação estava em conformidade com a política governamental de “matar menos, matar com mais cautela”. As emendas, no entanto, ainda não lograram ajustar o Código Penal às exigências do direito internacional e dos padrões internacionais sobre a aplicação da pena de morte. As estatísticas continuaram a ser classificadas como segredos de Estado.

Em 24 de abril, Li Yan, vítima de violência doméstica que assassinou seu marido em 2010, recebeu uma pena de morte “suspensa” com adiamento de dois anos, que normalmente é convertida em prisão perpétua ao fim desse período. A Suprema Corte do Povo, em 2014, com uma medida sem precedentes, anulou sua pena de morte inicial e ordenou um novo julgamento. No julgamento original, evidências da violência doméstica sistemática que ela sofria, bem como seus apelos anteriores por proteção policial, haviam sido ignorados pelos juizes. Em março, a Suprema Corte do Povo e o governo emitiram novas diretrizes para casos de violência doméstica, com recomendações sobre a condenação de vítimas de violência doméstica que cometem crimes contra seus agressores. Em dezembro, o Parlamento aprovou a Lei de Violência Doméstica, que pela primeira vez determina que a polícia investigue todas as denúncias de violência doméstica e estabelece um sistema de ordens de restrição para proteger as vítimas.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

O uso de tortura e outros maus-tratos continuou generalizado durante a detenção e os interrogatórios, em grande parte por causa de deficiências na legislação nacional, dos problemas sistêmicos no sistema de justiça penal e das dificuldades para a aplicação de regras e procedimentos diante de práticas arraigadas. O advogado Yu Wensheng foi torturado durante sua detenção de outubro de 2014 a janeiro de 2015, no Centro de Detenção de Daxing, em Pequim. Ele foi interrogado diariamente por 15 a 16 horas, enquanto permanecia sentado em uma cadeira de contenção rígida, algemado por longas horas e privado de sono.¹⁰

O acesso a tratamento médico adequado foi negado ou não foi disponibilizado a pessoas detidas com problemas de saúde. Entre elas, Gao Yu e Su Changlan, esta última uma reconhecida ativista dos direitos das mulheres que, depois de ser detida em outubro de 2014 por apoiar os protestos pró-democracia em Hong Kong, permaneceu o ano todo em detenção.

Zhou Jinjuan, de 84 anos, vítima de remoção forçada que buscou reparação em Pequim junto a órgãos do governo, foi detida em agosto e colocada numa unidade de detenção não oficial por mais de uma semana sem o tratamento médico de que necessitava, o que contribuiu para que perdesse a visão em um dos olhos.

Em 18 de junho, quando Wang Quanzhang, advogado de defesa de diversos praticantes de Falun Gong, falava no Tribunal Distrital de Dongchangfu, na cidade de Liaocheng, na província de Shandong, foi interrompido pelo juiz e expulso da sala por “perturbar a ordem do tribunal”. Wang Quanzhang disse que os agentes de segurança judiciária o arrastaram para outra sala e o espancaram.

Em dezembro, o Comitê contra a Tortura da ONU reiterou suas recomendações sobre a criação de salvaguardas legais para prevenir a tortura; e denunciou perseguição contra advogados, defensores e defensoras dos direitos humanos e querelantes, bem

como a falta de informações estatísticas sobre a tortura. O Comitê também instou as autoridades a pararem de punir advogados que atuam de acordo com seus deveres profissionais reconhecidos e a revogar disposições legais que permitem a detenção incommunicável *de facto* por meio da “vigilância domiciliar em um local designado”.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Em outubro, o governo anunciou mudanças na política de planejamento familiar. Depois de muitos anos de mudanças graduais, as autoridades promoveram essa alteração de maneira a encerrar a “política do filho único” e permitir que um casal tenha dois filhos. As políticas que permitem às famílias rurais e às minorias étnicas em determinadas circunstâncias ter filhos adicionais continuariam. O governo também anunciou que tomaria medidas para regularizar a situação de 13 milhões de crianças sem documentos na China, nascidas em contravenção à política antiga.¹¹

REGIÃO AUTÔNOMA DO TIBETE E ÁREAS DE POPULAÇÃO TIBETANA EM OUTRAS PROVÍNCIAS

Para marcar os 50 anos do estabelecimento da Região Autônoma do Tibete, em setembro, o governo chinês emitiu um documento denunciando a abordagem do “caminho do meio” proposta pelo Dalai Lama e as “atividades separatistas do grupo do Dalai Lama”. Em uma cerimônia marcando a data, o líder político Yu Zhengsheng prometeu combater o separatismo e instou o exército, a polícia e os agentes judiciários do Tibete a prepararem-se para uma longa batalha contra o “grupo do 14 Dalai”.

As pessoas de etnia tibetana continuaram a sofrer discriminação e restrições de seus direitos às liberdades de religião, de expressão, de associação e de reunião pacífica. Diversos monges, escritores, manifestantes e ativistas tibetanos foram detidos, entre eles o monge tibetano Choephel Dawa e o escritor e blogueiro

tibetano Druklo.¹² No fim do ano, ainda não se conheciam as acusações contra eles nem seu local de detenção.

Tenzin Deleg Rinpoche, líder religioso e comunitário tibetano preso por “incitação ao separatismo” em 2002, morreu em julho enquanto cumpria uma sentença de prisão perpétua. A polícia perseguiu e deteve familiares e outras pessoas que se reuniram para exigir a devolução de seu corpo, a fim de que pudessem realizar os devidos ritos religiosos budistas.¹³ Contra a vontade de sua família, as autoridades cremaram o corpo. Também houve denúncias de que a polícia reagiu com força excessiva e arbitrária, inclusive gás lacrimogêneo e tiros, aos grandes protestos que se seguiram.

Ao longo do ano, pelo menos sete pessoas atearam fogo ao próprio corpo, em áreas de população tibetana, em protesto contra as repressivas políticas governamentais; pelo menos cinco morreram em consequência desses atos. O número de casos conhecidos de autoimolação, desde fevereiro de 2009, aumentou para 143.

REGIÃO AUTÔNOMA UIGUR DE XINJIANG

Uma campanha “linha dura” contra “o terrorismo violento e o extremismo religioso”, lançada em maio de 2014 e planejada inicialmente para ter um ano de duração, estendeu-se durante 2015. Quando a campanha completou um ano, em maio, as autoridades alegaram ter desmontado 181 “grupos terroristas”. Relatou-se um número crescente de incidentes violentos e operações de combate ao terrorismo que resultaram em muitas mortes.

Em 1 de janeiro, uma nova diretiva de “Aplicação das Normas sobre Assuntos Religiosos” entrou em vigor na região, com o objetivo declarado de controlar de modo mais rígido as comunicações virtuais e restringir o papel da religião em “casamentos, funerais, cultura, artes e esportes”. Na prática, isso aumentou ainda mais as restrições aos uigures, um grupo étnico turcomano majoritariamente muçulmano que vive na região e que há muitos anos tem sido

submetido a amplas práticas discriminatórias. No mesmo mês, a capital da região, Urumqi, proibiu o uso de burcas.

Como nos anos anteriores, diversos distritos publicaram avisos em seus sites declarando que estudantes do ensino primário e secundário e membros do Partido Comunista não teriam permissão para observar o Ramadã.

REPATRIAÇÕES FORÇADAS DE PAÍSES VIZINHOS

Em julho, após pressão diplomática chinesa, a Tailândia deportou 109 uigures para a China, onde corriam risco de sofrer tortura, desaparecimento forçado e execução.¹⁴ Em novembro, dois ativistas pró-democracia que haviam recebido estatuto de refugiado do ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, e haviam confirmado seus destinos de reassentamento, também foram repatriados para a China. A China continuou a ignorar as obrigações de *non-refoulement* (não devolução) do direito internacional, repatriando norte-coreanos para a Coreia do Norte, onde corriam risco de detenção, prisão, trabalho forçado, tortura e outros maus-tratos.

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE HONG KONG

Durante o ano, a polícia de Hong Kong prendeu formalmente 955 pessoas que haviam participado dos protestos pró-democracia de 79 dias em Hong Kong, entre setembro e dezembro de 2014, também conhecidos como “Revolução dos Guarda-Chuvas”. Outras 48 pessoas foram intimadas pela justiça. Entre os presos estavam legisladores da oposição, os três cofundadores da campanha de desobediência civil “Occupy Central” e líderes de dois grupos estudantis – Alex Chow, da Federação de Estudantes, e Joshua Wong, do “Escolarismo”, organização pró-democracia liderada por jovens. O longo intervalo em geral decorrido entre a prisão e a decisão de processar a pessoa detida implicou que apenas uma pequena parcela

dos detidos havia sido condenada até o fim de 2015.

Em outubro, Ken Tsang Kin-Chiu, ativista pró-democracia cujo espancamento pela polícia durante o protesto em 2014 foi registrado por câmeras de um canal de televisão local, foi indiciado por “agredir policiais no devido exercício de suas funções” e outras quatro acusações de “resistir a um policial no devido exercício de sua função”. Os sete agentes que supostamente realizaram o espancamento foram acusados no mesmo dia de “causar lesão corporal grave de modo doloso”. Em dezembro, os policiais e Ken Tsang se declararam inocentes.

A direção da Universidade de Hong Kong foi criticada por decisões que suscitaram preocupações em relação à liberdade acadêmica em Hong Kong. Tratava-se, por exemplo, das sanções universitárias emitidas em agosto contra o professor de direito Benny Tai, por administrar doações anônimas relacionadas aos protestos, o que a direção alegou ser uma violação dos procedimentos da universidade; e do veto, em setembro, do conselho diretor da universidade, à decisão do comitê de seleção de indiciar Johannes Chan Man-mun, professor de direito e ex-reitor da Faculdade de Direito, como vice-reitor adjunto. A imprensa, acadêmicos e estudantes afirmaram que essas decisões foram uma retaliação ao apoio dos dois acadêmicos aos protestos da “Revolução dos Guarda-Chuvas”, em 2014.

Em um julgamento histórico, em fevereiro, Law Wan-Tung foi considerada culpada de intimidar, agredir e causar lesões corporais às suas funcionárias, as trabalhadoras domésticas migrantes da Indonésia Erwiana Sulistyarningsih e Tutik Lestari Ningsih. Ela foi condenada a seis anos de prisão.

-
1. China: Latest information on crackdown against lawyers and activists ([Press release](#), 28 August)
 2. China: Authorities show callous disregard for imprisoned journalist by denying appropriate medical care ([Press release](#), 6 August)
 3. China: Release supporters of Hong Kong pro-democracy protests ([Press release](#), 28 September)

4. Further information – China: Two activists released in China ([ASA 17/2097/2015](#))
5. China: Activists held in crackdown on labour rights ([ASA 17/3015/2015](#))
6. China: Submission to the NPC Standing Committee's Legislative Affairs Commission on the Second Draft Foreign Non-Governmental Organizations Management Law ([ASA 17/1776/2015](#))
7. China: Submission to the NPC Standing Committee's Legislative Affairs Commission on the Draft "Cyber Security Law" ([ASA 17/2206/2015](#))
8. China: Lawyer supporting churches in China detained ([ASA 17/2370/2015](#))
9. China: Submission to the NPC Standing Committee's Legislative Affairs Commission on the Criminal Law Amendment (9) (Second Draft) ([ASA 17/2205/2015](#))
10. China: Submission to the UN Committee against Torture ([ASA 17/2725/2015](#))
11. China: Reform of one-child policy not enough ([News story](#), 29 October)
12. China: Fears for Tibetan monk detained in China – Choephel Dawa ([ASA 17/1551/2015](#))
13. China: Return the body of prominent Tibetan monk Tenzin Deleq Rinpoche who died in prison ([ASA 17/2102/2015](#))
14. Thailand must not send Uighurs to Chinese torture ([News story](#), 9 July)

COLÔMBIA

República da Colômbia

Chefe de Estado e de governo: **Juan Manuel Santos Calderón**

As conversações de paz entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) fizeram avanços significativos. As duas partes anunciaram ter chegado a um acordo sobre justiça transicional e que um tratado de paz seria assinado em 2016. Esse acordo pareceu não satisfazer as normas da lei internacional sobre o direito das vítimas à verdade, à justiça e à reparação.

O cessar-fogo implementado unilateralmente pelas FARC e a suspensão do bombardeio aéreo das posições da guerrilha por parte do governo reduziram a intensidade das hostilidades. No entanto, o conflito continuou tendo um impacto negativo sobre os direitos humanos da população civil, sobretudo dos povos

indígenas, das comunidades de camponeses e de afrodescendentes e dos defensores dos direitos humanos. As forças de segurança, os grupos guerrilheiros e de paramilitares foram responsáveis por crimes contra o direito internacional.

O Congresso aprovou uma legislação que ameaçava exacerbar o já altíssimo nível de impunidade, principalmente dos membros das forças de segurança implicados em violações de direitos humanos, como homicídios ilegais, tortura, tomada de reféns, desaparecimentos forçados, ameaças de morte, desalojamentos forçados e estupros.

Centenas de candidatos nas eleições regionais de outubro sofreram ameaças e alguns foram assassinados, na maioria das vezes por paramilitares, embora em quantidade menor que nas eleições passadas.

PROCESSO DE PAZ

Em 23 de setembro, o governo e as FARC anunciaram um acordo sobre justiça transicional – tornado público em 15 de dezembro – e que um acordo de paz seria assinado até 23 de março de 2016. Seu componente central era uma Jurisdição Especial para a Paz, que consistiria de um tribunal e cortes especiais com competência sobre quem estivesse direta ou indiretamente envolvido no conflito e implicado em “graves violações dos direitos humanos e graves infrações da lei internacional humanitária”.

Se alguém negar responsabilidade sobre crimes graves e for julgado culpado, poderá ser condenado a até 20 anos de prisão. Quem assumir sua responsabilidade poderá receber sentenças não privativas de liberdade que variariam entre cinco e oito anos de “restrição de liberdades”.

As proporções de punições que parecem não proporcionais à gravidade dos crimes cometidos contra o direito internacional, a Colômbia pode estar descumprindo suas obrigações frente ao direito internacional de impedir e punir tais crimes.

Foi proposta uma Lei de Anistia que

beneficiária os acusados de “crimes políticos ou relacionados”. Embora uma definição do que constitua “crimes relacionados” ainda não tivesse sido estipulada, as pessoas condenadas por crimes graves estariam excluídas.

No dia 4 de junho, as duas partes anunciaram planos de criar uma comissão da verdade, apesar de que os tribunais não poderiam fazer uso das informações reveladas pela comissão. Isso poderia comprometer a capacidade do Judiciário de investigar e julgar crimes contra o direito internacional.

Em 17 de outubro, as duas partes chegaram a um acordo para estabelecer um mecanismo de localização e resgate dos restos mortais de muitas pessoas – civis e combatentes – ainda desaparecidas em razão do conflito.

CONFLITO ARMADO INTERNO

O conflito armado interno continuou a ter um impacto significativo sobre os direitos humanos dos civis, principalmente dos que vivem nas áreas rurais.¹ Muitas comunidades que vivem em áreas urbanas empobrecidas, como os afrodescendentes da cidade de Buenaventura, na costa do Pacífico, também foram afetados.²

Todas as partes no conflito foram responsáveis por crimes de direito internacional, como homicídios ilegais, deslocamentos forçados, desaparecimentos forçados, ameaças de morte e crimes de violência sexual. Crianças continuaram sendo recrutadas como combatentes por grupos guerrilheiros e paramilitares.

Até 1 de dezembro, a Unidade de Vítimas havia registrado 7,8 milhões de vítimas do conflito, entre elas, quase 6,6 milhões de vítimas de deslocamentos forçados, mais de 45.000 vítimas de desaparecimentos forçados e aproximadamente 263.000 homicídios relacionados ao conflito; a grande maioria das vítimas era civil.

Segundo dados da ONG Colombiana CODHES (Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento), mais de

240.000 pessoas foram deslocadas à força em 2014, em comparação a quase 220.000 no ano anterior.

A Organização Nacional Indígena da Colômbia registrou 35 homicídios e 3.481 deslocamentos forçados em 2015. No departamento de Cauca, a situação das comunidades indígenas, muitas delas se mobilizando pelo reconhecimento de seus direitos territoriais, era especialmente crítica.

Em 6 de fevereiro, Gerardo Velasco Escue e Emiliano Silva Oteca, da reserva indígena de Toéz, desapareceram à força depois de terem sido abordados por homens armados não identificados próximo ao povoado de La Selva, município de Caloto, no departamento de Cauca. Dois dias depois, a comunidade encontrou seus corpos com marcas de tortura no município de Guachené. Em 5 de fevereiro, uma ameaça de morte do grupo paramilitar Águilas Negras anunciando que era “hora da limpeza social no norte de Cauca” foi circulada naquela área e em municípios vizinhos.

Em 2 de julho, dois pequenos dispositivos explodiram em Bogotá, ferindo várias pessoas. As autoridades atribuíram o ataque ao grupo guerrilheiro Exército de Libertação Nacional (ELN). Quinze pessoas, muitas delas defensores dos direitos humanos e ativistas estudantis ligados ao movimento social Congreso dos Povos, foram presas, embora só 13 delas tenham sido indiciadas. Algumas autoridades públicas relacionaram todos os 13 às explosões de julho e ao ELN, mas somente três acabaram sendo acusados de “terrorismo” e filiação ao ELN. Os outros 10 foram indiciados por delitos relacionados a armas.

Temia-se que esses eventos pudessem ter sido usados para minar o trabalho dos defensores dos direitos humanos. Alguns integrantes do Congreso dos Povos já haviam sido submetidos a ameaças de morte e hostilidades por causa de seu trabalho de defesa dos direitos humanos. Em janeiro, um dos líderes do Congreso dos Povos, Carlos Alberto Pedraza Salcedo, foi assassinado em Bogotá.

FORÇAS DE SEGURANÇA

As denúncias de execuções extrajudiciais cometidas pelas forças de segurança, uma prática sistemática e amplamente disseminada durante o conflito, continuaram a diminuir. Incluem-se entre essas práticas os chamados “falsos positivos”: homicídios ilegais cometidos pelas forças de segurança – em troca de benefícios como bônus, promoções ou férias extras – em que as vítimas, geralmente jovens pobres, são falsamente apresentadas como se fossem combatentes mortos. Os “falsos positivos” foram prática predominante no governo do presidente Álvaro Uribe (2002-2010).

Embora o mais recente relatório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, publicado em janeiro, não tenha registrado “falsos positivos”, o documento incluiu casos “em que as forças armadas tentaram mostrar vítimas de execuções arbitrárias como sendo baixas inimigas em combate ou reorganizaram a cena do crime para simular legítima defesa”.

Pouco avançaram as investigações dos suspeitos de responsabilidade por esses crimes, principalmente dos oficiais graduados. O Ministério Público registrou mais de 4.000 denúncias de execuções extrajudiciais nas últimas décadas.

GRUPOS GUERRILHEIROS

Grupos guerrilheiros foram responsáveis por crimes contra o direito internacional e por abusos dos direitos humanos, como homicídios ilegais e ataques indiscriminados que puseram em perigo a população civil. O líder comunitário afrodescendente Genaro García, do Conselho Comunitário de Alto Mira y Frontera, foi morto a tiros pelas FARC, no dia 3 de agosto, no município de Tumaco, departamento de Nariño. Em outubro de 2014, as FARC haviam ameaçado matá-lo caso ele continuasse na liderança do Conselho, que desde 2012 vinha buscando a restituição do território.

Segundo a ONG País Libre, ocorreram 182 sequestros entre janeiro e novembro. Desses, o ELN foi responsável por 23, as FARC por

sete e os paramilitares por 24. A maioria dos sequestros (123), porém, foi atribuída a delinquentes comuns. Minas terrestres, a maioria colocada pelas FARC, continuaram a matar e mutilar civis e membros das forças de segurança.

PARAMILITARES

Os grupos paramilitares, a que o governo se referiu como “gangues criminosas” (*bandas criminales – bacrim*), continuaram a cometer crimes contra o direito internacional e graves violações de direitos humanos, apesar de sua suposta desmobilização com base no processo de Justiça e Paz patrocinado pelo governo e iniciado em 2005. Os paramilitares – às vezes agindo com apoio ou consentimento de atores estatais, inclusive de membros das forças de segurança – ameaçaram e mataram, entre outras pessoas, defensores dos direitos humanos.

No dia 11 de janeiro, um panfleto do Bloque Norte Costa Atlántica Águilas Negras circulou no departamento de Atlántico. A ameaça de morte citava nominalmente cerca de 40 pessoas, entre elas defensores dos direitos humanos, sindicalistas, pessoas que reivindicavam a devolução de terras e um servidor público que trabalhava com a restituição de terras. Os indivíduos mencionados no panfleto com ameaças participaram do processo de restituição de terras e de questões relacionadas ao processo de paz.

Até o fim do ano, apenas 122 dos mais de 30.000 paramilitares que supostamente depuseram suas armas no processo de desmobilização haviam sido condenados por crimes relativos a violações de direitos humanos. Aproximadamente 120 paramilitares foram libertados após cumprirem o máximo de oito anos de prisão estipulado pelo processo de Justiça e Paz. Ações judiciais contra a maioria deles ainda estavam em andamento. Persistiram os temores com os riscos à segurança que os paramilitares representavam para as comunidades às quais retornavam depois de soltos. A maior parte dos paramilitares,

porém, não se submeteu ao processo de Justiça e Paz e recebeu anistias de fato sem qualquer investigação efetiva para determinar sua possível participação, ou daqueles coniventes com eles, em violações de direitos humanos.

IMPUNIDADE

O Estado continuou não levando à Justiça a grande maioria das pessoas suspeitas de responsabilidade penal individual por crimes contra o direito internacional. O governo também comandou a aprovação de leis – como o Ato Legislativo N 1, que emendava o artigo 221 da Constituição, e a Lei 1765 – que ameaçavam exacerbar os níveis já elevados de impunidade.

O sistema de justiça militar continuou a reivindicar competência para julgar e posteriormente arquivar investigações relativas a casos de supostas violações de direitos humanos por membros das forças de segurança, sem que os indivíduos supostamente implicados prestem contas.

Familiares de vítimas de violações de direitos humanos que se mobilizaram por justiça, assim como membros de organizações de direitos humanos que os auxiliaram, foram ameaçados de morte e sofreram outras graves violações de direitos humanos por parte dos paramilitares e de membros das forças de segurança.³

Houve certo progresso em levar à Justiça alguns dos indivíduos implicados num escândalo envolvendo o agora desativado serviço de inteligência civil (Departamento Administrativo de Seguridad, DAS). O DAS esteve implicado em ameaças e vigilância ilegal de defensores dos direitos humanos, políticos, jornalistas e juízes, principalmente durante o governo do Presidente Uribe. Em 28 de abril, a Corte Suprema de Justiça sentenciou a ex-diretora do DAS, María del Pilar Hurtado, a 14 anos de prisão e o ex-chefe da casa civil do Presidente Uribe, Bernardo Moreno, a oito anos de prisão domiciliar por sua participação no escândalo. Em 1 de outubro, o ex-diretor de inteligência do DAS, Carlos Alberto Arzayús Guerrero, foi

sentenciado a seis anos de prisão pela tortura psicológica da jornalista Claudia Julieta Duque.

Em 6 de novembro, numa cerimônia determinada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, o Presidente Santos assumiu responsabilidade e se desculpou pelo papel do Estado no desaparecimento forçado de 10 pessoas, pelo desaparecimento forçado e execução extrajudicial de uma 11ª pessoa e pela tortura de muitas outras. Esses crimes foram cometidos depois que as forças de segurança invadiram o Palácio da Justiça em Bogotá, em novembro de 1985, onde algumas pessoas estavam sendo mantidas reféns pelo grupo guerrilheiro M-19. Cerca de 100 pessoas morreram na invasão. Muito poucos dos supostos responsáveis por esses crimes tiveram de prestar contas do que fizeram.

Em 16 de dezembro, a Suprema Corte revogou a condenação do coronel reformado Luis Alfonso Plazas Vega, que, em 2010, havia sido sentenciado a 30 anos de prisão pelo crime de desaparecimento forçado com relação a esse caso.

DIREITO À TERRA

O processo de restituição de terras, que começou em 2012 com o objetivo de devolver a seus ocupantes de direito alguns dos milhões de hectares de terra adquiridos ilegalmente ou abandonados à força durante o conflito, continuou em ritmo lento. Até o fim de 2015, apenas 58.500 hectares de terras reivindicadas por camponeses agricultores, um território indígena de 50.000 hectares e um território de afrodescendentes de 71.000 hectares haviam sido objeto de decisão judicial determinando sua devolução. Um dos maiores empecilhos era não haver garantias com relação à segurança das pessoas que queriam voltar para suas terras, bem como a falta de medidas econômicas e sociais efetivas para assegurar a sustentabilidade dos retornos.

Lideranças de comunidades desalojadas e pessoas que buscavam a devolução de suas terras foram mortas ou ameaçadas.⁴

Integrantes de comunidades indígenas e afrodescendentes que tentaram defender seus direitos territoriais, inclusive denunciando a presença de atividades mineradoras ilegais ou se opondo a interesses mineradores externos em seus territórios coletivos, também foram alvo.⁵

Temia-se que a Lei 1753, aprovada pelo Congresso em 9 de junho, pudesse permitir que o setor de mineração e outros setores econômicos conseguissem obter o controle das terras adquiridas ilegalmente. Isso poderia prejudicar o direito de muitos dos ocupantes legítimos dessas terras, sobretudo nos territórios indígenas e afrodescendentes, de reivindicar sua propriedade.⁶

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Defensores dos direitos humanos – líderes comunitários de comunidades indígenas, de afrodescendentes e de camponeses, sindicalistas, jornalistas, ativistas rurais e pessoas que trabalhavam por justiça – corriam perigo de sofrer ataques, principalmente dos paramilitares.⁷ Também houve denúncias de roubo de informações de caráter sensível em posse de organizações de direitos humanos.

Algumas investigações criminais contra defensores dos direitos humanos continuaram a levantar preocupações de que o sistema judicial estava sendo mal utilizado para tentar prejudicar seu trabalho. Em setembro, o líder indígena Feliciano Valencia foi sentenciado a 18 anos de prisão por ter detido ilegalmente um membro das forças de segurança que havia se infiltrado numa manifestação indígena no departamento de Cauca. Feliciano Valencia, que há muito vinha sendo alvo de hostilidades por parte de autoridades civis e militares por sua defesa dos direitos territoriais dos povos indígenas, negou as acusações.

Segundo a ONG Somos Defensores, 51 defensores dos direitos humanos foram assassinados entre janeiro e setembro, em comparação a 45 no mesmo período de 2014. Segundo dados provisórios da ONG Escola Nacional Sindical, 18 sindicalistas

foram mortos em 2015, em comparação a 21 em 2014.

A quantidade de ameaças de morte contra defensores dos direitos humanos novamente aumentou. Em um e-mail enviado em 9 de março, os Águilas Negras Bloque Sur ameaçaram 14 pessoas, inclusive políticos que atuavam em questões de paz e de direitos humanos e duas ONGs de direitos humanos. A ameaça dizia: “Guerrilheiros comunistas [...] seus dias estão contados, seu sangue servirá de adubo ao solo pátrio [...] estendemos esta mensagem também a [...] seus [...] filhos e [...] suas mulheres”.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Todas as partes no conflito foram responsáveis por crimes de violência sexual cometidos principalmente contra mulheres e meninas. Raros suspeitos foram levados à Justiça.

Em junho, a decisão de alguns procuradores de encerrar o processo e soltar um dos principais suspeitos do sequestro e estupro da jornalista Jineth Bedoya por paramilitares em 2000 causou tamanha comoção pública que os promotores se viram forçados a rapidamente reverter a decisão.

Em julho, o governo promulgou a Lei 1761, que tipificava o feminicídio como um crime específico e aumentava a pena das pessoas condenadas por esse delito para até 50 anos de prisão.

Defensores dos direitos humanos que demandavam justiça em casos de violência sexual sofreram ameaças, sendo que algumas das ameaças contra mulheres ativistas eram de natureza sexual.⁸

ASSISTÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS

A assistência dos EUA à Colômbia continuou diminuindo. Os Estados Unidos alocaram cerca de 174,1 milhões de dólares para assistência militar e 152,2 milhões de dólares para assistência não militar à Colômbia. Em setembro, 25% do total da ajuda militar prevista para o ano foi liberada depois que o secretário de Estado dos EUA determinou

que as autoridades colombianas haviam feito progresso em matéria de direitos humanos.

ESCRUTÍNIO INTERNACIONAL

Em seu relatório de janeiro, o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos reconheceu os avanços obtidos nas negociações de paz, mas expressou preocupação com a impunidade e com o impacto do conflito sobre os direitos humanos, especialmente sobre as comunidades indígenas e afrodescendentes e os defensores dos direitos humanos. Embora o relatório tenha observado que ambas as partes beligerantes foram responsáveis por abusos e violações dos direitos humanos, o documento afirmava que os paramilitares (a quem o relatório se referia como “grupos armados pós-desmobilização vinculados ao crime organizado”) constituíam o “principal desafio em termos de segurança pública”.

Em agosto, o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) observou que o conflito armado continuou a afetar desproporcionalmente os povos indígenas e as comunidades afrodescendentes, e criticou o fato de não se garantir a efetiva participação dessas comunidades no processo de paz.

O Comitê da ONU contra a Tortura manifestou preocupação com “a persistência de graves violações de direitos humanos no Estado Parte, tais como execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados” e com o fato de “não ter recebido informações relativas aos processos e condenações penais por delitos de desaparecimento forçado”.

1. Colombia: Peasant farmer linked to Peace Community killed ([AMR 23/2554/2015](#))
2. Colombia: Human rights defender under surveillance: Berenice Celeita ([AMR 23/1945/2015](#))
3. Colombia: Caller “will kill” missing man’s mother ([AMR 23/2022/2015](#))
4. Colombia: Land restitution process sparks more threats ([AMR 23/0003/2015](#))
5. Colombia: Restoring the land, securing the peace: Indigenous and Afro-descendant territorial rights ([AMR 23/2615/2015](#))
6. Colombia: National Development Plan threatens to deny the right to

land restitution to victims of the armed conflict and allow mining firms to operate on illegally acquired lands ([AMR 23/2077/2015](#))

7. Colombia: Director of human rights NGO threatened: Iván Madero Vergel ([AMR 23/2007/2015](#))

8. Colombia: Harassed for fighting sexual violence ([AMR 23/002/2015](#))

COREIA DO NORTE

República Popular Democrática da Coreia

Chefe de Estado: **Kim Jong-un**

Chefe de governo: **Pak Pong-ju**

Os norte-coreanos continuaram a ter negados e violados quase todos os aspectos de seus direitos humanos. As autoridades continuaram a prender e deter arbitrariamente indivíduos sem um julgamento justo ou acesso a advogados e familiares, inclusive cidadãos da República da Coreia (Coreia do Sul). Algumas famílias permaneceram sob vigilância sistemática, particularmente aquelas com membros suspeitos de terem fugido do país ou tentado acessar informações de fora da Coreia do Norte. O governo providenciou para que mais de 50.000 pessoas trabalhassem em outros países, recolhendo os seus salários diretamente dos empregadores e retendo uma parcela significativa para sua própria receita. Pouco progresso foi feito no enfrentamento aos casos de sequestros e desaparecimentos forçados de cidadãos estrangeiros.

INFORMAÇÕES GERAIS

No quarto ano do governo de Kim Jong-un, os meios de comunicação internacionais continuaram a relatar execuções de funcionários de alto escalão. O chefe de Estado não compareceu às comemorações do aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial na China e na Rússia. As relações entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul permaneceram tensas. Explosões de minas terrestres norte-coreanas na zona desmilitarizada entre os dois países no início de agosto causaram ferimentos graves em dois soldados sul-coreanos. A difusão de

mensagens sonoras da Coreia do Sul através da fronteira em busca de um pedido de desculpas resultaram na troca de fogo de artilharia entre as forças armadas de ambos os lados, no fim desse mês. A tensão foi resolvida depois de um diálogo entre as autoridades com duração de 43 horas; a Coreia do Norte lamentou as explosões, e um acordo mútuo foi alcançado para continuar com as reuniões de famílias separadas. Desastres naturais, como a grave seca de verão e enchentes, mataram pelo menos 40 pessoas e afetaram mais de 10.000, segundo os meios de comunicação estatais.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

As autoridades continuaram a impor severas restrições à liberdade de expressão, inclusive ao direito de procurar, receber e transmitir informações, independentemente das fronteiras nacionais. Embora houvesse no país três milhões de assinantes de serviços de telefonia móvel em meio a uma população de 25 milhões de pessoas, praticamente todos os norte-coreanos foram privados de serviços internacionais de telefonia móvel e de acesso à internet. Apenas os turistas e residentes estrangeiros foram autorizados a comprar cartões SIM especiais para fazer chamadas para fora do país ou acessar a internet por meio de *smartphones*. A rede existente de computadores permaneceu disponível, permitindo somente o acesso a sites e serviços de e-mail nacionais, mas nem isso era inteiramente acessível.

Os norte-coreanos que viviam perto da fronteira com a China correram riscos significativos por usar celulares contrabandeados conectados a redes chinesas, a fim de fazer contato com pessoas fora do país. Quem não possuísse um telefone deste tipo precisava pagar uma taxa exorbitante e utilizar os serviços de um intermediário. Ainda que as ligações para fora da Coreia do Norte não fossem um crime em si, o uso de celulares contrabandeados para se conectar a redes móveis chinesas expôs todos os envolvidos ao risco de vigilância, bem como de prisão e detenção sob várias

acusações, inclusive espionagem.

O governo continuou a restringir o acesso a várias fontes externas de informação, apesar da ausência de quaisquer jornais nacionais, meios de comunicação ou organizações da sociedade civil independentes. As autoridades usaram ondas de rádio para obstruir a recepção das transmissões estrangeiras de televisão ou rádio, ao mesmo tempo em que impossibilitaram que canais estrangeiros fossem captados por aparelhos legalmente disponíveis. Pessoas que possuíam, assistiam ou copiavam e compartilhavam materiais audiovisuais estrangeiros corriam risco de ser presas se o material fosse considerado como "emissão hostil ou propaganda inimiga" no âmbito do direito penal.

DIREITO À PRIVACIDADE

Norte-coreanos que fizeram telefonemas usando celulares contrabandeados relataram ter experimentado frequentes interferências nas linhas, bem como escutas de conversas, entre outras formas de violação do direito à privacidade. Uma unidade especial do Departamento de Segurança do Estado para operações secretas de inteligência e digitais usou dispositivos de monitoramento sofisticados e importados para detectar usuários de celulares que tentaram fazer chamadas para fora do país. Indivíduos cujas conversas foram ouvidas poderiam ser presos se ligassem para a Coreia do Sul ou se pedissem o envio de dinheiro.

Os sistemas de vigilância entre a população civil também ameaçavam o direito à privacidade. Grupos de bairro, criados pelo governo com propósitos como o de educação ideológica, foram autorizados a realizar visitas domiciliares a qualquer momento e informar sobre as atividades das pessoas. Os líderes do grupo, juntamente com outra unidade especializada do Departamento de Segurança do Estado, monitoraram hábitos de rádio e televisão das pessoas. As famílias que eram suspeitas de assistir a materiais audiovisuais estrangeiros ou de receber dinheiro de um familiar que tenha fugido do país foram

submetidas a vigilância reforçada.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Os norte-coreanos que fugiram do país relataram que as prisões haviam aumentado, à medida que os controles de pessoas e mercadorias nas fronteiras haviam endurecido sob o governo de Kim Jong-un. Tais prisões eram arbitrárias, pois muitas vezes ocorriam como punição pelo exercício dos direitos humanos, repressão à economia de mercado privada ou meio de extorquir subornos.

Centenas de milhares de pessoas permaneceram detidas em campos de prisioneiros políticos e outros centros de detenção, onde foram submetidas a violações sistemáticas, generalizadas e graves dos direitos humanos, como trabalho forçado, tortura e outros maus-tratos. Muitos dos detidos nesses campos não haviam sido condenados por qualquer crime reconhecido internacionalmente, mas declarados “culpados por associação”, apenas por serem familiares de indivíduos considerados como ameaças ao Estado.

Em maio e junho, três homens sul-coreanos, Kim Jung-wook, Kim Kuk-gi e Choe Chun-gil, foram sentenciados à prisão perpétua depois de condenados por espionagem e outras acusações, por meio de procedimentos judiciais que não cumpriam as normas internacionais para julgamentos justos. Um estudante sul-coreano, Joo Won-moon, que havia sido preso por entrar ilegalmente no país em abril, foi libertado em outubro, depois de mais de cinco meses de detenção sem acesso ao seu advogado ou a familiares.¹

DIREITOS DOS TRABALHADORES MIGRANTES

O governo enviou pelo menos 50.000 pessoas para países como Líbia, Mongólia, Nigéria, Catar e Rússia para trabalhar em vários setores, incluindo medicina, construção, florestamento e alimentação. Os trabalhadores foram frequentemente submetidos a horas excessivas de trabalho,

condições precárias de segurança, privação de informações sobre leis trabalhistas e falta de acesso a quaisquer órgãos governamentais de monitoramento de tal conformidade. Os trabalhadores não receberam os salários diretamente dos empregadores, mas por meio do governo norte-coreano após deduções significativas no valor. Eles permaneceram sob vigilância nos países anfitriões, tal como seria na Coreia do Norte, e o contato com a população local foi severamente restringido.

LIBERDADE DE CIRCULAÇÃO

Nos primeiros 10 meses de 2015, o Ministério da Unificação sul-coreano informou a chegada de 978 norte-coreanos ao país, entre eles um soldado adolescente que atravessou a fronteira intercoreana a pé, em 15 de junho. De acordo com a imprensa da Coreia do Sul, os militares norte-coreanos plantaram minas terrestres extras em 2015, para impedir seus soldados de fugirem para a Coreia do Sul, onde o número de chegadas se manteve nos níveis de 2014, quando se contabilizou a entrada de 1.397 pessoas, quantidade similar às de 2013 e 2012. Estes números permaneceram baixos em comparação com anos anteriores, devido à intensificação do controle nas fronteiras.

Os norte-coreanos repatriados à força pela China ou outros países continuaram em risco de detenção, prisão, trabalho forçado, tortura e outros maus-tratos. A China ignorou as obrigações de não devolução (*non-refoulement*) previstas no direito internacional, devolvendo norte-coreanos ao país. Essa prática, ao que parece, foi estabelecida por meio de um acordo com as autoridades norte-coreanas em 1986. A Rússia estaria formalizando um acordo semelhante.

DIREITO À ALIMENTAÇÃO

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura informou em setembro que, após três anos consecutivos de crescimento, a produção de alimentos havia estagnado em 2014, enquanto a seca

de 2015 diminuiu a produção de arroz e outros cereais em mais de 10%. Possivelmente em consequência disso, o governo reduziu as porções diárias de alimentos para as famílias em julho e agosto, de 410 para 250 gramas por pessoa, bem abaixo da quantidade distribuída durante os mesmos meses em 2013 e 2014. O sistema público de distribuição foi o principal canal de fornecimento de alimentos para pelo menos 18 milhões de pessoas – três quartos da população. Com a redução das porções, o direito à alimentação adequada da maioria dos indivíduos foi gravemente ameaçado.

ESCRUTÍNIO INTERNACIONAL

Com maior escrutínio internacional depois da publicação, em 2014, de um relatório da Comissão de Inquérito da ONU sobre os Direitos Humanos na República Popular Democrática da Coreia e sua respectiva discussão no Conselho de Segurança da ONU, no fim daquele ano, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos abriu um escritório em Seul, capital da Coreia do Sul, em 23 de junho. O novo escritório estava entre as recomendações do relatório e foi encarregado de monitorar e documentar a situação dos direitos humanos na Coreia do Norte, como medidas preliminares à prestação de contas. Sua abertura foi recebida com críticas severas por parte do governo norte-coreano. O Conselho de Segurança da ONU realizou outro debate sobre os direitos humanos na Coreia do Norte em 10 de dezembro.

Outros órgãos da ONU fizeram esforços para tratar dos sequestros internacionais e desaparecimentos forçados, com poucos resultados concretos. Em agosto, o governo norte-coreano escreveu ao Grupo de Trabalho da ONU sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários em relação a 27 casos pendentes. O Grupo de Trabalho observou em seu relatório que as informações fornecidas eram insuficientes para o esclarecimento dos casos.

-
1. Mais informações: Student released by North Korea (ASA 24/2609/2015)

CUBA

República de Cuba

Chefe de Estado e de governo: **Raúl Castro Ruz**

Apesar de suas relações diplomáticas cada vez mais abertas, severas restrições às liberdades de expressão, de associação e de reunião se mantiveram. Houve denúncias de milhares de casos de assédio a críticos do governo e de prisões e detenções arbitrárias.

INFORMAÇÕES GERAIS

O ano foi marcado por significativas mudanças nas relações diplomáticas de Cuba. Em abril, o Presidente Castro se encontrou com o presidente dos EUA, Barack Obama, durante a primeira participação de Cuba em uma Cúpula das Américas, no primeiro encontro entre líderes dos dois países em quase 60 anos. Em maio, Cuba foi removida da lista estadunidense de países considerados Estados patrocinadores do terrorismo internacional. Cuba e Estados Unidos reabriram suas respectivas embaixadas e anunciaram a intenção de restabelecer relações diplomáticas.

Apesar disso, em setembro, o Presidente Obama renovou a Lei de Comércio com o Inimigo, que impõe sanções econômicas e financeiras a Cuba. Em outubro, a Assembleia Geral da ONU adotou, pelo 24 ano consecutivo, uma resolução requerendo que os EUA suspendam seu embargo unilateral.

Até o fim do ano, Cuba ainda não havia ratificado o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos nem o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos assinados em fevereiro de 2008, tampouco o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE ASSOCIAÇÃO

Críticos do governo continuaram a enfrentar assédio, inclusive “atos de repúdio” (manifestações lideradas por apoiadores do governo, com participação de agentes de segurança estatais) e ações penais por motivos políticos. O sistema judicial permaneceu sob controle político.

O governo continuou a controlar o acesso à internet e a bloquear e filtrar alguns sites, limitando o acesso à informação e as críticas ao Estado. Ativistas relataram que telefones celulares ficaram fora de serviço durante a visita do Papa em setembro.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Prosseguiram as denúncias sobre críticos do governo, inclusive jornalistas e ativistas de direitos humanos, serem rotineiramente submetidos a prisões arbitrárias e detenções breves por exercerem seu direito à liberdade de expressão, associação, reunião e movimento.

A Comissão Cubana de Direitos Humanos e Reconciliação Nacional (CCDHRN) documentou mais de 8.600 detenções politicamente motivadas de ativistas e adversários do governo durante o ano.

Antes da visita do Papa Francisco em setembro, as autoridades anunciaram que libertariam 3.522 prisioneiros, entre eles, pessoas com mais de 60 anos, presos com menos de 20 anos sem antecedentes criminais, presos com doenças crônicas e cidadãos estrangeiros cujos países concordassem em repatriá-los, de acordo com o *Granma*, o jornal oficial do Partido Comunista.

Entretanto, antes e durante a visita do Papa, ativistas de direitos humanos e jornalistas relataram um aumento significativo no número de prisões e detenções breves. Somente em setembro, a CCDHRN registrou 882 prisões arbitrárias. Entre estas, as de três ativistas que teriam se aproximado do Papa para discutir direitos humanos. Os três entraram em greve de fome enquanto detidos.

Membros e apoiadores das Damas de Branco, um grupo de mulheres que pede a libertação dos presos políticos e maior liberdade, e membros da União Patriótica de Cuba (UNPACU), um grupo dissidente, seguidamente eram presos e detidos por períodos de até 30 horas, segundo a CCDHRN. As detenções eram efetuadas para impedir os ativistas de participar das passeatas que regularmente realizam aos domingos, bem como para impedi-los de protestar.

Em 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, a polícia política deteve ativistas, muitos em suas casas, para impedir seus protestos pacíficos. Os agentes também impediram que jornalistas saíssem de seus escritórios para reportar o que acontecia.

PRISIONEIRO DE CONSCIÊNCIA

Leis que tratavam de “desordem pública”, “desacato”, “desrespeito”, “periculosidade” e “agressão” foram usadas em ações judiciais politicamente motivadas ou em ameaças de processo contra adversários do governo.

Em janeiro, as autoridades libertaram cinco prisioneiros de consciência, junto com um grupo de mais de 50 pessoas que se acreditava terem estado detidas por razões políticas. Os Estados Unidos haviam requerido que elas fossem libertadas como parte de um acordo entre os dois governos para “normalizar” as relações.

Nos dias 7 e 8 de janeiro, os irmãos Vianco, Django e Alexeis Vargas Martín foram soltos da prisão. Os três estavam detidos desde dezembro de 2012, tendo sido sentenciados em junho de 2014 a penas que variavam de dois anos e meio a quatro anos de prisão por “desordem pública”. Em 8 de janeiro, os prisioneiros de consciência Iván Fernández Depestre e Emilio Planas Robert foram, ao que parece, libertados incondicionalmente. Os dois haviam sido sentenciados, respectivamente, a três anos e a três anos e meio de prisão, acusados de “periculosidade”.¹

O prisioneiro de consciência Ciro Alexis Casanova Pérez foi solto quando terminou de

cumprir sua pena em junho de 2015.² Ele havia sido condenado em dezembro de 2014 por “desordem pública” após realizar uma manifestação de um homem só contra o governo nas ruas de sua cidade natal, Placetas.

O grafiteiro Danilo Maldonado Machado, conhecido como El Sexto, foi preso por agentes da polícia política em Havana quando se locomovia em um taxi em 25 de dezembro de 2014. Ele levava consigo dois porcos com os nomes “Raúl” e “Fidel” pintados nas costas, os quais planejava soltar durante uma apresentação cultural no Dia de Natal. Danilo foi acusado de “desrespeitar os líderes da Revolução”, mas nunca foi levado a julgamento. Ele foi solto no dia 20 de outubro.

ESCRUTÍNIO INTERNACIONAL

Desde 1990, Cuba não permite o acesso da Anistia Internacional ao país.

1. Cuba: Prisoner releases must lead to new environment for freedoms (Press release, 8 January)
2. Urgent Action: Political dissident must be released (AMR 25/1379/2015)

EGITO

República Árabe do Egito

Chefe de Estado: Abdel Fattah al-Sisi

Chefe de governo: Sherif Ismail (substituiu Ibrahim Mahlab em setembro)

A situação dos direitos humanos continuou a deteriorar. As autoridades restringiram arbitrariamente os direitos à liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica; promulgaram uma nova lei antiterrorismo draconiana; e prenderam e encarceraram críticos do governo, líderes e ativistas políticos de oposição, submetendo alguns a desaparecimento forçado. As forças de segurança usaram força excessiva contra manifestantes, refugiados, requerentes de asilo e migrantes. Os detidos sofreram

tortura e outros maus-tratos. Os tribunais proferiram centenas de condenação à morte e longas penas de prisão após julgamentos coletivos claramente injustos. A falta de responsabilização era crítica; a maioria das violações de direitos humanos foi cometida impunemente. Mulheres e membros de minorias religiosas sofreram discriminação e não receberam proteção adequada contra a violência. Pessoas foram presas e julgadas sob a acusação de "devassidão" em virtude de sua orientação sexual ou identidade de gênero real ou percebida. O exército removeu à força comunidades de suas casas ao longo da fronteira com Gaza. Execuções foram realizadas após julgamentos flagrantemente injustos.

INFORMAÇÕES GERAIS

As condições de segurança continuaram tensas, particularmente na região do Sinai. As autoridades afirmaram que o exército e outras forças de segurança mataram centenas de "terroristas", a maioria no norte do Sinai, onde o grupo armado autodenominado Província do Sinai, afiliado ao grupo armado Estado Islâmico, reivindicou responsabilidade por vários ataques importantes.

O Egito fechou sua fronteira com Gaza, no Estado da Palestina, durante grande parte do ano. O exército egípcio destruiu túneis utilizados para contrabando sob a fronteira; para isso, teria inundado a área.

Em fevereiro, o Egito realizou ataques aéreos na Líbia, matando pelo menos sete civis, depois que um grupo armado decapitou no local um grupo de cristãos coptas egípcios que haviam sequestrado.¹

Em março, o Egito se juntou à coalizão internacional liderada pela Arábia Saudita que se envolveu no conflito armado no Iêmen. O Presidente Al Sisi anunciou que a Liga Árabe concordou em formar uma "força militar árabe conjunta" para combater as ameaças regionais.

Em 13 de setembro, o exército e as forças de segurança na região do Deserto Ocidental atacaram e mataram 12 pessoas, incluindo oito turistas mexicanos, aparentemente

depois de confundi-los com membros de um grupo armado.

Em 23 de setembro, o Presidente Al Sisi perdeu 100 homens e mulheres, inclusive jornalistas e dezenas de ativistas que haviam sido presos por participar de protestos. O perdão não se estendeu aos líderes do movimento juvenil egípcio ou aos líderes da Irmandade Muçulmana presos.

Segundo dados oficiais, as eleições parlamentares realizadas entre outubro e dezembro tiveram um comparecimento de 28,3%.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Em agosto, o governo promulgou a Lei 94 de 2015, uma nova lei antiterrorismo que definia um "ato terrorista" em termos vagos e excessivamente amplos. A nova lei concedia ao Presidente poderes para "tomar as medidas necessárias a fim de garantir a ordem pública e a segurança", equivalentes aos poderes concedidos no estado de emergência; estabelecia tribunais especiais; e previa a imposição de multas custosas para jornalistas cujas informações sobre "terrorismo" divergissem das declarações oficiais.²

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Os grupos armados lançaram ataques deliberados contra alvos civis.

Em 29 de junho, o Procurador-Geral foi morto por uma bomba na capital, Cairo. A autoria do atentado não estava clara.

O grupo armado Província do Sinai reivindicou responsabilidade por vários ataques, inclusive um ocorrido em 29 de janeiro que teria matado 40 pessoas, entre civis, soldados e policiais. Em 1 de julho, um ataque realizado pelo mesmo grupo na cidade de Sheikh Zuweid, no norte do Sinai, matou 17 membros das forças armadas e de segurança, de acordo com o Ministério da Defesa; pelo menos 100 membros do grupo armado também morreram no ataque. O Província do Sinai também reivindicou a autoria da queda de um avião civil russo em

31 de outubro. Todas as 224 pessoas a bordo morreram, em sua maioria russas. Em 17 de novembro, o Serviço Federal de Segurança da Rússia anunciou que uma bomba havia derrubado o avião.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Jornalistas que trabalhavam para veículos de comunicação críticos das autoridades ou ligados a grupos de oposição foram processados por divulgar "notícias falsas" e outras acusações penais politicamente motivadas. Tribunais impuseram longas penas de prisão a vários deles e condenaram um à morte. Pessoas continuaram a enfrentar processos criminais por acusações como "difamação à religião" e ofensas à "moral pública" por exercerem pacificamente seu direito à liberdade de expressão. Em novembro, um jornalista investigativo de destaque foi brevemente detido pelos serviços de inteligência militar e processado por causa de um artigo que escreveu sobre o exército.

O repórter fotográfico Mahmoud Abu Zeid, conhecido como Shawkan, foi encaminhado a julgamento em agosto junto com outros 738 réus, entre eles líderes e apoiadores do grupo Irmandade Muçulmana. Preso enquanto cobria a dispersão violenta de uma manifestação pelas forças de segurança em 14 de agosto de 2013, Mahmoud Abu Zeid permaneceu detido sem acusação por quase dois anos, antes de o Ministério Público encaminhar seu caso a um tribunal. O julgamento começaria em dezembro, mas foi adiado por falta de espaço para acomodar centenas de réus no tribunal.

Em 1 de janeiro, o Tribunal de Cassação, a máxima instância judicial do Egito, anulou as condenações de três jornalistas presos que trabalhavam para a emissora Al Jazeera – Peter Greste, Mohamed Fahmy e Baher Mohamed – e ordenou um novo julgamento. As autoridades deportaram Peter Greste em 1 de fevereiro; Mohamed Fahmy e Baher Mohamed foram libertados mediante o pagamento de fiança em 12 de fevereiro, mas foram condenados a três anos e três anos e

meio de prisão, respectivamente, em 29 de agosto, sob a acusação de difundir "notícias falsas" e exercer sua atividade sem autorização. O Presidente Al Sisi perdoou a ambos em 23 de setembro.

Em 11 de abril, um tribunal do Cairo sentenciou 14 jornalistas ligados à oposição a 25 anos de prisão por "difusão de notícias falsas" e condenou à morte outro jornalista por supostamente formar "comitês de mídia" e "liderar e financiar um grupo proibido". O tribunal julgou vários réus em sua ausência. Eles foram julgados como parte de um grupo de 51 pessoas, incluindo lideranças da Irmandade Muçulmana. As pessoas que foram presas entraram com recursos junto ao Tribunal de Cassação, que anulou sua condenação em dezembro e ordenou um novo julgamento.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

Organizações de direitos humanos sofreram restrições arbitrárias a suas atividades e financiamento com base na Lei das Associações (Lei 84 de 2002). Os funcionários de algumas organizações de direitos humanos foram presos e interrogados tanto por agentes de segurança quanto por um "comitê de peritos" nomeado pelas autoridades como parte de uma investigação criminal em curso sobre as atividades e o financiamento estrangeiro de grupos de direitos humanos. As autoridades impediram alguns ativistas políticos e de direitos humanos de viajar para o exterior.³

Até o fim do ano, o governo afirmou ter fechado mais de 480 ONGs por causa de seus supostos vínculos com o grupo Irmandade Muçulmana.

Em 21 de outubro, as forças de segurança invadiram a Fundação Mada para o Desenvolvimento da Imprensa, uma ONG de jornalismo com sede no Cairo. Elas detiveram todos os presentes e interrogaram-nos por várias horas antes de libertá-los, exceto o diretor da organização, que permaneceu detido sem acusação por suspeitas de "suborno internacional – receber financiamento estrangeiro" e pertencer à

Irmandade Muçulmana.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

As autoridades restringiram arbitrariamente o direito à liberdade de reunião pacífica com base na Lei de Protesto (Lei 107 de 2013). Ocorreram menos protestos do que nos últimos anos, mas as forças de segurança continuaram a usar força excessiva ou desnecessária para dispersar manifestações "não autorizadas" e outras reuniões públicas, resultando em mortes e ferimentos graves.

Em 24 de janeiro, as forças de segurança mataram a tiros Shaimaa al-Sabbagh, que participava de uma manifestação no centro do Cairo. Os vídeos e fotografias de sua morte, amplamente divulgados, provocaram indignação. Pelo menos 27 pessoas morreram por causa da violência relacionada aos protestos entre os dias 23 e 26 de janeiro em todo o Egito, a maioria como resultado de força excessiva utilizada pelas forças de segurança. Dois membros das forças de segurança também morreram.

Pelo menos 22 torcedores do time de futebol Zamalek morreram durante um tumulto num estádio de Novo Cairo, em 8 de fevereiro, depois que as forças de segurança imprudentemente lançaram gás lacrimogêneo para dispersá-los.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

As forças de segurança prenderam 11.877 membros de "grupos terroristas" entre janeiro e o fim de setembro, de acordo com o ministro-adjunto de Segurança Pública do Ministério do Interior. Havia suspeitas de que a repressão também visava membros e supostos apoiadores da Irmandade Muçulmana, bem como outros críticos do governo. As autoridades haviam afirmado anteriormente que em 2014 pelo menos 22.000 pessoas tinham sido presas pela mesma razão.

Algumas pessoas detidas por motivos políticos foram mantidas em detenção prolongada sem acusação nem julgamento. No fim do ano, pelo menos 700 pessoas estavam em detenção preventiva havia mais

de dois anos sem terem sido condenadas por um tribunal, violando o limite de dois anos para tais detenções, de acordo com a lei egípcia.

O estudante Mahmoud Mohamed Ahmed Hussein permaneceu detido sem acusação nem julgamento por mais de 700 dias depois de sua prisão, em janeiro de 2014, por vestir uma camiseta com os dizeres "Nação sem tortura". De acordo com sua família, os agentes penitenciários o agrediram em julho.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Grupos de direitos humanos informaram ter recebido dezenas de denúncias relativas a casos de pessoas detidas pelas forças de segurança e, em seguida, mantidas incomunicáveis, em condições que, em alguns casos, caracterizavam desaparecimento forçado.

As forças de segurança detiveram os estudantes Israa al-Taweel, Sohaab Said e Omar Mohamed Ali no Cairo, em 1 de junho, e os submeteram a desaparecimento forçado durante 15 dias, durante os quais, segundo Sohaab Said, ele e Omar Mohamed Ali foram torturados. Ambos tiveram um julgamento injusto perante um tribunal militar. Israa al-Taweel, portadora de deficiência causada por um tiro durante um protesto em 2014, foi libertada da prisão em dezembro, mas permanecia em prisão domiciliar.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Pessoas que foram detidas pelas forças de segurança e pelos serviços de inteligência militar foram torturadas, inclusive por meio de espancamentos, choques elétricos e posições de estresse. As forças de segurança frequentemente agrediram detidos no momento da prisão e durante sua transferência entre a delegacia e a penitenciária. Ao longo do ano, houve denúncias de mortes em custódia como resultado de tortura e outros maus-tratos, bem como por falta de acesso a cuidados médicos adequados.⁴

As condições de detenção nas prisões e delegacias de polícia continuaram péssimas.

As celas estavam gravemente superlotadas e sem higiene e, em alguns casos, os funcionários impediram familiares e advogados de fornecer alimentos, remédios e outros itens para os presos.

JULGAMENTOS INJUSTOS

O sistema de justiça penal continuou a servir como um instrumento de repressão do Estado. Os tribunais condenaram centenas de réus por acusações como "terrorismo", "protesto não autorizado", participação em atos de violência política e pertencimento a grupos proibidos depois de julgamentos coletivos claramente injustos, nos quais os promotores não estabeleceram a responsabilidade penal individual dos réus.⁵

Pelo menos 3.000 civis foram julgados por tribunais militares injustos, por "terrorismo" e outras acusações relacionadas a atos de violência política. Muitos foram submetidos a julgamentos coletivos, entre eles líderes da Irmandade Muçulmana. Julgamentos militares de civis são inerentemente injustos.

O ex-presidente Mohamed Morsi enfrentou cinco julgamentos distintos, ao lado de centenas de outros réus, incluindo líderes da Irmandade Muçulmana. Em 21 de abril, um tribunal condenou-o a 20 anos de prisão por seu suposto envolvimento nos confrontos armados ocorridos em frente ao Palácio Presidencial, no Cairo, em dezembro de 2012. Em 16 de junho, ele foi condenado à morte por supostamente planejar uma fuga da prisão durante a revolta de 2011 e a 25 anos de prisão pela acusação de espionagem. Os julgamentos de Mohamed Morsi foram fundamentalmente injustos, uma vez que se basearam em provas reunidas enquanto ele estava submetido a desaparecimento forçado pelo exército, durante os meses seguintes à sua deposição, em 2013. No fim do ano, os veredictos de outros julgamentos contra o ex-presidente ainda estavam pendentes.

IMPUNIDADE

Na maioria dos casos, as autoridades não realizaram investigações efetivas,

independentes e imparciais sobre violações dos direitos humanos, incluindo o uso repetido de força excessiva pelas forças de segurança, que resultou na morte de centenas de manifestantes desde julho de 2013. Ao invés disso, as investigações do Ministério Público sobre os protestos e os incidentes de violência política tiveram como foco supostos abusos cometidos por opositores e críticos das autoridades.

Os tribunais responsabilizaram um pequeno número de membros das forças de segurança por homicídios ilegais, em casos relacionados a vários episódios que suscitaram ampla condenação nacional e internacional.

Em 11 de junho, um tribunal condenou um membro das forças de segurança a 15 anos de prisão por ferir fatalmente a manifestante Shaimaa al-Sabbagh. No entanto, as autoridades também processaram individualmente 17 testemunhas oculares do assassinato, incluindo a defensora dos direitos humanos Azza Soliman, sob a acusação de "protesto não autorizado" e "perturbação da ordem pública". Os tribunais absolveram as 17 testemunhas oculares em 23 de maio e, novamente, em 24 de outubro, após recurso interposto pelo Ministério Público.

Em dezembro, dois membros das forças de segurança foram condenados a cinco anos de prisão pela acusação de torturar até a morte um advogado na delegacia de Mattareya, no Cairo, em fevereiro.

Em novembro, o ex-presidente Hosni Mubarak e vários oficiais graduados de suas forças de segurança foram julgados novamente pelo Tribunal de Cassação, acusados de planejar uma repressão letal contra os manifestantes durante "a Revolução de 25 de Janeiro", em 2011. O julgamento ainda estava em andamento no fim do ano.

DIREITOS DAS MULHERES

Mulheres e meninas continuaram a sofrer discriminação na lei e na prática e não foram protegidas adequadamente contra a violência sexual e baseada em gênero. Apesar de

anunciar uma estratégia nacional de combate à violência e à discriminação contra mulheres e meninas, as autoridades não aplicaram a maioria das medidas importantes, como alterar ou revogar a legislação discriminatória sobre a condição jurídica das pessoas, que impede as mulheres de obterem o divórcio de um marido abusivo sem perder seus direitos financeiros.⁶

DISCRIMINAÇÃO – MINORIAS RELIGIOSAS

Minorias religiosas, incluindo cristãos coptas, muçulmanos xiitas e bahá-ís, continuaram a sofrer restrições discriminatórias. Ocorreram novos episódios de violência sectária contra as comunidades cristãs coptas, as quais também enfrentaram obstáculos para a reconstrução de igrejas e de outras propriedades danificadas em ataques sectários em 2013.

O Ministério da Solidariedade Social fechou a mesquita Al-Imam al-Hussein, no Cairo, de 22 a 24 de outubro para impedir que os muçulmanos xiitas celebrassem o Dia de Ashura no local; o Ministério afirmou que o fechamento visava a evitar "falsidades xiitas".

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXUAIS

Pessoas continuaram a enfrentar prisão, detenção e julgamento por acusações de "devassidão" nos termos da Lei 10 de 1961, com base em sua orientação sexual e identidade de gênero, real ou percebida.

Em 12 de janeiro, um tribunal absolveu da acusação de "devassidão" 26 homens que haviam sido presos em uma casa de banhos no Cairo, em dezembro de 2014.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

As forças de segurança continuaram a usar força excessiva e força letal desnecessária contra refugiados, requerentes de asilo e migrantes que tentavam entrar ou sair do Egito de forma irregular.⁷ Pelo menos 20 cidadãos sudaneses e uma cidadã síria foram

mortos quando tentavam deixar o Egito dessa maneira.

DIREITO À MORADIA – REMOÇÕES FORÇADAS

As forças armadas continuaram a remover à força comunidades que viviam ao longo da fronteira do Egito com Gaza, onde as autoridades queriam criar uma "zona tampão" de segurança.

O governo continuou a discutir planos de desenvolvimento para o Cairo que não incluíam garantias suficientes para evitar remoções forçadas.

PENA DE MORTE

Tribunais condenaram à morte centenas de réus considerados culpados de "terrorismo" e outras acusações relacionadas com a violência política que se seguiu à deposição de Mohamed Morsi, em julho de 2013, bem como por homicídio e outros crimes. Entre os executados estavam presos condenados após julgamentos injustos perante tribunais penais e militares.⁸

Pelo menos sete homens foram executados por atos de violência política; um deles, executado em 7 de março, foi submetido a um julgamento injusto. Seis homens que foram executados em 17 de maio haviam sido condenados após um julgamento flagrantemente injusto perante um tribunal militar, apesar das evidências de que os agentes de segurança utilizaram tortura para forçá-los a "confessar" crimes puníveis com a morte e adulteraram suas datas de prisão em documentos oficiais.

1. Libya: Mounting evidence of war crimes in the wake of Egypt's airstrikes ([News story](#), 23 February)
2. Egypt's president to sign draconian counter-terrorism law today ([News story](#), 13 August)
3. Egypt: Renewed crackdown on independent groups: Government investigating human rights workers ([MDE 12/1873/2015](#))
4. Egypt: Spate of detainee deaths points to rampant abuse at Cairo's Matera Police Station ([News story](#), 4 March)
5. Generation jail: Egypt's youth go from protest to prison ([MDE 12/1853/2015](#))

6. Circles of hell: Domestic, public and state violence against women in Egypt ([MDE 12/004/2015](#))
7. Syria: Voices in crisis - August 2015 ([MDE 24/2352/2015](#))
8. Egypt: Confirmation of 183 death sentences "outrageous" ([News story](#), 2 February)

EL SALVADOR

República de El Salvador

Chefe de Estado e de governo: **Salvador Sánchez Cerén**

O aborto legal continuou totalmente proibido, violando direitos humanos das mulheres. Defensores dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI), assim como aqueles que defendem e promovem os direitos sexuais e reprodutivos, enfrentaram cada vez mais riscos e, principalmente, sofreram violência e intimidação por parte de agentes do Estado, de indivíduos e de grupos privados. A Lei de Anistia de 1993 não foi derrubada, dificultando o acesso à Justiça e reparações para as vítimas das violações de direitos humanos cometidas durante o conflito armado de 1980-1992.

INFORMAÇÕES GERAIS

Eleições legislativas e municipais ocorreram em março. Pela primeira vez, foi exigida uma quota de gênero de 30% nas listas de candidatos. Nenhum partido alcançou o número necessário de representantes para obter maioria na Assembleia Legislativa.

A violência relacionada a gangues e o crime organizado cresceram acentuadamente, e as taxas de homicídio dispararam. Dados oficiais registraram 4.253 homicídios nos primeiros oito meses do ano, em comparação com 3.912 em todo o ano de 2014. Os crimes violentos forçaram muitos salvadorenhos a deixar o país, além de provocar o desalojamento interno de milhares de famílias, segundo a Conferência da Sociedade Civil Sobre Desalojamento Forçado pela Violência e o Crime Organizado de El Salvador.

Em setembro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos solicitou que El Salvador adotasse medidas de precaução para proteger a vida e a integridade física de três homens que foram supostamente submetidos a desaparecimentos forçados, assim como das suas famílias, que foram atacadas e ameaçadas após pedirem informações às autoridades sobre o paradeiro de seus parentes.

Em setembro, em meio a denúncias e queixas de crescente violência contra comunidades LGBTI, a Assembleia Legislativa reformou o Código Penal para aumentar as penas por crimes motivados por opiniões políticas, ódio racial ou orientação sexual e identidade de gênero.

DIREITOS DAS MULHERES

Entre janeiro e outubro, 475 mulheres foram assassinadas, um aumento em comparação às 294 de 2014, segundo informações coletadas pela Organização de Mulheres Salvadorenhas pela Paz e dados oficiais. Apesar da Lei Especial Integral para uma Vida Livre de Violência para as Mulheres, alguns juízes continuaram a qualificar assassinatos de mulheres e meninas motivados por gênero como homicídio em vez de crimes de feminicídio, como definido na lei, segundo a Organização de Mulheres Salvadorenhas pela Paz.

Em janeiro, a Assembleia Legislativa aceitou o pedido de absolvição em favor de “Guadalupe”, uma mulher encarcerada por razões relacionadas à gravidez. Ela foi libertada depois de cumprir sete anos de uma sentença de 30, com base em acusações de “homicídio qualificado” após sofrer um aborto espontâneo. As autoridades reconheceram os erros judiciais no processo original. Mais de 15 mulheres permaneceram presas sob circunstâncias semelhantes.

Em março, o Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovou a conclusão da Revisão Periódica Universal de El Salvador. Foram feitas quatorze recomendações relacionadas a direitos sexuais e reprodutivos. Embora El Salvador tenha aceitado as

recomendações para proporcionar acesso a serviços de saúde sexual e reprodutivo, incluindo contraceptivos, o país apenas “observou” a recomendação de descriminalizar o aborto e derrubar a proibição absoluta. El Salvador calou-se com relação à recomendação de libertar imediata e incondicionalmente todas as mulheres presas por fazer abortos ou sofrer abortos espontâneos.¹

Em novembro, a Ouvidoria de Direitos Humanos divulgou a resolução do caso de Maria Teresa Rivera, que havia sido condenada a 40 anos de prisão após ter sofrido uma complicação obstétrica e ser injustamente acusada de fazer um aborto. O ouvidor encontrou violações do devido processo e da presunção de inocência e determinou que a participação de Maria Teresa Rivera não foi comprovada durante o julgamento.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

O Grupo de Cidadãos pela Descriminalização do Aborto Terapêutico, Ético e Eugênico e o Coletivo Feminista pelo Desenvolvimento Local – organizações líderes na promoção dos direitos sexuais e reprodutivos – foram intimidadas e estigmatizadas por autoridades governamentais, indivíduos e grupos privados devido ao seu trabalho pelos direitos das mulheres. Ambas as organizações foram chamadas de “grupos inescrupulosos” e “traidores da pátria”.

Defensores dos direitos humanos que trabalham pela defesa e promoção dos direitos sexuais e reprodutivos também foram estigmatizados pela assistência legal fornecida a mulheres condenadas por homicídio após sofrerem emergências obstétricas. Campanhas difamatórias contra esses defensores agravaram os riscos enfrentados. As autoridades não tomaram medidas eficientes para controlar a estigmatização e reduzir os riscos.²

Defensores de direitos humanos de comunidades LGBTI também denunciaram violência e intimidação. Em maio, Francela Méndez, uma ativista transgênero e membro

da Rede de Mulheres Salvadorenhas de Defensoras de Direitos Humanos, foi assassinada.³ Até o fim de 2015, ninguém havia sido levado à Justiça. Organizações relataram um aumento dos casos de assédio e violência contra a comunidade transgênero por agentes do Estado e outros indivíduos.

IMPUNIDADE

A Lei de Anistia de 1993 foi mantida, negando acesso à Justiça e a reparações para as vítimas das violações de direitos humanos cometidas durante o conflito armado (1980-1992). Em abril, o ex-general e ministro da Defesa Eugenio Vides Casanova foi deportado dos EUA depois que um juiz de imigração na Flórida determinou em 2012 que ele deveria ser mandado de volta a El Salvador por sua participação em violações de direitos humanos cometidas pelas forças armadas durante o conflito armado.⁴ Até o fim do ano, não havia informações públicas indicando que o ex-general Vides estivesse enfrentando processos judiciais.

Em março, a Ouvidoria de Direitos Humanos apelou às autoridades para superar a impunidade que prevalece para as violações de direitos humanos cometidas durante o conflito armado. O ouvidor também solicitou que a Assembleia Legislativa retirasse os efeitos legais da Lei de Anistia e recomendou com insistência que a Procuradoria-Geral da República investigue efetivamente as denúncias das vítimas.

Em março, mais de um ano após uma decisão judicial da Câmara Constitucional do Tribunal Superior de Justiça ordenar que o Gabinete do Procurador-Geral fizesse uma investigação minuciosa do massacre de San Francisco Angulo ocorrido em 1981, quando 45 pessoas foram mortas supostamente por membros do exército, a Câmara Constitucional exigiu que o Procurador-Geral informasse o andamento da investigação. Quase dois meses depois, o Procurador-Geral apresentou um relatório, seguido por um segundo em julho, após a Câmara Constitucional solicitar mais detalhes. Até o fim do ano, nenhuma decisão havia sido

divulgada pela Câmara Constitucional.

Em julho, a Câmara Constitucional determinou que as forças armadas eram responsáveis pelo desaparecimento forçado de onze pessoas no contexto da “Operação de Limpeza” militar em 1982. A decisão da Câmara Constitucional exigiu que o Ministério da Defesa Nacional fornecesse informações sobre a operação, especialmente sobre o destino e o paradeiro das vítimas. A Câmara Constitucional solicitou que o Gabinete do Procurador-Geral iniciasse uma investigação imediatamente.

-
1. Amnesty International calls on El Salvador to decriminalize abortion and immediately release all women imprisoned for pregnancy-related complications (AMR 29/1254/2015)
 2. Defensores dos direitos humanos em perigo Protecting sexual and reproductive rights in the Americas (AMR 01/2775/2015)
 3. El Salvador: El Estado debe garantizar justicia en el asesinato de activista transgénero (AMR 29/1855/2015)
 4. El Salvador: No amnesty for human rights violations (AMR 29/1431/2015)

EQUADOR

República do Equador

Chefe de Estado e de governo: **Rafael Vicente Correa Delgado**

Pessoas que criticaram as autoridades, inclusive defensores dos direitos humanos, enfrentaram ataques, multas e ações penais infundadas. O direito dos povos indígenas ao consentimento livre, prévio e informado sobre as decisões que afetam seus meios de subsistência não foi cumprido.

INFORMAÇÕES GERAIS

A Assembleia Nacional aprovou 15 emendas constitucionais propostas pelo Executivo, que incluíam recorrer ao efetivo militar para responder a situações de segurança pública internas, bem como possibilitar a reeleição por tempo indeterminado do Presidente e de outras autoridades.

No decorrer do ano, aconteceram protestos

contra o governo em todo o território nacional, liderados por sindicatos, organizações de povos indígenas e sociedade civil. As demonstrações se caracterizaram por confrontos entre as forças de segurança e os manifestantes, bem como por denúncias de uso excessivo da força e de prisões arbitrárias pelas forças de segurança. Pelo menos 21 pessoas detidas durante os protestos contra o governo em dezembro na capital Quito foram sentenciadas judicialmente, motivando preocupações com a violação de seu direito a um julgamento justo.

Em março, o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) sustentou uma decisão judicial de 2011 do Equador, que garantia compensação às comunidades indígenas do Amazonas afetadas pelos danos ambientais causados pela Chevron, corporação do setor de energia com sede nos EUA. A decisão do TIJ determinou que um acordo anterior entre a Chevron e as autoridades não impedia que os indígenas amazônicos demandassem compensação da multinacional. Em outro processo judicial, também em março, o Tribunal Penal Internacional concluiu que não tinha competência para julgar uma ação movida pelas comunidades indígenas contra o diretor geral da Chevron.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

Defensores dos direitos humanos e outras pessoas que criticaram abertamente as políticas governamentais foram ameaçados e hostilizados. Houve tentativas de impedi-los de realizar seu trabalho, e casos de ataques, multas, hostilidades e ações penais infundadas.

Em setembro, com base num decreto executivo conferindo amplos poderes às autoridades para monitorar e dissolver organizações não governamentais, a Secretaria Nacional de Comunicação ameaçou fechar a ONG Fundamedios, ao que parece, em represália por suas denúncias de violações dos direitos à liberdade de expressão e de reunião. No fim de setembro, a Secretaria emitiu uma “advertência final” à

Fundamedios para “acatar a proibição de atuar em questões de natureza política, evitando divulgar alertas infundados com o único propósito de depreciar o prestígio do Equador e de suas instituições”.

A defensora dos direitos humanos Paulina Muñoz Samaniego foi submetida a uma campanha de intimidação que ela acredita estar relacionada ao seu trabalho com a Equador Decide, uma coalizão de organizações da sociedade civil que se opõem ao Tratado de Livre Comércio (TLC) entre o Equador e a União Europeia. Apesar de ela ter formalizado uma denúncia, nenhuma investigação havia sido aberta pelo ministério público até o fim do ano.

Em fevereiro, o ativista ambiental e líder comunitário Darwin Javier Ramírez Piedra foi sentenciado a 10 meses de prisão, acusado de “rebelião” por sua suposta participação em um ataque contra uma delegação da Empresa Nacional Mineira do Equador (ENAMI). A promotoria não apresentou provas consistentes contra ele, e a condenação pareceu ser uma tentativa de silenciar sua campanha contra o impacto das atividades de mineração sobre o direito à água das comunidades Junin da região de Intag, na província de Imbabura, no norte do Equador. Darwin foi libertado no mesmo dia em que sua sentença foi pronunciada, uma vez que já havia cumprido sua pena em detenção provisória.

Veículos de imprensa continuaram a ser multados com base em uma lei de comunicação que dá amplos poderes ao Superintendente de Comunicação e Informação, um servidor público eleito a partir de uma lista prévia apresentada pelo Presidente, para limitar e regular os meios de comunicação. Temia-se que a aplicação da lei estivesse ameaçando o direito à liberdade de expressão e criando um ambiente de autocensura. Em maio, o jornal *La Hora* foi multado em 3.540 dólares por não ter feito a cobertura de um evento da Prefeitura da cidade de Loja considerado de interesse público. O jornal se recusou a pagar a multa.

Em fevereiro, o administrador da página

Crudo Ecuador no Facebook, que publica memes de sátira política, fechou a página depois de receber ameaças. As intimidações começaram após o Presidente ter se referido à *Crudo Ecuador* em seu programa semanal de televisão, encorajando seus apoiadores a reagir aos que criticam as autoridades nas mídias sociais.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

As autoridades continuaram não aplicando integralmente a decisão de 2012 da Corte Interamericana de Direitos Humanos em favor dos índios Quíchua de Sarayaku, que inclui a completa remoção dos explosivos deixados em suas terras, bem como a aprovação de uma legislação que regulamente o direito dos povos indígenas ao consentimento livre, prévio e informado sobre leis, políticas e medidas que afetem seus meios de subsistência. Em maio, pessoas autorizadas pelo Ministério do Ambiente adentraram o território Sarayaku sem o seu consentimento para realizar um estudo de impacto ambiental para futura extração de petróleo de suas terras.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Meninas e mulheres continuaram tendo acesso limitado a métodos anticoncepcionais modernos, sendo que as mais vulneráveis eram afetadas de modo desproporcional. Em fevereiro, o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (CEDAW) manifestou preocupação com a limitação do acesso a serviços, educação e informações de saúde sexual e reprodutiva.

O aborto permaneceu ilegal em todos os casos, exceto quando a vida da mulher estivesse em perigo ou em caso de estupro se a vítima apresentasse deficiência mental.

ESPANHA

Reino da Espanha

Chefe de Estado: **Rei Felipe VI de Borbón**

Chefe de governo : **Mariano Rajoy**

A liberdade de reunião foi restringida por novas disposições legislativas. Houve denúncias de casos de maus-tratos e de uso excessivo da força por policiais. As forças de segurança também efetuaram expulsões coletivas e usaram força excessiva contra pessoas que tentavam entrar de forma irregular nos enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla a partir do Marrocos. A impunidade continuou sendo motivo de grande preocupação.

INFORMAÇÕES GERAIS

As eleições gerais de dezembro resultaram em um Parlamento fragmentado. O Partido Popular, liderado por Mariano Rajoy, presidente em exercício, apesar de ter sido o mais votado, não conquistou um número suficiente de cadeiras para sozinho formar o governo.

Houve menos manifestações que em anos anteriores contra as medidas de austeridade do governo, embora essas medidas continuassem em vigor e afetassem negativamente os direitos humanos.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE REUNIÃO

Entraram em vigor em julho uma reforma do Código Penal e uma nova Lei de Segurança Cidadã. Ambas tipificavam delitos que poderiam limitar de maneira desproporcional o exercício legítimo do direito à liberdade de expressão e de reunião pacífica. A Lei de Segurança Cidadã impunha limites sobre onde e quando poderiam ocorrer manifestações, e punições adicionais a quem realizasse manifestações espontâneas em frente a certos edifícios públicos. Além disso, os policiais tinham ampla liberdade para multar quem mostrasse “falta de respeito” com eles. A lei também tornava crime

difundir imagens dos policiais em determinadas circunstâncias. Em julho, o Comitê de Direitos Humanos da ONU manifestou preocupação com os efeitos dessa lei.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em maio, o Comitê contra a Tortura da ONU expressou preocupação com a continuidade da detenção em regime de incomunicabilidade e recomendou que a Espanha modificasse a definição de tortura em sua legislação e investigasse de forma efetiva todas as denúncias de tortura e outros maus-tratos.

Houve denúncias de maus-tratos por agentes da lei na fronteira e nos centros de detenção. Os atrasos e a ineficácia das investigações sobre esses casos foram motivo de preocupação. Muitos foram arquivados sem os devidos processos, inclusive vários em que não foi possível identificar os policiais envolvidos porque seus uniformes não tinham crachás de identificação.

No fim do ano, ainda não havia começado o julgamento penal de dois agentes da lei acusados de lesão corporal grave contra Ester Quintana, que perdeu um olho ao ser atingida por uma bala de borracha disparada pela polícia durante um protesto em Barcelona em novembro de 2012. Em setembro, em um acordo extrajudicial, o governo da Catalunha aceitou pagar-lhe uma indenização de 260.000 euros.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E DOS MIGRANTES

Em 3 de fevereiro, seis homens provenientes da África subsaariana foram devolvidos sumariamente de Ceuta para o Marrocos. Em anos anteriores, principalmente em Melilla, foram denunciados com frequência casos semelhantes de expulsões coletivas, em que agentes da Guarda Civil devolveram à força para o Marrocos pessoas que estavam sob seu controle, sem avaliar individualmente sua situação e sem lhes dar a oportunidade de requerer asilo.

Em março, a Lei de Estrangeiros foi

emendada a fim de legalizar a expulsão automática e coletiva de migrantes e refugiados nas fronteiras dos enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla. Essa disposição abria caminho para novas expulsões coletivas, proibidas pelo direito internacional. No entanto, o número de pessoas que tentavam cruzar as cercas que separam Melilla do Marrocos diminuiu a partir de fevereiro, quando as autoridades marroquinas desmancharam vários acampamentos improvisados no norte do país.

Em maio, o Comitê contra a Tortura da ONU manifestou preocupação com a prática de “devoluções ainda quentes” a partir das cidades autônomas de Ceuta e Melilla, onde as rejeições na fronteira impediam o acesso aos procedimentos de asilo.

Em julho, o Comitê de Direitos Humanos da ONU exortou a Espanha a cumprir o princípio de não devolução (*non-refoulement*) e proporcionar acesso a procedimentos efetivos de asilo.

Em agosto, foram arquivadas as investigações em Melilla sobre o caso de um migrante espancado por agentes da Guarda Civil quando tentava cruzar a fronteira entre o Marrocos e Melilla, e devolvido de forma sumária para o Marrocos, em outubro de 2014. O tribunal não conseguiu colher os depoimentos de outros migrantes, uma vez que todos eles também foram expulsos coletivamente na mesma operação policial. Depois de espancado pelos guardas, o homem foi deixado inconsciente do lado marroquino da fronteira. Apesar de existirem provas em vídeo, o Ministério do Interior alegou ser impossível identificar os agentes envolvidos. Um recurso contra a decisão de arquivar a investigação continuava pendente no fim do ano.

Em outubro, uma investigação sobre o uso de força excessiva pela Guarda Civil na praia de El Tarajal em fevereiro de 2014, foi encerrada sem fazer qualquer indiciamento. Os agentes da Guarda Civil usaram balas de borracha e bombas de fumaça para impedir que cerca de 200 pessoas chegassem a nado do lado marroquino ao lado espanhol da

praia. Vinte e três pessoas foram devolvidas de forma ilegal ao Marrocos e pelo menos 14 morreram no mar.

Continuaram as restrições à liberdade de circulação dos requerentes de asilo, uma vez que em Ceuta e Melilla ainda se exigia que tivessem autorização da polícia para se deslocar dos enclaves ao continente. Essas restrições infringem a legislação nacional e foram declaradas ilegais por vários tribunais espanhóis.

O Centro de Estadia Temporária de Migrantes em Melilla estava superlotado. Os requerentes de asilo costumavam ter que esperar em Melilla pelo menos dois meses ou mais antes de serem transferidos para o continente. O período de espera em Ceuta era ainda maior.

Até o fim de novembro, 12.500 pedidos de asilo foram apresentados na Espanha. Em outubro, de acordo com o regime europeu de transferências, a Espanha aceitou realocar 14.931 requerentes de asilo antes do fim de 2016. Em 2015, o país ofereceu apenas 130 vagas para reassentamento.

Cerca de 750.000 migrantes sem documentos estavam vivendo na Espanha sem acesso adequado a serviços de saúde. Vários organismos da ONU recomendaram que o país garantisse o acesso universal a esses serviços.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

As reformas feitas em outubro à Lei de Processo Penal não eliminaram o uso da detenção em regime de incomunicabilidade, apesar das preocupações dos organismos internacionais de direitos humanos de que essas detenções descumpram as obrigações internacionais da Espanha. As melhoras se limitaram a excluir menores de 16 anos da aplicação da detenção em regime de incomunicabilidade.

Em julho, o Comitê de Direitos Humanos mais uma vez recomendou que a Espanha oferecesse uma reparação efetiva a Ali Aarrass pelas torturas e maus-tratos que sofreu no Marrocos. Em 2010, ele foi extraditado da Espanha para o Marrocos,

apesar dos temores de que corresse risco de sofrer tortura ao retornar e de que o Comitê havia solicitado medidas cautelares para que ele não fosse expulso enquanto seu caso estivesse sendo examinado.

Em julho, vários artigos do Código Penal relativos a terrorismo foram modificados, inclusive a definição do que constitui um ato de terrorismo, que passou a ser mais ampla. O relator especial da ONU sobre a liberdade de expressão observou que essas modificações poderiam criminalizar comportamentos que, de outra forma, não constituiriam terrorismo, podendo resultar em restrições desproporcionais ao legítimo exercício da liberdade de expressão, entre outras limitações.

DISCRIMINAÇÃO

A nova Lei de Segurança Cidadã estabeleceu que a polícia deveria efetuar as abordagens para verificação de identidade sem discriminar por razões de origem étnica ou quaisquer outras.

Em maio, o governo criou um observatório contra a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, para receber denúncias de vítimas e testemunhos e possibilitar uma resposta rápida aos atos de discriminação por esses motivos.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

De acordo com o Ministério da Saúde, Políticas Sociais e Igualdade, 56 mulheres foram mortas por seus parceiros ou ex-parceiros até meados de dezembro.

Em julho, o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher instou a Espanha a garantir que todas as mulheres vítimas de violência motivada por gênero tenham acesso à reparação e proteção, que os funcionários que as atendam tenham formação adequada e que os responsáveis sejam processados.

No fim do ano, o governo continuava se negando a proporcionar reparação a Ángela González Carreño. Ela foi vítima de violência doméstica e teve a filha assassinada pelo ex-parceiro em 2003, não tendo recebido

proteção adequada apesar de haver denunciado casos anteriores de violência familiar.

IMPUNIDADE

As definições de desaparecimento forçado e tortura na legislação espanhola continuaram incompatíveis com o direito internacional dos direitos humanos. Restrições ao exercício da jurisdição universal levaram ao arquivamento de casos internacionais importantes. Em particular, em julho, o Tribunal da Audiência Nacional decidiu suspender sua investigação sobre tortura e outros maus-tratos no centro de detenção dos EUA na Baía de Guantánamo, em Cuba. A suspensão se deu mesmo com a apresentação de documentos em maio indicando que agentes espanhóis estiveram implicados no interrogatório de pessoas detidas no centro. Um recurso estava pendente no fim do ano.

Também em julho, um tribunal militar arquivou a investigação das torturas infligidas por cinco militares espanhóis a dois indivíduos detidos em uma base militar espanhola no Iraque em 2004, alegando que não puderam identificar nem os responsáveis nem as vítimas. Ficaram dúvidas sobre a eficácia da investigação do tribunal militar.

O direito à verdade, à justiça e à reparação continuou sendo negado às vítimas de crimes cometidos durante a Guerra Civil Espanhola e o regime de Franco (1936-1975), pois as autoridades espanholas não cooperaram de forma adequada com os juízes argentinos que investigavam esses crimes. Em março, o governo rejeitou uma solicitação apresentada pela Justiça argentina para a extradição de 17 pessoas. Posteriormente, um grupo de peritos da ONU exortou a Espanha a cumprir sua obrigação de extraditar ou julgar pessoas responsáveis por graves violações de direitos humanos.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Uma legislação aprovada em setembro requeria que as mulheres menores de 18 anos e aquelas com deficiência intelectual obtivessem o consentimento de seu pai, mãe

ou tutor para ter acesso a serviços de aborto seguros e legais. Tanto o Comitê CEDAW quanto o grupo de trabalho da ONU sobre a questão da discriminação contra a mulher instaram a Espanha a não restringir o acesso de mulheres e meninas a esses serviços. O Comitê de Direitos Humanos também recomendou que a Espanha se certificasse de que nenhuma barreira legal force as mulheres a recorrer a abortos clandestinos que ponham sua vida e sua saúde em risco.

MORADIA

Segundo as estatísticas publicadas em março pelo Conselho Geral do Poder Judiciário, entre 2008 e 2014 foram iniciados na Espanha 578.546 processos de execução hipotecária. Nos primeiros nove meses de 2015, foram iniciados outros 52.350.

As medidas adotadas pelo governo em anos anteriores para melhorar a situação das pessoas em risco de perder sua casa não proporcionaram soluções efetivas àquelas cujos direito à moradia pudesse estar sendo violado.

Em junho, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU pediu que a Espanha garantisse o acesso a recursos judiciais para as pessoas que estavam enfrentando processos de execução hipotecária.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Estados Unidos da América

Chefe de Estado e de governo: **Barack Obama**

Não houve prestação de contas nem reparações pelos crimes contra o direito internacional cometidos com o programa secreto de detenções operado pela Agência Central de Inteligência (CIA). Dezenas de pessoas continuaram em detenção militar por tempo indeterminado na base naval que os EUA mantêm na Baía de Guantánamo, em Cuba, enquanto prosseguiam os

julgamentos de alguns dos casos por comissões militares. Continuou causando preocupação o uso do regime de isolamento nas penitenciárias estaduais e federais, assim como o uso de força nas práticas policiais. Vinte e sete homens e uma mulher foram executados durante o ano.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em março, setembro e novembro, respectivamente, os Estados Unidos forneceram suas respostas ao acompanhamento anual do Comitê de Direitos Humanos (CDH) da ONU, do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) e do Comitê contra a Tortura, relativas às recomendações prioritárias que esses órgãos fizeram após examinar o cumprimento pelo país do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), da Convenção para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) e da Convenção da ONU contra a Tortura.

Em maio, a situação dos direitos humanos nos Estados Unidos foi avaliada segundo o processo de Revisão Periódica Universal da ONU. Em setembro, os EUA aceitaram cerca de três quartos das 343 recomendações resultantes do processo. Assim como em 2011, o país declarou apoiar os pedidos para o fechamento da unidade de detenção de Guantánamo, para a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança e da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, assim como para a prestação de contas sobre a prática de tortura. Nada disso foi feito até o fim do ano.

IMPUNIDADE

Na comunicação anual que faz ao CDH, os EUA afirmaram ter proibido a tortura e outros maus-tratos, o desaparecimento forçado e a detenção arbitrária de “de qualquer pessoa em sua custódia, onde quer que esteja detida” e que faziam “toda pessoa responsável por tais atos prestar contas”. Contudo, até o fim do ano, nenhuma medida havia sido tomada para acabar com a

impunidade pelas violações de direitos humanos cometidas de forma sistemática ao abrigo do programa secreto de detenções operado pela CIA, com autorização do ex-presidente George W. Bush após os ataques de 11 de setembro de 2001.

Os Estados Unidos também afirmaram ao CDH que “apoiavam a transparência” com relação a essa questão. Até o fim do ano, porém, mais de 12 meses após a publicação de um resumo, desclassificado do caráter confidencial, de um relatório do Comitê de Inteligência do Senado relativo ao programa da CIA, o relatório integral do Comitê, com 6.700 páginas, contendo detalhes do tratamento de cada detento, permanecia classificado como altamente secreto. Se não todos, a maioria dos detentos foi submetida a desaparecimento forçado e a condições de detenção e/ou técnicas de interrogatório que violam a proibição da tortura e de outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. A classificação secreta do relatório continuou a facilitar a impunidade e a negação de recursos legais.¹

Durante o ano, promotores militares teriam tomado conhecimento de um arquivo sigiloso na internet com aproximadamente 14.000 fotografias de locais de detenção secretos (*black sites*) da CIA no Afeganistão, na Tailândia, na Polônia, na Romênia, na Lituânia e possivelmente outros lugares, contendo imagens de detidos nus sendo transportados. As fotografias não haviam sido divulgadas até o fim do ano.

COMBATE AO TERRORISMO E DETENÇÕES

Os prisioneiros mantidos na unidade de detenção de Guantánamo continuaram sendo privados de seus direitos humanos com base no falso paradigma de “guerra global” dos EUA e em sua interpretação da não aplicabilidade das leis internacionais de direitos humanos a essas detenções. Em sua resposta como parte do seguimento anual ao pedido da CDH para que a detenção administrativa e as comissões militares a que são submetidos os detentos de Guantánamo fossem encerradas, os EUA reiteraram sua

posição errônea sobre extraterritorialidade, de que as “obrigações do Pacto se aplicam somente a indivíduos que se encontrem ao mesmo tempo dentro do território do Estado Parte e da jurisdição desse Estado”. Com relação à requisição do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) de pôr um fim “sem mais demoras” às detenções em Guantánamo, os EUA responderam que não concordavam que tal “pedido tivesse respaldo direto nas obrigações da Convenção”.

No fim do ano, 107 indivíduos continuavam detidos em Guantánamo. A maioria sem acusação ou julgamento. Aproximadamente a metade deles teve sua transferência aprovada havia pelo menos cinco anos. No decorrer do ano, 21 detidos foram transferidos da base para a Estônia, o Marrocos, a Arábia Saudita, a Mauritânia, Oman, os Emirados Árabes Unidos e o Reino Unido.

Proseguiram as audiências do Conselho de Revisão Periódica. Esses procedimentos de revisão administrativos, que comprometem os processos regulares de justiça penal, aplicam-se aos detidos que não estão sendo julgados por comissões militares nem tiveram sua transferência aprovada por outras revisões administrativas.

Procedimentos preliminares de comissões militares prosseguiram contra cinco detidos acusados de envolvimento nos atentados de 11/9 e indiciados em 2012 com base na Lei de Comissões Militares para receber a pena de morte. Os cinco homens – Khalid Sheikh Mohammed, Walid bin Attash, Ramzi bin al-Shibh, Ali Abd al-Aziz e Mustafa al Hawsawi, mais Abd al-Rahim al-Nashiri, denunciado em 2011 em processo com pena capital por participação no atentado contra o navio de guerra *USS Cole* no Iêmen em 2000 – foram mantidos em regime de incommunicabilidade sob custódia secreta dos EUA por quase quatro anos antes de serem transferidos para Guantánamo em 2006. Seus julgamentos ainda não haviam iniciado no fim do ano.

Procedimentos preliminares também prosseguiram no caso de Abd al Hadi al Iraqi,

que teria sido preso na Turquia em 2006, transferido à custódia dos EUA, detido secretamente pela CIA e transferido para Guantánamo em 2007. Ele fora indiciado no dia 18 de junho de 2014. No fim do ano, o julgamento ainda não havia terminado.

Majid Khan e Ahmed Mohammed al Darbi ainda aguardavam sua sentença depois de fazer acordo de declaração de culpa em 2012 em 2014 respectivamente, concordando em não processar os EUA pelo tratamento que haviam recebido quando em custódia. Ahmed Mohammed al Darbi foi preso por autoridades civis no Azerbaijão em junho de 2002 e transferido à custódia dos EUA dois meses depois. Ele denuncia ter sofrido maus-tratos. Majid Khan foi mantido no programa de detenções secretas da CIA desde 2003, tendo sido submetido a desaparecimento forçado, tortura e outros maus-tratos antes de ser transferido para Guantánamo em 2006. Emergiram durante o ano maiores detalhes sobre seu tratamento em custódia da CIA, que incluiu estupro, agressão sexual, espancamento, confinamento prolongado em regime de isolamento e escuridão, passar dias dependurado em uma trave de madeira e ameaças contra ele e sua família.

Em junho, um comitê de três juizes da Corte de Apelações dos EUA nulificou a condenação por uma comissão militar de Ali Hamza Suliman al Bahlul, detido em Guantánamo. Ele havia sido condenado por conspiração para cometer crime de guerra, mas o tribunal a rejeitou com base em que tal acusação não era reconhecida no direito internacional e não poderia ser julgada por um tribunal militar. Em setembro, um recurso das autoridades para que a Corte realizasse nova audiência do caso foi aceito, e as alegações orais ocorreram em 1 de dezembro. Até o fim do ano, ainda não havia uma decisão.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Pelo menos 43 pessoas em 25 estados morreram depois de atingidas por armas de eletrochoque usadas pela polícia, elevando

para 670 o número dessas mortes desde 2001. A maioria das vítimas não estava armada nem parecia ameaçar qualquer pessoa de morte ou ferimentos graves quando a arma de eletrochoque foi usada.

A morte de Freddie Gray em abril e o aniversário de um ano da morte de Michael Brown foram motivo de protestos em Baltimore, no estado de Maryland, e em Ferguson, no estado de Missouri, respectivamente. Protestos similares contra o uso da força por parte da polícia ocorreram em cidades como Cleveland, em Ohio, e St. Louis, no Missouri, entre outras. O uso de pesadas indumentárias antidistúrbio e de armas e equipamentos de uso militar para o policiamento de manifestações visava a intimidar os manifestantes que exerciam seu direito de reunião pacífica.

As autoridades não mantiveram registro do número exato de pessoas mortas por agentes da lei a cada ano – as estimativas variavam entre 458 e 1.000 mortes. De acordo com os dados limitados disponíveis, homens negros foram vitimados de modo desproporcional por homicídios cometidos por policiais. As legislações estaduais sobre o uso de força letal são demasiado permissivas; nenhuma limita o uso de armas de fogo a um último recurso que só deve ser empregado depois de se esgotarem outros meios não violentos e menos lesivos, e quando um policial ou outras pessoas estejam sob ameaça iminente de morte ou lesão grave.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A cidade de Chicago, no estado de Illinois, aprovou uma portaria para estipular reparações a mais de 100 sobreviventes de tortura cometida por agentes do Departamento de Polícia de Chicago de 1972 a 1991. A portaria prevê um fundo de 5,5 milhões de dólares para os sobreviventes, um pedido de desculpas formal da Câmara de Vereadores de Chicago, um componente educacional nas escolas públicas de Chicago sobre a história da tortura praticada pelo Departamento de Polícia da cidade, um memorial público para os sobreviventes da

tortura e um centro de aconselhamento aos sobreviventes da tortura.

DIREITOS DOS MIGRANTES

Mais de 35.000 crianças desacompanhadas e 34.000 famílias foram apreendidas ao cruzar a fronteira Sul do país durante o ano, muitas fugindo da violência e da insegurança no México e na América Central. As famílias ficavam detidas por meses enquanto reivindicavam permanecer nos EUA; muitas eram mantidas em unidades sem acesso adequado a cuidados médicos, comida salubre, água potável e assistência jurídica. Pessoas transgênero costumavam ser detidas de acordo com seu gênero de nascimento, o que as deixava suscetíveis a abusos, ou eram mantidas em regime de isolamento e sem acesso a terapia hormonal.

DIREITOS DAS MULHERES

Apesar dos benefícios legislativos da confirmação da Lei da Violência contra a Mulher, inclusive das cláusulas que tratam dos altos níveis de violência contra mulheres indígenas e preveem proteção e serviços às sobreviventes de violência doméstica, as mulheres indígenas dos Estados Unidos e do Alaska que foram estupradas continuavam sem ter acesso a cuidados básicos, inclusive exames e outros serviços médicos essenciais, como anticoncepcionais de emergência. As mulheres indígenas dos Estados Unidos e do Alaska continuaram a vivenciar níveis desproporcionais de violência; sua probabilidade de sofrer estupro ou violência sexual era 2,5 vezes maior que a de outras mulheres do país.

Havia grandes disparidades no acesso das mulheres a cuidados de saúde sexual e reprodutiva, inclusive a serviços de saúde materna. As mulheres afrodescendentes continuaram tendo uma probabilidade quase quatro vezes maior de morrer por causas relacionadas à gravidez do que as mulheres brancas. Mais de 230 projetos de lei foram apresentados em vários estados dos EUA visando a restringir o acesso a abortos seguros e legais.

CONDIÇÕES PRISIONAIS

Um número de presos nunca menor que 80.000 era mantido em condições de privação física e social nas penitenciárias federais e estaduais de todo o país.

Em setembro, um acordo inédito em uma ação coletiva, *Ashker v. Brown*, praticamente eliminou o regime de isolamento prolongado e indefinido em unidades especiais de segurança na Califórnia. Segundo os termos do acordo, a vasta maioria dos presos detidos nessas unidades seria transferida para as unidades que abrigam a população carcerária geral. Em reconhecimento aos efeitos danosos do regime de isolamento de longo prazo, os presos que ficaram por mais de 10 anos detidos nessas unidades serão transferidos imediatamente a ambientes restritos em unidades de população carcerária geral para começarem um programa de dois anos que deverá finalmente reintegrá-los à população carcerária geral.

Em março, a publicação de uma auditoria “independente” sobre o uso do regime de isolamento em unidades do Serviço Federal de Prisões apontava diversas inadequações do sistema, inclusive relativas à saúde mental e aos programas de readaptação de internos que passaram períodos prolongados em isolamento. As recomendações da auditoria não trataram de como melhorar os efeitos danosos que o isolamento exerce sobre a saúde física e mental dos reclusos, nem de fazer com que o Serviço Federal de Prisões se ajuste a suas obrigações internacionais.²

PENA DE MORTE

Vinte e sete homens e uma mulher foram executados em seis estados, elevando para 1.422 o número total de execuções desde que a Suprema Corte reintroduziu a pena de morte em 1976. Esse foi o maior número de execuções no período de um ano desde 1991. Cerca de 50 novas sentenças capitais foram proferidas. Quase 3.000 pessoas continuavam no corredor da morte no fim do ano.

O parlamento do estado de Nebraska aprovou a abolição da pena capital, anulando

o veto do governador ao projeto de lei referente. Entretanto, a anulação do parlamento estava suspensa no fim do ano, depois que seus oponentes coletaram uma quantidade de assinaturas suficiente para requerer por meio de petição que a questão fosse a voto popular em novembro de 2016. A oposição à pena de morte continuou a ganhar impulso no país; em fevereiro o governador do estado da Pensilvânia anunciou uma moratória das execuções. No fim do ano, moratórias também continuavam em vigor nos estados de Washington e Oregon.

Warren Hill foi executado no estado da Geórgia em 27 de janeiro. Todos os peritos que o examinaram, inclusive a serviço do estado, concordaram que ele apresentava deficiência intelectual, o que tornava inconstitucional sua execução. Cecil Clayton, um homem de 74 anos, foi executado em 17 de março no estado de Missouri. Ele havia sido diagnosticado com demência e um transtorno psicótico causado por uma grave lesão cerebral.

O governador de Missouri comutou a pena de morte de Kimber Edwards pouco antes de ele ser executado em outubro. O homem que atirou na vítima, e que está cumprindo pena de prisão perpétua depois de admitir sua culpa em troca de evitar a pena de morte, assinou uma declaração se retratando das afirmações que fizera logo após ser preso implicando Kimber Edwards no homicídio.

Kelly Gissendaner foi executada no estado da Geórgia em 30 de setembro pelo homicídio de seu marido. O homem que se declarou culpado de ter atirado na vítima e testemunhou contra a esposa está cumprindo pena de prisão perpétua. Vários internos e ex-agentes penitenciários apoiaram a concessão de clemência a Kelly Gissendaner, com base em sua reabilitação e na influência positiva que ela exerceu sobre a vida prisional e sobre os reclusos.

Vários estados continuaram sendo objeto de ações judiciais referentes aos protocolos para aplicação de injeções letais e aos problemas na aquisição das drogas utilizadas

nas execuções. Em 29 de junho, no caso *Glossip v. Gross*, a Suprema Corte manteve a continuação do uso de midazolam como um dos sedativos do protocolo de três drogas do estado de Oklahoma. Dois juízes divergentes argumentaram que a Corte deveria rever a constitucionalidade da pena de morte. Sua contestação arguia ser “altamente provável” que a pena capital fosse agora inconstitucional, inclusive por seu caráter arbitrário e sua falta de credibilidade.

Após a decisão, o estado de Oklahoma marcou a execução de Richard Glossip, um dos autores da ação que contestava as injeções letais. Poucas horas antes de ele ser executado em 16 de setembro e, depois disso, alguns minutos antes de ele ser executado na nova data marcada em 30 de setembro, o governador suspendeu a execução quando foi revelado que as autoridades penitenciárias possuíam a droga errada. Descobriu-se posteriormente que essa droga havia sido usada em pelo menos uma execução, a de Charles Warner em janeiro. O procurador-geral do estado requereu e obteve uma suspensão da execução da sentença por tempo indefinido e, em outubro, a procuradoria informou que não marcaria quaisquer novas execuções até pelo menos 150 dias depois de concluídas as investigações sobre o protocolo de execuções.

Em outubro, as autoridades penitenciárias do estado de Ohio anunciaram que 11 execuções programadas para 2016 estavam sendo remarçadas para 2017, 2018 e 2019, pois o estado continuava buscando “meios legais” de obter as drogas para as injeções letais.

Durante o ano, seis presos foram absolvidos dos crimes pelos quais originalmente haviam sido condenados à morte, elevando para 156 o número dessas exonerações desde 1973.

FRANÇA

República Francesa

Chefe de Estado: **François Hollande**

Chefe de governo: **Manuel Valls**

Em janeiro e novembro, foram realizados diversos ataques contra a população na capital, Paris, e em seus arredores, matando mais de 140 pessoas e ferindo centenas.

Em janeiro, o governo adotou novas medidas de combate ao terrorismo. Em 14 de novembro, foi declarado formalmente um estado de emergência, posteriormente estendido pelo Parlamento até fevereiro de 2016.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Em janeiro, ataques violentos contra jornalistas da revista semanal satírica *Charlie Hebdo* e um supermercado judeu deixaram 17 pessoas mortas em Paris. Como consequência dos ataques, o governo emitiu diversos decretos visando à implementação de algumas disposições da lei de combate ao terrorismo de 2014. Destaca-se entre eles o decreto emitido pelo governo em 14 de janeiro proibindo viagens ao exterior com o propósito de cometer atos terroristas conforme definidos na legislação francesa. De acordo com o Ministério do Interior, entre janeiro e novembro, 222 pessoas foram afetadas por essa proibição.

Em 5 de fevereiro, as autoridades emitiram um decreto que regulava o bloqueio administrativo de sites, incluindo aqueles que se considerasse que incitavam ou justificavam atos terroristas. Segundo o Ministério do Interior, 87 sites foram bloqueados entre janeiro e novembro. Além disso, cerca de 700 pessoas foram processadas por incitar ou justificar o terrorismo, com base em uma nova disposição (“apologia ao terrorismo”) introduzida na lei de combate ao terrorismo de 2014. Devido à definição vaga do delito, em muitos casos as autoridades processaram indivíduos por declarações que não

1. USA: Crimes and impunity (AMR 51/1432/2015)

2. USA: Entombed: Isolation in the US federal prison system (AMR 51/040/2014)

constituíam incitação à violência, mas se enquadravam no âmbito do exercício legítimo da liberdade de expressão.

Após uma série de oito ataques armados aparentemente coordenados em Paris e nos seus arredores, em 13 de novembro, resultando em 130 mortes e centenas de feridos, o governo declarou estado de emergência. Em 20 de novembro, o Parlamento aprovou um projeto de lei que estendia o estado de emergência até 26 de fevereiro de 2016, alterava a lei de 1955 sobre o estado de emergência e introduzia uma série de medidas que diferem do regime penal comum. Essas medidas incluíram realizar buscas domiciliares sem mandato judicial, impor um local de residência permanente e dissolver associações ou grupos vagamente definidos como participantes de ações que violam a ordem pública. Com base nessa lei, a realização de tais medidas não exigia autorização judicial prévia.

Em dezembro, o governo propôs um projeto de lei para incluir uma disposição sobre o estado de emergência na Constituição.

Segundo o Ministério do Interior, a polícia realizou 2.029 buscas domiciliares entre 14 de novembro e 1 de dezembro. No mesmo período, 296 pessoas foram submetidas à residência forçada. Manifestações públicas foram proibidas na região de Paris (Ile-de-France) logo após 13 de novembro. Essa proibição se estendeu a outras regiões entre os dias 28 e 30 de novembro, quando diversas manifestações estavam programadas para acontecer no contexto da Conferência sobre Mudanças Climáticas, em Paris (a 21ª Conferência das Partes, conhecida como COP 21).

Diversas pessoas muçulmanas foram alvo de buscas domiciliares ou submetidas à residência permanente com base em critérios vagos, como práticas religiosas consideradas pelas autoridades como “radicais” e, portanto, uma ameaça à ordem pública ou à segurança nacional. A polícia também revistou mesquitas e outros locais de culto

muçulmanos, fechando-os em alguns casos. As autoridades impuseram residência permanente a 26 ambientalistas no contexto da COP 21 com base em seu possível envolvimento em manifestações violentas.

VIGILÂNCIA

Em julho, o Parlamento aprovou uma lei que concedia ao primeiro-ministro o poder de autorizar – sem supervisão judicial independente e com o único requisito de consultar um comitê *ad hoc* – o uso de medidas de vigilância no território nacional com uma ampla variedade de objetivos, como a proteção de interesses econômicos ou de interesses gerais de política externa. As medidas incluíram o poder de empregar técnicas de vigilância em massa para combater o terrorismo.

Em novembro, foi aprovada outra lei que permitia a vigilância em massa de todas as comunicações eletrônicas enviadas ao – ou recebidas do – exterior. O primeiro-ministro tinha o poder de autorizar esse tipo de vigilância, sem qualquer consulta prévia ou supervisão judicial independente, a fim de atingir objetivos vagamente definidos.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em 6 de fevereiro, os governos francês e marroquino assinaram um protocolo adicional à sua convenção bilateral de cooperação judicial em matéria penal. O acordo facilitou a transferência às autoridades marroquinas de denúncias registradas na França por vítimas marroquinas de supostos crimes cometidos no Marrocos.

Em abril, o Tribunal de Recursos de Paris aprovou uma petição para convocar Geoffrey Miller, ex-diretor do centro de detenção dos EUA na Baía de Guantánamo, em Cuba, para depor nos casos de dois ex-detentos franceses de Guantánamo, Nizar Sassi e Mourad Benchellali, que afirmaram ter sido torturados no centro de detenção.

Em 17 de setembro, o primeiro-ministro assinou uma ordem de extradição do cidadão cazaque Mukhtar Ablyazov para a Rússia, apesar do alto risco de que fosse submetido a

um julgamento injusto ou transferido da Rússia para o Cazaquistão, onde poderia sofrer tortura ou outros maus-tratos. No fim do ano, um recurso aguardava decisão do Conselho de Estado.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

Aproximadamente 5.000 migrantes, requerentes de asilo e refugiados continuaram a viver em condições precárias em um assentamento informal na cidade de Calais, no norte da França.

Em 23 de novembro, o Conselho de Estado concluiu que as condições de vida no assentamento informal de Calais equivaliam a tratamento desumano, e ordenou a instalação imediata de serviços de água e saneamento no local.

Tanto o Comitê de Direitos Humanos da ONU quanto o Ouvidor de Direitos Humanos francês expressaram preocupação com os casos de violência, intimidação e maus-tratos contra migrantes, requerentes de asilo e refugiados por parte de agentes de aplicação da lei em Calais. Em 2 de dezembro, o órgão independente que supervisiona os centros de detenção criticou o uso abusivo de detenções administrativas contra migrantes em Calais.

Em julho, foi aprovada uma nova lei de asilo com o objetivo de fortalecer as garantias processuais para requerentes de asilo, reduzindo o tempo de espera para a avaliação das solicitações e protegendo seus direitos econômicos e sociais.

As autoridades aceitaram realocar quase 31.000 requerentes de asilo em 2016-2017 e reassentar 2.750 refugiados, a maioria sírios.

Menores desacompanhados continuaram sendo rotineiramente detidos na “zona de espera” do aeroporto Roissy-Charles de Gaulle.

DISCRIMINAÇÃO

Segundo várias ONGs, quase 4.000 ciganos que viviam em 37 assentamentos informais foram removidos à força na primeira metade do ano. Migrantes e requerentes de asilo também foram removidos à força de

assentamentos informais durante todo o ano; em junho e julho, centenas foram removidos repetidamente de diversos locais em Paris.

Em março, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos comunicou ao governo os casos de três pessoas transgênero que tiveram negado o reconhecimento legal do seu gênero feminino por se recusarem a cumprir os requisitos médicos exigidos.

Em 17 de abril, o governo adotou um plano de ação para combater o racismo e o antissemitismo. Entre outras medidas, o plano recomendava a adoção de uma emenda ao Código Penal para garantir que a motivação racista ou antissemita seja uma circunstância agravante na prática de um crime.

Em agosto, o Comitê de Direitos Humanos da ONU recomendou a revisão da lei de 2004 que proibia o uso de símbolos religiosos nas escolas e da lei de 2011 que proibia cobrir o rosto. O Comitê afirmou que essas leis constituíam uma violação do direito à liberdade de religião e que afetaram de modo desproporcional as mulheres e as meninas, assim como grupos religiosos específicos. Em novembro, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos concluiu que o fato de um empregador público ter se recusado a renovar o contrato de uma assistente social que fazia uso do véu não violou seus direitos às liberdades de expressão e de religião.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em 20 de outubro, com base em uma lei de 1881 sobre liberdade de imprensa, o Tribunal de Cassação confirmou a condenação de 14 pessoas por incitação à discriminação racial. Em 2009 e 2010, elas haviam participado de iniciativas não violentas em um supermercado para pedir o boicote de produtos israelenses.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CORPORATIVA

Em novembro, o Senado rejeitou um projeto de lei que visava a estabelecer um marco normativo para garantir o respeito aos direitos humanos por parte de empresas multinacionais, incluindo suas subsidiárias,

subcontratados e fornecedores. O projeto havia sido aprovado em março pela Assembleia Nacional.

GRÉCIA

República Helênic

Chefe de Estado: **Prokopis Pavlopoulos (substituiu Karolos Papoulias em março)**

Chefe de governo: **Alexis Tsipras (substituiu Vassiliki Thanou Christophilou em setembro, que assumiu como Primeira Ministra interina após a renúncia de Tsipras em agosto)**

O drástico aumento no número de requerentes de asilo e migrantes irregulares que chegavam às ilhas Egeias forçaram ao limite um sistema de acolhida já precário e incapaz de fazer frente ao desafio.

Continuaram as expulsões coletivas na fronteira entre a Grécia e a Turquia. As denúncias de tortura e outros maus-tratos e de uso excessivo da força pela polícia persistiram. Uma lei que estendia as uniões civis a casais do mesmo sexo foi aprovada no fim do ano.

INFORMAÇÕES GERAIS

No fim de junho, o governo impôs controle de capital aos bancos; em julho, 61,3% dos votantes num referendo rejeitaram um plano de resgate com condições rigorosas proposto pelos credores da Grécia. Posteriormente, após meses de intensas negociações, o governo acordou um novo plano de resgate com as instituições europeias e o Fundo Monetário Internacional.

Em outubro, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU manifestou preocupação com os efeitos severos da crise financeira sobre o desfrute dos direitos ao trabalho, à previdência social e à saúde, principalmente por parte de alguns grupos desfavorecidos.

Começou em abril o julgamento de 69 pessoas ligadas ao partido Aurora Dourada, inclusive seu líder e vários deputados e simpatizantes. Os réus haviam sido indiciados

por dirigir uma organização criminosa e participar de suas atividades, além de uma série de outros delitos, como várias agressões racistas e o assassinato do cantor antifascista Pavlos Fyssas em 2013. Em setembro, o líder do partido, Nikos Mihaloliakos, admitiu durante uma entrevista à imprensa que o Aurora Dourada teve responsabilidade política pelo assassinato. Nesse mesmo mês, o partido foi o terceiro colocado nas eleições parlamentares e elegeu 18 deputados.

REFUGIADOS, REQUERENTES DE ASILO E MIGRANTES

Mais de 851.319 refugiados, requerentes de asilo e migrantes atravessaram o mar para chegar às ilhas do Egeu. Nesse mesmo período, mais de 612 pessoas, entre elas muitas crianças, morreram ou desapareceram durante a travessia quando as embarcações em que viajavam naufragaram.

A polícia continuou com as expulsões coletivas na fronteira terrestre entre a Grécia e a Turquia; vários refugiados e requerentes de asilo denunciaram terem ocorrido devoluções imediatas com uso de violência. Essas devoluções sumárias também aconteceram no mar. Entre novembro de 2014 e o fim de agosto de 2015, foram registrados 11 casos de devoluções imediatas nas fronteiras marítimas e terrestres entre a Grécia e a Turquia. Em outubro, o promotor do Tribunal de Recursos de Tessalônica ordenou à Direção de Assuntos Internos da Polícia que investigasse uma série de denúncias formuladas por ONGs sobre as expulsões coletivas de refugiados e migrantes efetuadas pela polícia em Evros.

Em julho, foi aprovada a Lei 4332/2015, que estabelecia os requisitos para a concessão de nacionalidade grega aos filhos de migrantes.

Condições de recepção

O sistema de acolhida, precário desde seu início, mostrou-se incapaz de responder adequadamente ao drástico aumento no número de refugiados e migrantes que

chegava às ilhas Egeias. O planejamento inadequado, o uso ineficaz dos fundos da UE e a profunda crise econômica agravaram a péssima situação humanitária nas ilhas. Ativistas locais, voluntários, ONGs e o órgão da ONU para os refugiados, o ACNUR, tentaram suprir as graves deficiências na provisão de ajuda humanitária às pessoas refugiadas.¹

As condições de recepção em ilhas como Lesbos and Kos eram desumanas. Faltavam policiais e agentes da guarda costeira, barracas, comida e condições de higiene. A grande maioria dos recém-chegados não tinha acesso a serviços de primeira necessidade.

Em meados de outubro, as autoridades gregas puseram em prática um plano piloto, administrado pela agência de fronteiras da UE e pela polícia grega, para submeter os recém-chegados a um processo de triagem. O “ponto de acesso” foi instalado no centro de detenção de imigrantes de Moria, em Lesbos. No entanto, as condições de recepção no local continuaram péssimas.²

Os alojamentos e as instalações para os refugiados e migrantes que chegavam a Atenas eram inadequados. Centenas de pessoas, entre elas famílias inteiras, tiveram que passar várias noites em praças e parques da capital. Em agosto, as autoridades instalaram um centro de recepção no distrito de Elaionas, em Atenas, para oferecer abrigo temporário aos recém chegados. Três estádios de Ática também foram preparados para, caso necessário, abrigar provisoriamente refugiados e migrantes.

Em novembro e dezembro, as condições de recepção no campo informal de refugiados de Idomeni se deterioraram de forma acentuada quando as autoridades da Macedônia começaram a impor controles fronteiriços seletivos aos refugiados e migrantes que chegavam ao país.³ Depois de uma operação policial em meados de dezembro, o campo foi evacuado. As pessoas que não tinham autorização para cruzar a fronteira foram transferidas de ônibus para Atenas e alojadas temporariamente num

estádio.

Detenções de requerentes de asilo e migrantes

Em fevereiro, a ministra de Política Migratória e o ministro de Proteção ao Cidadão tomaram várias medidas para mudar a política de detenção sistemática e prolongada de pessoas em busca de asilo e migrantes. Principalmente, as autoridades deixaram de aplicar a tão criticada política de detenção indefinida e libertaram um grande número de requerentes de asilo e migrantes irregulares que estavam detidos por mais de seis meses.

Com frequência, menores desacompanhados eram colocados junto com os adultos e detidos por várias semanas em condições precárias. As condições nos locais de detenção de imigrantes, inclusive delegacias de polícia, geralmente configuravam tratamento desumano ou degradante. No fim do ano, as autoridades começaram a deter cidadãos de terceiros países da região do Magreb com o objetivo de controlar a imigração.

Pessoas que buscavam asilo, estando detidas ou não, continuavam tendo dificuldade para acessar os procedimentos de requerimento.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Persistiram as denúncias de tortura e outros maus-tratos a refugiados e migrantes, inclusive durante as devoluções imediatas e enquanto eram mantidos nos centros de detenção.

Em setembro, advogados denunciaram que nove pessoas, algumas menores de idade, haviam sofrido maus-tratos nas mãos de policiais da unidade especial DELTA, depois de terem sido presas no bairro de Exarcheia em Atenas. A Direção de Assuntos Internos da Polícia iniciou uma investigação criminal.

Em abril, um tribunal de júri misto de Atenas condenou dois policiais por terem torturado Christos Chronopoulos, portador de deficiência mental, em maio de 2007. O tribunal proferiu sentenças de oito anos de prisão para cada um, as quais passaram a ser condicionais depois de um recurso.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Persistiram as denúncias de uso excessivo da força pela polícia. Em agosto, mais de 2.000 refugiados e migrantes foram encarcerados em condições desumanas no estádio esportivo de Kos. Houve denúncias de que a polícia não foi capaz de manter a ordem e usou extintores de incêndio para dispersar a multidão. Em várias ocasiões entre agosto e outubro, a polícia de choque em Lesbos teria usado gás lacrimogêneo e espancado refugiados e migrantes que aguardavam sua vez de se submeter ao processo de triagem no centro de detenção de imigrantes de Moria, bem como os que estavam sendo registrados no porto de Mitilene.

DISCRIMINAÇÃO

Crimes de ódio

Ataques motivados por ódio contra refugiados e migrantes continuaram a ocorrer. Em julho, o Tribunal de Recursos para Delitos Graves de Piraeus condenou o dono de uma padaria por sequestrar, roubar e causar lesões corporais graves ao trabalhador migrante egípcio Walid Taleb em 2012. O tribunal o sentenciou a 13 anos e dois meses de prisão. Outros três homens foram declarados cúmplices e condenados a penas de prisão que, após recurso, seriam cumpridas em liberdade condicional.

Em 3 de setembro, um grupo com aproximadamente 15 a 25 homens, supostamente membros do Aurora Dourada, atacaram refugiados em Kos e ameaçaram ativistas. A polícia não tomou qualquer providência para evitar que o grupo atacasse os refugiados, e a tropa de choque somente interveio depois de começadas as agressões físicas.

Durante o ano, com o projeto “Tell us”, a ONG Color Youth documentou 73 casos de agressões motivadas por ódio contra lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais, em comparação aos 22 casos registrados em todo o ano de 2014. Em 24 de setembro, dois homens foram condenados por agredir uma mulher transgênero em um bar de

Tessalônica no dia 19 de setembro, e receberam uma sentença de 19 meses de prisão.

No fim do ano, não havia avançado a investigação sobre a agressão homofóbica e racista sofrida em agosto de 2014 por Costas, um cidadão grego, e seu parceiro. Os responsáveis não foram identificados ou localizados.

Direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais

Em 22 de dezembro, o Parlamento aprovou uma lei que estendia as uniões civis a casais do mesmo sexo. A nova lei permitia que esses casais desfrutassem de alguns dos direitos garantidos aos casais convencionais, como o direito de tomar decisões médicas de urgência e direitos de herança, mas não garantia direitos de adoção nem o reconhecimento do gênero legal às pessoas transgênero.

Ciganos

As crianças ciganas continuaram a sofrer segregação e exclusão no sistema educacional em muitas partes da Grécia, como nas cidades de Aspropirgos, Sofades e Karditsa. Apesar de uma decisão de 2013 do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos no caso *Lavida e outros vs. Grécia*, as crianças ciganas continuaram sendo escolarizadas de forma segregada em escolas separadas na cidade de Sofades, região central da Grécia.

Em abril, o relator especial da ONU sobre as formas contemporâneas de racismo manifestou preocupação com as condições de alojamento no assentamento cigano de Spata, próximo de Atenas, destacando, entre outras coisas, a falta de eletricidade e suas consequências para a educação e a saúde das crianças ciganas.

DIREITOS DAS MULHERES

Em outubro, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU reiterou sua preocupação com os altos índices de violência no âmbito familiar e o reduzido número de processos por esses

delitos, bem como pela baixa representação das mulheres na vida política e pública.

OBJETORES DE CONSCIÊNCIA

O serviço civil alternativo continuou sendo punitivo e discriminatório. Os homens que se negavam a cumprir o serviço militar e também o serviço civil alternativo continuaram sendo julgados pelo sistema de justiça militar por insubordinação, estando sujeitos a penas de até dois anos de prisão e multas consideráveis.

-
1. Humanitarian crisis mounts as refugee system pushed to breaking point ([Press release](#), 25 June)
 2. Urgent Action: Refugees face hellish conditions on Islands ([EUR 25/2798/2015](#))
 3. Fear and fences: Europe's approach to keeping refugees at bay ([EUR 03/2544/2015](#))

HAITI

República do Haiti

Chefe de Estado: **Michel Joseph Martelly**

Chefe de governo: **Evans Paul**

As eleições legislativas, presidenciais e municipais foram realizadas em um ambiente de violência e controvérsia. Mais de 60.000 pessoas que ficaram desabrigadas em consequência do terremoto de janeiro de 2010 continuaram desalojadas. Dezenas de milhares de imigrantes haitianos que retornaram ou foram deportados da República Dominicana se estabeleceram em campos improvisados sem acesso a serviços. A falta de independência do sistema de justiça continuou causando preocupação.

INFORMAÇÕES GERAIS

Um período demasiado prolongado sem eleições legislativas tornou o Parlamento inoperante. Em 16 de janeiro, após um acordo com os partidos políticos, o Presidente confirmou a nomeação de Evans Paul como primeiro-ministro. Dois dias depois, o premiê

anunciou a formação de um governo de transição que incluía membros dos partidos de oposição.

O primeiro turno das eleições legislativas ocorreu em 9 de agosto e foi marcado por violência e distúrbios generalizados. O primeiro turno das eleições presidenciais, bem como o segundo turno das legislativas e municipais, aconteceu em 25 de outubro. Embora nesses turnos a violência tenha sido mínima, candidatos de oposição e observadores nacionais das eleições denunciaram ampla ocorrência de fraudes. Em consequência de manifestações massivas e da recusa do segundo colocado no pleito presidencial em participar do segundo turno marcado para 27 de dezembro, no dia 22 de dezembro o Presidente Martelly criou uma comissão incumbida de avaliar a eleição de 25 de outubro. O segundo turno havia sido adiado no dia 21 de dezembro.

Em outubro, o Conselho de Segurança da ONU renovou o mandato da Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH) pelo 12º ano, tendo declarado sua intenção de considerar a possível suspensão da missão no prazo de um ano.

A estiagem rigorosa que atingiu os departamentos do Noroeste e Sudoeste do país prejudicou a segurança alimentar e a nutrição da população, especialmente das famílias que vivem nas áreas rurais e na fronteira com a República Dominicana.

PESSOAS DESALOJADAS DENTRO DO PAÍS

No fim de junho, mais de 60.000 pessoas que ficaram desabrigadas com o terremoto de janeiro de 2010 ainda viviam em 45 campos improvisados. As condições de vida nos campos ficaram ainda piores com o fim de muitos programas humanitários por falta de fundos. Muitos dos desabrigados puderam deixar os campos depois de receber subsídio para custear um ano de aluguel. No entanto, o governo não pôs em prática qualquer solução sustentável para os desalojados¹.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E DOS MIGRANTES

Dezenas de milhares de migrantes haitianos e suas famílias retornaram ao Haiti depois que as autoridades dominicanas anunciaram que as deportações de migrantes irregulares recomençariam em 17 de junho. Segundo informações, muitos foram deportados; outros tiveram que fugir por receber ameaças ou temer serem expulsos de forma violenta. Centenas se estabeleceram em campos improvisados na fronteira. Organizações de direitos humanos internacionais e do Haiti, bem como o especialista independente da ONU sobre a situação dos direitos humanos no Haiti, manifestaram preocupação com a falta de acesso a serviços para as pessoas que viviam nos campos do município de Anse-à-Pitres.

DIREITO À SAÚDE – EPIDEMIA DE CÓLERA

Nos primeiros seis meses do ano, o número de mortes por cólera triplicou comparado ao mesmo período de 2014. Segundo as estatísticas oficiais, 9.013 pessoas morreram de cólera entre outubro de 2010 e agosto de 2015. A resposta humanitária ao problema continuou prejudicada pela falta de recursos. A ONU, que se considera ter inadvertidamente provocado a epidemia, continuou se recusando a garantir o direito das vítimas a recursos jurídicos e reparações.²

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Um projeto de lei para prevenir, processar e erradicar a violência contra a mulher, elaborado em 2011, e o projeto de um código penal com disposições progressistas sobre a violência motivada por gênero permaneceram parados frente a um Parlamento inoperante. As condenações em processos por violência sexual contra mulheres continuaram sendo poucas, e a maioria dos casos de violência doméstica não era investigada ou indiciada.

IMPUNIDADE

A investigação sobre supostos crimes contra a humanidade cometidos pelo ex-presidente Jean-Claude Duvalier e seus ex-colaboradores quase não avançou. Após sua visita ao Haiti em setembro, o especialista independente da ONU sobre a situação dos direitos humanos no Haiti reiterou sua recomendação para a criação de “uma comissão da verdade, justiça e paz para esclarecer e reparar” as vítimas de violações de direitos humanos cometidas no passado nos governos de François e Jean-Claude Duvalier, bem como do presidente Bertrand Aristide.

SISTEMA DE JUSTIÇA

A designação do presidente do Conselho Superior do Judiciário em março ajudou a restaurar a credibilidade da instituição. Também colaborou para isso a indicação do diretor da Inspeção Judicial e de 10 juizes na qualidade de inspetores. No entanto, os atrasos na renovação do mandato e no processo de apuração de antecedentes dos juizes prejudicou a eficiência do Judiciário.

A falta de independência generalizada dentro do sistema de justiça continuou sendo motivo de preocupação. Por exemplo, organizações de direitos humanos manifestaram-se preocupadas de que motivações políticas tivessem levado à decisão do tribunal penal de Porto Príncipe de arquivar um processo contra dois supostos membros de uma gangue em abril.

Cerca de 800 pessoas detidas em penitenciárias da região de Porto Príncipe se beneficiaram de uma revisão de processos determinada pelo Ministério da Justiça para lidar com os problemas da superlotação carcerária e das detenções provisórias prolongadas. No fim de setembro, porém, um número excessivamente alto de pessoas continuava detido provisoriamente.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXUAIS

Casos de agressões físicas e verbais contra

peças LGBTI foram registrados durante o ano, e a maioria não foi devidamente investigada. Segundo organizações de defesa dos direitos LGBTI, alguns candidatos presidenciais e legislativos fizeram declarações homofóbicas durante a campanha eleitoral.

Embora organizações de direitos LGBTI tenham contribuído com o treinamento dos agentes recém ingressados na polícia, não houve qualquer treinamento similar para os policiais que já estão em atividade.

-
1. Haiti: '15 Minutes to leave': Denial of the right to adequate housing in post-quake Haiti (AMR/36/001/2015)
 2. Haiti: Five years on, no justice for the victims of the cholera epidemic (AMR 36/2652/2015)

HUNGRIA

Hungria

Chefe de Estado: **János Áder**

Chefe de governo: **Viktor Orbán**

A Hungria construiu cercas ao longo de suas fronteiras meridionais, criminalizou a entrada irregular no seu território e acelerou o regresso dos requerentes de asilo e refugiados para a Sérvia, efetivamente transformando a Hungria em uma zona sem proteção a refugiados. Os ciganos continuaram em risco de remoção forçada e sem proteção adequada contra crimes de ódio.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em março, as ONGs Instituto Eötvös Károly, Comitê Húngaro de Helsinque e União Húngara de Liberdades Civas publicaram um relatório concluindo que a substituição dos juizes do Tribunal Constitucional e as emendas constitucionais de 2010 minaram a independência do Tribunal de Justiça.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

Em resposta a um aumento significativo no número de refugiados e migrantes que

entram na Hungria desde janeiro, o governo adotou medidas destinadas a mantê-los fora do país. Em 15 de setembro, o governo declarou "estado de crise devido à situação causada pela imigração em massa". No mesmo dia, foi concluída a construção de uma cerca na fronteira com a Sérvia, enquanto entravam em vigor as alterações ao Código Penal e à Lei de Asilo, tornando crime entrar no país através da cerca e estabelecendo "zonas de trânsito" na fronteira. Em 17 de outubro, foi concluída uma cerca na divisa com a Croácia. Em dois dias, o número de refugiados e migrantes que entravam diariamente na Hungria caiu de 6.000 para poucas dezenas. Até o final do ano, mais de 900 pessoas foram processadas por "travessia ilegal da fronteira" e submetidas a processos de expulsão.

A criminalização da entrada irregular e o fechamento das fronteiras complementaram as medidas legislativas adotadas no verão, que restringiram o acesso ao asilo de forma mais geral. Em 1 de agosto, entrou em vigor uma alteração à Lei do Asilo, que autoriza o governo a emitir uma lista de "países de origem seguros" e "terceiros países seguros para trânsito". Como resultado, os pedidos de asilo por pessoas de "países de origem seguros" poderiam ser rejeitados, e aqueles que transitaram através de "terceiros países seguros" antes de chegar à Hungria poderiam ser devolvidos ao país de trânsito. Sérvia, Macedônia e os Estados membros da UE, incluindo a Grécia, foram posteriormente considerados "seguros" pelas autoridades. Isso suscitou preocupações manifestadas por ONGs de que a aplicação da lei poderia levar à violação da obrigação de *não-retorno* da Hungria, uma vez que a Hungria não iria verificar se um requerente estaria em risco de graves violações dos direitos humanos no país de origem ou de trânsito. Em outubro, a Comissão Europeia manifestou uma série de preocupações em resposta a essas medidas, incluindo a de que a Hungria está realizando uma "aparentemente quase sistemática recusa" de pedidos de asilo apresentados na fronteira com a Sérvia. Em dezembro, a

Comissão Europeia iniciou um processo de infração contra a Hungria por violar a lei de asilo da UE.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

ONGs que criticavam as políticas do governo foram intimidadas e ameaçadas de perder o seu registro. Em janeiro, quatro ONGs responsáveis pela gestão e distribuição de subsídios oriundos do Espaço Econômico Europeu (EEE) / Noruega foram objeto de investigação criminal e ameaçadas de suspensão de seu registro de contribuinte. Os processos instaurados para cancelar os registros foram suspensos pelos tribunais em fevereiro e maio. Em 19 de junho, depois de uma petição apresentada por ONGs, o Tribunal Administrativo e do Trabalho de Eger pediu ao Tribunal Constitucional para esclarecer se a tentativa de suspender o registro das ONGs violava a Lei Fundamental da Hungria (a Constituição). Em 5 de outubro, o Tribunal Constitucional considerou que o procedimento não violava a Lei.

Uma das ONGs afetadas, a Fundação Ökotárs, relatou em janeiro que o Gabinete do Procurador-Geral também estava investigando a legalidade das atividades de duas ONGs que receberam financiamento proveniente dos Subsídios. Em junho, ele finalizou a sua investigação sobre as ONGs e não encontrou nenhuma infração penal. Em maio, o Ministério norueguês dos Negócios do Espaço Econômico Europeu e da UE anunciou os resultados de uma auditoria independente quanto aos programas de ONGs financiados pelos Subsídios na Hungria e concluiu que os programas estão em conformidade com os requisitos legais.

Em janeiro, um tribunal distrital de Buda julgou ilegal a revista policial realizada nos escritórios de duas ONGs em setembro de 2014, motivada por uma queixa-crime, apresentada pelo Gabinete de Controle do Governo, de apropriação indébita de ativos.

DISCRIMINAÇÃO – CIGANOS

Os ciganos continuaram sofrendo discriminação no acesso à moradia. Tanto os

ciganos quanto outras minorias permaneceram desprotegidos contra crimes de ódio. Em junho, a Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância observou que a motivação racista ainda não aparece no Código Penal como circunstância agravante específica para crimes.

CRIMES DE ÓDIO

Em setembro, o Tribunal Distrital de Eger sustentou que a polícia havia discriminado os ciganos na cidade de Gyöngyöspata, quando deixou de protegê-los de grupos de extrema-direita na primavera de 2011. A denúncia foi apresentada pela União Húngara de Liberdades Civis, a qual afirmou que a polícia não interveio contra diversos grupos paramilitares que patrulharam por várias semanas o bairro dos ciganos em Gyöngyöspata.

Em outubro, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos julgou, no caso *Balázs v. Hungria*, que a Hungria violou a proibição de discriminação ao não investigar um ataque racista contra um cigano em Szeged, em 2012. O homem sofreu lesões corporais, que disse terem sido agravadas pela motivação racista do agressor. O Tribunal Europeu de Direitos Humanos considerou que as autoridades judiciais se omitiram ao não apurar a causa racista do crime, apesar dos "fortes indícios de um crime de ódio", violando, assim, a Convenção Europeia de Direitos Humanos.

ACESSO À MORADIA

Cerca de 100 famílias, principalmente ciganas, continuaram sob risco de remoção forçada nas "ruas numeradas" do bairro de Miskolc. Entre março e junho, cerca de 120 famílias foram removidas à força. Muitas tiveram que ir morar com parentes, em casas em mau estado, ou ficaram sem moradia. A grande maioria das famílias removidas anteriormente não recebeu habitação ou indenização alternativa adequada.

Em 14 de maio, a Corte Suprema da Hungria decidiu que o município de Miskolc havia violado a legislação do país relativa à

igualdade de tratamento, ao remover à força centenas de ciganos de um bairro tradicional, violando também os direitos dessas pessoas a uma vida privada e familiar, bem como à liberdade de circulação.

Em 5 de junho, o Escritório do Comissário para os Direitos Fundamentais publicou um relatório sobre a situação em Miskolc, criticando os métodos aplicados pelo município na chamada "remoção de favelas". O relatório também convocou o município a evitar remoções, desenvolver um plano para as famílias sem moradia e elaborar uma estratégia holística junto ao Ministério das Capacidades Humanas para lidar com a eliminação de favelas.

Em julho, Autoridade para a Igualdade de Tratamento confirmou uma queixa de discriminação apresentada pela ONG húngara NEKI contra o município. O recurso interposto pelo município continuava pendente no final do ano.

LIBERDADE DE RELIGIÃO

A liberdade de religião continuou a ser restringida. Depois da promulgação da Lei Eclesiástica de 2011, que exigia a renovação do registro de todas as igrejas e outras organizações religiosas, e da decisão do Tribunal Europeu de Direitos Humanos, no caso *Magyar Keresztény Mennonita Egyház e outros [Igreja Menonita Cristã da Hungria] vs. Hungria*, de que a revogação dos registros havia violado o direito à liberdade religiosa, em setembro o governo propôs uma alteração da lei. No entanto, de acordo com o Fórum das ONGs para a Liberdade Religiosa, a alteração não abordou a arbitrariedade do processo de cancelamento do registro que foi criticado pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos. O Fórum, além disso, expressou preocupação quanto ao número de comunidades religiosas que continuariam a ter negados os direitos que detinham anteriormente como igrejas.

IÊMEN

República do Iêmen

Chefe de Estado: **Abd Rabbu Mansour Hadi**

Chefe de governo: **Khaled Bahah**

A situação dos direitos humanos deteriorou-se severamente em meio ao conflito armado, que se intensificou em março e continuou ao longo do ano. Todas as partes envolvidas no conflito cometeram crimes de guerra e outras graves violações do direito internacional com impunidade, incluindo bombardeios indiscriminados e com artilharia em áreas civis, matando e ferindo milhares de civis e deslocando à força mais de 2,5 milhões de pessoas. O grupo armado Huthi e as forças de segurança aliadas também restringiram arbitrariamente os direitos à liberdade de expressão, de associação e de reunião, prendendo jornalistas, líderes do partido político Al-Islah e outros, forçando o fechamento de ONGs, utilizando força excessiva e letal contra manifestantes pacíficos e utilizando tortura. Mulheres e meninas continuaram sujeitas a discriminação e abusos, inclusive casamentos forçados e mutilação genital feminina. Tribunais preferiram condenações à morte, e execuções foram realizadas.

INFORMAÇÕES GERAIS

O processo de transição política foi interrompido, uma vez que o Iêmen se envolveu em um conflito armado. Após entrar na capital, Sanaa, em setembro de 2014, o grupo armado Huthi, auxiliado por unidades das forças armadas leais ao ex-presidente Ali Abdullah Saleh, estendeu seu controle sobre outras áreas no início de 2015. Em janeiro, huthis atacaram edifícios governamentais e posições militares, como o complexo presidencial, forçando o Presidente Hadi e seu governo a renunciar, assumindo o controle efetivo de Sanaa e outras áreas.

Em 6 de fevereiro, o grupo armado Huthi dissolveu o Parlamento do Iêmen e emitiu uma declaração constitucional determinando

a criação de um conselho presidencial de transição para governar o país por um período interino de dois anos. Em 15 de fevereiro, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 2201, que criticava fortemente as ações dos huthis e exigia que eles não realizassem mais ações unilaterais que pudessem desestabilizar a transição política e a segurança do Iêmen. O Presidente Hadi, que voltou atrás em sua renúncia, transferiu o governo para a capital da Arábia Saudita, Riad, no fim de março, quando o avanço dos huthis e de suas forças aliadas no sul do Iêmen levou-os a intensos embates contra grupos armados que se opunham a eles e as unidades do exército leais ao Presidente Hadi. O confronto no sul do Iêmen foi marcado por ataques indiscriminados, em que ambos os lados dispararam repetidamente armas imprecisas em áreas residenciais, deixando mortos e feridos civis.

Em 25 de março, uma coalizão de nove Estados liderada pela Arábia Saudita interveio no conflito iemenita em apoio ao governo do Presidente Hadi, reconhecido internacionalmente. A coalizão lançou uma campanha de ataques aéreos em áreas controladas ou disputadas por huthis e suas forças aliadas, incluindo Sanaa e a província de Saada, enviou tropas por terra para o sul do Iêmen e impôs um bloqueio marítimo e aéreo. Enquanto muitos ataques da coalizão foram dirigidos a alvos militares, outros foram indiscriminados, desproporcionais ou direcionados a casas e infraestruturas civis, como hospitais, escolas, mercados e fábricas, além de veículos que transportavam civis e ajuda humanitária, matando e ferindo milhares de pessoas. Até o fim do ano, de acordo com a ONU, o conflito havia causado a morte de mais de 2.700 civis, incluindo centenas de crianças, e o deslocamento forçado de mais de 2,5 milhões de pessoas, provocando uma crise humanitária.

Em 14 de abril, na Resolução 2216, o Conselho de Segurança da ONU exigiu que os huthis se retirassem de Sanaa e outras áreas e entregassem as armas apreendidas

de fontes governamentais. Também instou todos os Estados a impedir a transferência de armas para o ex-presidente Saleh e o líder huthi Abdul Malik al-Huthi, e pressionou todas as partes envolvidas no conflito a respeitar os acordos anteriores, inclusive as conclusões do diálogo nacional do Iêmen e o acordo de Paz e Parceria Nacional, de setembro de 2014.

Em julho, as forças de oposição aos huthis, apoiadas por tropas terrestres dos Emirados Árabes Unidos e por ataques aéreos da coalizão, retomaram o controle de Aden. Em setembro, o governo do Presidente Hadi transferiu-se parcialmente da Arábia Saudita para Aden.

As negociações de paz mediadas pela ONU aconteceram em Genebra, na Suíça, de 15 a 20 de dezembro, acompanhadas de um cessar-fogo temporário, mas terminaram sem qualquer avanço significativo.

As forças dos EUA continuaram a realizar ataques com aviões teleguiados contra o grupo armado Al Qaeda, na Península Arábica, no centro e sudeste do Iêmen, principalmente nas províncias de Marib e Hadramawt.

CONFLITO ARMADO

Tanto o grupo armado Huthi e seus aliados, quanto os diversos grupos armados e forças pró-governo que se opunham a eles, cometeram graves violações da lei internacional humanitária, inclusive algumas violações que configuram crimes de guerra, bem como abusos dos direitos humanos.

Ataques indiscriminados e desproporcionais

Grupos armados huthis e anti-huthis utilizaram armas explosivas de amplo impacto, como morteiros e bombardeios de artilharia, ao atacar áreas residenciais civis controladas ou disputadas por seus oponentes no sul do Iêmen, matando e ferindo civis. Durante o conflito pelo controle de Aden e Taiz, as duas cidades mais populosas do Iêmen depois de Sanaa, ambos os lados dispararam repetidamente armas explosivas de amplo impacto em áreas civis

densamente povoadas. Também realizaram operações militares em bairros residenciais civis, lançando ataques a partir ou perto de casas, escolas e hospitais, expondo os moradores locais a sérios riscos. O grupo armado Huthi e seus aliados colocaram minas terrestres antipessoais banidas internacionalmente, que causaram a morte de civis; dezenas de civis foram mortos ou feridos por minas terrestres ao retornar para suas casas no segundo semestre do ano, após o fim do conflito em Aden e áreas vizinhas.

Huthis e seus aliados realizaram ataques transfronteiriços a partir do norte do Iêmen, que poderiam configurar crimes de guerra, bombardeando indiscriminadamente com artilharia Najran e outras áreas povoadas por civis no sul da Arábia Saudita.

Ataques a instalações médicas e a profissionais da saúde

O grupo armado Huthi e seus aliados, bem como seus oponentes pró-governo, atacaram instalações médicas, profissionais da saúde e pacientes, ou expuseram-nos a graves riscos ao utilizar instalações médicas ou sua vizinhança imediata como locais para posições de tiro ou outras atividades militares, particularmente durante o conflito em Aden, Taiz e arredores. Em Aden, atiradores não identificados atacaram as instalações do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, obrigando sua equipe a se transferir. Combatentes anti-Huthi dispararam fuzis de assalto de dentro do complexo do hospital Al Sadaqa, em Aden, e lançaram morteiros perto do hospital, expondo pacientes e médicos ao risco de ataques de retaliação. No fim de abril, o hospital Al Joumhouria, em Aden, foi obrigado a suspender suas atividades médicas por causa de ações similares por parte de combatentes.

USO EXCESSIVO DA FORÇA, TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A expansão do controle Huthi provocou protestos generalizados em Taiz e outras cidades, aos quais as forças Huthi e a Força

de Segurança Central pró-Huthi responderam com força excessiva, inclusive com uso de munição real, prisões e tortura.

Na cidade de Ibb, huthis e suas forças aliadas usaram munição real para disparar contra manifestantes pacíficos em 16 de fevereiro, ferindo três manifestantes, e, em 21 de fevereiro, matando o manifestante Nasr al-Shuja.

Em Taiz, a Força de Segurança Central pró-Huthi usou força excessiva, como bombas de gás lacrimogêneo e munição real, para dispersar manifestações pacíficas de 22 a 25 de março, matando pelo menos oito manifestantes e ferindo ao menos outras 30 pessoas. Cerca de 300 manifestantes e transeuntes necessitaram de cuidados médicos por causa da inalação de gás lacrimogêneo.

Em Sanaa, huthis e suas forças aliadas detiveram três manifestantes em 11 de fevereiro e os torturaram durante os quatro dias seguintes; um deles, Salah Awdh al-Bashri, morreu em decorrência dos ferimentos que sofreu durante horas de tortura.

Homicídios ilegais

Forças anti-Huthi executaram sumariamente combatentes huthis capturados e civis suspeitos de apoiar os huthis. Elas publicaram vídeos na internet divulgando alguns desses assassinatos em Aden e Taiz, daqueles que acusavam de ser “espiões” ou “apoiadores dos huthis”.

Sequestros, prisões e detenções arbitrárias

Houve uma onda de prisões e detenções arbitrárias, bem como de sequestros, cometidos por huthis e forças aliadas leais ao ex-presidente Saleh, tendo como alvos apoiadores do governo, jornalistas, defensores dos direitos humanos e outros. Muitos detidos foram mantidos em vários locais diferentes e não oficiais, como casas particulares, sem serem informados do motivo da detenção nem terem qualquer oportunidade de contestar sua legalidade. Quando participavam de uma reunião em um

hotel em Ibb, em 13 de outubro, pelo menos 25 homens, incluindo ativistas políticos, defensores dos direitos humanos e jornalistas, foram detidos por homens armados em trajes civis que disseram pertencer ao Ansarullah, o braço político do grupo armado Huthi. A maioria foi mais tarde libertada, supostamente depois de sofrer tortura, mas Antar al-Mabarazi, um engenheiro, e Ameen al-Shafaq, um professor universitário, permaneceram em detenção incommunicável no fim do ano.

Liberdade de associação

Forças huthis cercearam a liberdade de associação, fechando pelo menos 27 ONGs em Sanaa e ameaçando seus diretores e funcionários.

Abusos cometidos pelo Estado Islâmico

O grupo armado Estado Islâmico (EI) reivindicou responsabilidade por bombardeios direcionados principalmente contra mesquitas em Sanaa consideradas pro-Huthi, matando e ferindo civis. Os ataques mais mortíferos, em 20 de março, atingiram as mesquitas de Al Badr e Al Hashoosh, em Sanaa. Eles mataram 142 pessoas, a maioria civis, e feriram 351. Em 6 de dezembro, um bombardeio do Estado Islâmico matou o governador de Aden e vários de seus assessores.

Violações cometidas pela coalizão liderada pela Arábia Saudita

Iniciada em 25 de março, a coalizão militar de nove países liderada pela Arábia Saudita lançou uma campanha de ataques aéreos em todo o Iêmen contra os huthis e seus aliados. Alguns ataques foram direcionados contra alvos militares, que foram destruídos; outros foram desproporcionais, indiscriminados ou pareceram ser direcionados diretamente contra civis e/ou alvos civis, deixando muitos civis mortos ou feridos. Alguns dos ataques configuraram crimes de guerra.

Os ataques aéreos das forças da coalizão destruíram um grupo de nove casas em 3 de junho, na aldeia de Al Eram, a noroeste da

cidade de Saada, matando pelo menos 35 crianças, 11 mulheres e nove homens, e ferindo outros nove residentes. Moradores disseram que os ataques continuaram enquanto os esforços de busca e resgate estavam em andamento para procurar restos mortais e sobreviventes nos escombros. Apesar disso, nem as autoridades da coalizão nem o governo do Presidente Hadi conduziram investigações e responsabilizaram os culpados por esses e outros ataques ilegais.

As forças da coalizão usaram munições imprecisas, como bombas grandes com amplo raio de impacto, fabricadas nos Estados Unidos e no Reino Unido, que causam mortes e destruição para além do seu local de impacto imediato. Em Saada e Hajjah, também foram utilizadas munições de fragmentação fabricadas nos EUA, armas inerentemente indiscriminadas cujo uso é proibido, que espalham bombas menores em uma área ampla e representam um risco permanente aos civis, uma vez que frequentemente não detonam no momento do impacto.

Alguns ataques da coalizão elegeram como alvo infraestruturas essenciais, como pontes e rodovias. Foram ataques como os que em julho destruíram quatro pontes numa estrada que liga a província de Saada a Sanaa. Outros ataques aéreos da coalizão danificaram pontes em estradas que ligam Sanaa a Hodeidah e Marib, e Taiz a Aden.

Alguns ataques aéreos da coalizão atingiram hospitais e outras instalações médicas na província de Saada, ferindo pacientes e profissionais da saúde. Em 26 de outubro, a coalizão liderada pela Arábia Saudita destruiu um hospital apoiado pela organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) em Hayden, em Saada, ferindo sete profissionais da saúde. A MSF disse que outro de seus centros médicos em Taiz foi atingido por ataques aéreos da coalizão em 2 de dezembro, ferindo nove pessoas, inclusive dois funcionários da MSF. Em 4 de setembro, uma aeronave da coalizão teria bombardeado o hospital Al Shara, em Razih, na província

de Saada. Segundo a equipe da MSF que visitou a área logo após o ataque, não havia evidências de que o hospital era utilizado para fins militares. A MSF disse que o ataque matou seis pacientes e feriu outros.

Com o objetivo de negar abastecimento aos huthis e suas forças aliadas, a coalizão impôs um bloqueio aéreo e naval parcial. Isso reduziu severamente a importação e o fornecimento de combustível e outros itens essenciais, obstruindo o acesso a alimentos, água, assistência humanitária e suprimentos médicos, agravando ainda mais a crise humanitária.

IMPUNIDADE

Todas as partes envolvidas no conflito armado cometeram graves abusos dos direitos humanos com impunidade.

As autoridades iemenitas não conduziram investigações completas e independentes das violações dos direitos humanos cometidas no passado, como os homicídios ilegais e outros graves abusos cometidos por forças do governo com relação aos protestos populares em massa de 2011.

Em setembro, o Presidente Hadi decretou a criação de uma comissão nacional de inquérito para investigar todas as violações cometidas desde o início de 2011.

DIREITOS DAS MULHERES

Mulheres e meninas continuaram a enfrentar discriminação na lei e na prática e foram protegidas de maneira inadequada contra a violência sexual e de outros tipos, como a mutilação genital feminina, os casamentos forçados e outros abusos.

PENA DE MORTE

A pena de morte permaneceu em vigor para uma ampla gama de crimes. Tribunais continuaram a impor sentenças de morte, e execuções foram realizadas. Prisioneiros no corredor da morte teriam incluído dezenas de menores infratores condenados por crimes cometidos quando tinham menos de 18 anos.

ÍNDIA

República da Índia

Chefe de Estado: **Pranab Mukherjee**

Chefe de governo: **Narendra Modi**

As autoridades reprimiram as organizações da sociedade civil que criticavam as políticas oficiais e aumentaram as restrições ao financiamento estrangeiro. As tensões religiosas se intensificaram e a discriminação e a violência baseadas no gênero e na casta ainda eram generalizadas. Aumentaram a censura e os ataques à liberdade de expressão por parte de grupos hindus radicais. Dezenas de artistas, escritores e cientistas devolveram os prêmios nacionais que haviam recebido em protesto pelo que consideravam um ambiente de crescente intolerância. Frente à pressão popular, o governo desistiu de aplicar medidas polêmicas para a aquisição de terras. Apesar dos abusos dos grupos armados continuarem ameaçando os civis, o marco de um histórico acordo de paz foi estabelecido em Nagaland. O sistema de justiça criminal permaneceu precário, violando o direito a um julgamento justo e não garantindo justiça para os abusos. As execuções extrajudiciais, as torturas e outros maus-tratos persistiram.

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Em março, três homens foram torturados e assassinados em Lohardaga, estado de Jharkhand, supostamente por combatentes maoístas. Em maio, cerca de 250 moradores de vilarejos foram sequestrados e mantidos reféns por um dia em Sukma, estado de Chhattisgarh, por combatentes maoístas que tentavam pressionar as autoridades estaduais a interromper as obras de uma ponte. Grupos armados maoístas foram acusados de ameaçar e intimidar adivis (indígenas) e ocupar escolas.

No estado de Jammu e Caxemira, grupos armados ameaçaram operadores de telefonia

móvel e atacaram torres de telefonia móvel e escritórios de telecomunicações em maio, junho e julho, provocando a morte de duas pessoas. Em setembro, homens armados não identificados mataram um menino de três anos e seu pai em Sopore. Nesse mesmo mês, foram encontrados no estado os corpos de quatro membros de um grupo armado que se acredita terem sido mortos por grupos rivais.

Em julho, membros de grupos armados atacaram uma delegacia de polícia e uma estação rodoviária em Gurdaspur, estado de Punjab, matando três civis.

Em agosto, o governo anunciou um acordo de paz com o grupo armado Conselho Socialista Nacional de Nagaland (facção Isak-Muivah). Grupos da sociedade civil afirmaram que o acordo poderia melhorar a situação dos direitos humanos no estado de Nagaland e partes do nordeste da Índia.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Defensores dos direitos humanos, jornalistas e manifestantes continuaram sendo presos e detidos de modo arbitrário. Em janeiro, mais de 3.200 pessoas estavam em detenção administrativa com base em decretos executivos, sem acusação ou julgamento. As autoridades continuaram usando leis “antiterroristas”, como a Lei de Prevenção a Atividades Ilegais e outras leis de âmbito estadual, que não cumpriam as normas internacionais de direitos humanos.

Em abril, o governo do estado de Gujarat aprovou um projeto de lei antiterrorismo contendo várias disposições que violavam as normas internacionais. Em dezembro, a lei ainda aguardava a sanção presidencial. Legislações semelhantes continuavam em vigor nos estados de Maharashtra e Karnataka.

DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA COM BASE EM CASTAS

Incidentes de violência contra dalits e adivasis foram registrados nos estados de Uttar Pradesh, Bihar, Karnataka e Tamil Nadu. Segundo estatísticas divulgadas em

agosto, foram denunciados em 2014 mais de 47.000 crimes contra membros das Castas Reconhecidas e mais de 11.000 contra membros das Tribos Reconhecidas. Em outubro, duas crianças dalits foram mortas em um incêndio criminoso próximo a Delhi, supostamente por homens da casta dominante.

Em dezembro, o Parlamento aprovou emendas à Lei de Prevenção de Atrocidades contra as Castas e Tribos Reconhecidas, tipificando diversos novos delitos. As emendas também previam a criação de tribunais especiais para julgar esses delitos, bem como a proteção de vítimas e testemunhas.

Em julho, um censo oficial revelou que mais de 180.000 famílias trabalhavam na limpeza manual de latrinas – a remoção de dejetos humanos realizada principalmente pelos dalits. Ativistas disseram que a quantidade era maior.

As castas dominantes continuaram usando a violência sexual contra mulheres e meninas dalits e adivasis.

DIREITOS DAS CRIANÇAS

A determinação legal de que as escolas privadas reservem 25% das vagas do ensino fundamental para crianças de famílias carentes continuou sendo muito pouco aplicada. Crianças dalits e adivasis seguiam discriminadas.

Em dezembro, o Parlamento aprovou emendas à legislação sobre justiça de menores, permitindo que adolescentes entre 16 e 18 anos sejam julgados como adultos em casos de crimes graves, o que viola as obrigações legais internacionais da Índia.

Em maio, o conselho de ministros aprovou mudanças na legislação sobre trabalho infantil que proibem empregar menores de 14 anos. As emendas excluíam os que trabalhassem em empresas familiares ou na indústria de entretenimento. Ativistas disseram que isso incentivaria o trabalho infantil e afetaria de modo desproporcional os menores de grupos marginalizados e as meninas.

VIOLÊNCIA ÉTNICA E INTERCOMUNITÁRIA

As autoridades não evitaram que centenas de incidentes de violência comunitária acontecessem em todo o país. Alguns políticos contribuíram para as tensões religiosas ao proferirem discursos justificando a discriminação e a violência. Pelo menos quatro homens muçulmanos morreram linchados por multidões que suspeitavam que eles tivessem roubado, matado ou contrabandeado vacas.

Em setembro, uma comissão que investigava a violência entre comunidades de Muzaffarnagar, no estado de Uttar Pradesh, em 2013, publicou um relatório que, segundo os jornalistas, culpava membros de partidos políticos, policiais e funcionários administrativos de alto escalão.

Em fevereiro, o governo montou uma equipe para investigar novamente os casos arquivados relativos ao massacre de sikhs em 1984 e propor indiciamentos. Em agosto, o mandato da equipe foi prorrogado por um ano.

Pelo menos oito pessoas foram mortas em conflitos étnicos no estado de Manipur devido às demandas para que se regulasse a entrada na região de pessoas não domiciliadas, bem como à promulgação de leis que afetavam os direitos dos indígenas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CORPORATIVA

Em fevereiro, o governo apresentou um projeto de lei que modificava a lei sobre aquisição de terras na Índia, eliminando os requisitos de obter o consentimento das comunidades afetadas e fazer avaliações de impacto para uma série de projetos industriais. Diante da oposição de grupos de camponeses, da sociedade civil e de partidos políticos de todo o país, o governo anunciou em agosto que não levaria adiante as reformas. Muitas indústrias, como as do setor ferroviário, rodoviário e de mineração estatal de carvão, continuaram isentas de obter o consentimento das comunidades indígenas ou de realizar estudos de impacto social.

As comunidades vulneráveis que viviam em áreas ricas em recursos continuaram em

risco de sofrer remoções forçadas. O Ministério do Meio Ambiente tentou eliminar a exigência do consentimento das assembleias dos moradores locais para certos projetos de infraestrutura.

Em abril, o Ministério do Meio Ambiente recusou uma oferta do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente de avaliar a difusão de resíduos tóxicos no local onde ocorreu o desastre de Bhopal em 1984, causado por um vazamento de gás. Em agosto, o governo do estado de Madhya Pradesh incinerou 10 toneladas desses resíduos em Pithampur, a 250 quilômetros de Bhopal, ação que, segundo os ativistas, descumpriu as ordens do Supremo Tribunal e pôs em risco a saúde dos moradores locais.

PENA DE MORTE

Em agosto, dois parlamentares apresentaram projetos para abolir a pena de morte. A Assembleia Legislativa do estado de Tripura aprovou por unanimidade uma resolução instando o governo federal a abolir a pena capital para casos de homicídio.

Em agosto, a Comissão Jurídica da Índia apresentou ao governo um relatório em favor da abolição sem demora da pena de morte. O órgão afirmou que na Índia essa pena era um “castigo irreversível em um sistema imperfeito, frágil e falível”; porém, recomendou que a pena capital fosse mantida para os delitos relacionados ao terrorismo e para “atos de guerra contra o Estado”.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS

Em março, um tribunal de Delhi absolveu 16 policiais acusados de matar 42 homens muçulmanos em Hashimpura, Uttar Pradesh, em 1987. O tribunal declarou que não poderia condenar nenhum deles devido à “investigação insuficiente, duvidosa e problemática”.

Em abril, policiais e guardas florestais de Andhra Pradesh mataram a tiros 20 pessoas suspeitas de contrabando em uma suposta execução extrajudicial. No mesmo mês, a polícia de Telangana matou cinco presos

provisórios que estavam sendo trasladados ao tribunal, alegando que eles tentaram dominá-los. No fim do ano, prosseguiram as investigações de ambos os casos.

Um tribunal do Escritório Central de Investigações absolveu vários policiais suspeitos de envolvimento numa execução extrajudicial em Gujarat em 2005. Em junho, o relator especial da ONU sobre execuções extrajudiciais observou em um relatório de seguimento sobre a Índia que as diretrizes dos tribunais e da Comissão Nacional de Direitos Humanos com frequência “permaneciam no papel, com pouca ou nenhuma aplicação na prática”.

Em julho, o Supremo Tribunal ordenou que o governo federal, o governo do estado de Manipur e a Comissão Nacional de Direitos Humanos apresentassem um relatório sobre os mais de 1.500 casos de suspeitas de execução extrajudicial em Manipur.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

As autoridades tomaram várias medidas de repressão contra organizações da sociedade civil, como o uso da Lei sobre a Regulação de Contribuições Estrangeiras – que impedia as organizações de receber fundos estrangeiros – para perseguir ONGs e ativistas.

O governo tomou uma série de medidas contra o Greenpeace Índia: impediu um de seus ativistas de viajar ao Reino Unido em janeiro, ordenou que as contas bancárias da organização fossem congeladas em abril e cancelou seu registro sob a Lei sobre a Regulação de Contribuições Estrangeiras em setembro. Tribunais Superiores concluíram que algumas dessas medidas eram ilegais.

Com base na Lei sobre a Regulação de Contribuições Estrangeiras, o Ministério do Interior cancelou o registro de milhares de ONGs por infringirem as disposições da lei. Em abril, o Ministério determinou que teria de aprovar os fundos estrangeiros de certas organizações doadoras que o órgão especificou.

Em julho, o Escritório Central de Investigações iniciou um procedimento contra os ativistas de direitos humanos Teesta

Setalvad e Javed Anand por suposta violação das disposições dessa lei. Em setembro, as autoridades suspenderam o registro da ONG administrada por eles por receber fundos do exterior.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Leis que não cumpriam as normas internacionais sobre liberdade de expressão foram usadas para processar defensores dos direitos humanos e outros. Em janeiro, dois ativistas foram presos em Kerala por posse de literatura pró-maioista. Em outubro, um cantor folclórico dalit foi preso em Tamil Nadu por compor canções em que criticava o governo e o chefe do poder executivo estadual.

Em março, o Supremo Tribunal anulou o artigo 66A da Lei de Tecnologias da Informação por sua redação vaga e excessivamente ampla. A lei havia sido usada para processar pessoas que exerciam legitimamente seu direito à liberdade de expressão na internet.

Em agosto, o governo do estado de Maharashtra emitiu uma circular sobre a aplicação da lei sobre subversão na Índia, insinuando que criticar um representante do governo constituiria subversão. A circular foi retirada em outubro. Em dezembro, um parlamentar apresentou um projeto de lei requerendo a revisão da lei sobre subversão.

Houve vários casos de intimidação e ataques a jornalistas, escritores, artistas e defensores dos direitos humanos por parte de grupos religiosos e baseados em casta. Dois escritores racionalistas foram mortos em ataques que se acreditava terem sido motivados por suas críticas à intolerância religiosa e à idolatria.

Em julho, o governo argumentou perante o Supremo Tribunal que a privacidade não era um direito fundamental protegido pela Constituição. Em setembro, as autoridades propuseram a minuta de um projeto sobre criptografia que ameaçava a liberdade de expressão e a privacidade, tendo-o retirado devido à oposição que provocou.

As autoridades restringiram o acesso a serviços de internet em várias ocasiões, como

nos estados de Gujarat e Jammu e Caxemira, alegando razões de ordem pública.

IMPUNIDADE – FORÇAS DE SEGURANÇA

A impunidade pelas violações cometidas pelas forças de segurança persistiu. Legislações que praticamente concediam imunidade processual, como a Lei de Poderes Especiais das Forças Armadas, ainda vigoravam em Jammu e Caxemira e partes do nordeste da Índia.

Em fevereiro, o Ministério do Interior rejeitou oficialmente o relatório de um comitê criado em 2004 para revisar a Lei sobre os Poderes Especiais das Forças Armadas que recomendava sua derrogação. Em junho, o estado de Tripura retirou essa lei de seus estatutos 18 anos depois de tê-la adotado “em vista da redução dos incidentes relacionados ao extremismo”. Em julho, um comitê designado para avaliar a condição jurídica da mulher recomendou que a lei fosse revogada. Em novembro, o Tribunal Superior de Meghalaya requereu que o governo central considerasse a possibilidade de aplicar a Lei sobre os Poderes Especiais das Forças Armadas em uma determinada região para manter a lei e a ordem.

Em setembro, o exército indiano confirmou as prisões perpétuas de seis de seus membros condenados por um tribunal militar por matar três homens em Machil, em Jammu e Caxemira, em uma execução extrajudicial em 2010.

DETENÇÃO PROVISÓRIA PROLONGADA

A detenção provisória prolongada e a superlotação nas prisões continuaram generalizadas. Em janeiro havia mais de 282.000 presos – 68% de toda a população carcerária – em detenção provisória. Dalits, adivasis e muçulmanos continuaram formando uma parcela desproporcionalmente alta desses detidos.

Uma resolução de 2014 do Supremo Tribunal ordenando que os juízes distritais libertassem os detidos provisórios que já tivessem passado na cadeia mais da metade do tempo que teriam de cumprir caso fossem

condenados foi escassamente aplicada.

Em setembro, a Comissão Central de Informação, respondendo a uma solicitação da Anistia Internacional Índia, declarou que os governos dos estados teriam a obrigação de fornecer informações periódicas às autoridades e aos detidos sobre as condições de sua libertação.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXUAIS

Em abril, a câmara alta do Parlamento aprovou um projeto de lei para proteger os direitos das pessoas transgênero, inclusive seu direito à educação e à saúde. Os ataques contra as pessoas transgênero prosseguiram.

O artigo 377 do Código Penal continuou sendo usado para criminalizar as relações sexuais consentidas entre adultos do mesmo sexo. Autoridades de alto escalão do governo deram declarações contraditórias sobre a conveniência de manter esse artigo. Em dezembro, um projeto de lei para descriminalizar as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo não foi aprovado na câmara baixa do Parlamento.

Em agosto, o governo do estado de Delhi propôs um projeto de lei sobre os direitos da mulher que estabelecia a igualdade perante a lei de todas as mulheres “independentemente de sua orientação sexual”. Foi a primeira vez que um governo estadual reconheceu legalmente a discriminação com base na orientação sexual.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Houve denúncias de tortura e outros maus-tratos de pessoas em custódia policial e judicial. Em julho, o Supremo Tribunal determinou que os governos estaduais instalassem câmaras de televisão em circuito fechado em todos os estabelecimentos prisionais num prazo de dois anos, para evitar a tortura e outras violações dos direitos dos internos, e que considerassem a possibilidade de instalar essas câmaras em todas as delegacias de polícia. Também em

julho, o Ministério do Interior declarou que o governo estava considerando emendar o Código Penal para reconhecer a tortura como um crime específico. Em novembro, a polícia de Chhattisgarh começou a investigar as denúncias de que membros das forças de segurança haviam estuproado duas mulheres e uma menina no mês anterior.

As ONGs continuaram a denunciar mortes mediante tortura de presos em custódia policial. Estatísticas publicadas em agosto mostraram que em 2014 foram registrados 93 casos de mortes e 197 casos de estupro em custódia da polícia. Em agosto, a Comissão Nacional de Direitos Humanos registrou 1.327 mortes sob custódia judicial entre abril de 2014 e janeiro de 2015.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Embora quase 322.000 crimes contra mulheres, incluindo mais de 37.000 casos de estupro, tenham sido denunciados em 2014, o estigma e a discriminação por parte dos policiais e das autoridades continuaram dissuadindo as mulheres de denunciar violências sexuais. A maioria dos estados ainda não contava com procedimentos operativos padronizados para a polícia lidar com casos de violência contra as mulheres.

Em mais de 86% dos casos de estupro denunciados, as sobreviventes conheciam os supostos responsáveis. Estatísticas publicadas em agosto mostraram que quase 123.000 casos de crueldade nas mãos de esposos ou parentes foram denunciados em 2014. Em março, o governo federal anunciou que estudava a possibilidade de permitir a retirada das denúncias de crueldade caso as partes chegassem a um acordo.

Em julho, um comitê designado para avaliar a condição jurídica da mulher formulou recomendações-chave sobre prevenção, proteção e acesso à Justiça para mulheres e meninas vítimas de violência. Entre outras recomendações, o comitê exortou o governo a tipificar como crime o estupro conjugal, introduzir uma lei especial para tratar dos crimes de “honra” e não

abrandar as leis sobre crueldade por parte dos maridos.

Em dezembro, o governo declarou no Parlamento que pretendia emendar o Código Penal a fim de criminalizar o estupro marital.

Os conselhos de aldeia baseados no sistema de castas continuaram a ordenar castigos sexualmente violentos por questões consideradas transgressões sociais. A discriminação e a violência contra as mulheres de comunidades marginalizadas continuaram sendo práticas generalizadas, enquanto o número de denúncias e condenações foi baixo.

INDONÉSIA

República da Indonésia

Chefe de Estado e de governo: **Joko Widodo**

Houve denúncias de violações de direitos humanos por parte das forças de segurança, inclusive do uso de força desnecessária ou excessiva. Ao longo de todo o ano, ocorreram prisões arbitrárias de manifestantes pacíficos, especialmente em Papua. O governo restringiu as atividades que marcavam o cinquentenário das graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1965 e 1966. Perseguição, intimidação e ataques contra minorias religiosas ocorreram em todo o país. Um novo Código Penal Islâmico de Aceh entrou em vigor em outubro, ampliando o uso de punições físicas inclusive para relações sexuais consensuais. Foram realizadas 14 execuções.

INFORMAÇÕES GERAIS

Apesar dos compromissos assumidos durante sua campanha eleitoral em 2014, o presidente Joko Widodo não tratou das violações de direitos humanos ocorridas no passado. O governo restringiu ainda mais a liberdade de expressão e aumentou o uso da pena de morte para delitos relacionados a drogas.

FORÇAS POLICIAIS E DE SEGURANÇA

Persistiram as denúncias de violações de direitos humanos por parte da polícia e do exército, inclusive homicídios ilegais, uso de força desnecessária e excessiva, tortura e outros tratamentos ou punições cruéis, desumanas ou degradantes.

Em março, membros da Brigada de Polícia Móvel (Brimob) atacaram residentes da aldeia de Morekau, no distrito de Seram Bagian Barat, província de Maluku, depois que os moradores reclamaram aos policiais da Brimob que haviam entrado na aldeia de que eles estavam interrompendo uma cerimônia religiosa. Treze pessoas foram feridas gravemente. Apesar das promessas de investigação, por parte do chefe de polícia regional, nenhum policial foi acusado formalmente.

Em agosto, militares que não estavam em serviço mataram dois homens durante uma troca de tiros em frente a uma igreja em Timika, na província de Papua. Também em Timika, a polícia atirou em dois estudantes desarmados, matando um deles, durante uma “operação de segurança” em setembro.

Em Jacarta, a polícia local utilizou força desnecessária contra manifestantes num comício pacífico de trabalhadores em outubro. A polícia prendeu e espancou 23 manifestantes, além de dois ativistas de assistência jurídica gratuita que relataram ferimentos na cabeça, no rosto e no abdômen. A polícia culpou os manifestantes pela violência. Todos foram libertados após serem acusados de ameaça a servidores públicos e recusa de dispersar.

IMPUNIDADE

Mais de dez anos depois do assassinato do conhecido defensor dos direitos humanos Munir Said Thalib, as autoridades ainda não foram capazes de levar à Justiça todos os culpados.

Setembro marcou o cinquentenário das graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1965 e 1966. Organizações de direitos humanos registraram uma série de violações no contexto do golpe frustrado de

1965, entre elas homicídios ilegais, tortura incluindo estupro, desaparecimentos forçados, escravidão sexual e outros crimes sexuais violentos, escravidão, prisões e detenções arbitrárias, remoções forçadas e trabalho forçado. Estima-se que entre 500.000 e um milhão de pessoas tenham sido mortas na época, e centenas de milhares detidas, sem acusação ou julgamento, por períodos que variam entre alguns dias e mais de 14 anos. Apesar de os impedimentos legais à cidadania plena para as vítimas desses crimes não terem persistido, ainda existe uma cultura de impunidade para os criminosos.

Em maio, o procurador-geral anunciou que o governo iria instituir um mecanismo não judicial para resolver antigas violações de direitos humanos através de um “comitê de reconciliação”. Isso foi visto por grupos de direitos humanos como um avanço modesto, porém positivo, após décadas de impunidade pelas violações e abusos de direitos humanos que ocorreram durante o governo do ex-presidente Suharto (1965-1998). Entretanto, vítimas e ONGs temiam que esse processo priorizasse a reconciliação em detrimento dos esforços para obtenção de verdade e justiça.

Em 2015, o povo de Aceh comemorou os dez anos do *Acordo de Paz de Helsinki*, celebrado em 2005 entre o governo e o grupo armado pró-independência Movimento Aceh Livre. O acordo deu fim a um conflito de 29 anos, durante o qual foram mortas entre 10.000 e 30.000 pessoas, muitas das quais civis. Em novembro, a Câmara de Representantes do Povo de Aceh montou uma equipe encarregada de nomear delegados para a Comissão da Verdade e Reconciliação de Aceh, um organismo criado para investigar os abusos ocorridos durante o conflito. Algumas cláusulas do estatuto sob o qual a Comissão foi criada não estão de acordo com o direito e as normas internacionais. Sua jurisdição foi limitada ao genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, não incluindo outros crimes previstos no direito internacional, como tortura, execuções extrajudiciais e

desaparecimentos forçados.¹

As investigações sobre disparos, tortura e abusos da polícia e dos militares continuam paralisadas. Apesar das promessas do Presidente Widodo de que haveria uma investigação rigorosa sobre o incidente de dezembro de 2014, quando forças de segurança mataram a tiros quatro estudantes em Paniai, até o final do ano ninguém havia sido levado à Justiça.²

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O prisioneiro de consciência Filep Karma foi libertado em 19 novembro, após passar mais de uma década na prisão por sua expressão política pacífica. Esse foi o mais recente passo positivo, embora limitado, das autoridades para aumentar a liberdade nas províncias de Papua e Papua Ocidental. Em maio, o Presidente concedeu perdão a cinco ativistas políticos na província de Papua, presos por invadir um complexo militar, e prometeu conceder perdão ou anistia a outros ativistas políticos.

Prisioneiros de consciência, como Johan Teterissa, em Maluku, permaneceram encarcerados por manifestações pacíficas, com base nos artigos do Código Penal indonésio relacionados à *makar* (rebelião).³ Pelo menos 27 indivíduos em Papua também permaneceram encarcerados com base nesses artigos, assim como 29 prisioneiros de consciência em Maluku.

As prisões e detenções de ativistas pacíficos também continuaram nas províncias de Papua e Papua Ocidental. Em maio, autoridades prenderam 264 ativistas que planejaram manifestações pacíficas para marcar os 52 anos da entrega de Papua ao governo Indonésio pela ONU.⁴

Outros 216 membros do Comitê Nacional de Papua Ocidental (KNPB) foram detidos arbitrariamente por participar de manifestações pacíficas em apoio ao pedido de Papua para juntar-se ao Grupo Melanésio Ponta de Lança (Melanesian Spearhead Group, em inglês) – uma organização intergovernamental do Pacífico Sul. Embora a maioria tenha sido libertada posteriormente,

doze foram indiciados por participar da manifestação, inclusive com base em leis sobre “rebelião”.⁵

O Presidente Widodo anunciou em maio que seriam eliminadas as restrições para jornalistas estrangeiros que solicitam entrada em Papua; todavia, até o fim do ano, a medida ainda não havia sido plenamente efetivada. No início de outubro, três ativistas papuas que acompanhavam uma jornalista francesa ao distrito de Pegunungan Bintang, em Papua, para cobrir as atividades do KNPB, foram presos e interrogados pelo agente de imigração local sobre as atividades da jornalista. Eles ficaram detidos durante dez horas antes de serem libertados sem acusação.

Prosseguiram durante todo o ano, com base nas leis relacionadas à difamação criminosa, à blasfêmia e ao “discurso de ódio”, as condenações de pessoas que expressaram suas opiniões de forma pacífica.

Em março, o tribunal do distrito de Bandung condenou uma mulher a cinco meses de prisão por ter enviado uma mensagem “pessoal” a uma amiga, através do Facebook, acusando seu marido de agredi-la. Ele a denunciou para a polícia, quando descobriu a acusação ao acessar a conta da esposa, e ela foi condenada com base no artigo 27(1) da Lei de Informações e Transações Eletrônicas (Lei N 11/2008) por “transmitir conteúdo eletrônico que viola a decência”.⁶ Durante o ano, outras três pessoas foram declaradas culpadas de difamação criminosa sob a mesma lei em Yogyakarta, Sulawesi Meridional e Java Central.

O governo seguiu restringindo atividades relacionadas às graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1965 e 1966. Em outubro, a polícia de Salatiga, Java Central, confiscou e queimou centenas de cópias da revista *Lentera*, coordenada pela Faculdade de Estudos Sociais e Comunicação da Universidade Satya Wacana, em Salatiga, pois o número continha um relatório detalhado, destacado na capa, sobre o cinquentenário das violações. No mesmo

mês, o Festival de Escritores e Leitores de Ubud cancelou três sessões de painéis relacionados às mesmas violações de direitos humanos após receber ameaças das autoridades de ter a licença anulada.⁷

Pelo menos seis pessoas ainda estão detidas ou presas com base nas leis contra a blasfêmia. Em janeiro, seis membros do Gafatar, um movimento cultural nacional criticado por organizações islâmicas, sob a alegação de que promovia crenças “dissidentes”, foram presos em Banda Aceh, na província de Aceh, e acusados, com base no artigo 156 do Código Penal, de insultar a religião. Em junho, o líder do grupo foi condenado a quatro anos de prisão.

Em outubro, a polícia aprovou um novo regulamento nacional (Surat Edaran No. SE/6/X/2015) sobre o discurso de ódio. Embora esse regulamento se refira às manifestações “com intuito de causar ódio e hostilidade [contra] indivíduos”, ativistas da sociedade civil temem que possa ser utilizado para condenar pessoas acusadas de difamação criminosa e religiosa.

LIBERDADE DE RELIGIÃO E DE EXPRESSÃO

Perseguição, intimidação e ataques contra minorias religiosas persistiram, incentivados por leis e regulamentações discriminatórias em âmbitos local e nacional.

Em julho, membros da Igreja Evangélica Cristã (Gereja Injil di Indonesia, GIDI) puseram fogo em um local de culto muçulmano em Karubaga, distrito de Tolikara, na província de Papua, onde muçulmanos celebravam o Eid al-Fitr. Membros da GIDI haviam se reunido, inicialmente, para reclamar que o barulho oriundo do culto estava interferindo em um evento da igreja. Agentes de segurança do exército e da polícia dispararam contra a multidão, matando um homem. Jovens da GIDI então destruíram o local de culto muçulmano e diversas lojas nas proximidades. Dois homens foram presos por incitar a violência.

Em outubro, igrejas cristãs foram atacadas

por um grupo de pelo menos 200 pessoas, no distrito de Aceh Singkil, após o governo local ordenar a destruição de dez igrejas no distrito, citando regulamentos provisórios e distritais que restringiam os locais de culto. Os agressores puseram fogo em uma igreja e tentaram atacar outra, mas foram impedidos pelas forças de segurança locais. Um agressor foi morto durante o ataque, após o qual cerca de 4.000 cristãos fugiram imediatamente para a província vizinha de Sumatra Norte. Dez pessoas foram presas. O governo de Aceh Sigkil prosseguiu com os planos de destruir o restante das igrejas.⁸

Em novembro, um local de culto de crenças indígenas de uma comunidade local em Rembang, Java Central, foi queimado por uma multidão durante seu processo de reforma. Antes do ataque, o líder da comunidade havia recebido uma ameaça de uma organização islâmica local, e também uma solicitação do chefe de governo do distrito de Rembang para interromper a reforma. Até o fim de 2015, ninguém havia sido responsabilizado pelo ataque.

A situação de diversas comunidades de minorias religiosas que sofreram hostilidades, violência e despejos forçados ainda é incerta. Três anos depois das autoridades locais despejarem uma comunidade de muçulmanos xiitas de Sampang, Java Oriental, após uma multidão anti-xiita tê-los ameaçado de violência, 300 membros continuavam desalojados de suas casas.⁹

Membros da Igreja Presbiteriana de Yasmin e da Igreja Filadélfia continuaram a se reunir em frente ao palácio presidencial em Jacarta, em resposta ao fechamento de suas igrejas em Bogor e Bekasi, respectivamente. Embora a Corte Suprema tenha anulado a revogação da licença da Igreja de Yasmin, determinada pela prefeitura de Bogor em 2011, a administração da cidade continuou recusando permissão para a reabertura da igreja.

PUNIÇÕES CRUÉIS, DESUMANAS OU DEGRADANTES

Ao longo do ano, pelo menos 108 pessoas foram açoitadas em Aceh, de acordo com a lei sharia, por participarem de jogos de azar, por ingerirem álcool ou por “adultério”. Em outubro, o Código Penal Islâmico de Aceh entrou em vigor, ampliando o uso de punições físicas para relações homossexuais e intimidade entre indivíduos não casados, com punições de, respectivamente, até 100 e 30 chibatadas. O regulamento torna difícil para as vítimas de estupro buscar justiça, uma vez que agora elas mesmas precisam fornecer provas do estupro. Acusações falsas de estupro ou adultério também são puníveis com açoitamento.¹⁰

PENA DE MORTE

Quatorze presos foram executados em janeiro e abril, doze dos quais eram estrangeiros. Todas as execuções estavam relacionadas a crimes por tráfico de drogas, para as quais o presidente Widodo havia declarado previamente que se recusaria a considerar qualquer pedido de clemência.¹¹ O governo alocou recursos orçamentários para novas execuções em 2016. Pelo menos 131 pessoas permaneciam condenadas à morte.

1. Indonesia: Appointment of Aceh Truth Commission selection team a step closer to truth and reparation for victims (ASA 21/2976/2015)
2. Indonesia: Panai shootings – make investigation findings public and bring perpetrators to justice (ASA 21/0001/2015)
3. Indonesia: Release Johan Teterissa and other prisoners of conscience (ASA 21/1972/2015)
4. Indonesia: End attacks on freedom of expression in Papua (ASA 21/1606/2015)
5. Indonesia: End mass arbitrary arrests of peaceful protesters in Papua (ASA 21/1851/2015)
6. Indonesia: Two women convicted under internet law for social media posts (ASA 21/1381/2015)
7. Indonesia: Stop silencing public discussions on 1965 violations (ASA 21/2785/2015)
8. Indonesia: Christian minority in Aceh under threat (ASA 21/2756/2015)
9. Indonesia: Three years later, forcibly evicted Sampang Shi'a community still wanting to go home (ASA 21/2335/2015)

10. Indonesia: Repeal or revise all provisions in the new Aceh Islamic Criminal Code that violate human rights (ASA 21/2726/2015)
11. Flawed justice: Unfair trials and the death penalty in Indonesia (ASA 21/2434/2015)

IRÃ

República Islâmica do Irã

Chefe de Estado: **Aiatolá Sayed Ali Khamenei** (Guia da República Islâmica do Irã)

Chefe de governo: **Hassan Rouhani** (Presidente)

As autoridades reprimiram severamente os direitos à liberdade de expressão, associação e reunião, prendendo e encarcerando jornalistas, defensores dos direitos humanos, sindicalistas e outros que manifestaram divergências, com base em acusações vagas e excessivamente amplas. A tortura e outros maus-tratos contra os detidos ainda eram comuns e cometidos com impunidade; as condições prisionais eram severas. Continuaram os julgamentos injustos, em alguns casos resultando em sentenças de morte. Mulheres e membros de minorias étnicas e religiosas sofriam discriminação generalizada na lei e na prática. As autoridades aplicaram penas cruéis, como cegamento, amputação e açoitamento. Os tribunais impuseram sentenças de morte para uma série de crimes; muitos presos, pelo menos dois menores infratores, foram executados.

INFORMAÇÕES GERAIS

As negociações entre o Irã e os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, mais a Alemanha, resultaram na concordância por parte do Irã, em julho, de restringir seu programa de desenvolvimento nuclear em troca da suspensão das sanções internacionais.

Em março, o Conselho de Direitos Humanos da ONU renovou o mandato do relator especial sobre a situação dos direitos humanos no Irã; as autoridades iranianas continuaram a recusar sua entrada no país e a impedir o acesso de outros peritos da ONU.

O Conselho de Direitos Humanos também adotou formalmente o resultado de sua segunda Revisão Periódica Universal referente ao Irã. O Irã aceitou 130 recomendações, aceitou parcialmente outras 59 e rejeitou 102. Entre as rejeições, estavam as recomendações de que o Irã ratificasse a Convenção da ONU contra a Tortura e a Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, bem como de que termine com o uso da pena de morte contra pessoas menores de 18 anos à época do suposto cometimento do crime.

LIBERDADES DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

As autoridades continuaram a restringir severamente as liberdades de expressão, associação e reunião. Bloquearam o Facebook, o Twitter e outros sites de mídias sociais, fecharam ou suspenderam órgãos de imprensa, como a revista feminina mensal *Zanan*, interferiram na transmissão por satélite de televisões estrangeiras, prenderam e encarceraram jornalistas e pessoas que faziam críticas na internet e fora dela, além de suprimirem protestos pacíficos.

Em agosto, o Ministério das Comunicações e Tecnologias da Informação anunciou a segunda fase da “filtragem inteligente” (controle de conteúdo) de sites que as autoridades considerem ter consequências sociais prejudiciais, contando para isso com o apoio de uma empresa estrangeira. As autoridades prosseguiram com seus esforços para criar uma “internet nacional”, que poderia ser usada para obstruir ainda mais o acesso às informações na rede. Também prenderam e processaram pessoas que usaram as mídias sociais para manifestar divergências.¹ Em junho, um porta-voz do Judiciário afirmou que as autoridades haviam prendido cinco pessoas por atividades “antirrevolucionárias” com uso de mídias sociais, e outras cinco por “atos contra a decência no ciberespaço”.

Os líderes opositores Mir Hossein Mousavi, Zahra Rahnava e Mehdi Karubi

permaneceram em prisão domiciliar, sem acusação ou julgamento. Dezenas de prisioneiros de consciência continuaram detidos ou cumprindo penas de prisão por exercerem pacificamente seus direitos humanos. Eram jornalistas, artistas, escritores, advogados, sindicalistas, estudantes, ativistas pelos direitos das mulheres e das minorias, defensores dos direitos humanos e outros.

De acordo com o Código Penal Islâmico de 2013, pessoas condenadas por múltiplas acusações devem cumprir apenas a sentença mais longa proferida. Porém, ao condenar réus por mais de três crimes, os juízes tinham que impor sentenças que excedessem o máximo previsto para um único delito. Isso levava as autoridades a impetrar múltiplas ações judiciais forjadas contra alguns críticos pacíficos a fim de se certificar que receberiam penas prolongadas de prisão².

As autoridades continuaram a reprimir protestos pacíficos. Em 22 de julho, a polícia prendeu temporariamente dezenas de pessoas e dispersou milhares de professores que se reuniram em frente ao Parlamento na capital, Teerã. Eles protestavam pelo fato de as autoridades hostilizarem os professores que participavam de atividades sindicais e protestos similares. Os manifestantes demandavam a libertação de conhecidos sindicalistas, como Ismail Adbi, que permanecia detido³.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

As pessoas detidas e presas continuaram denunciando atos de tortura e outros maus-tratos, principalmente durante as investigações iniciais, para forçar “confissões” ou conseguir outras provas incriminatórias.

Um novo Código de Processo Penal, que entrou em vigor em junho, introduziu algumas salvaguardas, como registros eletrônicos centralizados dos detidos em cada província. No entanto, o novo Código não oferecia proteção adequada contra a tortura e não conciliava a legislação iraniana com direito e as normas internacionais. O Código

não garantia acesso adequado à assistência jurídica independente desde o momento da prisão, um requisito judicial de proteção contra a tortura e outros maus-tratos. A legislação iraniana não tipificava o delito específico de tortura, e o novo código não estabelecia procedimentos detalhados para investigar as denúncias de tortura. Ademais, embora o Código excluísse as declarações obtidas mediante tortura como provas admissíveis, só o fazia em termos gerais, sem oferecer disposições detalhadas.

Pessoas detidas e presos condenados foram privados de cuidados médicos adequados. Em alguns casos, como castigo, as autoridades retiraram a medicação prescrita aos reclusos e descumpriram as recomendações médicas de hospitalizá-los para tratamento.⁴ Com frequência, as autoridades também submetiam pessoas detidas e presas à detenção prolongada em regime de isolamento, o que constituía tortura ou outros maus-tratos.

Os presos foram submetidos a condições de superlotação e insalubridade severas, sem alimentos suficientes e expostos a temperaturas extremas, como, por exemplo, nas prisões de Dizel Abad, em Kermanshah, de Adel Abad, em Shiraz, de Gharchak, em Varamin, e de Vakilabad, em Mashhad. Segundo alguns ex-presidiários, na Prisão Central de Tabriz, de 700 a 800 presos eram mantidos em três celas mal ventiladas e insalubres, com acesso a apenas 10 latrinas. As autoridades costumavam desconsiderar os regulamentos penitenciários que exigiam colocar as diferentes categorias de presos e detentos em alas distintas dos presídios, o que motivou greves de fome de alguns presos políticos, inclusive de prisioneiros de consciência. Registrou-se a morte de pelo menos um prisioneiro de consciência, Shahrokh Zamani, possivelmente devido às más condições prisionais e à falta de cuidados médicos apropriados.

Penas cruéis, desumanas ou degradantes

Os tribunais continuaram a impor condenações que infringiam a proibição da

tortura e de outras penas cruéis, desumanas ou degradantes, e as autoridades continuaram a aplicá-las. As punições incluíam açoitamento, cegamento e amputações, às vezes executados em público. Em 3 de março, as autoridades em Karaj cegaram propositalmente o olho esquerdo de um homem depois que um tribunal lhe impôs um “castigo equivalente ao delito” (*qesas*) por ter atirado ácido no rosto de outro homem. Ele ainda podia ter o outro olho cegado. As autoridades adiaram a punição de outro preso marcada para 3 de março; ele estava condenado à cegueira e surdez.⁵

Em 28 de junho, as autoridades da Prisão Central de Mashhad, na província de Khorasan, amputaram quatro dedos das mãos direitas de dois homens condenados por roubo, aparentemente sem anestesia.⁶

Sentenças de açoitamento também foram aplicadas. Em junho, um vice-procurador-geral de Shiraz anunciou que 500 pessoas haviam sido detidas e 480 delas julgadas e condenadas no período de 24 horas por terem interrompido publicamente seu jejum durante o Ramadã. A maioria recebeu sentenças de açoitamento administradas pelo Departamento de Aplicação de Sentenças. Alguns dos açoitamentos teriam ocorrido em público.

JULGAMENTOS INJUSTOS

Muitos julgamentos, inclusive alguns que resultaram em sentenças de morte, foram flagrantemente injustos. Antes do julgamento, os acusados eram detidos por semanas ou até meses, com pouco ou nenhum acesso a advogados ou familiares, quando eram coagidos a redigir ou assinar “confissões” que então eram usadas como provas principais contra eles em procedimentos judiciais sem as devidas garantias. Os juizes sistematicamente desconsideravam as denúncias feitas pelos réus de torturas e outros maus-tratos durante a detenção preventiva, sem solicitar investigações.

Depois de anos de deliberações, entrou em vigor o novo Código de Processo Penal,

introduzindo algumas melhoras, como a regulação mais estrita dos interrogatórios e a obrigação de informar aos detidos sobre seus direitos. Contudo, o Código foi seriamente comprometido por uma série de emendas aprovadas poucos dias antes de sua entrada em vigor. Uma delas, aplicável a casos relacionados à segurança nacional, restringia o direito dos detidos a ser representados por advogados de sua escolha durante a prolongada fase de instrução, pois tinham de escolher um que fosse aprovado pelo chefe do poder Judiciário. As mesmas restrições se aplicavam aos réus em processos por crime organizado, nos quais podem ser impostas sentenças de morte, prisão perpétua ou amputação.⁷ Respondendo às críticas às emendas, um alto funcionário do Judiciário afirmou: “o que acontece é que alguns advogados podem causar problemas”. Em alguns casos, ao que parece, os tribunais estenderam também à fase oral do processo a restrição do direito dos réus a um advogado de sua escolha.

Continuaram em funcionamento as cortes especiais, como o Tribunal Especial para o Clero, instituído praticamente à margem da lei, e os Tribunais Revolucionários, que não observavam as normas internacionais para julgamentos justos. O Judiciário não era independente e os tribunais continuaram sujeitos à pressão dos órgãos de segurança, como o Ministério da Informação e a Guarda Revolucionária, para que pronunciassem sentenças condenatórias e impusessem penas severas.⁸

LIBERDADE DE RELIGIÃO E DE CRENÇA

Os membros de minorias religiosas, como os bahá-ís, os sufis, a comunidade Ahl-e Haq, os convertidos do islã ao cristianismo, os muçulmanos sunitas e os muçulmanos que se converteram do xiismo ao sufismo sofriam discriminação no âmbito do trabalho, restrições de acesso à educação e da liberdade de praticar sua fé. Houve relatos sobre a prisão e o encarceramento de dezenas de bahá-ís, cristãos convertidos e membros de outras minorias religiosas, por

motivos tais como prover educação a estudantes bahá-ís que são privados de acesso ao ensino superior.

As autoridades continuaram a destruir lugares sagrados das comunidades bahá-í, sunita e sufi, incluindo seus cemitérios e locais de culto.

Em agosto, um tribunal revolucionário de Teerã declarou Mohammad Ali Taheri culpado de “propagar corrupção na Terra” por ter criado uma doutrina e um grupo espiritual chamados Erfan-e Halgheh, e condenou-o à morte. Em 2011, ele havia sido condenado a cinco anos de prisão, 74 chibatadas e multa pela acusação de “insultar santidades islâmicas”.⁹ Penas de prisão também foram impostas a vários de seus seguidores. Em dezembro, o Supremo Tribunal anulou sua condenação por considerar que a investigação havia sido “incompleta” e devolveu o processo ao tribunal de primeira instância.

DISCRIMINAÇÃO – MINORIAS ÉTNICAS

Os grupos étnicos em desvantagem no Irã, como as comunidades árabes ahwazi, turca azerbaijana, balúqui, curda e turcomana, continuaram denunciando que as autoridades do Estado as discriminavam sistematicamente, principalmente no trabalho, na habitação, no acesso a cargos políticos e no exercício dos direitos culturais, civis e políticos. Esses grupos continuam sem poder usar sua língua minoritária como instrumento de ensino na educação primária. Caso exigissem mais direitos culturais e linguísticos, podiam ser presos e encarcerados, até mesmo condenados à morte em alguns casos.

As forças de segurança reprimiram de maneira desproporcional os protestos de minorias étnicas, principalmente das comunidades árabes ahwazi, turca azerbaijana e curda. Entre março e abril, as autoridades teriam efetuado grande número de prisões na província do Khuzistão, de população árabe, muitas delas depois de uma partida de futebol em março, quando jovens árabes ahwazis exibiram uma bandeira

em solidariedade a Younes Asakereh, um vendedor ambulante dessa minoria que havia morrido em 22 de março depois de atear fogo ao próprio corpo durante um protesto contra as autoridades municipais. Ao que parece, ele não recebeu tratamento médico de urgência devido à falta de fundos. As prisões se deram alguns dias antes do 10º aniversário das grandes manifestações antigovernamentais que ocorreram no Khuzistão em abril de 2005, depois da publicação de uma carta em que se mencionavam os planos do governo de aplicar políticas que reduziriam a população árabe na província. Durante o protesto, a polícia teria prendido e espancado principalmente os homens que usavam roupas tradicionais árabes.¹⁰

Em novembro, várias pessoas do grupo étnico árabe azerbaijano teriam sido presas depois das manifestações essencialmente pacíficas que eclodiram em várias cidades para protestar contra um programa de televisão que os membros desse grupo consideraram ofensivo.

Em 7 de maio, a polícia de choque teria usado força excessiva ou desnecessária para dispersar manifestantes em Mahabad, uma cidade da província de Azerbaijão Ocidental, onde a maior parte da população é da minoria curda, que protestavam depois que uma mulher curda morreu em circunstâncias não esclarecidas.

DIREITOS DAS MULHERES

As mulheres continuaram submetidas à discriminação perante a lei, sobretudo no direito penal e de família, assim como na prática. Mulheres e meninas também enfrentaram novas dificuldades com relação a sua saúde e seus direitos sexuais e reprodutivos. O Parlamento apresentou para debate vários projetos de lei que enfraquecem ainda mais os direitos das mulheres, como o Projeto de Lei para Aumentar as Taxas de Fertilidade e Evitar o Declínio Populacional, que impedia o acesso a informações sobre métodos anticoncepcionais e proibia a esterilização

voluntária. Em 2 de novembro, o Parlamento aprovou os princípios gerais de outra proposta, o projeto de Lei Geral de População e Exaltação da Família. Caso promulgada, a lei obrigaria que todas as entidades públicas e privadas, ao contratar seus funcionários, priorizassem os homens com filhos, os homens casados sem filhos e as mulheres casadas, nessa ordem. A lei também ameaçava estabelecer ainda mais a questão da violência doméstica como “assunto familiar” privado.

Na prática, as mulheres continuaram tendo acesso limitado a métodos contraceptivos modernos e acessíveis, uma vez que as autoridades não haviam restituído o financiamento do programa de planejamento familiar, interrompido em 2012.

As mulheres e as meninas continuaram sem proteção adequada contra a violência sexual e de outros tipos, como o matrimônio precoce e forçado. As autoridades não adotaram leis que criminalizem estes e outros abusos, como o estupro marital e a violência doméstica. Além disso, as leis sobre o uso obrigatório do “véu” (*hijab*) continuaram conferindo poderes às forças policiais e paramilitares para submeter as mulheres a hostilidades, violência e encarceramento.

As autoridades foram alvo de pressões locais e internacionais para permitir que as mulheres assistam como espectadoras às partidas de voleibol masculino no Estádio Azadi de Teerã, mas mantiveram a exclusão devido à pressão de grupos ultraconservadores, como o Ansar Hizbollah.

PENA DE MORTE

As autoridades continuaram fazendo largo uso da pena de morte e executaram grande número de pessoas, algumas condenadas por delitos cometidos quando tinham menos de 18 anos. Algumas execuções foram realizadas em público.

Os tribunais impuseram grande quantidade de sentenças de morte, geralmente depois de julgamentos injustos e por ações que não cumpriam os critérios de delitos “mais graves” segundo o direito internacional, como

os relacionados a drogas. A maioria das pessoas executadas durante o ano havia sido condenada por acusações envolvendo drogas; outras por homicídio ou depois de serem condenadas por acusações vagas como “animosidade contra Deus”.

Muitas pessoas acusadas de delitos passíveis de pena de morte foram privadas de acesso à assistência judiciária durante a fase de instrução do processo quando estavam em detenção provisória. O novo Código de Processo Penal revogava o artigo 32 da Lei Antinarcóticos de 2011, que negava o direito de recurso aos presos condenados à morte por acusações relativas a drogas. Não estava claro, porém, se as pessoas condenadas antes da entrada em vigor do Código poderiam recorrer.

Dezenas de pessoas continuaram no corredor da morte por delitos cometidos quando eram menores de idade. Várias delas foram novamente condenadas à morte depois de serem submetidas outra vez a julgamento conforme as novas diretrizes do Código Penal Islâmico de 2013 sobre o sentenciamento de menores. A Anistia Internacional pôde confirmar a execução de pelo menos três pessoas que tinham menos de 18 anos à época do suposto delito: Javad Saberi, enforcado em 15 de abril, Samad Zahabi, enforcado em 5 de outubro, Fatemeh Salbehi, enforcada em 13 de outubro. Grupos de direitos humanos informaram que, em junho ou julho, ocorreu o enforcamento de Vazir Amroddin, cidadão afegão também condenado à morte por delito supostamente cometido que era menor de idade. Em fevereiro, as autoridades transferiram Saman Naseem, que havia sido condenado em 2013 por um delito cometido quando tinha 17 anos, a um local não revelado, provocando grande preocupação internacional pelo temor de que ele fosse executado. Ele ficou submetido a desaparecimento forçado por cinco meses; em julho, as autoridades acabaram permitindo que ele telefonasse para sua família e confirmaram a seu advogado que o Supremo Tribunal havia determinado que ele fosse a novo julgamento

em abril.¹¹

O Código Penal Islâmico continuava prevendo a execução por apedrejamento; pelo menos duas sentenças foram proferidas, mas nenhuma execução por esse método foi registrada durante o ano.

-
1. Iran: Film producer given jail term after unfair trial: Mostafa Azizi (MDE 13/2272/2015); Iran: Couple sentenced to jail on security charges (MDE 13/2520/2015)
 2. Iran: Harsh prison sentences for two female activists highlight rampant injustice (News story, 2 June)
 3. Iran: Prominent trade unionist unlawfully detained: Ismail Abdi (MDE 13/2208/2015)
 4. Iran: Death of trade unionist must trigger action to tackle appalling prison conditions (MDE 13/2508/2015)
 5. Iran: Man forcibly blinded in one eye in 'unspeakably cruel' retribution punishment (News story, 5 March)
 6. Iran amputates fingers of two men in shocking act of cruelty (MDE 13/1998/2015)
 7. Iran: Draconian amendment further erodes fair trial rights (MDE 13/1943/2015)
 8. Iran: Activists tortured for alleged 'flag-burning' (MDE 13/2110/2015)
 9. Iran: Mohammad Ali Taheri sentenced to death (MDE 13/2245/2015)
 10. Iran: Sweeping arrests of Ahwazi Arab activists (News story, 28 April)
 11. Iran: Whereabouts of juvenile offender on death row emerge five months after scheduled execution (News story, 13 July)

IRAQUE

República do Iraque

Chefe de Estado: **Fuad Masum**

Chefe de governo: **Haider al-Abadi**

A situação dos direitos humanos continuou a se deteriorar. As forças de segurança do governo, suas milícias aliadas e o grupo armado Estado Islâmico (EI) cometeram crimes de guerra e abusos dos direitos humanos. As forças governamentais realizaram ataques indiscriminados em áreas sob o controle do Estado Islâmico e cometeram execuções extrajudiciais. As forças do Estado Islâmico perpetraram assassinatos em massa ao estilo de execuções, bem como sequestros, incluindo raptos de mulheres e meninas para a

escravidão sexual. As autoridades do governo mantiveram milhares de detidos sem julgamento; a tortura e outros maus-tratos contra os detidos continuaram generalizados. Muitos julgamentos não cumpriram as normas internacionais para julgamentos justos. Mulheres e meninas enfrentaram discriminação e violência sexual e de outra natureza. Jornalistas trabalharam em condições perigosas. Tribunais continuaram a impor penas de morte, principalmente em acusações de terrorismo; dezenas de execuções foram realizadas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Continuou o conflito armado entre as forças de segurança governamentais e as forças do Estado Islâmico, que controlava áreas predominantemente sunitas no norte e leste da capital, Bagdá, e inclusive a cidade de Mossul. As forças do governo foram apoiadas por Unidades de Mobilização Popular, compostas principalmente por milícias xiitas. Em maio, as forças do Estado Islâmico tomaram Ramadi, capital da província de Anbar, fazendo que milhares de pessoas fugissem para Bagdá e outras cidades, e massacraram membros das forças de segurança capturados. Em resposta ao avanço do Estado Islâmico, o Primeiro-Ministro Al Abadi concordou que uma contraofensiva das forças governamentais contasse com o apoio das Unidades de Mobilização Popular, apesar do seu histórico de graves violações dos direitos humanos contra muçulmanos sunitas. No fim do ano, Mossul permanecia sob controle do Estado Islâmico, enquanto Ramadi foi recuperada pelas forças de segurança iraquianas em dezembro. Forças armadas curdas (*peshmerga*) descobriram valas comuns em Sinjar depois de retomarem o controle da cidade do Estado Islâmico em novembro.

Segundo a ONU, o conflito causou a morte de cerca de 6.520 civis entre janeiro e outubro, e o deslocamento forçado de quase 3,2 milhões de pessoas desde janeiro de 2014, agravando a crise humanitária

existente. Muitas das pessoas desalojadas buscaram refúgio na região semiautônoma do Curdistão, no norte do Iraque.

Todas as partes envolvidas no conflito cometeram crimes de guerra, outras violações da lei internacional humanitária e abusos dos direitos humanos. Tanto as Unidades de Mobilização Popular quanto o Estado Islâmico teriam utilizado crianças soldados.

Em janeiro, o Parlamento criou um Conselho Consultivo de Direitos Humanos para ONGs, encarregado de facilitar a consulta a grupos da sociedade civil na revisão da legislação a fim de ajustá-la aos direitos humanos; no entanto, nenhuma reforma jurídica significativa havia sido feita até o fim do ano.

Em agosto, numa investigação oficial sobre a tomada de Mossul por forças do Estado Islâmico em junho de 2014, culpou-se o ex-primeiro-ministro Nuri al-Maliki e as autoridades do seu governo pelo abandono da cidade pelas forças de segurança.

Em setembro, o Presidente Masum ratificou a Lei 36 de 2015, que proíbe os partidos políticos de terem braços armados ou afiliação a grupos armados. Porém, no fim do ano, uma proposta de lei de anistia e projetos de leis sobre responsabilização e justiça não haviam sido promulgados. O Primeiro-Ministro Al Abadi se comprometeu a expulsar do exército os militares corruptos. Um projeto de Lei da Guarda Nacional para regulamentar as milícias armadas e fortalecer o controle local das forças de segurança e da polícia, com o fim de reduzir a marginalização dos sunitas e curdos em suas fileiras, revelou-se particularmente controverso; alguns membros do Parlamento afirmaram que o projeto de lei ameaçava a segurança nacional.

Vários organismos de direitos humanos da ONU que conduziram revisões do Iraque em 2015, como o Comitê sobre os Direitos da Criança, o Comitê contra a Tortura e o Comitê de Direitos Humanos, manifestaram preocupação com a deterioração da situação dos direitos humanos.

CONFLITO ARMADO INTERNO

As forças do governo e as Unidades de Mobilização Popular cometeram crimes de guerra, outras violações da lei internacional humanitária e violações dos direitos humanos, principalmente contra as comunidades sunitas em áreas sob o controle do Estado Islâmico. Nas províncias de Anbar, Nínive e Salah al-Din, ataques aéreos indiscriminados das forças do governo mataram e feriram civis e atingiram mesquitas e hospitais.

Em áreas retomadas do Estado Islâmico, as forças de segurança do governo e milícias aliadas realizaram assassinatos em represália a moradores sunitas suspeitos de apoiar o Estado Islâmico e incendiaram casas e mesquitas. Em um caso, em janeiro, as forças de segurança e as milícias xiitas aliadas executaram extrajudicialmente pelo menos 56 muçulmanos sunitas na aldeia de Barwana, na província de Diyala, após reunirem os homens locais sob o pretexto de verificar suas identidades. As vítimas foram mortas a tiros, a maioria enquanto estava algemada.

Também em janeiro, membros de uma milícia yazidi atacaram Jiri e Sibaya, duas aldeias predominantemente árabes sunitas na região noroeste de Sinjar. A milícia realizou em estilo de execução 21 assassinatos de civis, incluindo crianças e homens e mulheres idosos, além de sequestrar outros civis. Moradores disseram que as forças armadas (*pesmmerge*) e os serviços de segurança (*Asayish*) curdos estavam presentes quando os assassinatos foram cometidos. As casas de árabes sunitas também foram saqueadas e incendiadas pelas milícias yazidi depois que as forças armadas curdas retomaram o controle de Sinjar do Estado Islâmico em novembro.

Forças militares dos Estados Unidos, Reino Unido, França e outros países realizaram ataques aéreos contra o Estado Islâmico em apoio ao governo iraquiano; alguns desses ataques teriam matado e ferido civis em áreas controladas ou disputadas pelo grupo armado.

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Grupos armados mataram e feriram civis em todo o Iraque, em ataques suicidas e com carros-bomba, cometidos de maneira indiscriminada ou direcionados deliberadamente contra civis. Combatentes do Estado Islâmico mataram civis em bombardeios indiscriminados e continuaram a sequestrar e matar civis nas áreas dominadas por eles, especialmente os que se opunham ao seu controle. Em março e novembro, a imprensa informou que as forças do Estado Islâmico usaram gás de cloro em bombardeios. Cerca de 500 pessoas, incluindo civis, morreram durante o confronto pelo controle de Ramadi em maio. As forças do Estado Islâmico que assumiram o controle da cidade mataram civis e membros das forças de segurança, jogando alguns corpos no rio Eufrates. O grupo armado também executou sumariamente alguns de seus próprios combatentes que tentaram fugir.

O Estado Islâmico impôs regras estritas de vestimenta, conduta e circulação para os habitantes das áreas sob o seu controle, punindo severamente as infrações. Seus combatentes realizaram assassinatos públicos em estilo de execução e outras punições, inclusive depois que seus "tribunais" condenaram pessoas por transgredir suas regras ou sua interpretação da lei islâmica. O EI também executou sumariamente dezenas de homens que, segundo o grupo, seriam gays, muitas vezes jogando-os de prédios altos. Em Mossul, as forças do Estado Islâmico controlaram toda a circulação de entrada e saída da cidade, e impediram as pessoas de buscar tratamentos médicos em outro lugar, a menos que elas fornecessem fiadores como garantia de seu retorno; quando as pessoas que receberam permissão para viajar não retornaram, o Estado Islâmico teria decapitado alguns fiadores.

Combatentes do Estado Islâmico incendiaram ou destruíram santuários e peças culturais de xiitas, yazidis e outras

comunidades religiosas, assim como casas que haviam sido ocupadas por funcionários do governo e membros das forças de segurança.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Mulheres e meninas sofreram discriminação na lei e na prática, e não foram protegidas de modo adequado contra a violência sexual e de outra natureza. Foram submetidas a abusos graves em áreas controladas pelo Estado Islâmico, onde mulheres e meninas teriam sido vendidas como escravas, forçadas a se casar com combatentes do grupo ou assassinadas quando se recusavam. Em março, forças do EI teriam matado pelo menos nove mulheres xiitas pertencentes à minoria turcomana por se recusarem a casar com combatentes do grupo armado depois que estes mataram seus maridos.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

As forças de segurança realizaram prisões sem mandado judicial e sem informar os detidos nem seus familiares quais eram as acusações. Os detidos, principalmente os suspeitos de terrorismo, foram mantidos incomunicáveis por semanas ou meses após a prisão, muitas vezes em condições análogas ao desaparecimento forçado e em prisões secretas controladas pelos Ministérios do Interior e da Defesa, que não foram abertas à inspeção do Ministério Público ou de quaisquer organismos de supervisão. Em maio, respondendo às denúncias de desaparecimentos forçados feitas por familiares dos detidos, o ministro do Interior negou que seu Ministério tenha operado centros de detenção secretos. Muitos detidos foram libertados sem acusação, mas milhares continuaram em condições adversas, como na prisão de Nassíria, ao sul de Bagdá, usada principalmente para manter homens sunitas condenados ou enfrentando julgamento por acusações de terrorismo, e onde os prisioneiros teriam sofrido abusos.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos permaneceram comuns e generalizados nas prisões e centros de detenção, e foram cometidos com impunidade. Interrogadores torturaram detidos para extrair informações e "confissões" a serem usadas contra eles no julgamento; alguns teriam morrido como resultado de tortura. Em abril, um membro da Comissão Parlamentar de Direitos Humanos disse que os detidos continuavam a sofrer tortura e a ser forçados a fazer confissões. O Comitê contra a Tortura da ONU criticou o fracasso do governo em investigar as denúncias e apelou por mais salvaguardas contra a tortura.

JULGAMENTOS INJUSTOS

O sistema de justiça penal continuou padecendo de graves deficiências e o Judiciário careceu de independência. Os julgamentos, sobretudo de réus acusados de terrorismo e passíveis de serem condenados à morte, foram sistematicamente injustos, com os tribunais muitas vezes admitindo como provas "confissões" obtidas por meio de tortura, algumas delas sendo transmitidas por canais de televisão controlados pelo Estado antes dos suspeitos serem levados a julgamento.

Advogados que representavam suspeitos de terrorismo sofreram ameaças e intimidações por parte de agentes de segurança e foram agredidos fisicamente por membros de milícias. Juízes, advogados e funcionários judiciais continuaram a ser atacados e mortos pelo Estado Islâmico e outros grupos armados.

Em julho, o Tribunal Penal Central do Iraque, em Bagdá, condenou à morte 24 supostos membros do Estado Islâmico depois de condená-los pelo homicídio ilegal de pelo menos 1.700 cadetes do Campo Speicher, base militar perto de Tikrit, na província de Salah al-Din, em junho de 2014. Outros quatro homens foram absolvidos. O julgamento foi concluído em poucas horas e se baseou principalmente em "confissões" que os réus disseram ter sido forçados a fazer

sob tortura durante a detenção preventiva, bem como em imagens de vídeo do massacre previamente divulgadas pelo Estado Islâmico. Todos os acusados negaram envolvimento nas mortes, e alguns negaram que estivessem em Tikrit no momento do crime. Nenhum dos réus tinha um advogado de sua escolha. Eles foram representados por advogados nomeados pelo tribunal, que pediram clemência, mas não contestaram as provas ou a admissibilidade das "confissões".

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE REUNIÃO

As autoridades restringiram o direito à liberdade de expressão, inclusive a liberdade de imprensa. Em junho, o governo introduziu uma nova lei para regular as redes de comunicação; a Alta Comissão Independente de Direitos Humanos, um organismo oficial, considerou a lei excessivamente restritiva.

Em julho e agosto, milhares de pessoas saíram às ruas em Bagdá, Basra e outras cidades para protestar contra a corrupção oficial, os cortes de eletricidade, a escassez de água e o fracasso das autoridades em fornecer outros serviços básicos. Pelo menos cinco pessoas foram mortas quando as forças de segurança usaram força desnecessária para dispersar os protestos. Nas semanas seguintes, vários líderes das manifestações foram mortos por agressores não identificados em Bagdá, Basra e Nassíria. O ministro do Interior alegou que as mortes não tinham conexão com os protestos, mas não estava claro até que ponto elas foram investigadas pelas autoridades.

A situação continuou perigosa para os jornalistas. Eles foram vítimas de ameaças e violência por parte das forças de segurança, e de sequestro e assassinato pelo Estado Islâmico e outros grupos armados. Em abril, o ministro do Interior alegou que as informações negativas publicadas pela imprensa sobre as forças de segurança estavam prejudicando a luta contra o Estado Islâmico.

Em fevereiro, durante uma coletiva de imprensa em Bagdá, vários jornalistas foram

agredidos por seguranças de um oficial graduado das forças de segurança. Em abril, o chefe da sucursal da agência de notícias Reuters em Bagdá, Ned Parker, deixou o Iraque por causa das ameaças que recebeu de uma milícia xiita. As ameaças foram feitas depois de ele relatar que as Unidades de Mobilização Popular cometeram abusos e saques após retomarem o controle de Tikrit do Estado Islâmico.

Em maio, Raed al-Juburi, ativo jornalista do canal de televisão Al Rasheed e colunista do jornal *Azzaman*, foi encontrado morto em sua casa em Bagdá com marcas de tiros no peito. O resultado da investigação de sua morte permanecia desconhecido no fim do ano.

REFUGIADOS E DESALOJADOS INTERNOS

O Iraque continuou a abrigar cerca de 244.527 refugiados da Síria. O conflito entre as forças do governo e o Estado Islâmico fez quase 3,2 milhões de pessoas, a maioria delas das províncias de Anbar, Ninive e Salah al-Din, abandonarem suas casas e ficarem desalojadas. Muitas fugiram para a região do Curdistão ou para outras províncias. Algumas foram desalojadas à força mais de uma vez. Cerca de 500 mil pessoas fugiram da província de Anbar em maio, quando as forças do Estado Islâmico tomaram Ramadi; muitas foram impedidas pelas autoridades de entrar em Bagdá. As condições humanitárias para as pessoas desalojadas internamente continuaram precárias; muitas vezes elas não tinham acesso a serviços básicos e algumas teriam sido atacadas e feridas por moradores locais na cidade curda de Suleimânia. Outras pessoas que fugiram para a região do Curdistão foram presas por suspeitas de vínculo com o Estado Islâmico.

REGIÃO DO CURDISTÃO IRAQUIANO

As tensões políticas aumentaram na região semiautônoma do Curdistão, em meio a esforços do Partido Democrático do Curdistão (KDP) para prorrogar o mandato de seu líder, Massoud Barzani, como presidente do Governo Regional do Curdistão (KRG), medida a que outros partidos políticos se

opuseram. Em outubro, centenas de funcionários públicos protestaram em Suleimânia e outras cidades do leste para exigir o pagamento de salários atrasados. Em outubro, as milícias do Partido Democrático do Curdistão atiraram contra manifestantes em Qaladze e Kalar, matando pelo menos cinco pessoas e ferindo outras. O partido disse que foram abertas investigações sobre o incêndio de sua sede, mas não especificou se elas abrangeriam os homicídios cometidos por suas milícias.

As autoridades do Governo Regional do Curdistão prenderam e detiveram pessoas suspeitas de apoiar ou ter vínculos com o Estado Islâmico, mas não revelaram o número.

PENA DE MORTE

As autoridades continuaram a impor extensivamente a pena de morte e realizaram dezenas de execuções. A maioria dos condenados à morte eram homens sunitas sentenciados com base na Lei Antiterrorismo de 2005. Em junho, o Conselho de Ministros concordou em alterar o Código de Processo Penal para permitir ao ministro da Justiça ratificar ordens de execução se o Presidente não agir sobre elas no prazo de 30 dias. No mês seguinte, o Presidente Masum ratificou pelo menos 21 penas de morte.

Em setembro, um tribunal em Bagdá condenou à morte os irmãos Ali, Shakir e Abdel-Wehab Mahmoud Hameed al-Akka, acusados de terrorismo por decapitar um homem em 2010. Os três afirmaram que, durante os meses que passaram em regime de isolamento, foram torturados por agentes de segurança e obrigados a "confessar" terem matado pessoas que eles não conheciam.

Em agosto, as autoridades do Governo Regional do Curdistão enforcaram Farhad Jaafar Mahmood e suas esposas, Berivan Haider Karim e Khuncha Hassan Ismaeil, encerrando um período de sete anos sem execuções na região. Um tribunal de Dohuk havia sentenciado os três à morte em abril de 2014, após condená-los por sequestro e assassinato.

IRLANDA

República da Irlanda

Chefe de Estado: **Michael D. Higgins**

Chefe de governo: **Enda Kenny**

O acesso ao aborto e a informações sobre o tema continuou severamente restringido e criminalizado. Foi introduzido o casamento igualitário para casais do mesmo sexo. Uma legislação que reconhece o gênero legal foi promulgada.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Em julho, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU (CDESC) criticou a "legislação altamente restritiva" da Irlanda "sobre aborto e sua rígida interpretação da mesma", bem como sua "criminalização do aborto, mesmo em casos de estupro e incesto ou de risco à saúde da gestante". O Comitê recomendou que a Irlanda tomasse todas as medidas necessárias, inclusive um referendo sobre o aborto, a fim de reformar a legislação pertinente. Causou preocupação o impacto que a lei que trata do acesso e das informações sobre aborto poderia ter sobre mulheres e meninas, assim como a proteção constitucional conferida ao feto, que também afetava a saúde materna.¹ Segundo a Constituição, o aborto só é permitido quando a vida da mulher ou da menina correrem "risco real ou considerável", acarretando pena de até 14 anos de prisão em todas as outras circunstâncias.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Em novembro, a Irlanda assinou a Convenção do Conselho da Europa sobre Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher e à Violência Doméstica.

O CDESC manifestou preocupação com a resposta do governo à violência doméstica. O órgão criticou a falta de investigações céleres, completas e independentes sobre as denúncias de abusos cometidos no passado nos abrigos para mulheres administrados por

freiras e conhecidos como “lavanderias de Madalena”, bem como o fato de não terem sido proporcionadas às sobreviventes as devidas reparações.

DISCRIMINAÇÃO

Em maio, um referendo popular aprovou uma disposição constitucional que prevê o acesso igualitário de casais do mesmo sexo ao casamento civil. A legislação foi promulgada em outubro.

Uma lei que prevê o reconhecimento do gênero legal foi promulgada e passou a vigorar em setembro, atendendo substancialmente as normas de direitos humanos.

Surgiram novas preocupações com a institucionalização de pessoas portadoras de deficiências e com as más condições de vida dessas pessoas nos centros residenciais. Também houve preocupação com a possibilidade de negligência e abuso em alguns centros.

MUDANÇAS LEGAIS, CONSTITUCIONAIS OU INSTITUCIONAIS

O CDESC fez críticas à limitada definição legal de direitos humanos contida nas leis com relação a algumas funções da Comissão de Igualdade e Direitos Humanos.² O órgão concluiu que essa limitação, combinada à falta de reconhecimento aos direitos econômicos, sociais e culturais na legislação doméstica, são “fatores preponderantes” que impedem a Comissão de exercer seu mandato e aplicar o inteiro conjunto de direitos. O CDESC recomendou que o governo reexaminasse a legislação de 2014.

Até o fim do ano, o governo ainda não havia respondido à recomendação de fevereiro de 2014 da Assembleia Constituinte instituída pelo governo de que a Constituição fosse emendada para incorporar os direitos econômicos, sociais e culturais. Várias outras recomendações da Assembleia para reformas constitucionais em áreas como igualdade das mulheres e blasfêmia seguiam pendentes.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em novembro, o Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura publicou as conclusões de sua visita de 2014. O Comitê observou melhoras no sistema prisional, mas manifestou preocupação com a violência entre os presos, com a falta de saneamento nas celas persistente em algumas penitenciárias, com a reclusão em condições que correspondiam a confinamento solitário como punição, com as deficiências dos serviços de saúde (inclusive mental) e com a colocação de detidos por motivos de imigração junto com presos provisórios ou condenados. O Comitê também assinalou ter recebido algumas denúncias de maus-tratos pela polícia, tendo recomendado a melhora dos serviços de saúde nas delegacias como salvaguarda contra maus-tratos.

Causou preocupação a demora do governo em ratificar o Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura e estabelecer o Mecanismo Preventivo Nacional requerido.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

Em setembro, o governo anunciou que aceitaria um máximo de 4.000 pessoas com necessidade de proteção internacional, incluindo tanto aquelas que precisassem ser transferidas dentro da UE quanto os 520 refugiados sírios que estavam sendo reassentados na Irlanda diretamente do Oriente Médio.

Continuaram preocupantes as más condições de vida nos centros de acolhida com regime de “manutenção direta” e o período prolongado (cerca de 51 meses) de estadia nesses locais. Um grupo de trabalho criado pelo governo para identificar possíveis melhorias no sistema de “manutenção direta” publicou seu relatório em junho. Em julho, o governo criou uma equipe especial que estudaria se e como pôr em prática as recomendações do grupo de trabalho.

Foi promulgada em dezembro uma legislação que previa um procedimento único para lidar com os pedidos de asilo para refugiados e outras formas de proteção.

-
1. She is not a criminal – the impact of Ireland’s abortion law (EUR 29/1597/2015)
 2. Ireland: Submission to the CESCR (EUR 29/1629/2015)

ISRAEL E TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS

Estado de Israel

Chefe de Estado: **Reuven Rivlin**

Chefe de governo: **Benjamin Netanyahu**

Na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, as forças israelenses perpetraram homicídios ilegais de cidadãos palestinos, inclusive crianças, e detiveram milhares de palestinos que protestavam ou se opunham de outras formas à prolongada ocupação militar de Israel, mantendo centenas de pessoas em detenção administrativa. Tortura e outros maus-tratos continuaram ocorrendo em larga escala e foram cometidos com impunidade. As autoridades continuaram a promover assentamentos ilegais na Cisjordânia e restringiram severamente a liberdade de circulação dos palestinos, ampliando ainda mais as restrições em meio a uma escalada da violência a partir de outubro, que incluiu ataques contra cidadãos israelenses por palestinos e aparentes execuções extrajudiciais por parte de forças israelenses. Colonos israelenses na Cisjordânia atacaram palestinos e suas propriedades com quase total impunidade. A Faixa de Gaza permaneceu sob um bloqueio militar israelense que impôs uma punição coletiva sobre seus habitantes. As autoridades continuaram a demolir casas palestinas na Cisjordânia e em Israel, particularmente em aldeias beduínas na região de Negev/Naqab, removendo à força seus residentes. Elas também detiveram e deportaram milhares de cidadãos africanos

requerentes de asilo e prenderam israelenses objetores de consciência.

INFORMAÇÕES GERAIS

As relações entre israelenses e palestinos continuaram tensas durante todo o ano. Em janeiro, após a Palestina candidatar-se a membro do TPI e aceitar sua competência sobre os crimes cometidos nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO) desde junho de 2014, Israel interrompeu temporariamente o pagamento das receitas fiscais mensais devidas às autoridades palestinas. Mais tarde, em janeiro, o procurador do TPI abriu uma investigação preliminar sobre supostos crimes contra o direito internacional cometidos por Israel e por grupos armados palestinos; Israel condenou a iniciativa, mas deu início a interações limitadas com o procurador do TPI em julho.

Os esforços internacionais não conseguiram fazer com que israelenses e palestinos reiniciassem as negociações. O governo israelense continuou a apoiar a promoção e expansão dos assentamentos ilegais na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, e tomou medidas para autorizar vários postos avançados de colonos na Cisjordânia, que haviam sido estabelecidos sem a permissão do governo.

A partir de outubro, houve um aumento significativo da violência, quando palestinos, em sua maioria indivíduos sem vínculo com grupos armados, realizaram esfaqueamentos, tiroteios, colisões com carros e outros tipos de ataques contra as forças israelenses e contra civis, tanto em Israel quanto na Cisjordânia, e intensificaram os protestos contra a ocupação militar de Israel. As forças israelenses responderam aos ataques e protestos com força letal. Vinte e um civis israelenses e um cidadão estadunidense foram mortos por palestinos durante o ano, todos, com exceção de quatro, entre outubro e dezembro. Forças israelenses mataram mais de 130 palestinos entre outubro e dezembro.

Grupos armados palestinos em Gaza esporadicamente lançaram foguetes de forma indiscriminada contra o sul de Israel;

nenhuma morte foi relatada. Israel reagiu com ataques aéreos a Gaza; um ataque em outubro matou dois civis. Israel também realizou vários ataques aéreos e outros ataques em áreas na Síria.

Liberdade de circulação – o bloqueio de Gaza e as restrições na Cisjordânia

As forças israelenses mantiveram seu bloqueio por terra, mar e ar a Gaza, em vigor desde 2007, impondo uma punição coletiva para 1,8 milhão de habitantes do território. Controles israelenses sobre a circulação de pessoas e bens de e para Gaza, particularmente em relação a materiais de construção essenciais, junto com o fechamento da fronteira de Rafah por parte do Egito e a destruição dos túneis transfronteiriços, prejudicaram gravemente a reconstrução pós-conflito e o fornecimento de serviços essenciais, agravando a pobreza e o desemprego.

As forças israelenses continuaram a impor uma "zona tampão" dentro da fronteira de Gaza com Israel e utilizaram armamentos letais contra palestinos que entraram ou se aproximaram da área. Elas também atiraram contra pescadores palestinos que estavam perto ou dentro de uma "zona de exclusão" que Israel manteve ao longo da costa de Gaza, matando um e ferindo outros.

Na Cisjordânia, Israel restringiu severamente a circulação de palestinos, que foram excluídos de grandes áreas que haviam sido designadas como zonas militares de disparo ou estavam próximas da cerca/muro construído por Israel ou dentro de assentamentos ilegais. Israel também manteve uma série de postos de controle militares e estradas secundárias que restringiam as viagens de palestinos, permitindo a livre circulação dos colonos israelenses. As forças israelenses estabeleceram novos postos de controle e barreiras, particularmente em Jerusalém Oriental e na província de Hebron, em meio ao recrudescimento da violência a partir de outubro, sujeitando centenas de milhares de palestinos às restrições, o que significa impor punição coletiva.

Prisões e detenções arbitrárias

As autoridades detiveram milhares de palestinos dos Territórios Palestinos Ocupados (TPO); a maioria foi mantida em prisões em Israel, violando o direito internacional. Centenas foram detidos sem acusação nem julgamento, por meio de ordens de detenção administrativa renováveis, emitidas com base em informações às quais nem eles nem seus advogados tinham acesso; em protesto, alguns participaram de greves de fome prolongadas. Mohammed Allan, um advogado, permaneceu em greve de fome por 65 dias para protestar contra sua detenção administrativa; ele foi libertado em novembro sem qualquer acusação.

As autoridades israelenses lançaram uma nova onda de repressão aos protestos de palestinos nos TPO em meio à escalada da violência a partir de outubro, prendendo mais de 2.500 palestinos, incluindo centenas de crianças, e aumentando de modo significativo o uso da detenção administrativa. Mais de 580 detenções administrativas de palestinos ocorreram até o fim do ano, inclusive de pelo menos cinco crianças. Além disso, vários judeus israelenses suspeitos de planejar ataques contra palestinos foram mantidos em detenção administrativa.

Palestinos dos TPO que foram acusados enfrentaram julgamentos injustos em tribunais militares. Em dezembro, a parlamentar palestina Khalida Jarrar foi condenada a 15 meses de prisão e a uma multa após um acordo judicial feito depois de meses de procedimentos judiciais militares injustos.¹

Tortura e outros maus-tratos

Forças militares e policiais israelenses, assim como funcionários da Agência de Segurança Interna (ASI), torturaram e praticaram outros maus-tratos contra detentos palestinos, inclusive crianças, em particular durante a prisão e o interrogatório. As denúncias de tortura aumentaram em meio às prisões em massa de palestinos, que começaram em outubro. Os métodos utilizados incluíram espancamento com

cassetetes, tapas, estrangulamento, posições algemadas e de estresse prolongado, privação de sono e ameaças. Judeus suspeitos detidos em conexão com os ataques a palestinos também alegaram ter sofrido tortura. A impunidade para a tortura foi comum. As autoridades receberam quase 1.000 queixas de tortura realizadas pela ASI desde 2001, mas ainda não tinham iniciado quaisquer investigações criminais.

Em julho, o parlamento de Israel, o Knesset, ampliou a abrangência da legislação que exige a polícia e a ASI da necessidade de gravar interrogatórios de palestinos "suspeitos de segurança", com o aval do governo, contrariando uma recomendação de 2013 da Comissão Turkel (veja abaixo). No mesmo mês, o Knesset aprovou uma lei que permite às autoridades submeter os detentos em greve de fome à alimentação forçada, apesar da oposição de grupos de direitos humanos e da ONU.

Homicídios ilegais

Soldados e policiais israelenses mataram pelo menos 124 palestinos dos Territórios Palestinos Ocupados na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, 22 na Faixa de Gaza e 10 em Israel durante o ano. Muitos destes mortos, inclusive crianças, pareceram ter sido vítimas de homicídios ilegais. Entre eles, estavam Muhammad Kasba, de 17 anos, e Laith al-Khalidi, de 15 anos, que foram mortos com tiros nas costas em 3 e 31 de julho, respectivamente, após jogarem pedras ou bombas de gasolina em postos de controle militares ou veículos israelenses; e Falah Abu Maria, que foi alvejado no peito em 23 de julho, quando forças israelenses invadiram sua casa.

Muitas das mortes ocorreram no último trimestre do ano, quando a polícia e as forças militares israelenses mataram a tiros palestinos que realizaram esfaqueamentos ou outros ataques contra israelenses, incluindo civis, ou eram suspeitos de planejar tais ataques, em circunstâncias em que eles não representavam uma ameaça iminente à vida e poderiam ter sido detidos, tornando os homicídios ilegais. Em alguns casos, as forças

israelenses mataram a tiros palestinos que jaziam feridos ou deixaram de prestar assistência médica a tempo para palestinos feridos.

Execuções extrajudiciais

Alguns palestinos pareceram ter sido vítimas de execuções extrajudiciais, como Fadi Alloun, que foi morto a tiros pelas forças israelenses em 4 de outubro, em Jerusalém; Dania Ershied, de 17 anos, e Saad al-Atrash, mortos a tiros pelas forças israelenses em Hebron, em 25 e 26 de outubro; e Abdallah Shalaldah, morto pelas forças secretas israelenses em 12 de novembro, no hospital Al Ahli, em Hebron.

Uso excessivo da força

As forças israelenses, inclusive unidades secretas, usaram força excessiva e letal contra manifestantes tanto na Cisjordânia quanto na Faixa de Gaza, matando dezenas, incluindo 43 no último trimestre do ano, e ferindo milhares com balas de metal revestidas de borracha e munição real. Embora muitos manifestantes tenham jogado pedras ou outros projéteis contra as forças israelenses, eles geralmente não representavam qualquer ameaça à vida dos bem protegidos soldados israelenses quando foram alvejados. Em setembro, o gabinete de segurança de Israel autorizou a polícia a usar munição real em Jerusalém Oriental. Em 9 e 10 de outubro, as forças israelenses usaram munição real e balas de metal revestidas de borracha contra manifestantes palestinos nas áreas fronteiriças da Faixa de Gaza, matando nove pessoas, incluindo uma criança, e ferindo dezenas.

Liberdade de expressão, de associação e de reunião

Ordens militares israelenses proibindo manifestações não autorizadas na Cisjordânia foram usadas para reprimir protestos de palestinos e prender ativistas, como o defensor dos direitos humanos Murad Shtewi, que foi libertado em janeiro, depois de cumprir uma pena de nove meses e meio de prisão com base na Ordem Militar 101. Em diversas ocasiões, jornalistas que cobriam os protestos e outros acontecimentos na

Cisjordânia foram agredidos ou alvejados pela polícia e forças militares israelenses.

As autoridades também aumentaram as restrições sobre os cidadãos palestinos dentro de Israel, banindo a sucursal norte do Movimento Islâmico e fechando 17 ONGs associadas a ele em novembro, e prendendo mais de 250 manifestantes e organizadores de protestos entre outubro e dezembro.

Em setembro, o denunciante israelense Mordechai Vanunu foi condenado a uma semana em prisão domiciliar depois de conceder uma entrevista ao Canal 2 de Israel. Ele continuou a ser proibido de viajar para o exterior e de se comunicar eletronicamente com estrangeiros durante todo o ano.

Direito à moradia – remoções forçadas e demolições

Na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, as forças israelenses demoliram pelo menos 510 casas palestinas e outras estruturas construídas sem licenças israelenses, que são praticamente impossíveis de se obter, removendo à força mais de 610 pessoas. Elas também removeram à força mais de 120 pessoas ao demolir ou tornar inabitáveis 19 casas de famílias de palestinos que realizaram ataques contra israelenses. Na Área C da Cisjordânia, sob total controle israelense, dezenas de comunidades beduínas e de pastoreio continuaram sendo desalojadas à força.

As autoridades também demoliram dezenas de casas palestinas dentro de Israel que, segundo elas, foram construídas sem permissão, principalmente em aldeias beduínas na região de Negev/Naqab. Muitas das aldeias eram oficialmente "não reconhecidas". Em maio, a Suprema Corte aprovou a demolição planejada da aldeia "não reconhecida" de Um al-Heiran e a remoção de seus moradores beduínos para construir uma nova cidade judaica. Em novembro, o governo aprovou a criação de cinco novas comunidades judaicas na região, inclusive duas em áreas onde existem aldeias beduínas.

Violência cometida por colonos
Israelenses que vivem em assentamentos

ilegais na Cisjordânia ocupada atacaram cidadãos palestinos e suas propriedades com frequência, às vezes na presença de soldados e policiais israelenses, que não intervieram. Um incêndio provocado por colonos contra a casa da família Dawabsheh na aldeia de Duma, perto de Nablus, em 31 de julho, matou Ali, de 18 meses de idade, e seus pais Saad e Riham, ferindo gravemente seu irmão Ahmad, de 4 anos. O incidente chamou atenção para o aumento dos ataques de colonos dentro de comunidades palestinas, fazendo com que muitos palestinos se sintam inseguros em suas casas. Os suspeitos foram posteriormente presos, e muitos continuavam detidos no fim do ano.

Um civil israelense matou a tiros Fadel al-Qawasmeh quando estava muito próximo de soldados israelenses na Cidade Velha de Hebron, em 17 de outubro; o homem israelense não foi preso no local e não havia indicações de que ele seria processado.

Embora dois dos três israelenses acusados do sequestro e morte do adolescente palestino Muhammad Abu Khdeir, em julho de 2014, tenham sido condenados em novembro e aguardassem sentença em janeiro de 2016, na maioria dos casos a polícia israelense não investigou de modo efetivo supostos crimes perpetrados por colonos nem processou os suspeitos, tornando constante a impunidade para a violência praticada por colonos.

Impunidade

Em junho, a Comissão Independente de Inquérito das Nações Unidas sobre o Conflito de Gaza de 2014 publicou o seu relatório, documentando crimes de guerra cometidos pelas forças israelenses e pelos grupos armados palestinos durante o conflito de 50 dias e pedindo a responsabilização dos culpados. Israel rejeitou as conclusões da ONU e continuou suas investigações militares, mas estas não tinham independência e não conseguiram fazer justiça. As autoridades militares israelenses abriram investigações sobre as mortes de palestinos pelas forças israelenses na Cisjordânia, mas essas investigações foram

igualmente falhas, e apenas um caso de 2013 levou a uma acusação de "uso negligente de arma de fogo", após longos atrasos e um recurso à Suprema Corte de Israel.

Em setembro, um comitê do governo publicou sua análise das recomendações da Comissão Turkel de 2013 sobre os sistemas de investigação de Israel e sua conformidade com o direito internacional. O comitê deixou de lado algumas recomendações, tais como tornar os crimes de guerra delitos a serem punidos pela legislação nacional, e não definiu medidas práticas ou orçamentos necessários para implementar outras recomendações.

Violência contra mulheres e meninas

Houve novas denúncias de violência contra mulheres, particularmente dentro das comunidades palestinas em Israel. De acordo com ativistas, pelo menos 18 mulheres foram assassinadas em Israel, a maioria por parceiros ou membros da família; algumas foram mortas depois de buscar proteção policial.

Refugiados e requerentes de asilo

As autoridades continuaram a negar aos requerentes de asilo, dos quais mais de 90% eram da Eritreia e do Sudão, o acesso a um processo justo para a determinação do status de refugiado. Mais de 4.200 pessoas eram mantidas no centro de detenção de Holot e na prisão de Saharonim, no deserto de Negev/Naqab, no fim do ano.

Em agosto, o Tribunal Superior de Justiça decidiu que as disposições de uma emenda de dezembro de 2014 à Lei de Prevenção da Infiltração permitindo às autoridades deter os requerentes de asilo em Holot por 20 meses eram desproporcionais, e ordenou ao governo rever a lei e libertar aqueles que estavam detidos na unidade há mais de um ano. Cerca de 1.200 dos aproximadamente 1.800 requerentes de asilo foram posteriormente libertados de Holot, mas foram arbitrariamente banidos das cidades de Tel Aviv e Eilat. Milhares de outras pessoas foram convocadas a ir para Holot de acordo com critérios mais amplos de detenção, e o

número de detidos na instalação atingiu seu ponto mais alto. Em novembro, o governo introduziu um novo projeto de emenda segundo o qual os requerentes de asilo ficariam detidos em Holot por um ano, período prorrogável por mais seis meses.

Até o fim do ano, o asilo havia sido concedido a apenas uma pequena parte dos milhares de cidadãos eritreus e sudaneses que entraram com o pedido, e as autoridades continuaram a pressionar muitos, incluindo os detidos em Holot, a deixar Israel "voluntariamente". Até o fim de novembro, mais de 2.900 requerentes de asilo tinham aceitado tal "regresso voluntário". Em novembro, um tribunal distrital confirmou uma decisão do governo anunciada em março de deportar alguns dos 45.000 requerentes de asilo que ainda estavam no país, sem o seu consentimento, para Ruanda e Uganda ou detê-los indefinidamente na prisão de Saharonim. O governo se recusou a divulgar detalhes sobre os acordos firmados com Ruanda e Uganda ou a dar quaisquer garantias de que os deportados, "voluntariamente" ou não, não seriam transferidos posteriormente para seus países de origem, violando a proibição de *refoulement*.

Objetores de consciência

Pelo menos quatro objetores de consciência foram presos. Entre eles estava Edo Ramon, preso várias vezes desde março por se recusar a servir no exército israelense.

-
1. Israel/Occupied Palestinian Territories: Palestinian parliamentarian sentenced: Khalida Jarrar ([MDE 15/3031/2015](#))

ITÁLIA

República Italiana

Chefe de Estado: **Sergio Mattarella** (substituiu **Giorgio Napolitano em fevereiro**)

Chefe de governo: **Matteo Renzi**

Entre janeiro e abril foi registrado um número cada vez maior de mortos entre os

refugiados e migrantes que tentavam chegar à Itália por barco a partir do Norte da África. Esse número diminuiu depois que os governos europeus introduziram recursos navais para salvar vidas em alto mar. A implementação de um sistema convencional na UE para a triagem dos acolhidos – o "sistema dos centros de registro" (de abordagem direta nos pontos de acesso) – causou preocupações. Continuou a discriminação contra os ciganos, com milhares segregados em campos monoétnicos. A Itália não tipificou o crime de tortura na legislação nacional, não criou uma instituição nacional de direitos humanos independente nem concedeu reconhecimento legal a casais do mesmo sexo.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E MIGRANTES

Mais de 153.000 refugiados e migrantes chegaram à Itália depois de atravessar o mar Mediterrâneo em barcos superlotados e sem condições de navegar. A maioria partiu do Norte da África e foi resgatada no mar pela guarda costeira e pela Marinha italianas, por embarcações de outros países ou por navios mercantes ou de ONGs.

Cerca de 2.900 refugiados e migrantes morreram ou desapareceram no mar ao tentar a travessia durante o ano. A taxa de mortalidade aumentou consideravelmente nos primeiros quatro meses, quando foram relatadas cerca de 1.700 mortes, incluindo mais de 1.200 causadas por dois grandes naufrágios só em abril. Isto estava ligado à redução de recursos para o patrulhamento proativo no fim de 2014, quando a Operação Mare Nostrum foi substituída por uma operação menor, com foco no controle de fronteiras, denominada Operação Triton e operada pela Frontex, o órgão da UE encarregado da gestão de fronteiras.

No fim de abril, os governos europeus decidiram restabelecer o patrulhamento do mar Mediterrâneo por meio de melhorias na Operação Triton, do lançamento de operações independentes de salvamento

pelos governos e do estabelecimento da operação militar da UE no sul do Mediterrâneo (EUNAVFOR MED, mais tarde renomeada Operação Sophia) para combater o tráfico de pessoas. Estas medidas, aliadas ao aumento dos esforços das ONGs, levaram a uma redução drástica da taxa de mortalidade nos meses seguintes. No entanto, a perda de vidas no mar continuou a ser registrada durante o resto do ano, devido ao elevado número de pessoas viajando – pressionadas pela deterioração da situação nos países de origem e de trânsito – e à ausência de alternativas seguras e legais para buscar proteção na Europa.

As autoridades italianas se empenharam para assegurar condições de recepção adequadas para as dezenas de milhares de pessoas que desembarcaram na Itália. O governo estabeleceu um plano para distribuí-las em centros de recepção em todo o país, encontrando, em alguns casos, forte resistência por parte das autoridades e da população local, inclusive com ataques violentos. Em julho, em Quinto di Treviso, no nordeste da Itália, moradores e militantes de extrema-direita invadiram apartamentos destinados a receber requerentes de asilo, levaram os móveis para fora e atearam fogo neles, fazendo com que as autoridades tivessem que transferir os requerentes de asilo para outro local.

Em agosto, foi adotada uma nova legislação para transpor as diretivas da UE em matéria de asilo, reestruturando o sistema de recepção. Houve preocupações quanto a um aumento previsto no uso da detenção em Centros de Identificação e Expulsão (CIES).

Em setembro, a Itália começou a aplicar o chamado "sistema dos centros de registro", segundo o qual os requerentes de asilo de certas nacionalidades seriam identificados para se beneficiar do reassentamento em outros Estados-membros da UE, onde poderiam requerer asilo. O programa de reassentamento levou à transferência de 184 pessoas até o fim do ano. Houve preocupações de que os requerentes de asilo e migrantes poderiam ser detidos

arbitrariamente e forçados a coletar impressões digitais nos locais designados como centros de registro (pontos de acesso de migrantes). Na Sicília, as autoridades emitiram ordens de expulsão de indivíduos no momento de sua chegada, aumentando os temores de que as pessoas ineligíveis para reassentamento poderiam ser expulsas sem ter antes a oportunidade de requerer asilo ou receber informações sobre os seus direitos.

Em setembro, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos condenou a Itália no caso *Khlaifia* pelas detenções arbitrárias, maus-tratos e expulsão coletiva de um grupo de tunisianos em 2011. O caso dizia respeito à sua detenção no centro de recepção de Lampedusa e em embarcações militares, e à sua repatriação sumária para a Tunísia, sem considerar suas circunstâncias individuais.

A "entrada e estadia irregulares" no território continuaram sendo crimes. O governo não adotou decretos para a abolição da medida, embora as instruções para isso tenham sido aprovadas pelo Parlamento em abril de 2014.

DISCRIMINAÇÃO

Ciganos

Milhares de famílias ciganas continuaram a viver em campos e abrigos segregados, muitas vezes em condições precárias, como destacou em outubro o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU. O fracasso do governo em implementar de modo eficaz a Estratégia Nacional para a Inclusão dos Ciganos significou que, três anos após a sua adoção, não houve progresso significativo no sentido de oferecer acomodação alternativa adequada para as famílias ciganas impossibilitadas de prover o próprio sustento. Os ciganos que viviam em campos continuaram a ter pouca chance de acesso à moradia social, particularmente na capital, Roma. As remoções forçadas de ciganos foram denunciadas em todo o país. Em fevereiro, cerca de 200 pessoas, incluindo crianças e mulheres grávidas, foram removidas do campo Lungo Stura

Lazio, em Turim. A Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância criticou as remoções, muitas vezes realizadas sem oferecer garantias processuais e acomodação alternativa. Também reiterou as recomendações para reforçar a independência e os poderes do Escritório Nacional contra a Discriminação Racial, que estava coordenando a implantação da Estratégia Nacional para a Inclusão dos Ciganos. No entanto, o governo reduziu os recursos do Escritório Nacional e interferiu em suas atividades.

Em maio, o Tribunal Civil de Roma reconheceu em uma decisão histórica que a atribuição de moradias para os ciganos no campo monoétnico de La Barbuta, perto do aeroporto de Ciampino, em uma área considerada inadequada para a habitação humana, constituía atitude discriminatória e teria de ser interrompida. As autoridades não haviam tomado qualquer medida concreta para cumprir a decisão até o fim do ano.

Direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais

Em julho, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos julgou no caso *Oliari* que a Itália violou o direito dos requerentes a uma vida privada e familiar, por causa da falta de enquadramento legal para proteger os direitos de casais do mesmo sexo. Apesar disso, o Parlamento não aprovou a legislação pendente para resolver essa lacuna. Em dezembro, o Tribunal de Recursos de Roma confirmou o direito de uma mulher de adotar formalmente a criança nascida de sua parceira como resultado de inseminação artificial.

Em julho, o Tribunal de Cassação decidiu que pessoas transgênero podem obter o reconhecimento legal de seu gênero sem a exigência de se submeter a qualquer tratamento médico.

No fim do ano, o Parlamento ainda não havia aprovado as alterações legislativas para estender aos crimes homofóbicos e transfóbicos a aplicação das penas previstas para os crimes de ódio baseados em outros

motivos.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Um projeto de lei para incorporar o crime de tortura à legislação nacional foi inicialmente aprovado por uma seção do Parlamento em abril, mas não obteve aprovação final. Da mesma forma, o governo não introduziu o uso de crachás de identificação nos uniformes dos agentes de aplicação da lei, o que facilitaria a prestação de contas por abuso.

Em abril, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos julgou no caso Cestaro que a polícia, ao invadir a escola Diaz, em Gênova, durante a cúpula do G8 em 2001, cometeu tortura contra os manifestantes ali abrigados. O Tribunal destacou que nenhum agente havia sido condenado por essa conduta devido à inexistência do crime de tortura no âmbito da legislação nacional, à aplicação da prescrição e à falta de cooperação policial.

A ouvidoria nacional para os direitos dos detidos ainda estava para entrar em operação no fim do ano.

MORTES EM CUSTÓDIA

Continuaram as preocupações quanto à falta de responsabilização pelas mortes ocorridas em custódia, apesar de progressos lentos em alguns casos.

Em junho, começou um julgamento por homicídio culposo contra quatro policiais e três voluntários da Cruz Vermelha italiana no caso de Riccardo Magherini, que morreu durante sua detenção em uma rua de Florença, em março de 2014. Deficiências nas investigações haviam sido denunciadas nos meses anteriores.

Surgiram novas evidências, inclusive depoimentos de testemunhas, no caso de Stefano Cucchi, que morreu uma semana após ser preso na ala penitenciária de um hospital de Roma em 2009, reforçando a suspeita de que ele pode ter morrido em consequência de espancamento. Em setembro, novas investigações foram iniciadas pelo Ministério Público contra os policiais envolvidos em sua prisão. Em dezembro, o Tribunal de Cassação ordenou

um novo julgamento de cinco médicos que haviam sido absolvidos em recurso da acusação de homicídio culposo.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

Em junho, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos convocou uma audiência pública no caso Nasr e Ghali. Os advogados de Usama Mostafa Hassan Nasr (conhecido como Abu Omar) e sua esposa Nabila Ghali afirmaram que policiais e agentes de inteligência italianos foram responsáveis por conspirar com a Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos no sequestro e maus-tratos de Abu Omar em fevereiro de 2003, em Milão, em sua posterior extradição ilegal para o Egito, e em sua tortura e outros maus-tratos durante a detenção secreta no Cairo. O caso continuava pendente no Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Em dezembro, o Presidente Mattarella concedeu perdão a um agente da CIA e perdão parcial a outro; os dois haviam sido anteriormente condenados à revelia por tribunais italianos devido ao seu papel no sequestro e na extradição.

Em fevereiro, foram adotadas novas leis de combate ao terrorismo, aumentando as penas de prisão para "pessoas recrutadas por outras para cometer atos de terrorismo" e estabelecendo sanções para quem organiza, financia ou promove viagens "com a finalidade de realizar atos de terrorismo". As leis também criminalizaram a participação em um conflito em território estrangeiro "em apoio a uma organização terrorista". Também concederam ao governo a autoridade para manter uma lista de sites utilizados com fins de recrutamento e para instruir os provedores de serviços de internet a bloquear esses sites.

MUDANÇAS LEGAIS, CONSTITUCIONAIS OU INSTITUCIONAIS

Apesar das promessas do governo, a Itália mais uma vez não criou uma instituição nacional de direitos humanos, conforme os Princípios relativos ao Estatuto das Instituições Nacionais (Princípios de Paris).

JAPÃO

Japão

Chefe de governo: **Shinzo Abe**

Apesar da Constituição pós-Segunda Guerra Mundial, que renunciou ao “uso da força como meio de resolver disputas internacionais”, em julho o primeiro-ministro Shinzo Abe aprovou na Câmara dos Deputados uma nova legislação que permitiria às forças de autodefesa do Japão unir-se a ações militares coletivas no exterior. A reação pública se opôs à legislação incluiu a realização de uma das maiores manifestações em décadas. Os governos do Japão e da Coreia do Sul chegaram a um acordo sobre o sistema militar de escravidão sexual estabelecido antes e durante a Segunda Guerra Mundial; o resultado foi duramente criticado pelas sobreviventes. Continuaram as execuções de pessoas que estavam no corredor da morte.

DISCRIMINAÇÃO – MINORIAS ÉTNICAS

Apesar de uma recomendação de 2014 do Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação Racial, a coalizão governista se opôs a uma legislação que proibia a discriminação racial. Ainda assim, um grupo de legisladores nacionais enviou ao Parlamento um projeto de lei que exigiria que o governo criasse programas de combate à discriminação. A discussão sobre o projeto de lei começou em agosto. Com o aumento das manifestações contra pessoas de etnia coreana, alguns governos municipais, como o de Osaka, propuseram decretos para refrear os discursos de ódio contra estrangeiros e minorias.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

Continuaram as preocupações com o processo para solicitação de refúgio. O Ministério da Justiça concedeu estatuto de refugiado a apenas 11 pessoas, entre mais de 5 mil requerentes em 2014. Em junho, o Ministério anunciou planos para introduzir

um procedimento de pré-triagem a fim de excluir do processo requerentes “inelegíveis”, alegando que as pessoas em busca de oportunidades de empregos foram as responsáveis pelo aumento no número de pedidos de asilo. Os critérios para a qualificação não foram especificados de forma clara. Em agosto, um homem do Sri Lanka deu entrada em outra ação judicial contra o Ministério, que continuou a negar seu estatuto de refugiado, apesar de uma ordem do Tribunal do Distrito de Osaka em seu favor. Essa foi a primeira vez que uma recusa do governo em obedecer a uma decisão judicial sobre o estatuto de refugiado resultou em uma segunda ação judicial.

DIREITOS DOS TRABALHADORES MIGRANTES

O governo manteve fortes restrições à imigração e anunciou planos para expandir ainda mais o Programa de Treinamento Técnico Interno, para trazer mais trabalhadores estrangeiros ao país. O Programa era passível de abuso por parte dos empregadores, resultando em trabalho forçado, falta de supervisão ou proteção efetiva aos trabalhadores e outros abusos dos direitos humanos. Desde junho, cerca de 180 mil estrangeiros trabalhavam no âmbito do Programa.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXUAIS

Em abril, o distrito de Shibuya, em Tóquio, tornou-se a primeira municipalidade no Japão a aprovar um decreto que reconhece as uniões entre pessoas do mesmo sexo como equivalentes ao casamento. Parceiros do mesmo sexo registrados receberiam um certificado, não vinculante juridicamente, e teriam direitos de visita em hospitais e a possibilidade de assinar contratos conjuntos de aluguel. O distrito de Setagaya, em Tóquio, adotou orientações similares em julho, enquanto cidades fora de Tóquio anunciaram possíveis acordos futuros para parcerias entre pessoas do mesmo sexo.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

No 70º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, o Primeiro-Ministro Abe expressou tristeza, mas referiu-se apenas aos pedidos de desculpas feitos por ex-chefes de governo. Em dezembro, o governo chegou a um acordo com a Coreia do Sul e reconheceu a enorme responsabilidade do Japão pelo sistema militar de escravidão sexual estabelecido antes e durante a guerra, por meio do qual mulheres e meninas foram forçadas à escravidão sexual pelo Exército Imperial Japonês. O resultado do acordo foi criticado, uma vez que não considerou os pontos de vista e as necessidades das sobreviventes, e estas não participaram das negociações.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A Lei sobre a Proteção de Segredos Considerados Especiais, que entrou em vigor em dezembro de 2014, continha disposições que poderiam violar o direito de acesso às informações guardadas por autoridades públicas. Críticos da Lei enfatizaram que o governo poderia reter informações sem critérios claros, que as comissões parlamentares que supervisionam a classificação das informações como secretas eram muito fracas e que os jornalistas corriam risco de ser presos por solicitar e publicar informações consideradas secretas. No fim do ano, o governo ainda tinha de criar um mecanismo independente de fiscalização que incluiria disposições sobre a proteção de autores de denúncias e poderia de fato evitar abusos da Lei.

SISTEMA DE JUSTIÇA

Um projeto de lei que reformava a lei de processo penal e previa a solicitação de gravações na íntegra, em áudio ou vídeo, dos interrogatórios conduzidos pela polícia ou por procuradores foi aprovado na Câmara dos Deputados em agosto, mas não havia sido discutido na Câmara dos Conselheiros até o fim do ano. A proposta de lei era aplicável apenas aos “crimes graves” a serem julgados

no âmbito do sistema de juízes leigos, o que representa cerca de 2% de todos os processos penais. O projeto também não aboliu nem reformou o sistema *daiyo kangoku*, que permite à polícia deter suspeitos por até 23 dias antes de uma acusação formal, o que facilita a prática de tortura e outros maus-tratos com o fim de extrair confissões durante os interrogatórios.

MÉXICO

Estados Unidos Mexicanos

Chefe de Estado e de governo: **Enrique Peña Nieto**

Persistiu a impunidade para graves violações dos direitos humanos, como tortura e outros maus-tratos, desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais. Mais de 27.000 pessoas continuaram sumidas ou desaparecidas. Jornalistas e defensores dos direitos humanos continuaram a ser ameaçados, hostilizados ou assassinados. O número de detenções, deportações e denúncias de abusos contra migrantes irregulares por parte das autoridades aumentou significativamente. A violência contra as mulheres permaneceu amplamente disseminada. Projetos de grande porte de desenvolvimento e exploração de recursos continuaram sendo executados na ausência de um marco legal para o consentimento livre, prévio e informado das comunidades indígenas afetadas. A Suprema Corte sustentou o direito de casais do mesmo sexo de se casar e adotar filhos.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Presidente Peña Nieto cumpriu a metade de seu mandato de seis anos. O governista Partido Revolucionário Institucional manteve a maioria das cadeiras nas eleições para a Câmara dos Deputados; vários estados elegeram governadores e outros representantes locais.

Uma nova Lei Geral de Transparência foi promulgada em maio, fortalecendo as

proteções ao direito de acesso à informação.

O governo defendeu sua reforma educacional frente aos protestos em massa dos sindicatos de professores e dos movimentos sociais. Membros dos sindicatos de professores foram alvo de processos que aparentavam motivação política, sendo que quatro réus foram transferidos para uma penitenciária de segurança máxima em outubro.

Um plano de segurança de 10 pontos, anunciado em novembro de 2014 pelo Presidente Peña Nieto depois das massivas manifestações contra o desaparecimento forçado de 43 estudantes, resultou em vários governos estaduais assumindo o controle das polícias municipais, bem como em um projeto de lei apresentado ao Congresso para criar zonas econômicas especiais nas áreas empobrecidas do sul do país. Outras medidas anunciadas no pacote, como novas leis sobre tortura e desaparecimento, ainda não haviam sido implementadas.

A proporção de pessoas vivendo em situação de pobreza subiu de 45,5% para 46,2% entre 2012 e 2014, segundo dados oficiais divulgados em julho. O percentual de pessoas vivendo na pobreza extrema diminuiu de 9,8% para 9,5% no mesmo período.

Em abril, a Suprema Corte decidiu que 40 dias de detenção provisória sem acusação (*arraigo*) é uma medida constitucional para casos de delitos graves, uma prática que tem sido condenada por vários órgãos que monitoram o cumprimento dos tratados.

FORÇAS POLICIAIS E DE SEGURANÇA

A violência relacionada ao crime organizado continuou sendo motivo de grave preocupação. Apesar dos dados oficiais indicarem uma redução no número de homicídios de 35.930 entre janeiro de dezembro de 2014 para 33.017 entre janeiro e novembro de 2015, esses dados misturam homicídios dolosos com não intencionais, omitindo que a média mensal de homicídios dolosos aumentou. Embora uma quantidade menor de soldados tenha sido designada

para operações de aplicação da lei, muitas violações de direitos humanos ainda eram atribuídas às forças armadas. Havia planos de aumentar a presença de pessoal da marinha em operações de aplicação da lei.

Violações de direitos humanos nas mãos das forças armadas e da polícia continuaram rotineiras, sobretudo nos estados de Tamaulipas, Michoacán e Guerrero, onde operações de segurança de grande escala eram conduzidas.

Em abril, a Corte Interamericana de Direitos Humanos considerou que a reforma de 2014 do Código de Justiça Militar não cumpria integralmente várias decisões anteriores da Corte, pois não excluía da competência militar as violações de direitos humanos cometidas contra membros das forças armadas. O Congresso não aplicou ao Código as reformas requeridas para acatar as decisões da Corte.

EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS

Os responsáveis por execuções extrajudiciais continuaram a gozar de quase absoluta impunidade. Pelo segundo ano consecutivo, as autoridades não publicaram qualquer estatística sobre a quantidade de pessoas mortas ou feridas em confrontos com a polícia e com as forças militares como parte da luta contra o crime organizado.

Jornalistas denunciaram que 16 pessoas desarmadas foram mortas por policiais federais e outras forças de segurança em Apaztzingán, estado de Michoacán, em janeiro. A Comissão Nacional de Direitos Humanos determinou uma investigação dos homicídios. Mais de 40 foram mortas em maio durante uma operação policial em Tanhuato, no estado de Michoacán. As investigações sobre os crimes não foram tornadas públicas e até o fim do ano ninguém havia sido processado.

Em junho, a ONG Centro Prodh (Centro de Direitos Humanos Miguel Agustín Pro Juárez) revelou que uma ordem militar para “abater criminosos” (nesse contexto, “matar”) foi a base das operações efetuadas em 2014 em Tlatlaya, estado do México, quando os

soldados mataram 22 pessoas que supostamente pertenciam a uma gangue. As autoridades alegaram ter se tratado de uma troca de tiros com pistoleiros, mas a Comissão Nacional de Direitos Humanos e uma comissão especial de inquérito do Congresso separadamente concluíram que a maioria das pessoas havia sido morta quando não apresentava ameaça. Sete policiais foram presos, mas apenas três continuavam sendo investigados no fim do ano. A Procuradoria Geral da República não investigou nenhum militar ou outros indivíduos com responsabilidade na cadeia de comando, que não preveniram nem impediram esses crimes.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos continuaram sendo prática comum entre agentes e investigadores das forças policiais, pouco tendo sido feito para sua erradicação. As autoridades negaram a magnitude do problema, enquanto persistiam as denúncias de tortura tanto em nível federal quanto estadual. O governo não foi capaz de informar a respeito de quaisquer ações ou sentenças no âmbito federal. Em abril, três policiais foram indiciados por tortura no estado de Baja California; as ações foram indeferidas por um juiz. A promotoria recorreu.

Houve anúncios referentes a políticas e projetos legislativos que tratam de tortura, como as diretrizes para investigações internas sobre tortura da Procuradoria Geral da República. Em 10 de dezembro, o Presidente Peña Nieto enviou ao Congresso o projeto de uma Lei Geral sobre Tortura, resultado de uma reforma constitucional que permitia ao Congresso legislar em questões de tortura e desaparecimentos em nível federal e estadual.

Assim como em anos anteriores, o procedimento especial para exames médicos estabelecido pela Procuradoria Geral da República para casos de denúncias de tortura não foi aplicado na maioria dos casos, deixando um acúmulo de mais de 1.600 casos em espera.¹ De modo geral, as

autoridades não aplicaram o procedimento conforme os princípios do Protocolo de Istambul. Em muitas ocasiões, as investigações de tortura e outros maus-tratos não avançavam sem que houvesse um exame oficial. Especialistas médicos independentes continuaram tendo dificuldades para realizar seu trabalho e ter seus exames aceitos como prova em procedimentos penais.

Em setembro, em seu primeiro julgamento relativo ao país, o Comitê da ONU contra a Tortura concluiu que a tortura praticada por soldados em 2009 contra quatro homens condenados por crimes que incluíam sequestro violou a Convenção da ONU contra a Tortura. Após a sentença da Corte, os quatro indivíduos foram absolvidos de todas as acusações; entretanto, os soldados não haviam sido indiciados até o fim do ano.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

Desaparecimentos forçados com a participação do Estado e desaparecimentos cometidos por atores não estatais continuaram ocorrendo de forma generalizada. No fim do ano, o governo informou que 27.638 pessoas (20.203 homens e 7.435 mulheres) tinham o paradeiro desconhecido, mas não especificou quantas haviam sido submetidas a desaparecimento forçado. As poucas investigações criminais realizadas em alguns desses casos costumavam ser precárias e as autoridades não conduziram buscas das vítimas. A impunidade para esses crimes foi quase total. Em outubro, a Procuradoria Geral da República criou uma Promotoria Especial para lidar com casos de pessoas desaparecidas ou cujo paradeiro era desconhecido.

Grupos de vítimas e seus familiares, junto com organizações de direitos humanos, engajaram-se em um debate nacional e produziram uma série de requerimentos para a Lei Geral sobre Desaparecimentos. Em 10 de dezembro, o Presidente Peña Nieto enviou ao Congresso um projeto de lei que não cumpria as normas internacionais.

Em janeiro, o procurador-geral da República novamente afirmou que os 43 estudantes de uma escola rural de magistério em Ayotzinapa, no estado de Guerrero, que foram submetidos a desaparecimento forçado em setembro de 2014 e cujo paradeiro continuava desconhecido, foram assassinados, queimados e jogados em um rio. Os restos mortais de um dos estudantes foi identificado, mas o paradeiro dos demais 42 ainda não havia sido revelado. Em setembro, um Grupo Interdisciplinar de Especialistas Independentes (GIEI) designado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos determinou que a investigação se caracterizara por falhas graves e concluiu que as condições no local eram tais que seria impossível os corpos terem sido queimados conforme descrito pelas autoridades. O GIEI confirmou que agentes dos serviços de inteligência à paisana seguiram e vigiaram os estudantes durante os ataques e as detenções, e que as autoridades municipais, estaduais e federais estavam cientes dos ataques. Até o fim do ano, aproximadamente 100 pessoas haviam sido presas ou estavam sendo processadas, mas nenhuma delas havia sido acusada de desaparecimento forçado.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS E JORNALISTAS

Defensores dos direitos humanos e jornalistas continuaram a ser ameaçados, hostilizados, atacados ou assassinados. Os que defendiam o meio ambiente e o direito à terra corriam maior perigo. Vários jornalistas que trabalhavam sobre questões relativas ao estado de Veracruz foram mortos. O Mecanismo para Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos e Jornalistas, de caráter federal, carecia de recursos e de coordenação, o que deixava defensores de direitos humanos e jornalistas mal protegidos. Uma Unidade de Prevenção, Monitoramento e Análise foi instalada três anos depois da criação do Mecanismo. O número de pedidos de proteção com base no Mecanismo permaneceu estável, e cerca de 90% dos

pedidos foram aceitos. A impunidade por ameaças e agressões persistia.

Em junho, o jornalista maia Pedro Canche foi libertado depois de passar nove meses em detenção provisória, com base em uma ação não fundamentada de sabotagem, instaurada como represália por ele exercer pacificamente seu direito à liberdade de expressão. Outros jornalistas continuaram sendo hostilizados pelas autoridades, sendo que alguns tiveram que fugir das cidades em que viviam ou suspender seu trabalho por medo de represálias. Em julho, o repórter fotográfico Rubén Espinosa Becerril, a ativista Nadia Dominique Vera Pérez e outras três mulheres foram encontradas mortas em um apartamento na Cidade do México. Tanto Rubén Espinosa quanto Nadia Vera haviam deixado o estado de Veracruz alguns meses antes devido às ameaças que recebiam.

LIBERDADE DE REUNIÃO

A Suprema Corte continuou a examinar uma contestação judicial à Lei de Mobilidade de 2014 da Cidade do México. A lei constitui uma ameaça à liberdade de reunião pacífica, inclusive por instituir um regime de autorização prévia para manifestações, pela falta de disposições sobre manifestações espontâneas e pelos poderes conferidos ao governo para proibir protestos em locais específicos. A Anistia Internacional e outras organizações internacionais encaminharam à Corte um informe conjunto de *amicus curiae*, argumentando que certas disposições da lei violam as normas do direito internacional.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

A violência contra mulheres e meninas continuou endêmica, com crimes de assassinato, sequestro e violência sexual. O Sistema Nacional para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher anunciou pela primeira vez a ativação de um mecanismo de “Alerta de Gênero” no estado de Morelos e em partes do estado do México. O “Alerta de Gênero” foi concebido para mobilizar as autoridades no combate à

violência de gênero amplamente disseminada e suscitar uma resposta oficial efetiva aos casos de violência.

Em julho, cinco homens receberam múltiplas condenações à prisão perpétua pelo sequestro, exploração sexual e assassinato de 11 mulheres em Ciudad Juárez, município na fronteira com os EUA, cujos restos mortais foram encontrados no deserto nos arredores da cidade em 2012. A sentença do tribunal reconheceu a natureza endêmica da violência motivada por gênero naquela área e determinou novas investigações de outros responsáveis pelos crimes.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E DOS MIGRANTES

Migrantes e pessoas em busca de asilo que cruzam o México continuaram sendo submetidas a sequestros em massa, extorsão, desaparecimento e outros abusos cometidos por grupos do crime organizado, que geralmente agem em conluio com agentes do Estado. A maior parte dos sequestros registrados aconteceu no estado de Tamaulipas. Os ataques em massa contra migrantes por grupos criminosos persistiram em todo o país, sem quaisquer investigações adequadas nem acesso à Justiça ou reparações para as vítimas. Em junho, homens armados atacaram um grupo de aproximadamente 120 migrantes da América Central próximo ao estado de Sonora; até o fim do ano não havia sido feita nenhuma investigação. Uma comissão de peritos criminais formada em 2013 para identificar os restos mortais dos migrantes massacrados em San Fernando, estado de Tamaulipas, e em municípios vizinhos informaram sobre a identificação das vítimas aos seus familiares na América Central. As autoridades continuaram a obstruir o trabalho da comissão, sonhando informações e complicando a entrega dos restos mortais às famílias.

O fluxo de refugiados e migrantes da América Central continuou aumentando, sendo que muitos deles deixavam seus países por causa da violência.

A execução do Plano Fronteira Sul levou ao crescimento do número de deportações e detenções de migrantes que entram no país. Até novembro, 178.254 migrantes irregulares haviam sido apreendidos e detidos pelo Instituto Nacional de Migração, comparados aos 127.149 de 2014. Esse crescimento, porém, não se refletiu num aumento comensurável no número de concessões de asilo. A quantidade de deportações de migrantes centro-americanos pelo México superou a dos Estados Unidos. Houve denúncias de brutalidade nas operações conjuntas das autoridades de migração, da polícia e dos militares ao longo da fronteira Sul do México.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

O país ainda não contava com um marco jurídico sobre o direito dos povos indígenas ao consentimento livre, prévio e informado com relação a projetos de desenvolvimento que afetam suas terras e seus meios de vida tradicionais. Dois líderes indígenas Yaqui que haviam sido presos por protestar contra a construção de um aqueduto foram libertados por falta de provas. O aqueduto, no entanto, seguiu operando mesmo depois que uma autoridade nacional de antropologia constatou que a obra ameaçava a sobrevivência da comunidade indígena.

ESCRUTÍNIO INTERNACIONAL

O governo reagiu de modo áspero às críticas internacionais sobre a situação dos direitos humanos no país. Em março, o relator especial da ONU sobre a tortura foi questionado publicamente depois de produzir um relatório descrevendo a tortura como prática disseminada no país. Um relatório do Comitê da ONU para Desaparecimentos Forçados sobre o México foi descrito pelo governo como “não aportando elementos adicionais” para solucionar o problema.

Em maio, a Suprema Corte decidiu que o país não tinha a obrigação de cumprir as sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos relativas às restrições dos direitos humanos contidas na Constituição

mexicana. A decisão contradiz o direito internacional e ameaça perpetuar violações de direitos humanos como o *arraigo*.

Em setembro, pela primeira vez desde 1996, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos visitou o México para avaliar sua situação de direitos humanos. Em suas observações preliminares, a Comissão destacou, entre outros pontos, a questão da tortura, dos desaparecimentos forçados, da violência contra as mulheres e das execuções extrajudiciais, manifestando preocupação com a impunidade desses crimes. O Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos visitou o país com propósitos similares e declarou que “há um amplo consenso nacional, regional e internacional sobre a gravidade da situação atual dos direitos humanos no México”.

1. Paper Promises, Daily Impunity: Mexico's torture epidemic continues (AMR 41/2676/2015)

MIANMAR

República da União de Mianmar

Chefe de Estado e de governo: **Thein Sein**

As autoridades não combateram a crescente intolerância religiosa nem as incitações à discriminação e à violência contra muçulmanos, permitindo o crescimento do poder e da influência de grupos nacionalistas budistas radicais antes das eleições gerais de novembro. A situação da perseguida comunidade rohingya se deteriorou ainda mais. O governo intensificou a repressão às liberdades de expressão, de associação e de reunião pacífica. Prosseguiram as denúncias de abusos dos direitos humanos e do direito internacional humanitário nas zonas de conflito armado interno. As forças de segurança suspeitas das violações de direitos humanos continuaram a gozar de quase total impunidade.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em 8 de novembro, Mianmar realizou as muito esperadas eleições gerais, quando a opositora Liga Nacional para a Democracia obteve a maioria dos assentos no Parlamento. O estabelecimento de um novo governo foi programado até o fim de março de 2016. Embora as eleições tenham sido amplamente elogiadas por sua credibilidade e transparência, por outro lado, foram prejudicadas pela privação de direitos dos grupos minoritários e por restrições à liberdade de expressão.

Em junho, os militares bloquearam uma reforma na Constituição de 2008 que eliminava seu poder de veto às emendas constitucionais e a cláusula que impedia a líder da oposição, Aung San Suu Kyi, de ser eleita Presidente pelo Parlamento.

Em julho, Mianmar ratificou a Convenção sobre Armas Químicas e assinou o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

DISCRIMINAÇÃO

Houve um aumento alarmante da intolerância religiosa, principalmente dos sentimentos antimuçulmanos, com grupos radicais de nacionalistas budistas crescendo em influência. As autoridades não combateram o incitamento à discriminação e à violência com base no ódio nacional, racial e religioso.

Entre maio e agosto, o Parlamento aprovou quatro leis que visavam a “proteger a raça e a religião”, originalmente propostas por grupos nacionalistas budistas radicais. As leis – a Lei sobre a Conversão Religiosa, a Lei sobre o Casamento Especial para Mulheres Budistas, a Lei de Controle de Natalidade e a Lei sobre Monogamia – foram aprovadas apesar de conter disposições que violam os direitos humanos, inclusive ao discriminar com base em religião e gênero. Temia-se que elas fortalecessem a discriminação generalizada e alimentassem mais violência contra grupos minoritários.¹

Pessoas que se manifestaram contra a discriminação e a crescente intolerância religiosa enfrentaram retaliação de agentes

estatais e não estatais. Em 2 de junho, o escritor Htin Lin Oo foi condenado a dois anos de prisão com trabalhos forçados por “insultar a religião” em um discurso proferido em outubro de 2014 que criticava o uso do budismo para promover a discriminação e o preconceito. Ativistas dos direitos das mulheres e outros defensores dos direitos humanos que criticaram as quatro leis “de proteção à raça e à religião” foram vítimas de assédio e intimidação, inclusive ameaças de abuso sexual.

A minoria rohingya

A situação da minoria rohingya continuou a deteriorar. A maioria permaneceu efetivamente privada de nacionalidade devido à Lei de Cidadania de 1982 e continuou a enfrentar restrições severas de seu direito à liberdade de circulação, bem como acesso limitado à assistência médica vital e negação dos seus direitos à educação e à igualdade de oportunidades de emprego. Houve constantes denúncias de prisões arbitrárias, tortura e outros maus-tratos de rohingyas detidos, bem como de mortes sob a custódia das forças de segurança. O acesso de observadores internacionais ao estado de Rakhine permaneceu severamente restringido.

Em fevereiro, o presidente anunciou a revogação de todos os Cartões de Registro Temporário (CRT) – também conhecidos como “cartões brancos” –, deixando muitos rohingyas sem qualquer forma de documento de identidade. A medida efetivamente impediu os rohingyas – e outros ex-titulares do CRT – de votar nas eleições de novembro. A exclusão dos rohingyas foi reforçada pela desqualificação de quase todos os candidatos dessa etnia às eleições. Muitos outros muçulmanos também foram desqualificados por motivos de discriminação.

O agravamento de sua situação levou um número crescente de rohingyas a deixar Mianmar. Segundo o ACNUR, o órgão da ONU para refugiados, 33.000 pessoas – tanto rohingyas quanto cidadãos de Bangladesh – deixaram a Baía de Bengala por barco

durante o ano. Em maio, uma operação contra o tráfico na vizinha Tailândia encontrou milhares de pessoas – muitas delas rohingyas que fugiam de Mianmar – encalhadas no mar em barcos superlotados controlados por traficantes e contrabandistas de pessoas. Muitos foram espancados e mantidos reféns em troca de resgate.²

PRISONEIROS DE CONSCIÊNCIA

As autoridades continuaram a prender e encarcerar pessoas por exercerem pacificamente os seus direitos, inclusive manifestantes estudantis, ativistas políticos, profissionais da imprensa e defensores dos direitos humanos, em particular ativistas rurais e trabalhistas.³ Até o fim do ano, pelo menos 114 prisioneiros de consciência permaneciam atrás das grades, enquanto centenas de outros libertados mediante o pagamento de fiança enfrentavam processos – e prisão – unicamente pelo exercício pacífico de seus direitos.

Em março, a polícia dispersou com violência uma manifestação estudantil majoritariamente pacífica contra a nova Lei Nacional de Educação na cidade de Letpadan, na região de Bago. Mais de 100 pessoas, entre manifestantes, líderes estudantis e seus apoiadores, foram posteriormente acusadas de uma série de delitos por participar dos protestos. Entre eles estava a líder estudantil Phyo Phyo Aung, que, se condenada por suas atividades pacíficas, poderia enfrentar mais de nove anos de prisão. Nos dias e semanas seguintes, as autoridades submeteram estudantes e seus apoiadores à vigilância e outras formas de assédio, em uma tentativa flagrante de intimidar e punir os que tinham ligações com os protestos estudantis.⁴

Em outubro, um mês antes das eleições gerais, as autoridades detiveram diversas pessoas por causa de postagens nas redes sociais que zombavam do exército. Entre os detidos estava o ativista pacífico da etnia kachin Patrick Kum Jaa Lee, cujos reiterados pedidos de fiança foram rejeitados, apesar da piora de sua saúde durante a detenção.

Essas pessoas foram acusadas com base na Lei de Telecomunicações de 2013, soando o alarme de que as autoridades podem estar transferindo sua repressão para a esfera digital.

Uma anistia em 30 de julho levou à libertação de 6.966 pessoas que estavam presas, 11 delas prisioneiras de consciência. O prisioneiro de consciência Tun Aung foi libertado em janeiro após um indulto presidencial.

Em 5 de janeiro, o presidente Thein Sein reestruturou um comitê criado em 2013 para examinar os casos dos prisioneiros de consciência remanescentes. De acordo com a imprensa estatal, o novo Comitê para Assuntos de Prisioneiros de Consciência estaria “tratando de solucionar prontamente e desde as bases os assuntos relativos aos prisioneiros de consciência”. No entanto, até o fim do ano, não havia informações sobre seu mandato, seus recursos ou suas atividades, e não estava claro se estava ou não funcionando.⁵

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO PACÍFICA

Leis amplas e vagas foram usadas para reprimir as divergências e restringir os direitos à liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica. Entre elas estavam a Lei sobre o Direito de Reuniões e Passeatas Pacíficas, as disposições do Código Penal que criminalizam “reuniões ilegais”, os “insultos à religião” e o “incitamento”, bem como a Lei sobre Associações Ilegais, entre outros. Não houve tentativas de rever ou alterar leis que restringiam tais direitos.

As autoridades intimidaram e monitoraram defensores dos direitos humanos e ativistas pacíficos, submetendo-os a diversas formas de assédio e vigilância – como segui-los, fotografá-los comparecendo a eventos e reuniões, revistando seus escritórios e casas, assediando e intimidando seus familiares, colegas e amigos.

Jornalistas continuaram sujeitos a assédio, prisão, julgamento e encarceramento unicamente por realizarem suas atividades de

modo pacífico, motivando certo grau de autocensura.⁶

CONFLITO ARMADO INTERNO

Em 15 de outubro, o governo e oito grupos armados de minorias étnicas assinaram o Acordo Nacional de Cessar-Fogo, que busca pôr fim a décadas de conflito armado entre os militares e os diversos grupos armados de minorias étnicas. No entanto, a decisão das autoridades de excluir do acordo alguns grupos armados de minorias étnicas levou os outros sete grupos convidados a assinar o acordo – incluindo todos aqueles em conflito ativo com o exército – a decidir não assiná-lo.

O conflito se intensificou nos estados de Kachin e Shan, com denúncias constantes de assassinatos, desaparecimentos forçados, estupros e outros crimes de violência sexual e trabalho forçado.⁷ O governo continuou a negar o acesso total e permanente dos trabalhadores humanitários às comunidades desalojadas.

Em fevereiro, quando novos conflitos eclodiram entre o Exército de Mianmar e o grupo armado Exército da Aliança Nacional Democrática de Mianmar, na região autônoma de Kokang, milhares de pessoas foram desalojadas e houve denúncias de assassinatos. Em 17 de fevereiro, o presidente impôs a lei marcial na região, revogando-a nove meses depois, em 17 de novembro. Em outubro, novas ofensivas militares na região central do estado de Shan provocaram o desalojamento de cerca de 6.000 pessoas. Até o fim do ano, o número de desalojados chegava a 4.000.

Em setembro, o governo assinou o Protocolo Facultativo à Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados. Segundo informações, o Exército exonerou 146 crianças e jovens adultos de suas forças. Houve denúncias constantes de que crianças soldados estavam sendo recrutadas pelo Estado e por atores não estatais.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CORPORATIVA

A estrutura jurídica permaneceu inadequada para impedir que as empresas causem ou contribuam para abusos dos direitos humanos. Não havia nenhuma legislação salvaguardando as remoções forçadas nem salvaguardas ambientais adequadas garantindo que as pessoas estejam protegidas contra os efeitos negativos da poluição da água, do ar e do solo causada pelas indústrias extrativista e manufatureira.

Milhares de pessoas corriam risco de ser removidas à força de suas casas e fazendas para dar lugar à controversa mina de cobre de Letpadaung, no centro de Mianmar. O projeto de mineração de Monywa, do qual Letpadaung faz parte, tem um longo histórico de abusos dos direitos humanos, incluindo remoções forçadas, repressão violenta de protestos por parte das autoridades e impactos ambientais que ameaçam a saúde e o acesso à água potável das pessoas locais. Até o fim do ano, nenhuma das empresas envolvidas tinha sido responsabilizada por quaisquer abusos dos direitos humanos.⁸

REFUGIADOS E PESSOAS DESALOJADAS DENTRO DO PAÍS

De acordo com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), havia mais de 230.000 desalojados internos em Mianmar. Destes, mais de 100.000 haviam sido desalojados pelo conflito nos estados de Kachin e Shan-Norte, enquanto 130.000, a maioria rohingyas, foram desalojados no estado de Rakhine desde a eclosão de violência no local em 2012. Em julho, 1,7 milhão de pessoas foram temporariamente desalojadas pelas grandes inundações que assolaram o país.

Cerca de 110.000 pessoas, algumas de Mianmar e outras refugiadas, viviam em nove campos na fronteira com a Tailândia, incertas de seu futuro. Muitas expressaram preocupação de voltar a Mianmar, apontando como barreiras para seu retorno voluntário a constante militarização, a impunidade persistente, a presença contínua de minas

terrestres e as limitadas oportunidades de educação e emprego.

IMPUNIDADE

Membros das forças de segurança continuaram a violar os direitos humanos com impunidade quase total. Investigações sobre as violações de direitos humanos cometidas pelas forças de segurança foram raras e, quando ocorreram, careceram de transparência e independência. Perpetradores raramente foram responsabilizados. As vítimas e suas famílias continuaram privadas de seus direitos à justiça, à verdade e à reparação.⁹

Em maio, a Comissão Nacional de Direitos Humanos de Mianmar (CNDHM) anunciou ter sido informada de que um tribunal militar absolveu dois militares acusados da morte do jornalista Aung Kyaw Naing (também conhecido como Par Gyi), morto a tiros em custódia militar em outubro de 2014. Essa corte marcial foi realizada apesar de uma investigação policial e um inquérito judicial já estarem em curso. A família de Aung Kyaw Naing não tinha conhecimento da corte marcial até o anúncio da CNDHM. Até o fim do ano, ninguém havia sido levado à Justiça pelo assassinato.

Autoridades do Estado, como os membros das forças de segurança, continuaram protegidas contra processos por violações passadas de direitos humanos, por causa de disposições sobre imunidade na Constituição de 2008. Em dezembro, foi enviado ao Parlamento um projeto de lei que garantiria aos ex-presidentes imunidade vitalícia contra processos pelas “ações” tomadas enquanto estavam no poder, entre as quais poderiam estar violações de direitos humanos, crimes contra a humanidade e crimes de guerra. O projeto de lei não havia sido aprovado até o fim do ano.

PENA DE MORTE

Nenhuma execução foi realizada. Pelo menos 17 novas sentenças de morte foram impostas durante o ano.

ESCRUTÍNIO INTERNACIONAL

Em novembro, a situação dos direitos humanos em Mianmar foi avaliada na Revisão Periódica Universal da ONU.¹⁰ O país rejeitou recomendações-chave para rever leis específicas que restringem os direitos à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica, e se recusou a reconhecer a discriminação sistêmica enfrentada pela minoria rohingya.

A relatora especial da ONU sobre a situação dos direitos humanos em Mianmar fez duas visitas oficiais ao país durante o ano, mas foi obstruída na execução do seu mandato. Em agosto, ela recebeu permissão para viajar por apenas cinco dias, teve dificuldades para se reunir com interlocutores do governo e teve sem acesso negado ao estado de Rakhine. Ela também denunciou a vigilância e o assédio a membros da sociedade civil que se reuniram com ela. Até o fim do ano, ainda não havia um acordo para estabelecer um Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) em Mianmar. Mesmo que os funcionários do ACNUDH tenham conseguido operar em Mianmar, eles não tinham acesso total e permanente ao país, o que interferia na capacidade de realizarem seu trabalho.

1. Amnesty International and the International Commission of Jurists (ICJ), Parliament must reject discriminatory 'race and religion' laws ([ASA 16/1107/2015](#))
2. Deadly journeys: The refugee and trafficking crisis in Southeast Asia ([ASA 21/2574/2015](#))
3. 'Going back to the old ways': A new generation of prisoners of conscience in Myanmar ([ASA 165/2457/2015](#))
4. Myanmar: End clampdown on student protesters and supporters ([ASA 16/1511/2015](#))
5. Amnesty International and Human Rights Watch, Open letter on the establishment of the Prisoners of Conscience Affairs Committee ([ASA 16/0007/2015](#))
6. Caught between state censorship and self-censorship: prosecution and intimidation of media workers in Myanmar ([ASA 16/1743/2015](#))
7. Investigate alleged rape and killing of two Kachin women ([ASA 16/0006/2015](#))
8. Open for business? Corporate crime and abuses at Myanmar copper

mine ([ASA 16/0003/2015](#))

9. Myanmar: Four years on, impunity is the Kachin conflict's hallmark ([ASA 16/1832/2015](#))
10. Stalled reforms: Impunity, discrimination and ongoing human rights abuses: Amnesty International submission to the Universal Periodic Review, ([ASA 16/2276/2015](#))

MOÇAMBIQUE

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Chefe de Estado e de governo: **Filipe Jacinto Nyussi**

Ninguém foi responsabilizado pelo assassinato do jurista que afirmou ser constitucional a proposta apresentada pelo partido de oposição sobre autonomia provincial. O Ministério Público acusou dois homens de cometerem crime contra a segurança do Estado por terem criticado o ex-presidente Armando Guebuza. Um novo Código Penal entrou em vigor. Projetos de lei que afetam os direitos de mulheres e meninas foram convertidos em lei.

INFORMAÇÕES GERAIS

Filipe Nyussi, da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), o partido governista, tomou posse como Presidente em 15 de janeiro, após vencer as eleições de outubro de 2014 com 57% dos votos.

Afonso Dhlakama, líder da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), o principal partido de oposição, não aceitou o resultado do pleito e boicotou a abertura do Parlamento em janeiro. Durante todo o ano, a RENAMO fez campanha por autonomia provincial nas regiões do centro e norte do país, onde o partido alega ter obtido a maioria dos votos. Em abril, o Parlamento rejeitou um projeto de lei proposto pela RENAMO que visava a formalizar a autonomia regional.

Em setembro, após vários meses de tensão pós-eleitoral, começaram os confrontos entre as forças armadas nacionais e as milícias da RENAMO. Em 13 de setembro, a comitiva de Afonso Dhlakama foi atingida por tiros quando ele estava em campanha na província de Manica. Uma investigação sobre

o incidente ainda não estava concluída no fim do ano.

A estagnação do nível de pobreza do país na última década contribuiu para alimentar os conflitos sociais.

MUDANÇAS LEGAIS

Em outubro, o Conselho de Ministros aprovou a Lei de Regulamentação do Acesso à Informação, que vigorava desde dezembro de 2014. A lei estabeleceu a responsabilidade de autoridades governamentais e entidades privadas com relação à divulgação e disseminação de informações de interesse público; os prazos para que as informações sejam fornecidas; e um mecanismo legal para quando um pedido de informações for negado.

Um novo Código Penal entrou em vigor em julho, com várias revisões positivas, como a descriminalização do aborto, a opção de penas não privativas de liberdade como alternativa à prisão e a criminalização de ações que destruam o meio ambiente.

Segundo o novo Código, o aborto é legal quando a gravidez oferece risco à saúde da mãe ou do feto, quando resulta de estupro ou incesto, ou quando é realizado nas 12 primeiras semanas de gestação por um profissional de saúde qualificado, em um centro de saúde oficial.

A necessidade de que seja aprovada uma Regulamentação para a descriminalização do aborto, bem como o fato de o Código de Processo Penal não ter sido revisado são obstáculos à aplicação da nova legislação.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em 19 de junho, o Ministério Público acusou formalmente Carlos Nuno Castel-Branco de cometer crime contra a segurança do Estado por difamar o ex-presidente Armando Guebuza. A acusação se baseou em uma carta aberta publicada na página de Carlos Nuno Castel-Branco no Facebook em novembro de 2013, em que ele criticava os antecedentes de governança de Armando Guebuza.

A postagem do Facebook foi mais tarde

publicada no jornal *Mediafax*. Fernando Mbanze, editor do *Mediafax*, foi acusado de “abusar da liberdade de imprensa” e infringir a Lei de Segurança do Estado.

Em 16 de setembro, o Tribunal Distrital do Município de Kampfumo absolveu a ambos argumentando que publicar uma carta não era considerado crime segundo o direito moçambicano. O Ministério Público recorreu da decisão do tribunal. No fim do ano, o recurso ainda não havia sido julgado.

Em 3 de março, o constitucionalista Gilles Cistac foi morto a tiros por quatro atiradores na capital Maputo. Conceituado acadêmico, ele havia afirmado publicamente que a proposta da RENAMO sobre autonomia provincial era constitucional, motivando críticas por parte da FRELIMO. No dia 7 de março, centenas de ativistas de direitos humanos e estudantes fizeram uma passeata em Maputo para pedir justiça por seu assassinato. A polícia abriu publicamente uma investigação sobre o crime, mas até o fim do ano os responsáveis não haviam sido identificados.

DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Pelo terceiro ano consecutivo, nada foi feito para que alguém prestasse contas pela detenção arbitrária e ilegal de José Capitine Cossa. Ele havia sido detido sem acusação ou julgamento na Penitenciária de Segurança Máxima de Machava, de onde foi libertado em 2012.

NICARÁGUA

República da Nicarágua

Chefe de Estado e de governo: **Daniel Ortega Saavedra**

Defensores dos direitos humanos, assim como grupos indígenas e afrodescendentes, foram ameaçados e intimidados em represália por seu trabalho, principalmente em situações de manifestações públicas. Veículos de imprensa e organizações da sociedade civil enfrentaram hostilidades. Várias pessoas foram mortas e centenas

desalojadas em consequência dos conflitos por terras cada vez mais intensos na Região Autônoma da Costa do Caribe Norte. A violência contra as mulheres prosseguiu; o aborto em qualquer circunstância continuou absolutamente proibido.

INFORMAÇÕES GERAIS

O partido da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) ainda exercia significativo controle sobre todos os setores do governo. Em novembro, o governo aprovou formalmente um estudo de impacto ambiental que permitiria o prosseguimento da construção de um megaprojeto de infraestrutura conhecido como Grande Canal Interoceânico, uma via conectando os oceanos Atlântico e Pacífico. Dificuldades financeiras tornavam seu futuro incerto.

DISPUTAS POR TERRAS E DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) determinou que a Nicarágua proporcionasse medidas protetivas aos indígenas Miskito, depois que o constante conflito entre a comunidade indígena e os colonos que tentam tomar o controle de suas terras ancestrais se intensificou em setembro. O Centro por Justiça e Direitos Humanos na Costa Atlântica da Nicarágua (CEJUDHCAN) informou que entre 2013 e 2015, 24 indígenas Miskitos foram mortos, 30 atacados e centenas desalojados.

Grupos indígenas, afrodescendentes e outros que protestavam contra o Grande Canal Interoceânico foram intimidados, atacados e detidos de modo arbitrário, segundo o Centro Nicaraguense de Direitos Humanos (CENIDH). Em outubro, policiais ergueram uma barreira na estrada para impedir que milhares de camponeses protestassem contra o canal; vários manifestantes foram atacados por grupos favoráveis ao governo, segundo a organização de direitos humanos Fundação Popol Na. Os manifestantes acusaram o governo de conceder licença à construção do canal sem o consentimento livre, prévio e informado dos

povos indígenas que poderão ser desalojados pela obra.

Os ativistas que protestaram contra projetos de mineração na Nicarágua também foram intimidados e hostilizados, segundo a CENIDH.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

Autoridades e apoiadores do governo tentaram reprimir e estigmatizar o trabalho de organizações da sociedade civil e órgãos de imprensa que criticavam o partido no governo. Em maio, dois integrantes do Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), uma organização regional de direitos humanos, foram proibidos de entrar no país, sendo deportados assim que chegaram ao aeroporto da capital, Manágua, para participar de um evento de direitos humanos. Não foi dado qualquer motivo oficial para o que aconteceu.¹

DIREITOS DAS MULHERES

Em outubro, durante uma audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, organizações de direitos humanos regionais e nicaraguenses discutiram suas preocupações com relação aos abusos cometidos contra os direitos humanos de mulheres e meninas, como a proibição absoluta do aborto e o acesso à Justiça para meninas e mulheres que sofreram atos de violência ou abusos. A Rede de Mulheres contra a Violência da Nicarágua informou que 35 mulheres e meninas foram assassinadas (crime especificado como “feminicídio” no Código Penal) no primeiro semestre do ano, em comparação a 47 no mesmo período de 2014. Entretanto, as ONGs manifestaram preocupação com as reformas aprovadas em 2013 que comprometeram a Lei Integral contra a Violência contra a Mulher (Lei 779) ao oferecer às mulheres mediação com seus parceiros abusivos em alguns casos de violência doméstica.

-
1. Nicaragua: Defensores de derechos humanos deportados arbitrariamente (AMR 43/1687/2015)

NIGÉRIA

República Federal da Nigéria

Chefe de Estado e de governo: **Muhammadu Buhari**
(substituiu Goodluck Ebele Jonathan em maio)

O conflito entre o exército e o grupo armado Boko Haram continuou, resultando na morte de milhares de civis e mais de dois milhões de deslocados internos (DI) até o fim do ano. Tortura e outros maus-tratos foram extensamente praticados pela polícia e pelas forças de segurança. Demolições de assentamentos informais provocaram a remoção forçada de milhares de pessoas. Sentenças de morte continuaram a ser impostas; nenhuma execução foi relatada.

INFORMAÇÕES GERAIS

A eleição geral para Presidente e membros do Senado e da Câmara dos Deputados ocorreu em 28 de março; a eleição para governadores e a Assembleia Legislativa em 11 de abril. O candidato do partido de oposição, o Congresso de Todos os Progressistas (APC), Muhammadu Buhari, venceu a disputa presidencial. Os novos membros do gabinete tomaram posse em 11 de novembro.

Em julho, o Presidente Buhari aposentou os chefes do serviço militar nomeados pelo ex-presidente Goodluck Jonathan – inclusive dois oficiais militares cuja potencial responsabilidade por crimes contra o direito internacional não foi investigada pelas autoridades – e os substituiu.

Protestos a favor do estado independente de Biafra ocorreram no sul e sudeste do país. Em 14 de outubro, Nnamdi Kanu, líder da organização Povos Indígenas de Biafra (IPOB) e diretor da Rádio Biafra, foi preso e acusado de conspiração criminosa, de administrar e fazer parte de uma sociedade clandestina e de intimidação. Em 17 de

dezembro, o Supremo Tribunal Federal na capital, Abuja, ordenou sua libertação incondicional da custódia do Departamento de Serviços do Estado (DSS). No entanto, ele não foi libertado e foi acusado de traição em 18 de dezembro, permanecendo detido no fim do ano.

Em novembro, o relatório de uma comissão investigativa criada pelo Presidente sobre a aquisição de armas e equipamentos no setor de segurança descobriu, entre outros, contratos fictícios no valor de vários bilhões de dólares. O Presidente ordenou a prisão de todos os implicados no relatório, inclusive Sambo Dasuki, o conselheiro de Segurança Nacional para o período 2012-2015. Ele permanecia detido no fim do ano.

CONFLITO ARMADO

Boko Haram

O Boko Haram continuou a cometer crimes de guerra e crimes contra a humanidade no nordeste da Nigéria, matando milhares de civis.¹ Em janeiro, o grupo expandiu o território sob seu controle ao dominar as cidades de Baga e Monguno, no estado de Borno. Combatentes do Boko Haram mataram deliberadamente civis, em particular homens em idade de combate, detiveram outros e destruíram edifícios. No ataque em Baga, o Boko Haram matou centenas de civis naquele que pode ter sido seu ataque mais letal até o momento. Imagens de satélite revelaram que mais de 3.700 edifícios foram danificados ou destruídos no ataque.

Milhares de civis viveram sob o violento controle do Boko Haram, tanto nas cidades capturadas quanto depois de sequestrados e levados para campos. Muitas mulheres e meninas foram estupradas e forçadas a se casar.

A partir de março, uma ofensiva continuada por parte do exército, com apoio das forças armadas de Camarões, do Chade e do Níger, expulsou o Boko Haram de cidades importantes do nordeste da Nigéria. No entanto, o Boko Haram continuou a matar civis por meio de ataques a cidades menores

e vilarejos, bem como de bombardeios.²

Os bombardeios tiveram como alvo mercados, centros de transporte, bares, restaurantes e locais de culto em cidades do nordeste, bem como em Abuja e nas cidades de Jos, Kano e Zaria.³ O Boko Haram usou mulheres jovens e meninas em atentados suicidas com explosivos em muitos dos incidentes.

O exército anunciou o resgate de mais de 1.400 pessoas de territórios controlados pelo Boko Haram, a maioria mulheres e crianças. O destino de 219 alunas sequestradas da cidade de Chibok, no estado de Borno, em 14 de abril de 2014, permanecia desconhecido.

Forças de segurança

O exército cometeu crimes de guerra e possíveis crimes contra a humanidade em sua resposta ao Boko Haram entre 2011 e 2015.⁴ O Presidente Buhari prometeu investigar evidências de diversos casos de crimes de guerra cometidos por militares entre junho e dezembro. No entanto, nenhuma ação adicional foi tomada para dar início a investigações independentes e imparciais. Em seu relatório sobre exames preliminares, em novembro, o Gabinete do Procurador do Tribunal Penal Internacional identificou oito potenciais casos envolvendo a execução de crimes contra a humanidade e crimes de guerra pelo Boko Haram (seis casos) e pelas forças de segurança (dois casos).

Os militares continuaram a executar extrajudicialmente homens suspeitos de pertencer ao Boko Haram.

O exército prendeu pessoas durante “operações de triagem”, em que membros do público eram enfileirados diante de informantes, ou em suas casas. Outros foram presos arbitrariamente quando tentavam fugir de ataques do Boko Haram ou de áreas controladas pelo grupo. Em muitos casos, as prisões foram realizadas sem haver motivos para suspeitas razoáveis ou sem investigação adequada.

Suspeitos detidos por militares não tiveram

acesso às suas famílias ou a advogados, nem foram levados perante um tribunal. Eram principalmente homens jovens; embora mulheres, crianças e homens mais velhos também tenham sido detidos.

Muhammad Mari Abba, médico e consultor da Organização Mundial de Saúde, que foi preso em 2012 no estado de Yobe, não havia sido acusado e permanecia em detenção incomunicável no fim do ano.

Alhaji Bukar Yaganami, empresário que foi preso em Maiduguri, no estado de Borno, em 2013, permanecia em detenção militar no fim do ano, apesar de haver uma ordem judicial de julho de 2014 a favor de sua libertação mediante o pagamento de fiança.

Aparentemente, as condições em alguns centros de detenção militar melhoraram. Os detidos receberam três refeições por dia, acesso a instalações sanitárias e à assistência médica. No entanto, suspeitos continuaram a morrer em detenção. Tortura rotineira e outros maus-tratos levaram a mortes em centros de detenção, uma vez que os suspeitos continuaram a ser mantidos incomunicáveis.

Um número pequeno de suspeitos foi libertado ao longo do ano; o exército anunciou a libertação de 310 suspeitos em julho e setembro, após a conclusão das investigações. Muitos estavam detidos havia mais de um ano. Alguns receberam 10 mil nairas (cerca de 50 dólares) ou roupas no momento de sua libertação, enquanto outros não receberam nada.

Em 21 de dezembro, o Supremo Tribunal Federal em Abuja inocentou cinco policiais pelo suposto assassinato do líder do Boko Haram, Mohammed Yusuf, em 2009.

Pessoas desalojadas dentro do país

Em setembro, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) estimou que mais de 2,1 milhões de pessoas foram desalojadas internamente no norte da Nigéria; 92% delas viviam em comunidades de acolhimento, enquanto o restante vivia em campos. Os campos em Maiduguri estavam superlotados, com acesso inadequado à alimentação e

saneamento. O governo estabeleceu um comitê para investigar denúncias de tráfico de pessoas e de abuso sexual de desalojados internos, com a cumplicidade de funcionários do campo e da segurança. Os resultados da investigação não haviam sido divulgados até o fim do ano.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Em 12-13 de dezembro, militares mataram mais de 100 membros de uma seita xiita, o Movimento Islâmico da Nigéria, em Zaria, no estado de Kaduna. O líder do grupo, Ibraheem Zakzaky, foi preso em sua residência e permaneceu em detenção incommunicável no fim do ano. Centenas de outras pessoas também foram presas.

Em 17 de dezembro, o exército matou cinco pessoas quando abriu fogo contra membros do IPOB que faziam uma manifestação em Onitsha, no estado de Anambra, para comemorar o anúncio da libertação de Nnamdi Kanu.

VIOLÊNCIA ENTRE COMUNIDADES

A violência entre grupos étnicos continuou a tirar vidas. Em Riyom e Barikin Ladi, áreas do governo local no estado de Plateau, comunidades entraram em confronto por alegações de roubo de gado e disputas por terras. Perpetradores de violência raramente foram investigados e processados.

SISTEMA DE JUSTIÇA

Em maio, o Decreto de Administração da Justiça Criminal foi aprovado. O Decreto adotou novas disposições que melhoraram o sistema de justiça criminal. As principais disposições incluíram indenização para as vítimas de crimes, penas não privativas de liberdade e registros eletrônicos dos procedimentos.

No entanto, os presídios continuaram superlotados e os processos judiciais lentos. Greves frequentes por parte de funcionários judiciais, como oficiais de justiça, por causa de salários e o conseqüente fechamento dos tribunais provocaram atrasos nos julgamentos e na gestão de prisões preventivas.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos por parte da polícia e dos militares continuaram generalizados. Execuções extrajudiciais, extorsão, detenções arbitrárias e prolongadas foram frequentes.

Em julho, a polícia anunciou que estava revendo as Ordens da Força, inclusive a Ordem da Força 237, que permite que policiais atirem contra suspeitos e detidos que tentem evitar a prisão ou fugir – independentemente de representarem ou não uma ameaça à vida. O Inspetor-Geral da Polícia também anunciou que, nos últimos três anos, quase 1 bilhão de nairas (5 milhões de dólares) tinham sido pagos como indenização a vítimas de violações de direitos humanos cometidas pela polícia.

Muitos departamentos policiais, inclusive a Unidade Especial Antirroubos (SARS) e a Divisão de Investigação Criminal, mantiveram salas onde suspeitos foram torturados enquanto eram interrogados. Em novembro, o Inspetor-Geral da Polícia anunciou a criação de uma Unidade de Resposta a Denúncias e uma iniciativa de reforma da SARS, em resposta a preocupações públicas sobre supostas violações cometidas por policiais em todo o país.

O projeto de Lei Antitortura – criado para proibir e criminalizar o uso de tortura – foi aprovado pelo Parlamento em junho. O projeto não havia sido convertido em lei até o fim do ano.

PENA DE MORTE

As autoridades continuaram a condenar pessoas à morte. Não há relatos de nenhuma execução.

Em janeiro e março, 66 soldados foram condenados à morte no Tribunal Geral Marcial por diversas acusações, inclusive motim. Em dezembro, suas sentenças foram comutadas para 10 anos de prisão cada.

Em 28 de maio, Moses Akatugba foi perdoado após 10 anos no corredor da morte.

Em 25 de junho, o Tribunal Superior da Sharia, em Kano, condenou à morte por blasfêmia o acadêmico islâmico Abdulaziz

Dauda, também conhecido como Abdul Inyass, e oito de seus seguidores.

Em setembro, o governador do estado de Cross River aprovou um projeto de lei que torna obrigatória a pena de morte em casos de sequestro.

DIREITO À MORADIA

As remoções forçadas em massa continuaram.

Os novos governos dos estados de Lagos e Kaduna deixaram milhares de pessoas desabrigadas e vulneráveis a outras violações de direitos humanos quando realizaram remoções forçadas em massa sem consulta, indenização nem oferta de moradia alternativa.

Em agosto, centenas de moradores da comunidade de Bayan Alhudahuda, em Zaria, receberam um aviso de demolição de 28 dias, ordenando que demolissem suas próprias casas ou se arriscassem a pagar uma taxa para que as autoridades o fizessem. Noventa e duas casas, com entre 10 e 40 moradores cada, foram demolidas. Duas semanas depois, os moradores afetados ainda dormiam nas salas de aula de uma escola próxima, em mesquitas e mercados.

Em setembro, cerca de 10.200 moradores da comunidade de Badia East, em Lagos, foram removidos à força de suas casas menos de 24 horas após serem notificados de que o *Ojora* (líder tradicional da comunidade) havia recebido o direito de tomar posse delas. Muitos dos moradores continuaram dormindo na área de demolição por até três semanas e depois permaneceram desabrigados.

Em julho, 10 moradores de Bundu Ama, na cidade de Port Harcourt, receberam 6,5 milhões de nairas (cerca de 30 mil dólares) como parte do pagamento de 11 milhões de nairas concedido pelo Tribunal de Justiça da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a ser pago pelo governo federal. Trata-se da indenização por tiroteios ilegais durante um protesto pacífico contra a demolição planejada de suas casas, em 2009.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXUAIS

Os direitos das pessoas LGBTI continuaram sendo cerceados. Defensores dos direitos humanos relataram um aumento significativo no número de prisões de pessoas LGBTI e de extorsão policial.

A Coalizão para a Defesa dos Direitos Sexuais, uma coalizão de ONGs que trabalham com os direitos das pessoas LGBTI na Nigéria, citou mais de 200 casos de todo o país em que pessoas consideradas LGBTI foram agredidas por multidões e entregues à polícia.

DIREITOS DAS MULHERES

Em maio, o ex-Presidente Jonathan aprovou a Lei de Violência contra Pessoas (Proibição). A lei criminaliza a mutilação genital feminina e “a submissão de uma viúva a práticas tradicionais nocivas”. No entanto, a definição de estupro na lei fica aquém das normas internacionais, no sentido de que não abrange suficientemente todas as formas de coerção. A lei também poderia ser fortalecida caso proibisse explicitamente o estupro marital.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A Seção 38 do projeto de Lei sobre Crime Virtual, que se tornou lei em maio, exige que os provedores de serviços de internet mantenham todo o tráfego e outros dados dos assinantes por dois anos e disponibilizem essas informações para as agências de segurança quando solicitadas, sem mandado judicial, violando, assim, os direitos à privacidade e à liberdade de expressão.

Em março, dois jornalistas da Al Jazeera que cobriam o conflito no nordeste da Nigéria foram detidos por militares em Maiduguri. Eles foram libertados após 13 dias.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CORPORATIVA

Vinte anos após a execução do ambientalista Ken Saro-Wiwa e outras oito pessoas, a poluição provocada pelo petróleo continuou a devastar a região do Delta do Níger,

prejudicando a subsistência e a saúde de seus habitantes. Ocorreram centenas de novos vazamentos de petróleo durante o ano, e as empresas petrolíferas não limpavam a contaminação de vazamentos anteriores, alguns dos quais ocorreram décadas atrás.⁵

O governo continuou a não responsabilizar as empresas petrolíferas que operam no Delta do Níger. Não providenciou a supervisão necessária para garantir que as empresas atuem de modo mais efetivo a fim de evitar que os vazamentos aconteçam ou de responder a eles a tempo e de maneira adequada. A resposta das empresas para os vazamentos foi frequentemente lenta, e a limpeza foi inadequada.

As empresas petrolíferas continuaram a culpar a sabotagem e o roubo pela grande maioria dos vazamentos, alegações baseadas em um processo falho de investigação dos vazamentos de petróleo, conduzido pelas próprias empresas petrolíferas, em vez de pela agência fiscalizadora do governo, a Agência Nacional de Detecção e Resposta a Vazamentos de Petróleo (NOSDRA).

A NOSDRA publicou na internet detalhes e um mapa de investigações sobre os vazamentos, mas não divulgou informações sobre a resposta aos vazamentos e a limpeza.

Em agosto, o Presidente Buhari anunciou que seu governo começaria a limpar e restaurar a região de Ogoniland, danificada pelo petróleo, seguindo as recomendações do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

A soma de 55 milhões de libras esterlinas (83 milhões de dólares) paga pela empresa petrolífera Shell foi distribuída para a comunidade de Bodo, após o acordo de uma ação judicial no Reino Unido, em 2014. No entanto, a Shell ainda tinha que limpar o dano causado por dois enormes vazamentos em Bodo em 2008.

by Boko Haram and human rights violations by state security forces (AFR 44/2428/2015)

3. Nigéria: Boko Haram: Bombing campaign sees civilian deaths spiral (AFR 44/2498/2015)
4. Nigéria: Stars on their shoulders, blood on their hands – war crimes committed by the Nigerian military (AFR 44/1657/2015)

PALESTINA

Estado da Palestina

Chefe de Estado: **Mahmoud Abbas**

Chefe de governo: **Rami Hamdallah**

Tanto as autoridades palestinas na Cisjordânia quanto o Hamas, que exerce a administração *de facto* na Faixa de Gaza, restringiram a liberdade de expressão, inclusive com a prisão e detenção de críticos e opositores políticos. Eles também restringiram o direito à reunião pacífica e utilizaram força excessiva para dispersar alguns protestos. Tortura e outros maus-tratos impostos aos detidos permaneceram comuns tanto em Gaza quanto na Cisjordânia. Julgamentos injustos de civis por tribunais militares continuaram em Gaza; pessoas foram mantidas detidas sem acusação nem julgamento na Cisjordânia. Mulheres e meninas enfrentaram discriminação e violência; algumas foram vítimas dos chamados “assassinatos de honra” por familiares do sexo masculino. Tribunais tanto em Gaza como na Cisjordânia impuseram sentenças de morte; nenhuma execução foi relatada. Nem as autoridades palestinas na Cisjordânia nem as autoridades do Hamas em Gaza tomaram medidas para investigar e garantir a responsabilização por crimes de guerra e outras graves violações, inclusive execuções sumárias, cometidas durante o conflito com Israel em 2014 e em conflitos anteriores.

INFORMAÇÕES GERAIS

As negociações entre Israel e o governo e instituições palestinas sob o controle de Mahmoud Abbas continuaram paralisadas durante todo o ano. Tensões constantes entre

1. “Our job is to shoot, slaughter and kill”: Boko Haram’s reign of terror in north east Nigeria (AFR 44/1360/2015)

2. Boko Haram: Civilians continue to be at risk of human rights abuses

o Fatah e o Hamas minaram o governo de unidade nacional palestino formado em junho de 2014. O Hamas continuou a exercer a autoridade *de facto* em Gaza, onde anunciou uma nova força de segurança em julho, depois que o Presidente Abbas fez alterações no gabinete do governo de unidade. Denúncias de que o Hamas estaria envolvido em negociações indiretas com Israel a respeito de um possível cessar-fogo e da suspensão do bloqueio israelense de Gaza por ar, mar e terra agravaram ainda mais as tensões entre o Fatah e o Hamas. Em janeiro, o Estado da Palestina candidatou-se a membro do Tribunal Penal Internacional (TPI); Israel se opôs à candidatura da Palestina e reteve o pagamento das receitas fiscais devidas às autoridades palestinas até abril. A Palestina aderiu formalmente ao TPI em abril. Em setembro, o Presidente Abbas disse à Assembleia Geral da ONU que a Organização para a Libertação da Palestina não honraria mais os compromissos assumidos no âmbito dos Acordos de Oslo, os acordos de paz assinados em 1990 com Israel, enquanto as autoridades israelenses continuassem a violá-los; no entanto, a cooperação na área de segurança entre as forças de segurança palestinas na Cisjordânia e em Israel se manteve.

Gaza permaneceu sob o bloqueio israelense por ar, mar e terra, em vigor continuamente desde junho de 2007. As restrições constantes sobre as importações de materiais de construção impostas pelo bloqueio contribuíram para os graves atrasos na reconstrução de casas e de outras infraestruturas danificadas ou destruídas durante os conflitos armados recentes e para o empobrecimento generalizado entre os 1,8 milhão de habitantes de Gaza. As autoridades egípcias restringiram severamente a circulação por meio do único outro acesso de Gaza ao mundo exterior, fechando a passagem de Rafah durante quase o ano todo e destruindo centenas de túneis usados para o contrabando entre Gaza e Egito. Dentro de Gaza, houve confrontos esporádicos entre as forças do Hamas e

apoiadores de grupos salafistas e outros grupos armados palestinos, alguns dos quais ocasionalmente dispararam foguetes de forma indiscriminada contra Israel a partir de Gaza.

A Cisjordânia assistiu a uma crescente tensão entre palestinos e israelenses, especialmente a partir de setembro, quando Israel restringiu ainda mais o acesso de palestinos à mesquita de Al Aqsa, em Jerusalém, aumentando os protestos e confrontos entre manifestantes palestinos e forças israelenses. Nos últimos três meses do ano, ocorreu uma onda de protestos palestinos contra a ocupação israelense e ataques de palestinos contra forças e civis israelenses, aos quais as tropas e a polícia israelenses responderam com o uso de força letal. Dezesete civis israelenses foram mortos por agressores palestinos durante esse período, a maioria agindo sozinhos e sem vínculo com grupos armados, enquanto as forças israelenses mataram mais de 130 palestinos na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e dentro de Israel.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

As autoridades de segurança na Cisjordânia, como a Inteligência Geral e de Segurança Preventiva, e aquelas sediadas em Gaza, particularmente a Segurança Interna, prenderam e detiveram arbitrariamente os seus críticos, inclusive apoiadores de organizações políticas rivais.

JULGAMENTOS INJUSTOS

Tanto na Cisjordânia quanto em Gaza, as autoridades políticas e judiciárias não aderiram aos direitos básicos requeridos para o devido processo legal, tais como o acesso imediato à assistência jurídica e o direito de ser acusado ou libertado. Forças de segurança palestinas na Cisjordânia mantiveram pessoas detidas por longos períodos sem julgamento, com base em ordens de governadores regionais, e atrasaram ou não cumpriram ordens judiciais para a libertação dos detidos em dezenas de casos. Em Gaza, os tribunais militares do

Hamas continuaram a condenar réus em julgamentos injustos, sentenciando alguns à morte.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos de pessoas detidas permaneceram comuns e foram cometidos impunemente pela polícia e outras forças de segurança palestinas na Cisjordânia, e pela polícia e outras forças de segurança do Hamas em Gaza. Em ambas as áreas, as vítimas incluíram crianças. A Comissão Independente para os Direitos Humanos, instituição nacional de direitos humanos da Palestina, afirmou ter recebido um total de 613 denúncias de tortura e outros maus-tratos contra detidos entre janeiro e novembro, 179 da Cisjordânia e 434 de Gaza, com a maioria das queixas em ambas as áreas sendo contra a polícia. Nem o governo de unidade nacional na Palestina nem a administração *de facto* do Hamas em Gaza realizaram investigações independentes sobre as denúncias de tortura ou responsabilizaram os perpetradores.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

O governo de unidade nacional e o Hamas restringiram severamente os direitos à liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica na Cisjordânia e em Gaza, respectivamente. Em ambas as áreas, as forças de segurança prenderam e detiveram críticos ou apoiadores de organizações políticas rivais; na Cisjordânia, as forças de segurança detiveram apoiadores do Hamas, enquanto, em Gaza, as forças de segurança do Hamas detiveram apoiadores do Fatah. As forças de segurança em ambas as áreas dispersaram protestos organizados por ativistas da oposição, muitas vezes fazendo uso de força excessiva, e agrediram jornalistas que cobriam os protestos, danificaram seus equipamentos e assediaram tanto eles quanto ativistas das redes sociais, inclusive por meio de repetidas intimações para interrogatório.

Na Cisjordânia, agentes da Segurança

Preventiva detiveram um estudante da Universidade de Birzeit, Bara 'al-Qadi, por 13 dias, depois de prendê-lo em janeiro por criticar um funcionário do governo em comentários que postou no Facebook. Os agentes da Segurança Preventiva também detiveram e interrogaram outros ativistas estudantis, alguns dos quais prestaram queixas denunciando ter sofrido maus-tratos, depois que um grupo de estudantes filiados ao Hamas venceu as eleições para o conselho estudantil da Universidade de Birzeit, em abril.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

As forças de segurança foram acusadas de usar força excessiva para dispersar protestos e ao tentar efetuar prisões, tanto na Cisjordânia quanto em Gaza.

Na Cisjordânia, em março, a polícia e outros agentes de segurança usaram a força para encerrar um protesto sentado pacífico em Ramallah realizado por familiares de presos políticos detidos pelas autoridades, chutando e agredindo os manifestantes com a coronha das armas. Em junho, batidas policiais em casas em Balata, o maior campo de refugiados da Cisjordânia, provocaram confrontos violentos. Pelo menos um morador do campo foi ferido a tiros. Alguns moradores do campo que foram presos e depois libertados disseram ter sido torturados durante a detenção.

Em Gaza, a polícia agrediu manifestantes em Khuza'a, perto da cidade de Khan Younis, que protestavam contra recorrentes cortes de energia elétrica em março; vários manifestantes ficaram feridos e alguns foram presos. Em setembro, a polícia dispersou violentamente novos protestos contra a escassez de energia na cidade de Rafah, agredindo manifestantes e apreendendo filmes e equipamentos de jornalistas que cobriam os protestos.

Em 2 de junho, as forças de segurança de Gaza mataram Yunis Sa'id al-Hunnar, um ativista islâmico e opositor do Hamas, durante uma incursão em sua casa, na região de Sheikh Redwan, na Cidade de Gaza. O

Ministério do Interior de Gaza disse que as forças de segurança o mataram a tiros depois que ele se recusou a se render e abriu fogo contra os agentes; no entanto, as autoridades não realizaram uma investigação independente. Em 8 de julho, policiais de Gaza mataram um homem e feriram outras duas pessoas durante um tumulto ocorrido após um funeral.

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Grupos armados palestinos em Gaza ocasionalmente dispararam foguetes de forma indiscriminada contra Israel; nenhuma morte foi registrada. Embora as autoridades do Hamas tenham impedido o lançamento de foguetes na maior parte do tempo, elas não levaram os responsáveis à Justiça.

Ainda que a maioria dos agressores palestinos responsáveis por esfaqueamentos, tiroteios e outros ataques contra israelenses na Cisjordânia e em Israel, que mataram 21 civis israelenses e um cidadão estadunidense durante o ano, não fosse membro de grupos armados palestinos, estes grupos frequentemente elogiaram os ataques.

IMPUNIDADE

Um clima de impunidade continuou a prevalecer. As autoridades mais uma vez não investigaram os homicídios ilegais, inclusive execuções sumárias, e os disparos de armas de efeito indiscriminado e outros supostos crimes de guerra cometidos pelo braço militar do Hamas e por outros grupos armados palestinos antes e durante os conflitos armados com Israel em 2014. Nem realizaram investigações independentes ou responsabilizaram os agentes envolvidos na tortura e maus-tratos de detidos ou no uso excessivo de força contra manifestantes.

DIREITOS DAS MULHERES

Mulheres e meninas continuaram a sofrer discriminação na lei e na prática e não foram protegidas de modo adequado contra a violência sexual e de outra natureza, como nos chamados crimes “em nome da honra”.

Segundo informações, pelo menos 18 mulheres e meninas foram vítimas de tais assassinatos durante o ano.

PENA DE MORTE

A pena de morte permaneceu em vigor para assassinato e outros crimes. Tribunais na Cisjordânia proferiram três sentenças de morte; tribunais em Gaza emitiram pelo menos 10. Não houve execuções.

PAQUISTÃO

República Islâmica do Paquistão

Chefe de Estado: **Mamnoon Hussain**

Chefe de governo: **Muhammad Nawaz Sharif**

Execuções foram retomadas depois do ataque perpetrado pelo Talibã paquistanês em Peshawar contra a Escola Pública de Exército, em dezembro de 2014. Às preocupações sobre julgamentos justos, somam-se novas com os recém-criados tribunais militares, designados para julgar todos os acusados de delitos relacionados com o terrorismo, incluindo civis. Foi criada uma nova Comissão Nacional de Direitos Humanos com a missão de promover e proteger os direitos humanos, mas o órgão foi impedido de investigar denúncias de abusos de direitos humanos contra as agências de inteligência. As minorias religiosas continuaram a sofrer discriminação, perseguição e ataques. Ativistas de direitos humanos foram vítimas de abusos e perseguições. Em março, ativistas do Baluquistão foram impedidos de sair do país para dar palestras em uma conferência nos EUA sobre as violações dos direitos humanos no Baluquistão e em Sind. Uma nova política para as ONGs internacionais foi aprovada em outubro, dando ao governo o poder de controlar os seus fundos e operações e fechá-las caso suas atividades sejam consideradas prejudiciais aos interesses do Paquistão. Em novembro, o governo voltou a instituir o Ministério de Direitos Humanos que havia

sidio incorporado ao Ministério da Lei e Justiça em 2013.

INFORMAÇÕES GERAIS

Depois do ataque à Escola Pública do Exército em Peshawar em 16 de dezembro de 2014, em que 149 pessoas foram mortas, incluindo 132 crianças, as autoridades políticas e militares anunciaram um Plano de Ação Nacional (PAN) de 20 medidas para combater o terrorismo. A implementação do Plano começou com a retomada imediata das execuções de presos condenados por crimes relacionados ao terrorismo. Em janeiro, o presidente assinou a 21ª Emenda Constitucional de 2015 e alterou a Lei do Exército Paquistanês de 1952, outorgando competência aos tribunais militares por dois anos para julgar civis por crimes relacionados ao terrorismo. Segundo o PAN, o governo também se comprometeu a refrear a incitação ao ódio por meio de discursos e literatura, proteger as minorias e prevenir o terrorismo. Até outubro, quase 9.400 pessoas haviam sido presas, de acordo com dados governamentais, por acusação de instigar o ódio sectário; alguns livreiros e editores afirmaram que foram injustamente perseguidos pela polícia, que era pressionada a fazer detenções. Pelo quinto ano consecutivo, grandes inundações desabrigaram centenas de milhares de pessoas e mataram mais de 200. Em outubro, um terremoto na cordilheira de Hindu Kush do Afeganistão matou pelo menos 28 pessoas no Paquistão.

PENA DE MORTE

Após o ataque à escola de Peshawar em dezembro de 2014, o primeiro-ministro anunciou a retomada das execuções de pessoas condenadas por crimes de terrorismo. Em março, foi dado fim à moratória sobre a pena de morte para todos os 28 crimes passíveis de pena capital, inclusive crimes sem desfechos fatais. Em novembro, um júri parlamentar aprovou a pena de prisão perpétua ou de morte para o crime de estupro cometido contra meninas

com idades de até 13 anos.

Mais de 300 execuções foram registradas durante o ano, a maioria por homicídio e outras por estupro, tentativa de assassinato, sequestro e acusações relacionadas ao terrorismo. Faisal Mehmood e Aftab Bahadur estavam entre os executados apesar das apelações e provas apresentadas por seus advogados de que eles eram menores de idade na época dos crimes pelos quais foram condenados. Em outubro, o Supremo Tribunal confirmou a pena de morte de Mumtaz Qadri por matar o governador de Punjab em 2011.

Os tribunais militares condenaram pelo menos 27 pessoas à morte e quatro à prisão perpétua. Os pormenores das denúncias e o processo penal continuaram desconhecidos. Sentenças de morte impostas a pelo menos duas pessoas foram contestadas junto ao Supremo Tribunal de Peshawar, incluindo a de Haider Ali, cujos pais afirmaram que ele era menor de idade quando foi preso em 2009, e Qari Zahir Gul, cujos pais argumentaram que ele não teve um julgamento justo. Em outubro o STP ratificou ambas as sentenças durante um julgamento a portas fechadas.

DISCRIMINAÇÃO – MINORIAS RELIGIOSAS

As minorias religiosas, tanto muçulmanas quanto não-muçulmanas, continuaram a enfrentar leis e práticas que resultaram em discriminação e perseguição. Em fevereiro, o Movimento Talibã do Paquistão (Tehrik e Taliban Pakistan, TTP) assumiu a responsabilidade pelo ataque a uma mesquita xiita em Peshawar, que matou pelo menos 20 fiéis e feriu 60. Em março, um ataque suicida a duas igrejas em Lahore, reivindicado pelo Jamaat ul Ahrar, um grupo dissidente do TTP, matou pelo menos 22 pessoas. Após o ataque, um grupo de cristãos no mesmo bairro matou dois homens muçulmanos. Em maio, 45 ismaelitas foram atacados e mortos dentro de um ônibus em Karachi; e vários grupos, incluindo TTP, Jundullah e o grupo armado Estado Islâmico

(IS) reivindicaram a autoria do ataque. Pelo menos três templos hindus foram atacados na província de Sind; não houve relatos de mortes ou ferimentos.

As leis sobre blasfêmia continuaram em vigor, principalmente na província de Punjab; aplicam-se a pessoas de todas as religiões, mas foram desproporcionalmente usadas contra as minorias religiosas. Um recurso impetrado em outubro de 2014 contra a pena de morte imposta a Asia Noreen (também conhecida como Asia Bibi) foi acolhido pela Suprema Corte, mas até o final de 2015 a data da audiência ainda não havia sido confirmada. Um recurso contra a condenação e sentença de morte de Sawan Masih por acusações de blasfêmia, as quais provocaram um tumulto e ataques aos moradores da colônia cristã José em Lahore, em 2013, continuava pendente no Superior Tribunal de Justiça de Lahore. No seu veredicto contra Mumtaz Qadri, o Superior Tribunal de Justiça observou que críticas à lei da blasfêmia não equivaliam à blasfêmia.

Manteve-se como infração penal para os membros da comunidade ahmadi propagar, professar ou praticar sua religião abertamente.

Continuaram as conversões forçadas e os casamentos de meninas hindus com muçulmanos, especialmente em Sind.

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Grupos armados continuaram a realizar ataques contra civis, incluindo profissionais de saúde e civis ligados ao governo.

Pelo menos oito membros das equipes de vacinação contra a pólio – seis homens e duas mulheres – foram mortos por grupos armados na província de Khyber Pakhtunkhwa (KPK), nas Áreas Tribais Administradas pelo governo (FATA) e na província do Baluquistão.

Os grupos armados continuaram a perseguir civis ligados ao governo ou a projetos administrados pelo governo. Em abril, 20 trabalhadores da construção civil de Sind e de Punjab foram mortos no distrito de

Kech, Baluquistão; a Frente de Libertação do Baluquistão assumiu a autoria do ataque. Em agosto, vários grupos armados, incluindo o Lashkar-i-Jhangvi, reivindicaram a autoria depois do atentado suicida que matou 18 pessoas, inclusive o ministro do Interior punjabi.

A POLÍCIA E AS FORÇAS DE SEGURANÇA

Desaparecimentos forçados continuaram ocorrendo impunemente, em especial no Baluquistão, KPK e Sind. Os corpos das vítimas foram encontrados mais tarde com sinais de tortura evidentes e ferimentos de bala. Raja Dahir, filiado ao partido nacionalista sindi Jeay Sindh Muthihida Muhaz, foi levado pelas forças de segurança após uma batida em sua casa em Sind em junho, e desapareceu. Seu corpo foi recuperado um mês depois, no distrito de Jamshoro.

A ONG Comissão de Direitos Humanos do Paquistão documentou um aumento nas mortes de suspeitos em Karachi durante operações de segurança das forças paramilitares, quando 255 pessoas foram mortas no primeiro semestre de 2015. O partido político Muttahida Qaumi afirmou que alguns de seus membros foram sequestrados e assassinados arbitrariamente.

Em novembro, uma emenda à Lei do Exército do Paquistão deu cobertura legal retrospectiva às detenções efetuadas pelas forças armadas e pela polícia. Os advogados de Qari Zahir Gul e Haider Ali, que foram julgados pelos recém-criados tribunais militares, declararam que eles foram submetidos a desaparecimento forçado e detenção ilegal antes do julgamento.

CONFLITO ARMADO INTERNO

A população civil em FATA continuou a ser afetada por conflitos armados internos. O Exército do Paquistão deu seguimento às suas operações militares, iniciadas em 2014, contra os grupos armados não estatais no Waziristão do Norte e da agência tribal de Khyber. O Exército afirmou que mais de 3.400 militantes foram mortos e pelo menos

21.193 foram presos durante essas operações. Devido à falta de transparência das operações e de cobertura independente pela mídia, e diante das preocupações anteriores sobre o uso desproporcional da força em operações semelhantes, persistiram sérias inquietações relacionadas às circunstâncias das mortes, ao tratamento em detenção e ao acesso a um julgamento justo dos detidos.

Mais de um milhão de pessoas continuavam desalojadas em consequência dos conflitos armados atual e passados na região Noroeste.

Os ataques aéreos com drones (veículos aéreos não tripulados) dos Estados Unidos diminuíram em número e ocorreram principalmente no Waziristão do Norte. Quase não há informações quanto ao impacto desses ataques sobre a população civil. Dois voluntários de ajuda humanitária estrangeiros – o estadunidense Warren Weinstein e o italiano Giovanni Lo Porto – que haviam sido detidos como reféns pela Al Qaeda, estavam entre os mortos de um ataque por drones dos EUA em janeiro, confirmando, uma vez mais, os amplos temores de que os ataques com aviões não tripulados estejam matando civis de forma arbitrária.

O Exército do Paquistão lançou seu primeiro ataque com drones em 7 de setembro, informando que três líderes de grupos armados foram mortos no Waziristão do Norte.

Persistiu o conflito armado em áreas do Waziristão do Norte; grupos de direitos humanos denunciaram que civis foram feridos e mortos em decorrência de operações militares indiscriminadas.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Alguns jornalistas e veículos de comunicação exerceram a autocensura por medo de represálias do Exército do Paquistão e dos grupos armados. Depois da cobertura da resposta do Paquistão à intervenção da Arábia Saudita no Iêmen em maio, e do tumulto de setembro durante a peregrinação anual a Meca (*hajj*), em que morreram mais

de 2.000 peregrinos, a Agência Reguladora dos Meios de Comunicação Eletrônicos do Paquistão (um órgão estatal) advertiu os meios de comunicação para não veicular reportagens que pudessem ser vistas como críticas à Arábia Saudita. Em ambos os casos, o órgão regulador invocou o artigo 19 da Constituição, que prevê exceções do direito à liberdade de expressão quando se tratar de críticas ao exército, ao judiciário e às relações do Paquistão com "países amigos".

Pelo menos dois profissionais da imprensa foram mortos e seis ficaram feridos em razão de seu trabalho. Zaman Mehsud foi morto em 3 de novembro em Tank. O Movimento Talibã do Paquistão (TTP) reivindicou a autoria do assassinato e alegou que a razão eram as matérias que ele havia publicado contra o grupo. Facções do TTP ameaçaram jornalistas de sérias consequências caso eles não lhes dessem cobertura. A promessa do primeiro-ministro, feita em março de 2014, de nomear promotores especiais para processar casos de ataques a jornalistas não havia sido cumprida até ao fim do ano.

Em abril, a ativista de direitos humanos Sabeen Mahmud foi morta depois de promover uma discussão sobre o Baluquistão em seu café em Karachi. Seu motorista, uma testemunha-chave, foi posteriormente morto a tiros, apesar da Lei de Proteção a Testemunhas de Sind, adotada em 2013 para proteger as testemunhas.

Três ativistas balúquis, incluindo Abdul Qadeer Baloch, vice-presidente da organização Voz pelos Balúquis Desaparecidos, foram proibidos de viajar para os EUA em março para participar de uma conferência organizada por ativistas sindis e balúquis. Eles foram detidos no aeroporto de Karachi por algumas horas, acusados de envolvimento em atividades contrárias ao Estado e de terrorismo. Nenhuma ação foi interposta contra eles.

Em outubro, foi anunciada uma nova política exigindo que todas as ONGs internacionais se registrem e obtenham a permissão do Ministério do Interior para a realização de suas atividades. A política

também autorizou o governo a monitorar os fundos e operações dessas organizações e a fechá-las com base em alegações de atividades consideradas contrárias aos interesses do Paquistão.

Em setembro, o Comitê Permanente da Assembleia Nacional de Tecnologia da Informação e Telecomunicações aprovou o Projeto de Lei para Prevenção de Crimes Cibernéticos, que permite ao governo censurar dados de conteúdo on-line e acessar dados dos usuários da internet. Ativistas manifestaram preocupação com algumas de suas disposições, que ameaçavam a privacidade e a liberdade de expressão, além de imporem pesadas sanções. No fim do ano, o projeto de lei aguardava aprovação final pela Assembleia Nacional.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Mulheres e meninas continuaram a sofrer violências e ameaças. Pelo menos 4.308 casos de violência contra mulheres e meninas foram registrados durante os primeiros seis meses de 2015. O dado inclui 709 casos de assassinato; 596 de estupro e de estupro em grupo; 36 de agressão sexual; 186 dos chamados crimes de "honra"; e 1.020 de sequestro. Apesar da promulgação em 2011 da Lei de Controle de Ácido e Prevenção dos Crimes cometidos com Ácido, pelo menos 40 casos de ataque com ácido foram registrados entre janeiro e junho.

Em Sahiwal, registraram-se vários ataques a faca contra mulheres que se encontravam fora de casa sem companhia masculina. Em uma única semana de setembro foram registrados seis casos.

Na província de Khyber Pakhtunkhwa (KPK), Tabassum Adnan, fundadora do Khwendo Jirga, primeiro *jirga* (conselho judicial informal) do Paquistão formado só por mulheres, recebeu o Prêmio Internacional de 2015 para Mulheres de Coragem concedido pelo Departamento de Estado dos EUA. Após a publicidade despertada pelo prêmio, ela sofreu ameaças anônimas por

telefone e mensagens de texto, que obrigaram sua mudança para outra cidade.

Apesar dos esforços dos últimos anos pela promulgação de legislação que proteja as mulheres da violência, leis pelas quais as mulheres vítimas de estupro podem ser condenadas por adultério continuaram em vigor. As mulheres continuam sendo privadas de igualdade e proteção perante a lei, uma situação agravada pela ausência de legislação contra o incesto e por um sistema de justiça penal que é insensível ao gênero

PARAGUAI

República do Paraguai

Chefe de Estado e de governo: **Horacio Manuel Cartes Jara**

Os povos indígenas continuaram sendo privados do acesso a suas terras tradicionais. Os direitos sexuais e reprodutivos não eram assegurados e o aborto continuou criminalizado na maioria dos casos.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em outubro, o relator especial sobre o direito de toda pessoa a desfrutar o mais alto nível possível de saúde física e mental enfatizou que a criminalização do aborto contribuiu para as elevadas taxas de gravidez precoce e para os abortos inseguros, e que a discriminação generalizada e as desigualdades profundas ameaçam o direito à saúde.

Não houve qualquer avanço na aprovação de leis de não discriminação. No fim de 2014, um projeto de lei foi rejeitado pelo Senado porque não houve acordo sobre incluir na lei todos os motivos de discriminação. Em novembro, dois novos projetos de lei que tratavam de discriminação foram apresentados ao Congresso.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Os povos indígenas enfrentaram atrasos quanto à aquisição de títulos e ao acesso a suas terras ancestrais.

Em junho, uma segunda tentativa de um proprietário de terras de anular a lei de expropriações de 2014 – aprovada para devolver à comunidade Sawhoyamasa as terras que lhes pertenciam – foi rejeitada pela Corte Suprema. A decisão sobre uma ação ajuizada pela comunidade contra a ocupação de suas terras por funcionários do proprietário continuava pendente no fim do ano.

A comunidade Yakye Axa ainda não havia conseguido se restabelecer em suas terras – apesar de um acordo firmado entre as autoridades e o proprietário, finalizado em janeiro de 2012 – porque a estrada que daria acesso à terra não estava concluída. O governo não disponibilizou nenhum fundo para que a comunidade Xákmok Kásek pudesse readquirir suas terras da empresa que hoje detém sua propriedade, apesar de um acordo nesse sentido firmado em 2014.

A comunidade Ayoreo Totobiegosode denunciou a invasão e o desmatamento de seu território tradicional por empresas pecuaristas, bem como os perigos a que estão expostos os índios que vivem em isolamento voluntário.¹

Além do desflorestamento, a comunidade Ayoreo Atetadiegosode denunciou que vinha sofrendo ataques de seguranças privados e atrasos na regularização de seu território tradicional.²

IMPUNIDADE E SISTEMA DE JUSTIÇA

Prosseguiram as ações judiciais contra 13 *campesinos* (agricultores) por seu suposto envolvimento nas mortes de seis policiais e em outros crimes relativos a uma disputa por terras no distrito de Curuguaty em 2012. Ninguém foi indiciado pelas mortes dos 11 agricultores que também perderam a vida no confronto, o que lança dúvidas sobre a imparcialidade da investigação.³

Em julho, 12 dos 13 agricultores acusados solicitaram a mudança de seus advogados. Desde 2014, os representantes legais respondiam a medidas administrativas por terem supostamente atrasado o processo. O procedimento ainda estava em curso no fim

do ano.

Em outubro, o julgamento dos agricultores foi suspenso pela nona vez, depois que a defesa requereu a desqualificação judicial do tribunal de primeira instância, argumentando que este não era imparcial. Os argumentos da defesa foram desconsiderados e o julgamento prosseguia no fim do ano.

Em julho, o tribunal de recursos confirmou que não havia provas suficientes do envolvimento de Lucia Sandoval no homicídio de seu marido em 2011. Ela ajuizou uma ação pelos abusos que sofreu nas mãos de seu marido antes que ele morresse. Até o fim do ano, ela ainda não havia recuperado a custódia dos filhos.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Prosseguiram as investigações sobre as denúncias de tortura de *campesinos* durante os conflitos de 2012 no distrito de Curuguaty. A defesa denunciou atrasos e falta de medidas investigativas por parte do Ministério Público.

O julgamento dos suspeitos da morte de dois adolescentes em abril de 2014 no Centro Educacional Itauguá, uma unidade de detenção de menores, foi anunciado em junho.

DIREITOS DAS MULHERES E DAS MENINAS

Uma legislação que visava a prevenir e punir a violência contra a mulher, apresentada em março à Câmara dos Deputados, ainda estava sendo debatida no fim do ano. Em junho, aconteceu uma audiência pública na qual organizações da sociedade civil comentaram o projeto. Em maio, um projeto de lei para prevenir e punir a violência sexual e determinar apoio integral às vítimas de abuso sexual foi apresentado à Câmara dos Deputados e continuava sendo analisado no fim do ano.

O aborto só era permitido quando a vida da mulher ou da menina corresse grave perigo, permanecendo criminalizado em todas as outras circunstâncias, inclusive quando a gravidez resultasse de estupro ou incesto, ou

quando o feto não tivesse condições de sobreviver fora do útero.

Provocou ultraje dentro e fora do país o caso de uma menina de 10 anos que engravidou depois de ser estuprada – supostamente pelo padrasto – e, em abril, teve negada a possibilidade de fazer um aborto.⁴ Um ano antes, sua mãe havia denunciado o abuso sexual ao ministério público, mas o caso foi desconsiderado. A gravidez da menina não foi constatada mesmo nas consultas que foram feitas em diversos centros de saúde públicos. Depois que ela deu à luz, em agosto, sua família denunciou a falta do apoio médico, educativo e financeiro que havia sido prometido pelas autoridades. As investigações sobre a suposta responsabilidade do padrasto, que fora detido, prosseguiram no fim do ano. A mãe da menina também estava sendo investigada por negligência, mas as acusações foram retiradas em novembro.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Advogados que representam os direitos de comunidades indígenas e camponesas foram alvo de medidas administrativas por realizarem seu trabalho.⁵

Em dezembro, um advogado que representava as comunidades indígenas Sawhoymaxa e Yakyé Axa foi alvo de uma investigação administrativa, sendo punido com uma admoestação da Suprema Corte por ter criticado a decisão de um juiz sobre uma lei de expropriação que beneficiava as comunidades. Um recurso contra a punição ainda não havia sido julgado no fim do ano.

1. Indigenous group in voluntary isolation at risk (AMR 45/2041/2015)
2. Paraguay: Security Guards Threatening Indigenous Group (AMR 45/2700/2015)
3. Paraguay: Continúa la impunidad a tres años de las muertes en Curuguaty, 15 June 2015 (News story, 15 June)
4. Paraguay: Life of a pregnant 10-year-old girl at risk (AMR 45/1554/2015); Paraguay: Raped 10-year-old must be allowed an abortion (Press release, 29 April)
5. Paraguay: Administrative inquiry against human rights defender in Paraguay is disproportionate (AMR 45/1476/2015)

PERU

República do Peru

Chefe de Estado e de governo: **Ollanta Moisés Humala Tasso**

Críticos do governo foram atacados. Houve denúncias de uso excessivo da força por agentes de segurança. Os povos indígenas continuaram sendo privados de seus plenos direitos. Houve certo progresso no combate à impunidade. Os direitos sexuais e reprodutivos não foram assegurados.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em dezembro, o Presidente ratificou um mecanismo nacional para a prevenção da tortura, aprovado pelo Congresso em 2014. Um projeto de lei para a busca de desaparecidos durante o conflito armado interno não havia sido apresentado ao Congresso, apesar de os familiares das vítimas e as autoridades terem chegado a um acordo em 2014. A Penitenciária de Challapalca, localizada a mais de 4.600 metros acima do nível do mar, na região de Tacna, permaneceu em operação, apesar das graves preocupações de que suas condições constituíssem tratamento cruel, desumano e degradante. Em junho, foi encerrado o estado de emergência em Alto Huallaga, região de San Martín, declarado havia 30 anos devido à ação do grupo armado de oposição Sendero Luminoso.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE REUNIÃO

Pessoas que criticaram os projetos da indústria extrativista foram submetidas à intimidação, uso de força excessiva e prisões arbitrárias pelas forças de segurança.

Máxima Acuña Chaupe Atalaya e sua família, praticantes da agricultura de subsistência que há muito travam uma disputa de terras com a mineradora Yanacocha, continuaram a enfrentar intimidações das forças de segurança, que tentavam expulsá-los do local em que viviam

em Tragadero Grande, região de Cajamarca. Em fevereiro, a polícia demoliu uma estrutura que ela estava construindo para tornar sua casa a prova d'água.

Em maio, Ramón Colque foi morto a tiros quando a polícia abriu fogo contra moradores locais que tentavam bloquear a Rodovia Panamericana durante um protesto contra o projeto de mineração de cobre Tía María no Vale do Tambo, província de Islay, departamento de Arequipa. Os manifestantes afirmavam que o projeto afetaria seu acesso à água potável. Outros três homens foram mortos, inclusive um policial, e dezenas foram submetidos a maus-tratos e prisões arbitrárias. No fim do ano, todos os detidos haviam sido libertados, mas muitos ainda estavam sendo processados. Líderes comunitários sofreram intimidações.¹

Em setembro, quatro civis morreram e dezenas de pessoas, inclusive policiais, ficaram feridas durante os protestos contra um projeto de mineração de cobre na região de Las Bambas e Apurímac. No fim de setembro, um estado de emergência de quatro semanas foi declarado nas regiões de Cusco e Apurímac.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Os povos indígenas continuaram sendo privados de seu direito ao consentimento livre, prévio e informado com relação a propostas que afetam seus meios de subsistência.

Em maio, as autoridades adotaram uma legislação que permitia a expropriação de terras e reduzia as exigências para aprovação de estudos de impacto ambiental para grandes projetos de desenvolvimento, apesar das graves preocupações de que a lei pudesse afetar os direitos e os territórios dos povos indígenas.

No fim do ano, prosseguia o julgamento de 53 pessoas, inclusive indígenas e algumas de suas lideranças, que foram acusados de matar 12 policiais durante um confronto com as forças de segurança, em meio a uma operação efetuada em 2009 para dispersar o bloqueio de uma estrada, comandado pelos

indígenas em Bagua, na região Amazônica. Ao todo, 33 pessoas morreram nos confrontos, 23 delas policiais, e mais de 200 ficaram feridas. Nenhum integrante das forças de segurança foi responsabilizado.

IMPUNIDADE

Conflito armado interno

Houve certo progresso na investigação das violações de direitos humanos cometidas durante o conflito armado interno (1980-2000).

Em março, 10 militares foram formalmente acusados de crimes contra a humanidade relativos à violência sexual, inclusive estupro, infligidos a dezenas de mulheres de Manta e Vilca, na província de Huancavelica. Tratou-se do primeiro caso de violência sexual cometida durante o conflito armado interno a chegar aos tribunais. Segundo o registro de vítimas criado em 2005, mais de 4.400 mulheres e meninas denunciaram ter sido estupradas ou abusadas sexualmente pelos militares nesse período.

Em maio, o tenente-coronel reformado José Luis Israel Chávez Velásquez foi preso por participação no desaparecimento de sete pessoas em Huancapi, região de Ayacucho, em 1991. O mandado de prisão foi expedido 11 anos antes de sua prisão se efetivar.

Em setembro, a Corte Interamericana de Direitos Humanos decidiu que o Peru era responsável pelo desaparecimento forçado de 15 pessoas, sete delas crianças, de uma comunidade de agricultores de Santa Bárbara, em Huancavelica, em 1991, ordenando que o Peru processasse os responsáveis, oferecesse reparação aos familiares e exumasse e identificasse os restos mortais das vítimas.

Uso excessivo da força

A grande maioria das mortes ocorridas durante protestos devido ao uso excessivo da força pelas forças de segurança continuou sem qualquer solução.

Em abril, o Ministério Público afirmou que apenas duas investigações haviam sido

abertas sobre mortes supostamente causadas por uso de força excessiva pela polícia durante protestos. Pelo menos 50 casos foram documentados por organizações de direitos humanos desde 2012.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Meninas e mulheres continuaram tendo acesso limitado a métodos anticoncepcionais. A distribuição gratuita de contraceptivos de emergência, mesmo em casos de abuso sexual, continuou proibida. Segundo dados de julho do Instituto Nacional de Estatística e Informática, a taxa de gravidez na adolescência em 2014 teve um aumento de quase 15% para meninas e mulheres entre 15 e 19 anos de idade.

Em novembro, a Comissão de Constituição e Regulamento do Congresso rejeitou um projeto de lei que propunha legalizar o aborto para vítimas de estupro.

Em maio, o Ministério Público reabriu e ampliou a investigação sobre o caso de mais de 2.000 mulheres indígenas e agricultoras que teriam sido esterilizadas à força. Mais de 200.000 mulheres foram esterilizadas na década de 1990 por meio de um programa de planejamento familiar, muitas sem o seu consentimento.

Em novembro, publicou-se um decreto-lei que criava um registro de vítimas de esterilização forçada, como sendo um primeiro passo para assegurar o direito dessas pessoas à justiça e à reparação adequada.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXUAIS

Em março, a Comissão de Justiça e Direitos Humanos do Congresso rejeitou uma lei que concederia direitos iguais a casais do mesmo sexo.

PORTUGAL

República Portuguesa

Chefe de Estado: **Aníbal António Cavaco Silva**

Chefe de governo: **Pedro Manuel Mamede Passos Coelho**

Ciganos e afrodescendentes continuaram a sofrer discriminação. Houve novas denúncias de uso excessivo da força pela polícia e as condições prisionais se mantiveram inadequadas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Após uma visita em janeiro, o relator especial da ONU sobre a independência de magistrados e advogados manifestou preocupação com o fato de os honorários de assessoramento jurídico estarem impedindo que mais pessoas em situação de pobreza devido à crise econômica tivessem acesso à Justiça. O Tribunal Constitucional decidiu que algumas medidas de austeridade que afetavam direitos econômicos e sociais eram inconstitucionais.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Houve denúncias de uso desnecessário e excessivo da força pela polícia, e as condições prisionais continuaram inadequadas.

Em maio, um policial foi filmado espancando um homem diante de seus dois filhos e de seu pai no entorno do estádio de futebol Guimarães. As imagens mostram o policial derrubando no chão um torcedor aparentemente pacífico e golpeando-o várias vezes com o cassetete enquanto seus filhos eram contidos. O mesmo policial pode ser visto dando dois socos no rosto do pai do torcedor quando ele intervém para impedir o espancamento. Segundo o Ministério do Interior, o policial foi suspenso de suas funções por 90 dias enquanto aguarda procedimentos disciplinares.

1. Peru: Urgently investigate two deaths amid anti-mining protests
([News story](#), 6 May)

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

Apenas 39 dos 44 refugiados previamente selecionados para reassentamento em Portugal em 2014, e nenhum dos selecionados em 2015, haviam chegado ao país no fim do ano. Portugal se comprometeu a receber mais 4.574 requerentes de asilo que, nos dois anos seguintes, seriam transferidos da Grécia e da Itália de acordo com o programa de reassentamento da UE. Entretanto, até o fim do ano, somente 24 pessoas haviam sido transferidas. Segundo o Conselho Português para os Refugiados, os centros de recepção a refugiados na capital Lisboa permaneciam superlotados.

DISCRIMINAÇÃO

Ciganos

Discriminação contra os ciganos continuou sendo registrada em vários municípios.

Em julho, o prefeito de Estremoz proibiu os ciganos que viviam no bairro de Quintinhas de usar as piscinas municipais devido a supostos atos de vandalismo por parte de alguns moradores. A decisão foi contestada pela Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, e uma decisão era aguardada no fim do ano.

Afrodscendentes

Prosseguiram as denúncias de agressões de cunho racial e de uso desnecessário da força pela polícia contra pessoas afrodescendentes.

Em fevereiro, cinco jovens afrodescendentes denunciaram ter sido espancados e submetidos a comentários racistas por policiais da delegacia de Alfragide, onde haviam estado para reclamar do uso de força excessiva durante uma prisão efetuada naquele dia no bairro de Alto da Cova da Moura. Eles receberam tratamento médico devido aos ferimentos causados pela agressão e foram acusados de resistência e coerção a um policial. As investigações sobre suas denúncias de maus-tratos prosseguiram no fim do ano.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXUAIS

Em dezembro, foi adotada uma lei que concedia a casais do mesmo sexo direitos iguais para adoção de crianças.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Segundo os dados fornecidos pela ONG UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta), até 20 de novembro, 27 mulheres foram mortas e 33 foram vítimas de tentativas de homicídio, principalmente por pessoas com quem elas mantinham relações íntimas.

Em julho, de acordo com um estudo da Universidade Nova de Lisboa, 1.830 meninas residentes em Portugal já haviam sido ou corriam risco de ser submetidas à mutilação genital feminina (MGF). Entrou em vigor em setembro uma nova legislação que introduz a MGF como um crime específico no Código Penal.

REINO UNIDO

Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

Chefe de Estado: Rainha Elizabeth II

Chefe de governo: David Cameron

Confirmaram-se os planos de revogar a Lei de Direitos Humanos. O governo continuou se recusando a participar dos esforços da UE para dividir a responsabilidade pelo crescente número de refugiados que chegam à Europa. Críticas às leis de vigilância ganharam impulso.

MUDANÇAS LEGAIS, CONSTITUCIONAIS OU INSTITUCIONAIS

Em maio, o Partido Conservador venceu as eleições gerais e formou um governo de maioria. O novo governo confirmou os planos de revogar a Lei de Direitos Humanos e substituí-la por uma Carta de Direitos Britânica. O Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos e o Comitê de Direitos Humanos, entre outros organismos,

manifestaram grave preocupação de que revogar a Lei de Direitos Humanos poderia enfraquecer a proteção aos direitos humanos no Reino Unido.¹

Em julho, o governo publicou um projeto de Lei Sindical. Caso aprovada, a lei aumentaria os empecilhos legais para que os sindicatos organizassem greves, restringindo significativamente os direitos sindicais.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Em agosto, o Comitê de Direitos Humanos manifestou preocupação com a possível inadequação do Comitê Parlamentar de Inteligência e Segurança (ISC, na sigla em inglês) para investigar a suposta cumplicidade do Reino Unido com a tortura de pessoas detidas em operações de combate ao terrorismo no exterior. Preocupações com a independência do ISC e com o poder do governo de impedir a revelação de materiais sensíveis levaram o Comitê de Direitos Humanos a requerer que o governo considerasse a possibilidade de iniciar uma investigação judicial completa sobre essas denúncias.

Em 30 de outubro, Shaker Aamer, ex-residente do Reino Unido, foi libertado da base naval que os EUA mantêm na Baía de Guantánamo, em Cuba, e devolvido ao Reino Unido. Ele estivera detido em Guantánamo, sem acusação ou julgamento, desde fevereiro de 2012.

Em novembro, começaram na Suprema Corte os procedimentos judiciais relativos ao casal Abdul-Hakim Belhaj e Fatima Boudchar, que afirma ter sido vítima de extradição extrajudicial, tortura e outros maus-tratos em 2004 por parte dos governos dos EUA e da Líbia, com o conhecimento e a cooperação de autoridades do Reino Unido. O governo britânico argumentou que a doutrina do “ato de Estado” deverá impedir o prosseguimento do caso, uma vez que as cortes do Reino Unido não deveriam julgar a conduta de Estados estrangeiros (envolvidos na suposta extradição extrajudicial) por ações empreendidas nas jurisdições desses Estados.

SEGURANÇA E COMBATE AO TERRORISMO

A abrangência dos poderes permitidos no combate ao terrorismo continuou motivando preocupação.² Em fevereiro, a Lei de Segurança e Combate ao Terrorismo de 2015 entrou em vigor e introduziu novos poderes, como restrições de viagem para pessoas suspeitas de envolvimento em atividades relacionadas ao terrorismo e a exclusão do Reino Unido de certos cidadãos ou de pessoas com direito de residência no país que rejeitem as condições impostas pelo governo em seu retorno para casa. A lei introduzia ainda uma obrigação legal, conhecida como “obrigação de prevenir”, para certos órgãos como escolas e conselhos municipais, que deverão dar a “devida consideração à necessidade de prevenir que as pessoas sejam seduzidas pelo terrorismo”. Organizações não governamentais e a sociedade civil manifestaram preocupação com os efeitos potencialmente discriminatórios da obrigação.

Em outubro, o governo introduziu uma nova “estratégia de combate ao extremismo”. A estratégia incluía em seus planos uma Lei de Extremismo que introduziria novos poderes para se enfrentar o que a lei caracteriza como sendo extremismo. Esses poderes incluem a proibição de certas organizações, restrições a indivíduos especialmente identificados e restrições de acesso a locais usados para o apoio ao extremismo. Temia-se que tais poderes pudessem levar à violação do direito à liberdade de reunião, associação, expressão e privacidade das pessoas.

Em setembro, o Primeiro Ministro anunciou no Parlamento que, em 21 de agosto, a Real Força Aérea (RFA) realizara um ataque com veículo aéreo não tripulado na região de Al-Raqqa, na Síria, matando três pessoas que se acreditava serem membros do grupo armado Estado islâmico (EI), entre elas, dois cidadãos britânicos. O governo recusou os pedidos de ONGs e de parlamentares para tornar públicas as orientações legais com base nas quais o ataque aéreo foi autorizado.

Em 30 de julho, no caso *Serdar*

Mohammed v. Ministro da Defesa, a Corte de Apelações decidiu que a detenção de um homem afegão pelas forças armadas britânicas por quase quatro meses havia sido ilegal. A corte concluiu que sua detenção fora arbitrária e que, portanto, violara o direito dessa pessoa à liberdade, conforme o artigo 5 da Convenção Europeia de Direitos Humanos, que também se aplica às detenções no estrangeiro.

VIGILÂNCIA

As críticas às leis de vigilância do Reino Unido ganharam impulso no decorrer do ano com o Comitê de Direitos Humanos da ONU, entre outros órgãos, manifestando preocupação e pedindo que o governo garanta que a interceptação de comunicações pessoais e a retenção dos dados das comunicações sejam feitos de acordo com o direito dos direitos humanos.

Em 6 de fevereiro, o Tribunal dos Poderes Investigadores (IPT, na sigla em inglês), em uma ação ajuizada pela Anistia Internacional e por outras nove ONGs de quatro continentes, concluiu que os procedimentos governamentais para “que as autoridades do Reino Unido solicitem, recebam, armazenem e transmitam comunicações privadas de indivíduos localizados no Reino Unido, as quais foram obtidas pelas autoridades dos EUA,” violavam o direito à privacidade e à liberdade de expressão.³ Apesar disso, o IPT afirmou que esse regime de compartilhamento de informações havia se tornado legal devido às revelações feitas pelo governo no decorrer dos procedimentos judiciais.

Após a decisão do IPT, a Anistia Internacional e as outras nove ONGs que participaram da ação levaram o caso ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos, argumentando que a legislação britânica que rege vários aspectos da vigilância das comunicações violava as obrigações de direitos humanos do país, inclusive com relação ao direito à privacidade e à liberdade de expressão.⁴

Em julho, o IPT informou à Anistia

Internacional que órgãos do governo estavam espionando a organização por meio de interceptação, acesso e armazenamento de suas comunicações.⁵ O IPT constatou uma infração dos artigos 8 e 10 da Convenção Europeia de Direitos Humanos, devido ao fato de as comunicações interceptadas terem sido retidas por um período mais longo do que o previsto pelas políticas internas da GCHQ (*Government Communications Headquarters*, a agência de espionagem britânica). O IPT também constatou uma infração de políticas internas com relação ao *Legal Resources Centre*, uma ONG com sede na África do Sul.

Em 17 de julho, a Corte Superior decidiu que a Seção 1 da Lei sobre Retenção de Dados e Poderes Investigatórios de 2014 era ilegal de acordo com a legislação da UE relativa ao respeito à vida privada e à proteção de dados pessoais, em virtude da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Em novembro, o governo publicou para consultas a minuta de um projeto de Lei sobre Poderes Investigatórios. O projeto prevê uma reforma geral das leis de vigilância e retenção de dados. ONGs manifestaram preocupação de que o projeto não continha proteções adequadas aos direitos humanos e previa práticas que ameçam esses direitos.

IRLANDA DO NORTE

Em 26 de junho, a Corte Superior de Belfast considerou legal a decisão do governo de não realizar uma investigação independente sobre o homicídio do advogado Patrick Finucane em Belfast em 1989.

A Assembleia da Irlanda do Norte não adotou uma legislação sobre matrimônio igualitário, fazendo dessa a única divisão do Reino Unido em tal situação. Duas ações judiciais contestando a proibição de casamentos entre pessoas do mesmo sexo foram julgadas em tribunais de Belfast em dezembro.

O governo, bem como os partidos políticos da Irlanda do Norte e o governo irlandês, não chegaram a um acordo sobre uma legislação que criaria novos mecanismos para investigar

as mortes atribuídas ao conflito na Irlanda do Norte, como havia sido prometido no Acordo de Stormont House.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

O acesso ao aborto na Irlanda do Norte continuou limitado a casos excepcionais em que a vida ou a saúde da mulher ou menina estivessem em risco.⁶ Em junho, informou-se que o ministro da Justiça havia apresentado um projeto ao Executivo da Irlanda do Norte referente à reforma da legislação sobre o aborto nessa parte do país, que permitiria sua realização em casos de deficiência fetal grave ou fatal. A apresentação do projeto se deu após a conclusão, em janeiro, de uma consulta sobre reformas jurídicas.

Em agosto, as observações finais do Comitê de Direitos Humanos pediam que o governo emendasse a legislação do país sobre o aborto na Irlanda do Norte, com vistas a prever exceções adicionais à proibição judicial dessa prática, como em casos de “estupro, incesto e anomalia fetal mortal”. O Comitê também requereu que se possibilitasse o acesso a informações sobre aborto, métodos anticoncepcionais e opções de saúde sexual e reprodutiva.

Em novembro e dezembro, a Corte Superior de Belfast decidiu que a atual lei sobre aborto na Irlanda do Norte era incompatível com o direito internacional dos direitos humanos, pois impede o acesso à interrupção da gravidez em casos de anomalia fetal mortal, incesto e estupro.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E DOS MIGRANTES

O governo continuou se recusando a participar dos esforços da UE para dividir a responsabilidade pelo crescente número de refugiados que chegam à Europa. Optou-se por exercer a prerrogativa de não participar do programa da UE para o reassentamento de 160.000 refugiados sírios, eritreus e iraquianos que se encontravam na Grécia, na Hungria e na Itália. Em setembro, porém, diante de crescente pressão pública, o Primeiro Ministro anunciou que o país

expandiria seu programa de reassentamento para sírios, de algumas centenas de vagas em três anos para até 20.000 nos próximos cinco anos. Com relação à situação em Calais, na França, o governo manteve sua posição de contribuir primariamente com recursos financeiros para segurança dos perímetros do porto e do Eurotúnel, recusando-se a aceitar qualquer parcela de refugiados e migrantes de Calais no sistema de asilo do Reino Unido (ver seção sobre a França).

Em março, o Parlamento aprovou a Lei sobre Escravidão Moderna de 2015, que aumenta os poderes necessários para monitorar e enfrentar a escravidão e o tráfico de pessoas. O governo foi criticado por algumas ONGs em razão de sua decisão anterior de retirar as proteções contidas nas regras de imigração que ajudavam os trabalhadores domésticos estrangeiros a escapar de situações de escravidão no Reino Unido. Em resposta, o governo comissionou uma revisão do sistema de vistos para trabalhadores domésticos estrangeiros, a qual resultou na recomendação de reintroduzir a opção de que esses trabalhadores possam mudar de empregador.

Em outubro, foi publicada uma nova Lei de Imigração, que previa estabelecer mais firmemente o que o governo caracterizou como um “ambiente hostil” para migrantes sem documentação. Caso aprovada pelo Parlamento, a lei permitirá a retirada do auxílio a famílias que tiveram o asilo recusado em decisão final e eximirá as autoridades locais de prestar apoio a menores com status de imigrante que perdem o auxílio ao completar 18 anos; ampliará a gama de pessoas que, embora mantenham o direito de recorrer da decisão, podem ser retiradas do país antes do recurso ser julgado; e transferirá poderes significativos dos tribunais ao Ministério do Interior (*Home Office*) para decidir conceder ou não liberdade provisória a migrantes detidos e com quais condições.

Inspetorias independentes continuaram a chamar atenção para graves inadequações no uso da detenção por questões de

imigração. Em março, um relatório elaborado por um grupo parlamentar multipartidário concluiu que esse tipo de detenção estava sendo utilizado de modo excessivo.

Em julho, o ministro da Imigração suspendeu o procedimento acelerado de detenção – um processo por meio do qual muitos requerentes de asilo são detidos e contam com pouquíssimo tempo para instruir advogados ou coletar provas que sustentem sua demanda – após uma decisão da Corte Superior, confirmada pela Corte de Apelações, de que tal processo era estruturalmente injusto e, portanto, ilegal.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

Em maio, a relatora especial da ONU sobre a violência contra a mulher, suas causas e consequências, publicou o relatório sobre sua visita ao Reino Unido. O documento concluiu que, embora o governo tivesse declarado que a violência contra a mulher era prioridade nacional e contasse com diversas estratégias e planos de ação em nível nacional, tais iniciativas, na maioria dos casos, resultaram em bolsões isolados de boas práticas. O relatório indicou que isso se devia ao fato de a resposta do governo à violência contra a mulher carecer de uma abordagem consistente e coerente com base nos direitos humanos.

Emendas feitas à legislação por meio da Lei de Crimes Graves de 2015 incluíam uma nova obrigação de notificar casos de mutilação genital feminina (MGF). A obrigação passou a vigorar em 31 de outubro e requeria que profissionais regulamentados da área de saúde e assistência social, assim como professores na Inglaterra e País de Gales, comunicassem à polícia os casos conhecidos de MGF em meninas menores de 18 anos.

Em 29 de dezembro, relativo à violência doméstica, entrou em vigor um novo delito penal de comportamento coercitivo e controlador, com uma pena máxima de cinco anos de prisão, multa, ou ambos.

Em resposta às preocupações de

organizações que atuam no combate à violência doméstica sobre os cortes no financiamento aos serviços especializados nessa área, o governo anunciou em agosto um fundo de prevenção da violência doméstica de 3,2 milhões de libras esterlinas (quase 19 milhões de reais). No entanto, a magnitude dos cortes no financiamento dos serviços especializados para lidar com a violência contra a mulher ainda causava grande preocupação.

-
1. UN Human Rights Council: Oral Statement under Item 4 on the UK Human Rights Act ([IOR 40/1938/2015](#))
 2. United Kingdom: Submission to the UN Human Rights Committee ([EUR 45/1793/2015](#))
 3. UK: 'Historic' surveillance ruling finds intelligence-sharing illegal ([News story](#), 6 February)
 4. Amnesty International takes UK to European Court over mass surveillance ([News story](#), 10 April)
 5. United Kingdom: British government surveillance programmes and interception of Amnesty International communication ([EUR 45/2096/2015](#))
 6. United Kingdom: Northern Ireland: Barriers to accessing abortion services ([EUR 45/1057/2015](#))

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

República Democrática do Congo

Chefe de Estado: **Joseph Kabila**

Chefe de governo: **Augustin Matata Ponyo Mapon**

Intensificou-se a repressão por parte do governo aos protestos contra as tentativas do Presidente Kabila de concorrer à presidência além dos dois mandatos autorizados pela Constituição. Aumentaram as violações dos direitos à liberdade de expressão, associação e reunião pacífica. Defensores dos direitos humanos, jovens ativistas e políticos foram ameaçados, perseguidos, presos arbitrariamente e, em alguns casos, condenados por exercerem

pacificamente os seus direitos. No leste da República Democrática do Congo (RDC), a situação da segurança continuou instável, com numerosos grupos armados cometendo abusos graves de direitos humanos e violações da lei internacional humanitária. O fracasso do exército congolês e da força de paz da ONU MONUSCO (Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na RDC) em proteger a população civil levou a um elevado número de civis mortos e a deslocamentos em massa.

INFORMAÇÕES GERAIS

Especulações sobre alteração na Constituição e outras maneiras de prorrogar o mandato do Presidente Kabila, que deve se encerrar em dezembro de 2016, desencadearam protestos públicos e críticas generalizadas.

Em fevereiro, o governo iniciou um processo de descentralização, dividindo as 11 províncias do país em 26 entidades. A Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI) não conseguiu organizar as eleições locais previstas para 25 de outubro e as eleições para os governadores das novas províncias. Em 29 de outubro, o Presidente nomeou comissários especiais para governar as províncias. Em outubro, tanto o presidente quanto o vice-presidente da CENI renunciaram, o que aumentou os temores de que as eleições presidenciais não seriam organizadas dentro dos prazos constitucionais.

Em setembro, o "G7", uma plataforma de partidos que fazia parte da maioria parlamentar, foi excluída da coalizão de governo depois de apelar ao Presidente para respeitar a Constituição.

Nove membros da Comissão Nacional de Direitos Humanos foram nomeados.

A operação militar Sokola 1, liderada pelo governo ("operação de limpeza" em Lingala), contra o grupo armado Forças Democráticas Aliadas (FDA), continuou no território de Beni, na província de Kivu-Norte. No início de setembro, houve uma onda de ataques supostamente perpetrados por membros das FDA contra civis, depois de quase quatro

meses sem qualquer notícia de tais eventos.

Após a expiração de um ultimato de seis meses para as Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda (FDLR) deporem as armas, o exército congolês implementou a operação "Sokola 2" para neutralizar a FDLR, cuja capacidade militar, segundo consta, permanece ainda em grande parte intacta.

Após a nomeação de dois generais suspeitos de terem cometido violações dos direitos humanos, a MONUSCO decidiu interromper sua colaboração militar com o exército congolês na "Sokola 2". No entanto, as operações do exército contra a Frente de Resistência Patriótica em Ituri (FRPI) continuaram com o apoio da MONUSCO. A deterioração geral das relações entre o exército e a MONUSCO impediu a proteção adequada à população civil e provocou a criação de grupos autoproclamados de "autodefesa".

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E DE REUNIÃO

As forças de segurança dispersaram com força excessiva manifestações contra um projeto de lei que altera a legislação eleitoral, visto como uma tentativa de estender o mandato do presidente Kabila. Trinta e seis pessoas foram mortas e várias centenas foram presas entre os dias 19 e 21 de janeiro. Dois líderes da oposição, Ernest Kyaviro e Cyrille Dowe, foram detidos nos protestos e mantidos em detenção incomunicável por 86 e 145 dias, respectivamente. Jean-Claude Muyambo, que deixou a coalizão no poder depois de se manifestar publicamente contra um terceiro mandato para o Presidente Kabila, foi preso em 20 de janeiro. Seu julgamento com base em acusações aparentemente motivadas por fatores políticos estava em andamento no final do ano.

Em 15 de março, as forças de segurança invadiram uma coletiva de imprensa na capital Kinshasa, onde jovens ativistas lançavam um manifesto sobre educação cívica, Filimbi. Vinte e sete pessoas foram presas. Duas delas, Fred Bauma e Yves Makwambala, ainda se encontravam detidas

no final do ano e enfrentam sérias acusações, incluindo conspiração contra o chefe de Estado¹. Protestos de solidariedade ocorridos após as detenções foram sistematicamente reprimidos. Os manifestantes foram presos arbitrariamente e submetidos à tortura e outros tipos de maus-tratos. Em 18 de setembro, quatro ativistas do movimento juvenil Lutte pour le Changement (LUCHA, "Luta por mudança") foram condenados por incitação à desobediência civil, o que viola seu direito de reunião pacífica.

Em 15 de setembro, uma reunião pacífica da oposição em Kinshasa foi alvo de ataque por agressores não identificados. A polícia se omitiu em proteger os manifestantes.

Em 8 de outubro, o prefeito de Lubumbashi emitiu uma ordem proibindo todos os protestos políticos públicos.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A liberdade de expressão foi seriamente ameaçada durante o ano². As autoridades perseguiram políticos e ativistas que se opunham pacificamente às propostas percebidas como sendo tentativas, por parte do Presidente Kabila, de estender seu mandato, bem como aos atrasos na organização das eleições presidenciais.

Vano Kiboko, antigo parlamentar da coalizão governista, foi preso e condenado, depois de sugerir, durante uma conferência de imprensa, que a coalizão deveria começar a decidir quem será o sucessor do Presidente Kabila.

Jornalistas continuaram a ser vítimas de perseguição, ameaças e detenções arbitrárias; o livre fluxo de informação foi muitas vezes obstruído.

Em 16 de janeiro, o Canal Kin Télévision (CKTV) e a Radiotelevision Catholique Elikya (RTCE) tiveram seus sinais de transmissão cortados depois de transmitir uma chamada da oposição para protestos em massa. O sinal da RTCE foi restabelecido em junho. O CKTV continua sem poder transmitir; a Radio Télévision Lubumbashi Jua, uma estação de propriedade de Jean-Claude Muyambo, foi fechada quando ele deixou a coalizão

governista. A emissora de TV Canal Futur permaneceu fechada durante todo o ano.

Durante os protestos de janeiro, os serviços de internet e de mensagens de texto foram cortados pelas autoridades, supostamente para manter sob controle a ordem pública. O sinal da Rádio France Internationale também ficou temporariamente prejudicado.

Cinco estações de rádio que tinham sido fechadas em novembro 2014, após noticiarem ataques da FDA, permaneceram fechadas durante todo o ano.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

O número de prisões e detenções arbitrárias se manteve elevado. Muitas foram realizadas pelos serviços de inteligência. As detenções arbitrárias foram, muitas vezes, seguidas por detenção incomunicável por tempo prolongado, período em que as pessoas permaneciam detidas sem acusação, acesso a advogado ou apresentação perante um juiz.

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Os grupos armados continuaram a cometer abusos contra civis no leste do país. A FDA foi responsável por um elevado número de homicídios ilegais, pilhagens, raptos, bem como por estupro e escravidão sexual. Em 2 de maio, a FDA atacou dois locais perto de Mavivi, na província de Kivu-Norte, e matou pelo menos 10 civis.

Abusos cometidos pelas FDLR incluem homicídios ilegais, saques, estupro e outras violências sexuais, bem como trabalho forçado. Os combatentes das FDLR forçaram civis a trabalhar nas minas e no transporte de bens roubados, armas e munições.

A FRPI foi responsável por operações de pilhagem em grande escala, estupro e outras violências sexuais, bem como homicídios ilegais de civis. Operações contra o grupo armado provocaram grandes deslocamentos de civis.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

A violência sexual contra mulheres e meninas

continuou desenfreada, tanto em zonas de conflito quanto em regiões onde não havia conflito, nas áreas urbanas e rurais. A instauração de processo legal contra tais crimes continua sendo um desafio devido à falta de recursos. A maioria dos criminosos desfruta de impunidade total.

CRIANÇAS SOLDADOS

Os grupos armados continuaram a recrutar crianças durante todo o ano. Elas foram usadas como combatentes, escolta, criadas, coletoras de impostos, mensageiras ou cozinheiras. Nos primeiros oito meses do ano, mais crianças foram resgatadas com sucesso de grupos armados do que em todo ano de 2014.

VIOLÊNCIA COMUNAL

O conflito entre as comunidades Batwa e Luba continuou ao longo do ano e causou um elevado número de mortes de civis. Em 21 de outubro, um acordo de paz foi assinado entre as duas comunidades.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CORPORATIVA

Vítimas de remoções forçadas que ocorreram na comunidade Kawama, em Lubumbashi, em 2009, continuaram privadas de acesso à Justiça e do direito de receber reparações por parte das autoridades judiciais congoleesas. As expulsões foram realizadas pela polícia usando tratores pertencentes à empresa de mineração Entreprise Générale Malta Forrest – uma subsidiária da empresa belga Groupe Forrest International –, que tinha direito às concessões localizadas próximas à comunidade. A empresa continuou a negar qualquer responsabilidade na viabilização das remoções. Um recurso contra a decisão do tribunal estava em curso em Lubumbashi.

IMPUNIDADE

O sistema de justiça continua a sofrer de grave falta de capacidade para processar todos os crimes relacionados à lei internacional. A persistente impunidade dos crimes cometidos no passado abriu caminho para contínuas violações e abusos contra

civis por parte de grupos armados e do exército.

Supostamente, o exército foi responsável por um ataque contra a cidade de Matukaka, em fevereiro, durante o qual mais de 10 civis foram mortos. Bernard Byamungu, do 809º regimento, foi detido em fevereiro por um ataque semelhante contra civis nas aldeias de Tenambo e Mamiki, em outubro de 2014. Segundo informações, ele continuava sob custódia militar no final do ano.

Cobra Matata, líder da FRPI, foi preso em janeiro. Ele foi indiciado pelo promotor militar por crimes de guerra e crimes contra a humanidade, inclusive recrutamento de crianças.

Há relatos de que, em março, mais de 400 corpos foram enterrados em uma vala comum na periferia de Kinshasa. Suspeita-se que alguns dos corpos eram de vítimas de execuções extrajudiciais e de desaparecimentos forçados. Até o final do ano, nenhuma investigação fidedigna, independente e eficaz havia ocorrido³.

Em setembro, iniciou-se no Tribunal de Recursos, em Lubumbashi, o julgamento de 23 membros das comunidades Bantu e Batwa por genocídio e crimes contra a humanidade. Foi o primeiro julgamento por crimes internacionais a ocorrer em tribunais civis do país.

Em mais um avanço na luta contra a impunidade, a Assembleia Nacional e o Senado aprovaram uma lei implementando o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI), em junho e novembro, respectivamente. O texto final da lei, promulgada em 2 de janeiro de 2016, prevê a pena de morte para crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio.

CONDIÇÕES DE PRISÃO

As condições das prisões continuaram terríveis. Desnutrição, falta de higiene básica, doenças infecciosas e péssima assistência médica resultaram na morte de dezenas de prisioneiros. Centros de detenção estavam muito superlotados e a administração penitenciária carecia seriamente de fundos.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Defensores dos direitos humanos e ativistas continuaram a ser alvo de intimidação, ameaças, detenções arbitrárias, maus-tratos, bem como prisão incomunicável e detenção secreta.

Christopher Ngoyi, um defensor dos direitos humanos que estava monitorando o uso excessivo da força pela polícia durante os protestos de janeiro, foi preso e detido em regime de isolamento por 21 dias. Ele continuava detido no fim do ano, aguardando julgamento.

Movimentos de jovens que trabalham com educação cívica e governança foram perseguidos. Três jovens ligados ao Filimbi e à LUCHA foram arbitrariamente presos e mantidos em detenção incomunicável, sendo depois libertados sem acusações.

Em 18 de setembro, chegou-se a um veredito final para o duplo assassinato do defensor dos direitos humanos Floribert Chebeya e seu motorista Fidele Bazana. O policial Daniel Mukalay, que foi considerado culpado sob circunstâncias atenuantes, foi condenado a 15 anos de prisão, enquanto outros quatro oficiais foram absolvidos.

JUSTIÇA INTERNACIONAL

Em abril, o líder da FDA, Jamil Mukulu, foi preso na Tanzânia. Ele foi extraditado para Uganda em 10 de julho e enfrenta acusações de assassinato, terrorismo, traição, violação dos direitos humanos, sequestro e recrutamento de menores tanto em Uganda quanto na RDC.

Em 2 de setembro, iniciou-se o julgamento do ex-general congolês Bosco Ntaganda perante o TPI. Ele estava sendo processado por 13 acusações de crimes de guerra e cinco acusações de crimes contra a humanidade – incluindo assassinato, estupro e escravidão sexual, bem como o recrutamento forçado e uso de crianças soldados – presumidamente cometidos em 2002-2003, na província de Ituri.

Dois líderes das FDLR, Ignace Murwanashyaka e Straton Musoni, foram sentenciados por um tribunal na Alemanha,

em setembro. Ambos foram condenados por liderar uma organização terrorista, e Ignace Murwanashyaka foi considerado culpado de crimes de guerra.

Apesar de uma operação militar em curso contra a FDLR, Sylvestre Mudacumura, o suposto comandante de seu braço armado, permaneceu em liberdade.

-
1. DRC: Free human rights activists ([News story](#), 19 March)
 2. Treated like criminals: DRC's race to silence dissent (AFR 62/2917/2015)
 3. DRC: Authorities should work hand in hand with MONUSCO to ensure thorough and independent investigations into mass grave (AFR 62/14/2015)

RÚSSIA

Federação Russa

Chefe de Estado: **Vladimir Putin**

Chefe de governo: **Dmitry Medvedev**

As liberdades de expressão e de reunião pacífica continuaram severamente restringidas. As autoridades mantinham o domínio dos meios de comunicação impressos e eletrônicos, além de ampliarem seu controle sobre a internet. As ONGs enfrentaram novas hostilidades e represálias com base na lei de “agentes estrangeiros”, enquanto seu acesso a fundos do exterior foi restringido ainda mais por uma nova lei que baniu organizações “indesejáveis”. Cada vez mais pessoas foram presas e processadas criminalmente por criticar políticas estatais e exibir publicamente ou possuir materiais considerados extremistas ou ilegais com base em leis de segurança nacional de natureza vaga. Quatro pessoas foram processadas com base em uma lei de 2014 que tipificava como delito penal a infração reiterada de uma lei sobre reuniões públicas. A profundidade dos problemas do sistema judicial ficou ainda mais explícita com alguns casos de grande repercussão; uma nova lei deu ao Tribunal Constitucional a autoridade para revogar decisões do

Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Os refugiados enfrentaram várias dificuldades para ter acesso à proteção internacional. Graves violações de direitos humanos continuaram ocorrendo no norte do Cáucaso, e os defensores dos direitos humanos que informavam o que acontecia na região eram alvo de hostilidades.

INFORMAÇÕES GERAIS

Frente ao crescente isolamento internacional e ao agravamento dos problemas econômicos da Rússia, as autoridades buscaram consolidar a opinião pública em torno dos ideais de unidade e patriotismo, de “valores tradicionais” e do medo de supostos inimigos externos e internos do país. Pesquisas de opinião mostravam um nível invariavelmente alto de apoio ao Presidente Putin. Críticos do governo foram taxados nos meios de comunicação dominantes como “antipatrióticos” e “contrários ao Estado russo”, tendo às vezes sido alvo de agressões. Em 27 de fevereiro, um dos mais proeminentes ativistas de oposição da Rússia, Boris Nemtsov, foi morto a tiros nas proximidades do Kremlin. Pessoas enlutadas que quiseram prestar-lhe uma homenagem no local de sua morte foram hostilizadas por autoridades municipais e apoiadores do governo.

O governo continuou a rejeitar as evidências crescentes do envolvimento militar russo na Ucrânia, enquanto o Presidente Putin decretava em maio que as perdas de vidas entre os militares durante “operações especiais” em tempos de paz eram segredo de Estado.¹

As autoridades calculavam que, até novembro, 2.700 cidadãos russos haviam se juntado ao grupo armado Estado Islâmico (EI) na Síria e no Iraque, a maioria proveniente do norte do Cáucaso. Especialistas independentes calculavam que esse número seria maior.

Em 30 de setembro, a Rússia começou os ataques aéreos na Síria com o objetivo declarado de ter como alvo o EI, mas muitas vezes também visou outros grupos que se

opõem ao presidente Bashar al-Assad. Relatou-se um grande número de mortes de civis, o que foi negado pela Rússia. Em 24 de novembro, a Turquia derrubou um avião militar russo que supostamente teria invadido seu espaço aéreo, provocando recriminações mútuas e uma crise diplomática entre os dois países.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A liberdade de imprensa continuou severamente restrita, por meio do controle direto do Estado e de autocensura. A política editorial da maioria dos órgãos de imprensa reproduzia fielmente o ponto de vista oficial sobre os principais acontecimentos domésticos e internacionais.

As autoridades ampliaram seu controle sobre a internet. Milhares de sites e páginas da internet foram bloqueados pelos provedores de acesso por ordem do Roskomnadzor, o órgão regulador da mídia. Entre os sites que tiveram seu direito à liberdade de expressão violado estavam os de sátira política, os que divulgavam informações LGBTI, informações sobre manifestações públicas e textos religiosos. Um número crescente, embora ainda pequeno, de pessoas estava sendo processado criminalmente por postagens feitas na internet, geralmente com base na legislação de combate ao extremismo; a maioria recebeu multas.

Yekaterina Vologzheninova, uma comerciária de Yekaterimburgo, foi a julgamento em 27 de outubro pelas postagens satíricas que fez nas mídias sociais em 2014, criticando a anexação russa da Crimeia e o envolvimento militar do país no leste da Ucrânia. A promotora argumentou que ela havia incitado a violência e “promovido o ódio e a animosidade contra autoridades do governo russo, contra os voluntários que combatiam no leste da Ucrânia e contra um grupo étnico específico, o dos russos”. Seu julgamento ainda transcorria no fim do ano.²

Prosseguiram as intimidações contra órgãos de imprensa e jornalistas

independentes. Os incidentes de violência contra jornalistas independentes acontecidos no passado raramente tiveram investigações efetivas. Dois homens foram presos por participação no espancamento do jornalista Oleg Kashin, em novembro de 2010, e um terceiro estava sendo procurado. Um dos suspeitos afirmou ter provas de que o espancamento fora ordenado pelo governador da divisão administrativa de Pskov, o que coincidia com as suspeitas de Kashin, mas as autoridades preferiram não levar adiante a investigação da denúncia.

Elena Milashina, jornalista da gazeta independente *Novaya Gazeta*, informou que uma adolescente de 17 anos da Tchetchênia estava sendo forçada a se casar com um oficial graduado da polícia que tem três vezes a idade dela e já seria casado. O caso foi amplamente divulgado e causou comoção pública. O líder tchetcheno Ramzan Kadyrov apoiou publicamente o oficial e acusou Milashina de mentir e interferir na vida privada do povo tchetcheno. Em 19 de maio, a agência de notícias do governo da Tchetchênia na internet, Grozny-Info, publicou um artigo com ameaças de morte veladas contra Milashina.

A repressão à liberdade de expressão não se limitou a jornalistas e blogueiros. Natalya Sharina, diretora da Biblioteca de Literatura Ucrâniana, um órgão público, na capital Moscou, foi detida em 28 de outubro por acusações relacionadas ao extremismo. Os investigadores afirmaram que obras do nacionalista ucraniano Dmitry Korshinsky haviam sido encontradas na biblioteca, em um lote de livros ainda não catalogado. Ela ficou detida numa delegacia de polícia sem comida, bebida ou roupa de cama até 30 de outubro, quando foi posta em prisão domiciliar, enquanto aguarda possível indiciamento.³

Em 15 de setembro, Rafis Kashapov, um ativista de Naberezhnye Chelny, na República do Tartaristão, foi condenado por incitação ao ódio interétnico e ameaça à integridade territorial da Federação Russa, sendo sentenciado a três anos de prisão. Ele estava

preso desde 28 de dezembro de 2014 por postagens feitas nas mídias sociais criticando o papel da Rússia no conflito no leste da Ucrânia e o tratamento dispensado aos tártaros da Crimeia na península ocupada pela Rússia.

Em 10 de novembro, o Tribunal Distrital de Kirsanovski decidiu que o ambientalista Yevgeny Vitishko deveria ser libertado. Ele já havia cumprido mais da metade da pena desde que foi condenado com base em acusações forjadas às vésperas das Olimpíadas de Inverno de Sochi em 2014. Entretanto, em 20 de novembro, um dia antes da decisão do tribunal ser cumprida, a Promotoria Pública recorreu da decisão. Vitishko foi finalmente libertado em 22 de dezembro, depois de julgado o recurso.

LIBERDADE DE REUNIÃO

O direito à liberdade de reunião pacífica permaneceu severamente restrito. Houve poucos protestos, que tiveram sua quantidade reduzida desde a introdução de restrições em anos anteriores. A permissão para fazer passeatas nas ruas foi rotineiramente negada aos organizadores, ou concedida apenas para eventos fora da área central. Quem desafiou a proibição ou as regras foi penalizado com multas e detenção.

Uma “monstração” (tipo de evento simulacro das manifestações de rua) que acontece anualmente em Novosibirsk parodiando a pomposidade das passeatas do Dia do Trabalho, não recebeu permissão pela primeira vez desde 2005. Seu organizador, Artem Loskutov, foi preso e sentenciado a 10 dias de detenção por infringir a lei de reuniões, depois que ele e outros “monstrantes” resolveram então participar das paradas oficiais do Dia do Trabalho.

Pela primeira vez, um manifestante pacífico foi condenado com base na lei de 2014 que criminaliza a participação repetida em reuniões não autorizadas.

No dia 7 de dezembro, um tribunal de Moscou sentenciou Ildar Dadin a passar três anos em uma colônia penal por participar repetidamente de reuniões “não autorizadas”

entre agosto e dezembro de 2014. Ele foi posto em prisão domiciliar em 30 de janeiro, depois de cumprir 15 dias de detenção por ter participado de um protesto pacífico em Moscou, contra a condenação de cunho político de Oleg Navalny, irmão do ativista anticorrupção e líder opositorista Alex Navalny.

No fim do ano, dois outros manifestantes pacíficos de Moscou, Mark Galperin e Irina Kalmykova, também foram processados criminalmente com base na mesma lei.

Os prisioneiros de consciência Stepan Zimin, Aleksei Polikhovich e Denis Lutskevich, que haviam sido detidos em 2012 em razão dos protestos da Praça Bolotnaya, foram libertados durante o ano, após terminarem de cumprir sua pena. Outro prisioneiro de consciência, Sergey Krivov, continuou preso; as autoridades processaram criminalmente pelo menos outras duas pessoas por causa dos protestos de Bolotnaya.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO

A liberdade de associação foi restringida ainda mais. Até o fim do ano, o Ministério da Justiça havia registrado 111 ONGs como “agentes estrangeiros”, requerendo que as organizações estampassem esse rótulo estigmatizante em todas as suas publicações e que cumprissem exigências onerosas de regulamentação. As ONGs que desafiassem as determinações receberam pesadas multas. Nenhuma ONG teve êxito ao contestar na Justiça a inclusão de seu nome no registro. Sete organizações foram retiradas do registro depois de renunciarem a qualquer financiamento do exterior, sendo que outras 14 que foram incluídas no registro optaram por fechar.

A ONG Centro de Direitos Humanos Memorial foi multada em 600.000 rublos (8.800 dólares) em setembro, depois que uma organização afiliada, o Centro Histórico e Educacional Memorial – que não constava do registro – não marcou suas publicações com o rótulo de “agente estrangeiro”. A ONG Centro de Direitos Humanos Memorial teve

negado seu recurso judicial contra a decisão. Após uma inspeção de rotina da organização em novembro, o Ministério da Justiça concluiu que as críticas de seus integrantes aos processos da Praça Bolotnaya e às políticas russas na Ucrânia “minavam as fundações do sistema constitucional” e correspondiam a “defender a derrubada do atual governo e a mudança do regime político”. O Ministério da Justiça encaminhou suas “conclusões” ao Ministério Público para mais investigações.

Em maio, foi aprovada uma lei autorizando o Ministério Público a classificar como “indesejável” toda organização estrangeira que se considerasse “ameaçar a ordem constitucional do país, a defesa ou a segurança do Estado”, com o efeito imediato de tornar sua presença e toda atividade em seu nome ilegais. Em julho, a Fundação Nacional para a Democracia (NED, na sigla em inglês), com sede nos EUA, foi declarada “indesejável”. Outras três organizações doadoras, a Fundação para Sociedades Abertas, a Fundação de Assistência Instituto para Sociedades Abertas e a Fundação EUA-Rússia para o Progresso Econômico e o Estado de Direito, foram declaradas “indesejáveis” em novembro e dezembro.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXUAIS

Ativistas LGBTI continuaram a atuar em um ambiente de extrema hostilidade. Registrou-se uma grande quantidade de denúncias de discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais.

Em 25 de março, um tribunal de São Petersburgo determinou que o grupo “Crianças-404” – uma comunidade online criada pela jornalista Elena Klimova para apoiar adolescentes LGBTI – fosse bloqueado. Em julho, um tribunal de Nizhny Tagil, na região de Sverdlovsk, multou Klimova em 50.000 rublos (830 dólares) por fazer “propaganda de relações sexuais não tradicionais entre menores”. Em 2 de outubro, um tribunal de São Petersburgo

determinou que a página deveria ser desbloqueada.

As autoridades continuaram a violar os direitos das pessoas LGBTI à reunião pacífica. Em maio, o ativista Nikolay Alekseev tentou realizar uma marcha do Orgulho LGBTI não autorizada em Moscou. O evento resultou em confronto com manifestantes anti-LGBTI e em 10 dias de detenção para três ativistas LGBTI, entre os quais Nikolay Alekseev. Em São Petersburgo, os ativistas conseguiram realizar algumas atividades públicas sem interferência da polícia.

SISTEMA DE JUSTIÇA

Vários julgamentos de alta repercussão evidenciaram as falhas profundas e generalizadas do sistema de justiça criminal da Rússia, como a ausência do princípio de igualdade processual, o uso de tortura e outros maus-tratos no curso das investigações e a aceitação nos tribunais de provas obtidas mediante tortura, o uso de testemunhos secretos e outras provas secretas que a defesa não tem como contestar, e a negação do direito a ser representado por um advogado de própria escolha. Menos de 0,5% dos julgamentos resultaram em absolvição.

O caso de Svetlana Davydova era um dos cada vez mais numerosos processos por suposta alta traição e espionagem, com base em delitos vagamente definidos introduzidos em 2012. Ela foi presa em 21 de janeiro por causa de uma ligação telefônica que havia feito oito meses antes para a Embaixada da Ucrânia a fim de compartilhar suas suspeitas de que soldados da cidade onde ela morava, Vyazma, na divisão de Smolensk, estavam sendo enviados para combater no leste da Ucrânia. O advogado que lhe foi designado pelo Estado declarou à imprensa que ela havia “confessado tudo” e que preferia não recorrer contra sua detenção porque “todas essas audiências e o estardalhaço da mídia [causariam] um trauma psicológico desnecessário em seus filhos”. No dia 1º de fevereiro, dois novos advogados assumiram o caso. Ela se queixou de que o primeiro

advogado a havia convencido a se declarar culpada para reduzir sua provável sentença de 20 para 12 anos. Em 3 de fevereiro, ela foi libertada e, em 13 de março, diferente do que costuma acontecer em outros casos de traição, o processo criminal contra ela foi encerrado.

Em setembro, teve início o julgamento de Nadezhda Savchenko, cidadã ucraniana e membro do batalhão voluntário Aidar. Ela foi acusada de fazer disparos de artilharia com o propósito deliberado de matar dois jornalistas russos durante o conflito na Ucrânia em junho de 2014. Ela insistiu em afirmar que o caso contra ela foi forjado e que os depoimentos que a incriminavam, inclusive de várias testemunhas secretas, eram falsos. O processo foi marcado por várias falhas processuais.

Em 15 de dezembro, o Presidente Putin sancionou uma nova lei segundo a qual o Tribunal Constitucional pode pronunciar “inaplicáveis” as decisões do Tribunal Europeu de Direitos Humanos e de outras cortes internacionais caso estas “violam” a “supremacia” da Constituição russa.

DIREITOS DOS REFUGIADOS E DOS MIGRANTES

Segundo dados oficiais, nos primeiros nove meses do ano, 130.297 pessoas receberam asilo temporário, das quais 129.506 eram da Ucrânia e 482 da Síria. Somente 96 dos 1.079 pedidos de refúgio permanente foram concedidos, nenhum deles de cidadãos sírios. De acordo com as ONGs, inúmeros obstáculos, como corrupção e desinformação proposital, visavam desencorajar os pedidos de asilo temporário ou permanentes por parte de pessoas em busca de proteção internacional.

Uma família de seis refugiados da Síria, incluindo quatro crianças, ficou retida na área de trânsito internacional do aeroporto Sheremetyevo em Moscou por mais de dois meses. No dia 10 de setembro, agentes de fronteira recusaram sua entrada dizendo que seus documentos de viagem eram falsos. Em 19 de novembro, o Tribunal Municipal de

Khimki multou-os em 10.000 rublos (150 dólares) por tentarem entrar no país com documentos falsificados; no dia seguinte, eles foram registrados como requerentes de asilo e transferidos para a região de Tver, com ajuda da ONG Comitê de Assistência Cívica.

Houve constantes relatos de devolução forçada de pessoas para o Uzbequistão e outros países da Ásia Central, onde corriam o risco de ser submetidas à tortura e outras violações graves dos direitos humanos.

NORTE DO CÁUCASO

Foram registrados menos ataques de grupos armados no norte do Cáucaso do que em anos anteriores.

Os órgãos de aplicação da lei insistiram em recorrer às operações de segurança como método de combate aos grupos armados, e continuaram suspeitos de praticar desaparecimentos forçados, detenções ilegais, tortura e outros maus-tratos contra os detidos.

As informações sobre a situação dos direitos humanos na região diminuíram significativamente, devido à severa repressão aos defensores de direitos humanos e aos jornalistas independentes, que rotineiramente eram submetidos a hostilidades, ameaças e violência, inclusive por agentes de aplicação da lei e grupos pró-governo.

Em 3 de junho, uma multidão agressiva cercou o edifício do Grupo Móvel Conjunto, uma organização de direitos humanos, na capital da Tchetchênia, Grósní. Homens mascarados entraram à força no escritório, destruindo o que havia dentro e obrigando os funcionários a sair.⁴ Até o fim do ano nenhum suspeito havia sido identificado.

Em 6 de novembro, o escritório e residência do defensor dos direitos humanos Magomed Mutsolgov na República da Inguchêtia foi revistado por agentes de aplicação da lei armados, que confiscaram documentos e equipamentos de TI. Segundo Mutsolgov, o mandado que autorizava a busca afirmava que ele estava “agindo conforme os interesses dos EUA, da Geórgia, da Ucrânia e da oposição síria”.

1. Making troop deaths a secret 'attacks freedom of expression' ([News story](#), 28 May)
2. Russian Federation: Prosecuted for criticizing government: Yekaterina Vologzheninova ([EUR 46/2682/2015](#))
3. Russia Federation: Natalya Sharina. Librarian detained for holding 'extremist books' ([EUR/2900/2015](#))
4. Russian Federation: Joint Mobile Group office ransacked by mob ([EUR 46/1802/2015](#))

SÍRIA

República Árabe da Síria

Chefe de Estado: **Bashar al-Assad**

Chefe de governo: **Wael Nader al-Halqi**

Forças do governo e grupos armados não estatais impunemente cometeram crimes de guerra, outras violações do direito internacional humanitário e graves abusos dos direitos humanos no conflito armado interno. As forças do governo realizaram ataques indiscriminados ou que visaram diretamente os civis, como o bombardeio de áreas residenciais civis e de centros médicos, com artilharia, morteiros, bombas de barril e, supostamente, agentes químicos, matando civis de forma ilegal. As forças governamentais também impuseram cercos prolongados, encurralando os civis e privando-os de comida, cuidados médicos e outras necessidades. As forças de segurança prenderam de modo arbitrário e continuaram a deter milhares de pessoas, inclusive ativistas pacíficos, defensores dos direitos humanos, trabalhadores humanitários, profissionais da imprensa e crianças. Alguns foram submetidos a desaparecimento forçado e outros a detenções prolongadas ou julgamentos injustos. As forças de segurança sistematicamente torturaram ou maltrataram os detidos com impunidade; entre 2011 e 2015, milhares morreram em consequência de tortura e outros maus-tratos. Grupos armados não estatais, que controlavam algumas áreas e disputavam outras, bombardearam indiscriminadamente e

sitiaram áreas predominantemente civis. O grupo armado Estado Islâmico (EI) sitiou os civis nas áreas controladas pelo governo, efetuou ataques diretos contra civis e outros ataques indiscriminados, como atentados suicidas, ataques supostamente com agentes químicos e outros tipos de bombardeios em áreas civis, além de perpetrar inúmeros homicídios ilegais, inclusive de pessoas capturadas. As forças comandadas pelos Estados Unidos realizaram ataques aéreos contra o EI e outros alvos, matando grande número de civis. Em setembro, a Rússia começou a realizar ataques aéreos e lançou mísseis de navios contra áreas controladas por grupos armados de oposição e alvos do EI, matando centenas de civis. No fim do ano, a ONU calculava que o conflito havia causado a morte de 250.000 pessoas, forçado o desalojamento de 7,6 milhões de pessoas dentro do país e levado 4,6 milhões a buscar refúgio no exterior.

INFORMAÇÕES GERAIS

O conflito armado interno na Síria, que começou após os protestos contra o governo em 2011, intensificou-se durante o ano. As forças governamentais e seus aliados, como o Hizbollah libanês e os combatentes iranianos, controlavam o centro da capital Damasco e a maior parte do oeste da Síria, enquanto uma variedade de grupos armados não estatais controlava ou disputava outras áreas, às vezes se enfrentando entre si. Tratava-se principalmente de grupos que combatiam as forças governamentais, como os afiliados ao Exército Livre da Síria, e outros como o Ahrar Al-Sham, a Frente Al-Nusra (braço sírio da Al-Qaeda), o Estado Islâmico (EI) e forças do Governo Autônomo estabelecido nos enclaves de predominância curda ao norte da Síria.

As divisões internas no Conselho de Segurança da ONU impossibilitaram as iniciativas para buscar a paz, mas o Conselho adotou várias resoluções sobre a Síria. Em fevereiro, a resolução 2199 requeria que os Estados impedissem a transferência de armas e fundos ao EI e à Frente Al-Nusra. Em

março, a resolução 2209 condenou o uso de cloro como arma de guerra, afirmando que os culpados por seu uso deveriam ser responsabilizados e apoiando o uso de ações militares, sanções econômicas e outros meios contra quem não cumprisse a determinação. Em agosto, a resolução 2235 pedia que um Mecanismo Conjunto de Investigação apontasse a responsabilidade pelo uso de armas químicas na Síria.

As iniciativas da ONU para intermediação da paz, com base num cessar-fogo gradual em Aleppo e ou em conversações multilaterais, foram infrutíferas. Negociações internacionais conhecidas como “Processo de Viena” visavam ao estabelecimento de conversações diretas entre o governo sírio e as forças de oposição em janeiro de 2016.

A Comissão de Inquérito internacional independente sobre a República Árabe da Síria, criada em 2011 pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, continuou a monitorar e informar a ocorrência de violações do direito internacional cometidas pelas partes no conflito, embora tenha permanecido impedida pelo governo de entrar na Síria.

Uma coalizão internacional de países comandada pelos EUA continuou a realizar ataques aéreos contra o EI e alguns outros grupos armados no norte e no leste da Síria. Os ataques, que começaram em setembro de 2014, segundo informações, mataram dezenas de civis. No dia 30 de setembro, em apoio ao governo sírio, a Rússia começou a realizar ataques aéreos que seriam contra o EI, mas que visaram principalmente grupos armados que combatiam tanto o governo quanto o EI, tendo disparado, em outubro, mísseis de cruzeiro contra alvos na Síria. Os ataques russos, segundo informações, teriam matado centenas de civis.

Vários ataques dentro da Síria, que se acredita serem de Israel, tinham como alvo o Hizbollah, posições do governo sírio e outros combatentes.

CONFLITO ARMADO INTERNO – VIOLAÇÕES COMETIDAS POR FORÇAS DO GOVERNO

Ataques indiscriminados ou que visavam diretamente os civis

O governo e as forças aliadas continuaram a cometer crimes de guerra e outras sérias violações do direito internacional, como ataques diretos contra civis e ataques indiscriminados. As forças governamentais repetidamente atacaram áreas controladas ou disputadas por grupos armados de oposição, matando e ferindo civis, bem como avariando bens civis, em ataques ilegais. Efetuaram ataques indiscriminados e ataques diretos contra áreas residenciais civis, inclusive com bombardeio aéreo e de artilharia, geralmente utilizando bombas de barril não guiadas de alto poder explosivo lançadas de helicópteros. Os ataques provocaram grande número de mortes e ferimentos de civis, inclusive crianças. Por exemplo, um ataque com bomba de barril em Baideen, no governadorado de Aleppo, em 5 de fevereiro, deixou pelo menos 24 civis mortos e 80 feridos. Um ataque aéreo no mercado de Sahat al-Ghanem em Duma, no dia 16 de agosto, matou aproximadamente 100 civis e deixou centenas de feridos. Segundo o Centro para Documentação de Violações, uma ONG síria, bombardeios aéreos foram responsáveis por metade das mortes de civis.

As forças do governo também efetuaram centenas de ataques supostamente com gás de cloro em áreas controladas por grupos armados não estatais, principalmente no governadorado de Idleb, causando a morte de civis. Em um ataque em 16 de março, helicópteros do governo teriam lançado bombas de barril contendo cloro sobre Sermin e arredores, no governadorado de Idleb, matando uma família de cinco pessoas e ferindo cerca de 100 civis.

Cercos e privação de ajuda humanitária

Forças do governo impuseram bloqueios prolongados a áreas predominantemente civis de Damasco e arredores, inclusive Ghouta

Leste, Daraya e Yarmouk, expondo os moradores à inanição e privando-os de acesso a cuidados médicos e outros serviços básicos, enquanto eram submetidos a repetidos ataques aéreos, bombardeios de artilharia e outros tipos de ataque.

As forças do governo, inclusive combatentes do Hizbollah libanês, começaram em julho a impor um cerco a Zabadani e outras cidades e povoados próximos, ao sul da Síria, desalojando à força milhares de civis para Madaya, que as forças do governo também cercaram e bombardearam indiscriminadamente, provocando a morte de civis.

Ataques a trabalhadores e centros médicos

As forças do governo continuaram tendo como alvos centros de saúde e pessoal da área médica nas regiões controladas por grupos armados de oposição. Em diversas ocasiões, bombardearam hospitais e outros centros médicos, impediram ou restringiram a inclusão de suprimentos médicos nas entregas de ajuda humanitária às áreas sitiadas ou de difícil acesso, atrapalhando ou impedindo a prestação de cuidados médicos nessas regiões e detendo trabalhadores e voluntários da área médica. A ONG Médicos pelos Direitos Humanos acusou as forças do governo de atacar o sistema de saúde de forma sistemática nas áreas controladas por grupos armados de oposição, além de responsabilidade pelas mortes da grande maioria dos 697 profissionais de saúde mortos na Síria entre abril de 2011 e novembro de 2015.

CONFLITO ARMADO INTERNO – ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Grupos armados não estatais cometeram crimes de guerra, outras violações do direito internacional humanitário e graves abusos dos direitos humanos.

Uso de armas indiscriminadas e ataques diretos contra os civis

Forças do EI realizaram ataques diretos contra civis, além de ataques

indiscriminados. Segundo informações, o EI também lançou ataques químicos usando gás de cloro e gás mostarda. A Sociedade Médica Sírio Americana afirmou que seus funcionários trataram mais de 50 civis com sintomas que indicavam exposição a agentes químicos, depois que forças do EI dispararam morteiros e bombas de artilharia contra Marea, uma cidade no governadorado de Alepo, em 21 de agosto. Um bebê morreu em consequência da exposição.

As forças do EI atacaram reiteradamente as áreas sob controle curdo. Pelo menos 262 civis foram mortos em ataques diretos do EI contra civis na cidade de Kobani em 25 de junho.

O EI e outros grupos armados empregaram armas explosivas de pouca precisão, como morteiros e bombas de artilharia, em ataques a áreas residenciais, matando e ferindo civis. Em agosto, grupos armados teriam lançado centenas de bombas de morteiros contra Fuah e Kefraya, dois vilarejos majoritariamente xiitas, e matado 18 civis em ataques indiscriminados na cidade de Deraa.

Homicídios ilegais

As forças do EI executaram de modo sumário soldados do governo que foram capturados, membros de grupos armados rivais, profissionais da imprensa e outros civis capturados. Em áreas de al-Raqqa, Deyr al-Zur e no leste de Alepo controladas pelo grupo, o EI impôs sua rígida interpretação da lei islâmica, frequentemente realizando execuções públicas, inclusive de pessoas que foram acusadas de apostasia, adultério ou roubo, ou pela orientação sexual real ou imaginada das pessoas.

Em 30 de janeiro, o EI decapitou o jornalista sequestrado Kenji Goto e, quatro dias depois, queimou até a morte o piloto da força aérea jordaniana capturado, Muath al-Kasasbeh. Em 3 de março, membros do EI teriam atirado um homem do alto de um edifício em Tabqa, governadorado de al-Raqqa, depois apedrejando-o até a morte pelo que acreditavam ser sua orientação sexual.

No dia 5 de julho em al-Raqqa, O EI

executou sumariamente Faisal Hussein al-Habib e Bashir Abd al-Ladhim al-Salem, dois ativistas pacíficos que teriam documentado os abusos do EI.

Em 5 de julho, o EI divulgou um vídeo que mostrava alguns de seus soldados crianças aparentemente matando a tiros soldados do governo capturados, diante de uma multidão em um anfiteatro de Palmira. As forças do EI deliberadamente destruíram tempos antigos e outras obras culturais em Palmira, depois que o local, designado pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, caiu sob controle do grupo em maio. Em agosto, o EI decapitou Khaled al-Asaad, chefe de antiguidades de Palmira, depois de mantê-lo detido desde maio.

Outros grupos armados também cometeram homicídios ilegais. Em junho, a Frente Al-Nusra teria matado a tiros 20 civis de religião drusa em Kalb Loze, Idleb. O Jaysh al-Islam executou sumariamente supostos membros do EI que haviam capturado, conforme imagens divulgadas em 25 de junho. Em setembro, combatentes do Jaysh al-Fateh liderados pela Frente Al-Nusra executaram sumariamente 56 soldados capturados do governo, depois de tomarem a base aérea de Abu al-Dhuhr, em Idleb, em 9 de setembro.

Cercos e privação de ajuda humanitária

Forças do EI encerraram cerca de 228.000 pessoas em bairros controlados pelo governo a leste da cidade de Deyr al-Zur. Ativistas locais afirmaram que cinco civis morreram em julho por falta de alimentos e cuidados médicos. O EI fechou centros de saúde e teria impedido que mulheres profissionais da saúde atuassem nas áreas sob seu controle, restringindo o acesso dos civis a cuidados médicos.

Durante a maior parte do ano, grupos armados não estatais também encerraram cerca de 26.000 pessoas em Zahraa e Nobel, a noroeste de Alepo.

Sequestros

Vários grupos armados não estatais, inclusive

o EI, praticaram sequestros e tomadas de reféns.

Em 23 de fevereiro, forças do EI sequestraram cerca de 253 civis de povoados majoritariamente assírios ao longo do Rio Khabur, em al-Hasakeh. Cerca de 48 foram mais tarde libertados, mas temia-se pela sorte dos que permaneciam desaparecidos, principalmente depois que, em outubro, o EI divulgou um vídeo sobre os sequestrados, mostrando três corpos não identificados.

Seguiam desconhecidos o destino e o paradeiro da defensora dos direitos humanos Razan Zaitouneh, de seu marido, Wa'el Hamada, e de Nazem Hamadi e Samira Khalil. Os quatro foram sequestrados por homens armados não identificados em 9 de dezembro de 2013. Eles foram levados dos escritórios compartilhados pelo *Centro de Documentação de Violações* e pelo *Birô de Apoio ao Desenvolvimento Local e Pequenos Projetos*, em Duma, uma área controlada pelo Jaysh al-Islam e outros grupos armados.

CONFLITO ARMADO INTERNO – ABUSOS COMETIDOS PELO GOVERNO AUTÔNOMO LIDERADO PELO PYD

Ao norte da Síria, o Governo Autônomo liderado pelo Partido de União Democrática (PYD, na sigla em curdo) controlava os enclaves predominantemente curdos de Afrin, Kobane (também chamado de Ayn al-Arab) e Jazira. Em julho, depois de expulsar o EI, as forças de segurança e a polícia do Governo Autônomo forçaram o desalojamento da população de 10 vilarejos e cidades, como Husseiniya em fevereiro, e impediram os moradores desalojados de retornar a suas casas em Suluk, uma cidade no governadorado de al-Raqqa. Também efetuaram prisões arbitrárias, detenções e julgamentos injustos de supostos apoiadores de grupos armados e outras pessoas. Segundo informações, as forças de segurança do Governo Autônomo fizeram uso de crianças soldados.

ATAQUES DAS FORÇAS DA COALIZÃO INTERNACIONAL

A coalizão internacional comandada pelos

EUA continuou a realizar seus ataques aéreos, iniciados em setembro de 2014, contra o EI e determinados grupos armados no norte e no leste da Síria. Alguns ataques causaram a morte de civis. O Observatório Sírio de Direitos Humanos informou que 243 civis foram mortos em ataques da coalizão na Síria durante o ano. Em 30 de abril, ataques aéreos da coalizão contra supostos alvos do EI em Bir Mahli, no governadorado de Alepo, teriam matado 64 civis.

ATAQUES DAS FORÇAS RUSSAS

A Rússia interveio no conflito em apoio ao governo sírio, começando seus ataques aéreos em 30 de setembro principalmente contra os grupos armados de oposição. Nesse mesmo dia, ataques aéreos russos em Talbiseh, Zafraneh e Rastan, no governadorado de Homs, teriam matado pelo menos 43 civis.

Em 7 de outubro, forças russas lançaram mísseis de cruzeiro para a Síria a partir de navios posicionados no Mar Cáspio. Um dos mísseis matou cinco civis e destruiu pelo menos 12 casas em Darat Izza, no governadorado de Alepo. Em 20 de outubro, dois ataques aéreos supostamente da Rússia atingiram as proximidades de um hospital de campanha em Sermin, no governadorado de Idleb, matando 13 civis e interrompendo o funcionamento do hospital. Em 29 de novembro, um avião supostamente russo disparou três mísseis contra um movimentado mercado em Ariha, governadorado de Idleb, matando 49 civis.

Ao todo, os ataques russos teriam matado pelo menos 600 civis e atingido pelo menos 12 unidades médicas em áreas controladas ou disputadas por grupos armados não estatais.

REFUGIADOS E PESSOAS DESALOJADAS DENTRO DO PAÍS

O persistente conflito provocou o desalojamento em massa da população. Segundo o ACNUR, o órgão da ONU para os refugiados, cerca de 4,6 milhões de pessoas fugiram da Síria entre 2011 e o fim de 2015, inclusive 1 milhão de pessoas que se

tornaram refugiadas em 2015. De acordo com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, aproximadamente 7,6 milhões de pessoas foram desalojadas dentro da Síria. A metade dos desalojados era de crianças. Turquia, Líbano e Jordânia, os países que receberam o maior número de refugiados sírios, restringiram o acesso às pessoas que tentam fugir do continuado conflito, expondo-as a novos ataques e privações na Síria. O Líbano e a Jordânia continuaram a bloquear a entrada de refugiados palestinos da Síria, deixando-os especialmente vulneráveis. Pelo menos 500.000 refugiados sírios chegaram por terra ou mar à Europa, mas muitos países europeus e outros da região se recusaram a acomodar uma parcela razoável das pessoas que fugiam.

DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

As forças do governo mantiveram milhares de pessoas detidas sem julgamento, geralmente em condições que configuravam desaparecimento forçado. Dezenas de milhares de pessoas continuaram submetidas a desaparecimento forçado, algumas desde o início do conflito em 2011. Dentre elas estavam críticos e oponentes pacíficos do governo, bem como pessoas detidas em lugar de familiares que as autoridades queriam prender.

Entre as pessoas submetidas a desaparecimento forçado desde 2012 estavam Abd al-Aziz al-Khayyir, Iyad Ayash e Maher Tahan, integrantes do Corpo de Coordenação Nacional para a Mudança Democrática, que foram presos em um posto de controle dos serviços de Inteligência da Força Aérea em 20 de setembro de 2012.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

A tortura e outros maus-tratos de pessoas detidas pelos órgãos de segurança e inteligência do governo, assim como nas prisões estatais, ainda ocorrem de forma sistemática e disseminada. Essas práticas continuaram levando inúmeros detidos à morte.

Salaheddin al-Tabbaa, de 22 anos, estudante e voluntário do Crescente Vermelho Árabe Sírio, morreu em abril enquanto estava detido, segundo um atestado de óbito que as autoridades entregaram a sua família em julho. O laudo afirmava que ele havia morrido de ataque cardíaco. Quando as forças de segurança do governo o detiveram em setembro de 2014 seu estado de saúde era bom. As autoridades não devolveram o corpo à família, dizendo que ele havia sido enterrado.

PRISÕES E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Dezenas de milhares de civis, inclusive ativistas pacíficos, foram detidos pelas forças de segurança do governo. Muitos eram mantidos em detenção provisória por períodos prolongados, sendo submetidos a torturas ou maus-tratos. Outros eram julgados de modo injusto perante o Tribunal Antiterrorismo ou tribunais militares de campanha.

Bassel Khartabil, um ativista pacífico pela liberdade de expressão na internet, permanecia detido de forma arbitrária desde sua prisão em março de 2012. No fim daquele ano, ele compareceu brevemente a um tribunal militar de campanha, mas não tomou conhecimento do resultado da audiência. Em 3 de outubro de 2015, ele foi transferido da Prisão de Adra para um local desconhecido.

As autoridades libertaram o defensor dos direitos humanos Mazen Darwish, diretor do Centro de Mídia e Liberdade de Expressão da Síria, em 10 de agosto, e Hani al-Zitani e Hussein Gharir, dois membros do centro, em julho. Os três estavam detidos desde fevereiro de 2012 e foram julgados pelo Tribunal Antiterrorismo. As acusações contra eles foram posteriormente retiradas.

PENA DE MORTE

A pena de morte continuou vigorando para muitos delitos, mas havia poucos detalhes sobre as sentenças proferidas, e nenhuma informação sobre execuções.

O Tribunal Antiterrorismo teria condenado

à morte 20 pessoas detidas no presídio central de Hama por participação em protestos pacíficos, depois de julgamentos flagrantemente injustos em maio e junho.

SUDÃO DO SUL

República do Sudão do Sul

Chefe de Estado e de governo: **Salva Kiir Mayardit**

Em agosto, depois de mais de 20 meses de negociações intermitentes, as partes em conflito do Sudão do Sul finalmente concordaram com os termos de um acordo de paz abrangente. No entanto, apesar do acordo de paz e de uma declaração de cessar-fogo subsequente, o conflito continuou em diversas partes do país, ainda que com menor intensidade que antes. Todas as partes desrespeitaram os direitos humanos internacionais e o direito internacional humanitário durante o conflito, mas ninguém foi responsabilizado por crimes contra o direito internacional cometidos no contexto do conflito armado interno. Cerca de 1,6 milhão de pessoas continuaram sendo desalojadas de suas casas em todo o país, e aproximadamente 600 mil pessoas buscaram refúgio em países vizinhos. Pelo menos 4 milhões de pessoas enfrentaram escassez de alimentos. O governo não tomou medidas para concretizar o direito à saúde. Agentes de segurança reprimiram vozes independentes e críticas da oposição, da imprensa e da sociedade civil.

INFORMAÇÕES GERAIS

O conflito armado, que eclodiu em dezembro de 2013, opôs as forças leais ao Presidente Salva Kiir àquelas leais ao ex-vice-presidente Riek Machar. Grupos de milícias armadas aliados a cada lado participaram do confronto, que continuou ao longo de 2015, mas de forma mais esporádica do que antes.

A Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), uma organização regional do Leste Africano composta por oito

países, começou a mediação entre o governo do Sudão do Sul e o Exército Popular de Libertação do Sudão/ Movimento Oposicionista (SPLA/M-IO), em janeiro de 2014. Apesar de diversos acordos de cessar-fogo, o conflito continuou ao longo de 2014 e em 2015.

Em 3 de março, o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu um regime de sanções contra o Sudão do Sul, que incluiu a proibição de viagens e o congelamento de bens, tendo como alvo indivíduos suspeitos de cometer crimes contra o direito internacional e abusos dos direitos humanos ou de ameaçar a paz, a segurança ou a estabilidade do país.

Em 12 de março, a IGAD anunciou um novo mecanismo a fim de exercer uma pressão mais combinada sobre as partes beligerantes para resolver o conflito. Este incluiu os três mediadores da IGAD, além de cinco representantes da União Africana (Argélia, Chade, Nigéria, Ruanda e África do Sul), a ONU, a UE, a China, o Fórum de Parceiros da IGAD e a Troika (Noruega, Reino Unido e Estados Unidos).

Em 27 de agosto, o Presidente Kiir assinou um acordo de paz que tinha sido firmado 10 dias antes pelo líder da oposição e ex-vice-presidente Riek Machar. O acordo forneceu um quadro de referência para que as partes encerrem as hostilidades e abordou uma ampla gama de assuntos, entre os quais: partilha de poder, medidas de segurança, assistência humanitária, medidas econômicas, justiça e reconciliação, e os parâmetros de uma Constituição permanente.¹

As Forças de Defesa do Povo de Uganda, que lutavam ao lado do governo do Sudão do Sul, começaram a retirar suas tropas em outubro, conforme o acordo de paz.

Em 3 de novembro, o governo e o SPLA/M-IO assinaram um acordo para um cessar-fogo permanente e medidas de segurança transitórias, o que criou um compromisso de ambos os lados com a desmilitarização da capital, Juba, e outras cidades principais. Em dezembro, o SPLA/M-IO enviou uma

delegação de membros a Juba como parte da equipe preliminar que preparará a implementação do acordo de paz.

O mandato da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) foi renovado em dezembro para incluir: proteção de civis, monitoramento e investigação de violações de direitos humanos, garantia de entrega de ajuda humanitária e apoio à aplicação do acordo de paz.

CONFLITO ARMADO INTERNO

O conflito se concentrou no nordeste do país, em partes dos estados de Jonglei, Unity e Alto Nilo, sendo marcado por períodos de calma e outros de violência intensa. Ambos os lados continuaram a se envolver em confrontos, apesar do acordo de paz de agosto, das declarações de cessar-fogo permanente e do acordo sobre medidas de segurança de novembro. Mais de 20 forças armadas diferentes estavam envolvidas, incluindo forças do governo apoiadas por soldados ugandeses, de um lado, e uma série de facções rebeldes, de outro. Jovens armados entraram em confronto regularmente com as forças do governo em partes do estado de Equatória Ocidental.

Ambas as forças do governo e da oposição desconsideraram os direitos humanos internacionais e o direito internacional humanitário. Ambos os lados atacaram deliberadamente civis, muitas vezes com base em sua etnia ou suposta afiliação política. Atacaram civis abrigados em hospitais e locais de culto; executaram combatentes capturados; sequestraram e detiveram civis arbitrariamente; incendiaram casas; danificaram e destruíram instalações médicas; saquearam propriedade pública e privada, bem como lojas de alimentos e ajuda humanitária; e recrutaram crianças para servir em suas forças armadas. As partes do conflito também atacaram, detiveram, assediaram e ameaçaram regularmente trabalhadores humanitários e funcionários da UNMISS.

A violência no estado de Unity, que havia diminuído, intensificou-se a partir de abril de

2015. O governo e grupos jovens aliados lideraram uma ofensiva em 28 aldeias nos condados de Rubkona, Guit, Leer e Koch, no estado de Unity, no fim de abril e começo de maio. Eles incendiaram aldeias inteiras, espancaram e mataram civis, roubaram gado e outros bens, queimaram pessoas vivas, cometeram atos de violência sexual e sequestraram mulheres e crianças. Em outubro, os confrontos no sul e no centro do estado de Unity se intensificaram, com graves consequências para os civis. Milhares de pessoas foram obrigadas a fugir em busca de segurança, proteção e assistência, das quais cerca de 6.000 chegaram ao campo de Proteção de Civis da UNMISS, em Bentiu. Outras pessoas fugiram para Nyal e Ganyiel, no sul do estado de Unity, abrigando-se em pântanos e florestas.

Embora 1.755 crianças soldados tenham sido libertadas pelo grupo armado Fação Cobra em março, na Área Administrativa da Grande Pibor, os sequestros de crianças continuaram ao longo do ano. Por exemplo, dezenas de crianças, algumas com apenas 13 anos, foram sequestradas de Malakal em fevereiro, e há relatos de que centenas foram levadas das aldeias de Kodok e Wau Shilluk, ao norte, no começo de junho. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) estimou em novembro que mais de 16.000 crianças estavam associadas a forças ou grupos armados.

A violência sexual e baseada em gênero relacionada ao conflito foi generalizada, inclusive com casos de escravidão sexual e incidentes de estupro coletivo de meninas com apenas 8 anos. Houve também casos de castração de homens e meninos.

SISTEMA DE JUSTIÇA

O sistema de justiça criminal sofreu com grave falta de recursos e de capacidade em áreas críticas, como investigação e análise forense. Esse cenário foi dificultado ainda mais por interferência ou falta de cooperação de parte dos órgãos de segurança e do poder executivo. Casos envolvendo abusos dos direitos humanos também foram

prejudicados pela ausência de programas de apoio às vítimas e de proteção a testemunhas.

O sistema de justiça não garantiu o direito ao devido processo legal e a julgamentos justos. Violações de direitos humanos comuns incluíram prisões e detenções arbitrárias, tortura e outros maus-tratos, prisões preventivas prolongadas e negação do direito a um advogado.

O conflito armado interno exacerbou os desafios preexistentes no sistema de justiça, em particular nos estados de Jonglei, Unity e Alto Nilo. A militarização e a deserção de muitos policiais prejudicaram gravemente a capacidade de aplicação da lei.

FALTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

As autoridades não responsabilizaram ninguém por crimes contra o direito internacional cometidos durante o conflito armado, ou não conduziram investigações completas e imparciais desses crimes.

O acordo de paz de agosto previu a criação de três mecanismos: a Comissão da Verdade, Reconciliação e Cura; a Autoridade de Indenização e Reparações; e um Tribunal Híbrido do Sudão do Sul. O mandato da Comissão da Verdade, Reconciliação e Cura abrange o processo de construção de paz e inclui crimes baseados em gênero e violência sexual. O mandato da Autoridade de Indenização e Reparações busca compensar as perdas de bens ocorridas durante o conflito. O Tribunal Híbrido teria competência sobre crimes contra o direito internacional e crimes estipulados pela legislação pertinente do Sudão do Sul.

Em 2014, o Conselho de Paz e Segurança da UA (CPSUA) estabeleceu uma Comissão de Inquérito da UA sobre o Sudão do Sul (AUCISS), presidida pelo ex-presidente nigeriano Olusegun Obasanjo, para investigar violações e abusos dos direitos humanos cometidos durante o conflito armado no Sudão do Sul. Seu mandato incluiu a recomendação de medidas para garantir a prestação de contas e a reconciliação. A Anistia Internacional estava entre as

organizações que fizeram campanha ao longo de 2015 para o CPSUA publicar o relatório do inquérito.²

Em 27 de outubro, o CPSUA publicou o relatório. O documento encontrou provas de violações sistemáticas de direitos humanos e crimes contra o direito internacional, cometidos por ambas as partes no conflito, geralmente com extrema brutalidade. O relatório encontrou provas convincentes de execuções extrajudiciais, inclusive de assassinatos motivados por etnia. Depoimentos dados à AUCISS indicaram de forma consistente que cerca de 15 a 20 mil pessoas da etnia nuer foram assassinadas durante os primeiros três dias de conflito (15-18 de dezembro de 2013). O relatório também encontrou evidências de tortura e mutilação de corpos; sequestros; desaparecimentos forçados; saques e pilhagens; vítimas forçadas a se envolver em atos de canibalismo; e vítimas obrigadas a se atirar ao fogo. Provas convincentes foram encontradas em apoio às acusações de violência sexual sistemática, que foi uma característica comum das atrocidades cometidas por ambos os lados. A AUCISS concluiu que houve grande probabilidade de o estupro ter sido usado como arma de guerra.

A AUCISS recomendou que aqueles com a maior responsabilidade pelas atrocidades sejam processados e que as necessidades das vítimas, como indenizações, sejam levadas em consideração. A Comissão pediu a criação de um mecanismo legal africano *ad hoc* sob a liderança da UA, bem como outros mecanismos para a justiça transicional similares às disposições do acordo de paz de agosto. Também recomendou a reforma dos sistemas de justiça civil, penal e militar, de maneira a contribuir para a garantia da prestação de contas.

DIREITO À SAÚDE – SAÚDE MENTAL

Os graves abusos de direitos humanos sofridos e testemunhados no Sudão do Sul tiveram severas consequências para a saúde mental de muitas pessoas, assim como a

incidência generalizada de deslocamentos forçados, as privações, a destruição ou perda de meios de subsistência, a perda da família e da comunidade, a alimentação e abrigos inadequados. Estudos recentes identificaram níveis extremamente altos de transtorno de estresse pós-traumático e depressão entre as populações do Sudão do Sul. Apesar dessa necessidade esmagadora, os serviços de saúde mental são quase inexistentes.

Durante o ano, apenas um hospital público no país ofereceu assistência psiquiátrica, com a ala de internação contendo só 12 leitos. Pessoas com sérios problemas de saúde mental foram rotineiramente encarceradas em prisões. Com pouco ou nenhum cuidado médico, presos com doenças mentais costumavam ser mantidos acorrentados, nus ou em solitárias.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O espaço para jornalistas, defensores dos direitos humanos e sociedade civil realizarem seu trabalho sem intimidação continuou a diminuir, como tem acontecido desde o início do conflito. As autoridades, especialmente o Serviço de Segurança Nacional, assediaram e intimidaram jornalistas, convocando-os para interrogatórios e prendendo-os e detendo-os arbitrariamente.

O repórter Peter Julius Moi foi morto a tiros em Juba, em 19 de agosto, dias após o Presidente Kiir ameaçar de morte repórteres que trabalham contra o país, declaração que mais tarde se alegou ter sido tirada de contexto. Dois outros jornalistas foram mortos no exercício da profissão, um em maio e outro em dezembro. George Livio, jornalista da Rádio Miraya, permaneceu detido sem acusação ou julgamento ao longo do ano; ele tinha sido preso em agosto de 2014, acusado de colaborar com rebeldes.

A versão impressa do *Nation Mirror* foi fechada em janeiro de 2015, depois de uma foto do ex-vice-presidente Machar ter sido colocada acima de uma do Presidente Kiir. Em agosto, o Serviço de Segurança Nacional fechou o *The Citizen*, um jornal diário em inglês, bem como o jornal diário de língua

árabe *Al Rai*. Diversos jornais tiveram edições apreendidas, algumas de modo temporário, outras inteiramente confiscadas. O Serviço de Segurança Nacional também fechou duas estações de rádio.

Um professor sênior na Universidade de Juba teve de deixar o país por causa de temores com sua segurança, após apresentar e moderar um debate sobre um controverso decreto presidencial publicado em outubro, que estabelecia 28 estados.

As forças de segurança continuaram a cometer desaparecimentos forçados, prisões arbitrárias e detenções prolongadas, tortura e outros maus-tratos. Desde o início do conflito, o Serviço de Segurança Nacional, a Inteligência Militar e membros da força policial têm reprimido supostos dissidentes políticos, muitos dos quais foram detidos em violação ao direito internacional.

MUDANÇAS LEGAIS

Em abril, o Sudão do Sul se tornou parte da Convenção da ONU contra a Tortura e seu Protocolo Facultativo; da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança e seus Protocolos Facultativos sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados e sobre a venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil; e da CEDAW e seu Protocolo Facultativo. Até o fim do ano, o Sudão do Sul ainda não havia depositado os instrumentos de ratificação da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e da Convenção da UA que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados na África, ainda que o Parlamento tenha aprovado sua ratificação em 2014.

Em março, o ministro da Justiça anunciou que o projeto de Lei sobre o Serviço de Segurança Nacional tinha se tornado lei, uma vez que o Presidente excedeu o prazo de 30 dias previsto pela Constituição para consentir ou devolver a legislação ao Parlamento para revisões, após ele a ter aprovado em outubro de 2014. Houve oposição nacional e internacional à aprovação dessa lei, e o Presidente não a assinou. A lei concedia amplos poderes ao Serviço de Segurança

Nacional, inclusive poderes de prisão, detenção e apreensão, sem supervisão independente adequada ou salvaguardas contra abusos.

O Presidente Kiir devolveu ao Parlamento o projeto de Lei sobre Organizações Não Governamentais, depois de ter sido aprovado pelo Parlamento no fim de maio. A versão do projeto de lei aprovada pelo Parlamento continha uma série de disposições restritivas. O projeto tornaria obrigatório o registro das ONGs e criminalizaria o trabalho voluntário realizado sem um certificado de registro.

1. South Sudan: Warring parties must fully commit to ensuring accountability for atrocities (News story, 26 August)
2. South Sudan: Release of AU Inquiry Report a vital step for resolution of crisis (News story, 23 July)

TIMOR-LESTE

República Democrática do Timor-Leste

Chefe de Estado: **Taur Matan Ruak**

Chefe de governo: **Rui Maria de Araújo (substituiu Kay Rala Xanana Gusmão em fevereiro)**

Persistiu a impunidade pelas graves violações de direitos humanos cometidas durante a ocupação indonésia (1975-1999). As forças de segurança foram acusadas de prisões arbitrárias e uso desnecessário ou excessivo da força durante operações de segurança no distrito de Baucau. Os níveis de violência doméstica permaneceram elevados.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em fevereiro, Rui Maria de Araújo, líder da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), tomou posse como Primeiro Ministro. O novo governo foi formado com uma coalizão da maioria dos partidos políticos, inclusive o Congresso Nacional para a Reconstrução de Timor-Leste, de Xanana Gusmão. Em setembro, o Timor-Leste foi objeto de uma revisão do Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança.

IMPUNIDADE

Houve pouco progresso em lidar com os crimes contra a humanidade e outras violações dos direitos humanos cometidas pelas forças de segurança indonésias e seus auxiliares entre 1975 e 1999. Muitos supostos perpetradores continuaram em liberdade na Indonésia.

Não se registrou qualquer progresso por parte das autoridades em aplicar as recomendações da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR) e da Comissão da Verdade e da Amizade (CVA) entre a Indonésia e o Timor-Leste relativas à impunidade. Em setembro, um relatório de seguimento do Grupo de Trabalho da ONU sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários lamentou que o Timor-Leste ainda não houvesse debatido um projeto de lei para a criação de um Instituto Público de Memória, visando à aplicação das recomendações da CAVR e da CVA.

SISTEMA DE JUSTIÇA

Prosseguiram as denúncias de maus-tratos e uso desnecessário ou excessivo da força pelas forças de segurança. Os mecanismos de prestação de contas permaneceram fracos.

Dezenas de pessoas foram detidas de modo arbitrário e sofreram tortura ou maus-tratos pelas forças de segurança durante operações de segurança conjuntas realizadas no distrito de Baucau entre março e agosto. As operações foram efetuadas em resposta aos ataques supostamente lançados por Mauk Moruk (Paulino Gama) e seu proscrito Conselho Revolucionário Maubere (KRM) contra a polícia nos subdistritos de Laga e Bagaia. Organizações locais de direitos humanos documentaram dezenas de casos de espancamentos por parte de agentes de segurança, que também destruíram propriedades de pessoas suspeitas de pertencer ao KRM.¹ Em agosto, Mauk Moruk foi morto a tiros. As conclusões do Ouvidor de Direitos Humanos e Justiça foram publicadas em novembro.

O sistema de justiça continuou prejudicado

pela falta de acesso aos tribunais e pela ausência do devido processo da lei. A expulsão, em outubro de 2014, de todos os oficiais judiciais internacionais empregados como juízes, advogados e investigadores continuou a lançar dúvidas sobre os julgamentos ainda por concluir, como os que tratam de crimes contra a humanidade.

DIREITOS DAS MULHERES

Uma lei de 2010 que previa o processamento judicial compulsório de casos de violência doméstica continuou sendo usada mesmo diante dos questionamentos que suscita. ONGs manifestaram preocupações relativas ao acesso à Justiça e à proteção limitada para vítimas e testemunhas, bem como ao acúmulo de processos que faz que algumas mulheres protocolam por si mesmas as ações.

Em novembro, o Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher recomendou que o Timor-Leste adotasse leis que assegurassem total reparação às sobreviventes de estupro e de outras formas de violência sexual ocorridas durante a ocupação indonésia e o referendo de 1999, bem como que não houvesse impunidade para a violência sexual cometida durante a ocupação.

-
1. Timor-Leste: Dozens arrested and tortured in Timor-Leste ([ASA 57/1639/2015](#))

TURQUIA

República da Turquia

Chefe de Estado: **Recep Tayyip Erdoğan**

Chefe de governo: **Ahmet Davutoğlu**

A situação dos direitos humanos se deteriorou de forma acentuada depois das eleições parlamentares de junho e da eclosão de violência entre o Partido dos Trabalhadores Curdos (PKK) e as forças armadas curdas em julho. A imprensa enfrentou uma pressão sem precedentes do

governo; a liberdade de expressão tanto na internet quanto fora dela foi fortemente prejudicada. O direito à liberdade de reunião pacífica continuou sendo violado. Aumentaram os casos de uso excessivo da força pela polícia e de maus-tratos durante a detenção. A impunidade por abusos dos direitos humanos persistiu. A independência do Judiciário foi comprometida ainda mais. Distintos atentados suicidas com bombas atribuídos ao grupo armado Estado Islâmico (EI) contra ativistas e manifestantes de esquerda e pró-curdos mataram 139 pessoas. Calcula-se que 2,75 milhões de refugiados e requerentes de asilo tenham sido acolhidos na Turquia, mas eles foram cada vez mais submetidos a prisões arbitrárias e deportações, enquanto o governo negociava um acordo de migração com a UE.

INFORMAÇÕES GERAIS

Continuaram durante o ano as nomeações e transferências de juízes e promotores por razões políticas, levando o caos a um Judiciário já carente de independência e imparcialidade. Os Tribunais Penais de Paz – com competência sobre a condução de investigações criminais, inclusive decisões sobre detenções preventivas e provisórias, confisco de bens e recursos contra tais decisões – foram cada vez mais controlados pelo governo.

Em abril, ocorreram comemorações para marcar o 100 aniversário dos massacres dos armênios pelo Império Otomano em 1915, com manifestações pacíficas por todo o país. Não houve qualquer progresso quanto ao reconhecimento pleno dos crimes que foram cometidos.

Nas eleições gerais de junho, o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (Partido AK), no governo desde 2002, não conseguiu obter a maioria absoluta no Parlamento, o que foi alcançado com um novo turno de votação em novembro, quando o partido obteve aproximadamente 50% dos votos.

O instável processo de paz que se mantinha desde 2013 entre o PKK e o Estado

se desintegrou em julho. Forças do Estado lançaram ataques contra bases do PKK na Turquia e no norte do Iraque, enquanto o PKK lançava ataques fatais contra alvos da polícia e do exército. Confrontos armados entre a ala jovem do PKK (YDG-H) e a polícia e o exército em centros urbanos causaram a morte de um grande número de cidadãos comuns. A mobilização massiva de forças de segurança nas províncias do sudeste em meados de dezembro resultou na intensificação dos combates e, segundo advogados e ativistas locais, na morte de dezenas de moradores desarmados. O ministro do Interior afirmou que mais de 3.000 “terroristas” haviam sido mortos desde o fim do cessar-fogo.

Depois que o PKK realizou atentados fatais em setembro, os ataques de multidões nacionalistas se multiplicaram na Turquia, visando principalmente os curdos e suas propriedades, bem como os escritórios do Partido Democrático dos Povos (HDP), agremiação de esquerda ligada aos curdos. O Ministério do Interior informou que dois civis morreram, 51 ficaram feridos e 69 prédios de partidos políticos e 30 residências e lojas foram avariados. O HDP informou a ocorrência de mais de 400 ataques, inclusive 126 contra seus escritórios.

Prosseguiram os processos judiciais em massa baseados em leis antiterrorismo amplas e vagas. Em março, todos os 236 militares indiciados no caso “Marreta”, um golpe para derrubar o governo do Partido AK, foram absolvidos depois de um segundo julgamento. Continuaram os procedimentos de recursos no caso “Ergenekon”, em que civis foram acusados de conspirar para derrubar o governo. As ações judiciais contra ativistas políticos curdos por suposta afiliação à União de Comunidades Curdas, ligada ao Partido dos Trabalhadores Curdos (PKK), continuaram pendentes, depois da abolição em 2014 dos tribunais especiais para julgar casos de terrorismo e crime organizado. Com a eclosão da violência entre o PKK e as forças do Estado em julho, houve uma onda de detenções. Calculava-se que, até o fim de

agosto, mais de 2.000 pessoas haviam sido detidas por suposta ligação com o PKK, enquanto mais de 260 foram postas em prisão preventiva. Tiveram início os processos contra indivíduos acusados de pertencer à “Organização Terrorista Fethullah Gülen”, inclusive o próprio Fethullah Gülen, clérigo e ex-aliado do Partido AK, agora residindo nos EUA.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O respeito pela liberdade de expressão se deteriorou. Inúmeros processos penais injustos, inclusive com base em leis criminais antiterrorismo e de difamação, foram impetrados contra ativistas políticos, jornalistas e outros críticos das autoridades públicas ou das políticas do governo. Cidadãos comuns com frequência foram levados aos tribunais por suas postagens em mídias sociais.

O governo exerceu uma pressão imensa sobre a mídia, tendo como alvo empresas de comunicação e redes de distribuição digital, visando especificamente os jornalistas mais críticos, que foram então ameaçados e atacados fisicamente por agressores geralmente não identificados. Jornalistas de destaque foram demitidos depois de criticar o governo. Sites de notícias, como a maior parte da imprensa curda, foram bloqueados por motivos incertos com base em ordens administrativas emitidas por um Judiciário obediente. Jornalistas foram intimidados e agredidos pela polícia enquanto cobriam acontecimentos na região Sudeste, de predominância curda.

Em março, o jornalista Mehmet Baransu, do jornal *Taraf*, foi detido preventivamente, acusado de obter documentos secretos do Estado, sobre os quais ele escreveu em 2010, tendo-os repassado depois aos promotores. Esses documentos fundamentaram o processo por tentativa de golpe no caso “Marreta”. No fim do ano, ele continuava em detenção preventiva.

No período de seis meses até março, o ministro da Justiça autorizou 105 processos penais por insulto ao Presidente Erdoğan,

com base no artigo 299 do Código Penal. Oito pessoas foram postas em prisão provisória. Processos com base nesse artigo, passíveis de pena de até quatro anos de prisão, continuaram sendo impetrados durante o ano. Em setembro, um estudante de 17 anos foi condenado por “insulto” depois de ter chamado o Presidente de “ocupante larápico do palácio ilegal”. Ele recebeu uma sentença com pena suspensa de 11 meses e 20 dias de prisão, de um tribunal de menores da cidade de Konya, na região central da Anatólia.

Aconteceu em novembro a primeira audiência do julgamento da jornalista Canan Coşkun, do jornal *Cumhuriyet*, acusada de insultar 10 promotores públicos, quando denunciou que eles adquiriram imóveis com valor reduzido devido a sua condição de promotores. Ela poderia ser condenada a até 23 anos e quatro meses de prisão. Em novembro, o editor-chefe do jornal, Can Dündar, e seu representante em Ancara, Erdem Gül, foram indiciados por espionagem, revelações de segredos de Estado e auxílio a organização terrorista, depois de uma matéria no jornal denunciar que os serviços de inteligência haviam transferido armas para um grupo armado na Síria em 2014. O então primeiro-ministro Recep Tayyip Erdoğan afirmara anteriormente que os caminhões levavam ajuda humanitária. Os dois foram postos em detenção preventiva e permaneceram encarcerados no fim do ano. Caso condenados, poderiam ser sentenciados à prisão perpétua.

O jornalista holandês Frederike Geerdink, residente em Diarbaquir, foi absolvido em abril de “fazer propaganda para o PKK”, mas foi detido e deportado depois de fazer uma reportagem em setembro na província de Yüksekova, no sudeste do país. Em agosto, três jornalistas do Vice News foram interrogados pela polícia depois de cobrirem os confrontos entre o PKK e as forças de segurança, sendo indiciados por “auxiliar uma organização terrorista” e postos em prisão preventiva. Jake Hanrahan e Philip Pendlebury, cidadãos britânicos, foram

libertados e deportados dois dias depois; Mohammed Rasool, jornalista curdo iraquiano, continuava em detenção provisória no fim do ano.

Medidas sem precedentes foram tomadas para silenciar a imprensa sobre as investigações da “Organização Terrorista Fethullah Gülen”. Em outubro, a plataforma digital privada Digiturk removeu sete canais de seu serviço. Quatro dias antes das eleições de 1 de novembro, a polícia acompanhou um mandatário judicial do governo e entrou à força na sede do conglomerado de mídia Koza İpek, interrompendo as transmissões ao vivo de dois canais de notícias, Bugün e Kanaltürk, e impedindo a impressão dos jornais *Millet* e *Bugün*. Os órgãos de imprensa que antes faziam oposição contundente ao governo reabriram como seus ferrenhos defensores. Em novembro, a estatal Türksat, Empresa Turca de Comunicações por Satélite, removeu 13 canais de televisão e rádio do Grupo de Emissoras Samanyolu. Hidayet Karaca, presidente do grupo, passou todo o ano em detenção provisória.

Em novembro, o presidente da Ordem dos Advogados de Diarbaquir e renomado defensor dos direitos humanos Tahir Elçi foi morto a tiros depois de fazer uma declaração à imprensa em Diarbaquir. O responsável ainda não havia sido identificado no fim do ano, em meio a dúvidas sobre a imparcialidade e eficácia da investigação. Ele começou a receber ameaças de morte depois de ter sido acusado no mês anterior de “fazer propaganda para uma organização terrorista”, por ter dito ao vivo em um canal nacional de televisão que o PKK “não era uma organização terrorista, mas um movimento político armado com apoio significativo”. Sua pena seria de até sete anos de prisão. O canal CNN Turquia também foi multado em 700.000 liras (230.000 euros) por transmitir as declarações.

LIBERDADE DE REUNIÃO

O direito de reunião pacífica continuou a ser limitado por lei e negado na prática, dependendo do motivo do protesto e do perfil

dos manifestantes. A prática de detenções arbitrárias em aglomerações de pessoas ganhou uma base legal com as emendas parlamentares feitas em março como parte do Pacote de Segurança Interna, que concedeu à polícia poderes de detenção sem supervisão judicial. Manifestantes pacíficos continuaram sendo processados e condenados.

As tradicionais comemorações pelo Dia do Trabalho na Praça Taksim não tiveram licença para acontecer pelo terceiro ano consecutivo. As mesmas razões de uma ameaça não especificada à segurança e de perturbação do tráfego e do turismo foram dadas pelas autoridades, que propuseram locais alternativos fora da área central da cidade. Dezenas de milhares de policiais cercaram todo o bairro de Taksim e áreas adjacentes para impedir a circulação de manifestantes, do trânsito e dos turistas.

Em junho, pela primeira vez em seus 12 anos de história, as autoridades dispersaram com violência a Parada anual do Orgulho LGBTI em Istambul, alegando falta de notificação formal e informações sobre manifestações contrárias. As conversações entre os organizadores da Parada e as autoridades no período anterior ao evento não indicavam que a marcha pudesse ser proibida. A polícia usou força excessiva, com gás lacrimogêneo, canhões de água e projéteis de bolas de pimenta contra os manifestantes, tanto durante o dia quanto à noite numa festa da Parada. Em novembro, o governador da província de Istambul negou permissão para uma investigação penal sobre a conduta da polícia relativa à Parada.

Prosseguiram as ações judiciais com base em acusações forjadas contra os manifestantes do Parque Gezi. Em abril, um tribunal de Istambul absolveu os integrantes do Solidariedade a Taksim, uma organização guarda-chuva que lidera a oposição à reurbanização da Praça Taksim e do Parque Gezi, inclusive cinco que haviam sido acusados de “fundar uma organização criminosa”. A maioria dos julgamentos resultou em absolvições, mas 244 pessoas

foram condenadas num julgamento em Istambul em que 255 eram réus, por várias acusações baseadas na Lei sobre Manifestações e Reuniões. Dois médicos foram condenados por “desonrar um local de culto”, por terem prestado atendimento de emergência a manifestantes feridos dentro de uma mesquita. Outro processo foi aberto em setembro contra 94 pessoas por terem participado de protestos relativos ao Parque Gezi na cidade de Esmirna.

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Aumentaram drasticamente as denúncias de uso excessivo da força durante manifestações. Força letal foi empregada pelas forças de segurança durante operações antiterrorismo, com frequência envolvendo confrontos armados com o YDG-H. Em muitos casos, relatos conflitantes e a ausência de investigações efetivas impediram o estabelecimento dos fatos. Em março, as emendas legislativas incluídas no Pacote de Segurança Interna conflitaram com as normas internacionais sobre o uso da força.

Em janeiro, o menino Nihat Kazanhan, de 12 anos, foi morto a tiros por um policial na cidade de Cizre, no sudeste do país. As autoridades inicialmente negaram o envolvimento da polícia, mas surgiram evidências em vídeo que mostravam Nihat Kazanhan e outras crianças atirando pedras nos policiais e, em outra gravação, um policial disparando o fuzil contra uma criança. Nihat Kazanhan foi morto com um único tiro na cabeça. O julgamento dos cinco policiais prosseguia.

As autoridades locais impuseram toques de recolher de 24 horas, por vários dias, enquanto ocorriam operações de perseguição ao YDG-H nas cidades do Sudeste. Durante o toque de recolher, os moradores ficavam totalmente proibidos de sair de casa; a água, a eletricidade e as comunicações eram cortadas e pessoas de fora não podiam entrar na cidade. Os toques de recolher impostos à cidade de Sur, em 11 de dezembro, e às cidades de Cizre e Silopi, em 14 de dezembro, continuavam em vigor no fim do

ano.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Aumentaram as denúncias de casos de maus-tratos em detenção e de outros tratamentos desumanos ou degradantes no contexto de operações policiais ou militares contra o PKK.

Quatro homens acusados de matar dois policiais na cidade de Ceylanpınar, sudeste do país, afirmaram ter sido brutalmente espancados em custódia da polícia em julho e agosto, primeiro quando estavam sendo transferidos para a penitenciária Osmaniye N 1, na província de Adana, e depois na própria penitenciária. No fim do ano, eles continuavam em detenção preventiva.

Circularam na internet algumas imagens, possivelmente gravadas por agentes policiais das operações especiais, que pareciam mostrar o corpo nu e desfigurado de Kevser Ertürk (Ekin Wan), uma integrante do PKK, sendo exibido nas ruas da cidade de Varto, na província de Muş, a leste do país, depois de confrontos com as forças do Estado em agosto. Uma fotografia mostrava o corpo de Hacı Lokman Birlik sendo arrastado na traseira de um veículo blindado da polícia na província de Şırnak, sudeste do país, em outubro. Uma autópsia que teria sido realizada no corpo registrou 28 tiros. As autoridades informaram que ambos os incidentes estavam sendo investigados.

IMPUNIDADE

Persistiu a impunidade por abusos contra os direitos humanos cometidos por agentes públicos. Investigações foram prejudicadas pela sonegação de provas cruciais pela polícia, como a lista de policiais em serviço e gravações de câmaras de segurança, bem como pela passividade dos promotores dos casos diante dessas obstruções. Sem a tão prometida Comissão Independente de Queixas sobre a Polícia, havia poucas perspectivas de melhora. Nos casos em que houve processamento judicial, estes foram geralmente precários.

Fracassaram totalmente as tentativas de

prestação de contas pelos abusos policiais cometidos durante os protestos do Parque Gezi em 2013. Em janeiro, policiais e cidadãos comuns foram condenados por participação no espancamento que matou o manifestante Ali İsmail Korkmaz na cidade de Eskişehir. Em junho, um tribunal de Istambul condenou um policial que usou spray de pimenta em uma manifestante pacífica, que ficou conhecida como “a mulher de vermelho”. O julgamento de um policial pela morte de Abdullah Cömert e um novo julgamento pela morte de Ethem Sarısülük, ambos manifestantes, prosseguiram.

Não foi instaurado qualquer processo pela morte de Berkin Elvan, de 14 anos, nem pelas centenas de outros casos em que pessoas foram feridas pela polícia. Entre esses, o caso de Hakan Yaman, que foi filmado sendo espancado e jogado numa fogueira por policiais de Istambul, que o deixaram queimar pensando que ele morreria. Apesar de ter perdido um olho, ele sobreviveu ao ataque. Passados dois anos e meio, os policiais que aparecem no vídeo não foram identificados.

Dois processos foram instaurados com relação aos protestos ocorridos na cidade de Kobane, sudeste da Turquia, em outubro de 2014, que deixaram mais de 40 mortos. Um deles, aberto em março, era contra jovens que supostamente apoiavam o PKK, pela morte de quatro pessoas em Diarbaquir. Outro, em junho, era contra 10 seguranças privados e parentes do prefeito municipal, do Partido AK, por terem matado a tiros três manifestantes em Kurtalan, na província de Siirt. Entretanto, as investigações de muitos outros casos não progrediram, como quando se acreditava que as pessoas tivessem sido mortas a tiros por agentes que recorreram à força excessiva durante as operações policiais efetuadas no Sudeste. A falta de laudos balísticos, de investigações das cenas dos crimes e da tomada de depoimentos de testemunhas por parte dos promotores deixavam poucas esperanças de que as circunstâncias das mortes pudessem ser reveladas.

Em novembro, todos os oito réus, inclusive o ex-comandante distrital da Gendarmaria, Cemal Temizöz, em um processo judicial inédito instaurado pelo desaparecimento e morte de 21 pessoas em Cizre, entre 1993 e 1995, foram absolvidos depois de um julgamento extremamente problemático.

ABUSOS COMETIDOS POR GRUPOS ARMADOS

Três atentados suicidas com bombas imputados ao EI deixaram grande número de vítimas. Em junho, quatro pessoas foram mortas em explosões que tinham como alvo um comício do Partido Democrático dos Povos, poucos dias antes das eleições de junho. Em julho, uma bomba matou 33 jovens ativistas na cidade de Suruç, sudeste da Turquia, quando eles davam uma declaração à imprensa sobre sua missão de entrega de ajuda humanitária a uma cidade vizinha na Síria, Kobane, de população majoritariamente curda. Em outubro, explosões simultâneas na capital Ancara em meio a um comício organizado por sindicatos, organizações da sociedade civil e partidos de esquerda mataram 102 pessoas.

Em março, o procurador de Istambul, Mehmet Selim Kiraz, foi morto depois de ter sido feito refém pelo grupo armado Partido da Frente Revolucionária de Libertação Popular (DHKP-C). Os dois sequestradores foram mortos numa operação policial dentro do tribunal.

Ataques do PKK resultaram na morte de civis, como o médico Abdullah Biroğul, quando seu carro foi alvo de disparos na província de Diarbaquir, sudeste da Turquia.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

Cerca de 2,3 milhões de refugiados sírios registrados e 250.000 refugiados e requerentes de asilo de outros países, como Afeganistão e Iraque, foram recebidos na Turquia. Aproximadamente 260.000 refugiados sírios foram acomodados em campos desprovidos de recursos administrados pelo governo, enquanto a maioria dos refugiados e requerentes de asilo

que estava fora dos campos recebiam pouca ou nenhuma assistência, nem tinham permissão para trabalhar. Em muitos casos, eles se empenhavam em sobreviver à base de trabalhos irregulares, exploradores e mal remunerados, assim como da caridade de moradores. Os pedidos de asilo de não sírios, na prática, raramente foram processados. Em outubro, o governo firmou um acordo com a UE a fim de impedir a migração irregular da Turquia para a UE.

Em setembro, pelo menos 200 refugiados, a maioria sírios, que tentavam cruzar a Grécia de modo irregular, foram detidos em regime de isolamento ou em diferentes locais secretos na Turquia. Muitos foram pressionados a retornar “voluntariamente” para a Síria e o Iraque, em flagrante violação ao direito internacional.

UCRÂNIA

Ucrânia

Chefe de Estado: **Petro Poroshenko**

Chefe de governo: **Arseniy Yatsenyuk**

O ano começou com intensos combates no leste do país entre separatistas pró-Rússia e forças da Ucrânia e terminou com tiroteios esporádicos interrompendo um precário cessar-fogo. Prevaleceu a impunidade para os crimes de guerra cometidos pelos dois lados. Houve pouco progresso na investigação das violações e abusos referentes às manifestações pró-europeias de 2013-2014 (“EuroMaidan”) na capital Kiev e na condução dos perpetradores à Justiça. A adoção de uma lei criando um Escritório de Investigação do Estado foi um passo positivo em direção ao estabelecimento de um mecanismo efetivo para investigar abusos cometidos por agentes de aplicação da lei. Veículos de comunicação e ativistas independentes e de caráter crítico não puderam trabalhar com liberdade nas chamadas Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk, tampouco na Crimeia. Nas áreas controladas pelo

governo, órgãos de imprensa e pessoas cujos posicionamentos eram percebidos como pró-russos ou pró-separatistas foram alvo de hostilidades. Em maio, uma marcha do Orgulho LGBTI em Kiev foi marcada por violência apesar da proteção policial. Em novembro, foram introduzidas emendas à legislação trabalhista proibindo expressamente a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais.

INFORMAÇÕES GERAIS

Em janeiro e fevereiro, fortes combates recomeçaram ao leste da Ucrânia, na região de Donbass, quando os separatistas apoiados pelos russos em Donetsk e Lugansk tentaram avançar e fortalecer sua linha de frente. Em meio a pesadas baixas militares, as forças da Ucrânia entregaram o controle do aeroporto de Donetsk e da área em torno da cidade de Debaltseve. Surgiram novas evidências de que a Rússia apoiava fortemente os combatentes separatistas com recursos humanos e armamentos militares, embora o país continuasse a negar seu envolvimento militar direto. Em fevereiro, um acordo com mediação internacional foi obtido entre o governo ucraniano e as autoridades de fato das Repúblicas Populares de Lugansk e Donetsk, ao qual se seguiu um instável cessar-fogo. Em setembro, ambos os lados recusaram o uso de armamentos pesados, mas embates com morteiros e armas de pequeno porte continuavam ocorrendo no fim do ano, resultando em mais vítimas. Segundo dados da ONU, o número de mortes no fim do ano ultrapassava 9.000, incluindo cerca de 2.000 civis. Mais de 2,5 milhões de pessoas foram desalojadas, das quais 1,1 milhão para fora da Ucrânia.

No dia 8 de setembro, a Ucrânia remeteu a situação de Donbass ao Tribunal Penal Internacional, quando apresentou uma declaração aceitando a competência do tribunal sobre supostos crimes cometidos em seu território a partir de 20 de janeiro de 2014. Porém, o Parlamento não ratificou o Estatuto de Roma.

Grupos de extrema-direita, que haviam obtido fraco apoio eleitoral após os protestos da EuroMaidan em 2014, envolveram-se em uma série de incidentes violentos. Em julho, paramilitares da organização nacionalista Pravy Sektor (Setor da Direita) fizeram uma troca de tiros com a polícia da região de Zakarpattya, que resultou em três mortes. Em agosto, durante um protesto organizado pelo Partido de extrema-direita Svoboda, sem representação legislativa, em frente ao Parlamento, quatro oficiais da Guarda Nacional foram mortos por uma granada. Vários ativistas do Svoboda foram presos.

Em outubro e novembro ocorreram eleições locais nos territórios controlados pelo governo. No entanto, na cidade de Mariupol, a votação foi adiada até o fim do ano, não tendo sido realizada em várias cidades e vilarejos das regiões leste e sul da Ucrânia devido a preocupações com a segurança.

Em 20 de setembro, ativistas contrários à ocupação russa da Crimeia montaram postos de controle na fronteira terrestre com a Crimeia, bloqueando totalmente o transporte de alimentos e outras mercadorias provenientes do território da Ucrânia. Em 20 de novembro, quatro linhas de transmissão de energia que forneciam quase 70% da eletricidade da Crimeia foram explodidas por indivíduos não identificados, provocando um apagão em toda a península. Equipes de reparo enviadas pelas autoridades ucranianas para restaurar a linha de transmissão foram impedidas de prosseguir pelos ativistas antiocupação. Em 8 de dezembro, o bloqueio foi suspenso, mas as linhas de energia não estavam funcionando plenamente até o fim do ano.

O PIB da Ucrânia diminuiu mais de 12%; sua moeda perdeu mais da metade do valor com relação ao dólar, dificultando ainda mais a situação da maioria dos ucranianos. As condições de vida nas áreas controladas pelos separatistas continuaram a deteriorar de forma acentuada, com as autoridades de Kiev restringindo ainda mais a circulação de pessoas e mercadorias na região.

TORTURA E OUTROS MAUS-TRATOS

Dois anos após os protestos da EuroMaidan, houve poucos avanços concretos para levar à Justiça os agentes de aplicação da lei responsáveis pelo uso excessivo, desnecessário e ilegal da força. Em novembro, a Procuradoria Geral informou que estavam em curso investigações sobre mais de 2.000 incidentes relacionados à EuroMaidan, com processos penais instaurados contra 270 indivíduos. Teve início o julgamento de dois ex-policiais do batalhão de choque (Berkut) por homicídio culposo e abuso de autoridade, referentes à morte de 39 manifestantes em 20 de fevereiro de 2014. No dia 7 de dezembro, o tribunal distrital de Obolon em Kiev sentenciou os estudantes Aziz Tagirov e Ramil Islamlı a, respectivamente, quatro anos de prisão e quatro de liberdade condicional por eles terem espancado, sequestrado e ameaçado matar um manifestante em 21 de janeiro de 2014. Essas foram as únicas condenações proferidas em 2015 para crimes relacionado à EuroMaidan.

O Comitê Consultivo Internacional criado pelo Conselho da Europa para monitorar as investigações sobre a EuroMaidan e a violência na cidade de Odessa em 2 de maio de 2014 publicou dois relatórios em 2015. Em ambos, o Comitê constatou que as investigações não “cumpriram os requisitos da Convenção Europeia de Direitos Humanos”.

Em 12 de novembro, o Parlamento adotou uma lei criando um Escritório de Investigação do Estado, incumbido de investigar supostos crimes cometidos por agentes de aplicação da lei. No fim do ano, a lei aguardava a sanção presidencial.

CONFLITO ARMADO

Durante a escalada dos confrontos em Donbass em janeiro e fevereiro, o bombardeio indiscriminado de áreas civis prosseguiu com os dois lados culpando um ao outro. Ambas as partes cometeram crimes de guerra, como tortura e outros maus-tratos de prisioneiros. Houve relatos confirmados da morte deliberada de prisioneiros pelos combatentes

separatistas.

Em 13 de janeiro, 12 passageiros de um ônibus civil foram mortos próximo à cidade de Volnovakha, ao serem atingidos por um foguete Grad enquanto esperavam para cruzar um posto de controle das forças ucranianas.¹ Em 22 de janeiro, 15 pessoas foram mortas quando um morteiro atingiu um ônibus elétrico em Donetsk.² Em 24 de janeiro, 29 civis morreram e mais de 100 ficaram feridos por mísseis disparados pelas forças separatistas no bairro densamente habitado de Vostochny, em Mariupol.

Ihor Branovytsky foi um dos 12 ucranianos que defendiam o aeroporto de Donetsk e foram aprisionados pelo batalhão separatista Sparta em 21 de janeiro. Durante o interrogatório, ele foi espancado até perder a consciência e morto com um tiro na cabeça pelo comandante do batalhão, que mais tarde admitiu numa entrevista por telefone ter matado outros 15 indivíduos capturados.³

Os membros das forças ucranianas Andriy Kolesnyk, Albert Sarukhanyan e Serhiy Slisarenko foram vistos vivos pela última vez numa filmagem que os mostrava sendo capturados no vilarejo de Krasnyi Partizan em 22 de janeiro. Pouco tempo depois, todos foram mortos por tiros de arma de fogo disparados à queima-roupa.

Um ex-prisioneiro relatou ter passado várias semanas em cativeiro numa cela no subsolo de um edifício próximo ao vilarejo de Velykomykhailivka que era usado como base dos paramilitares do Pravy Sektor. Antes de ser libertado, no começo de 2015, ele e pelo menos outros 12 homens e uma mulher estiveram presos por diferentes períodos de tempo na mesma cela, sendo submetidos a espancamentos diários e outros maus-tratos.⁴ O porta-voz do Pravy Sektor confirmou a prática de prender pessoas suspeitas de separatismo por parte de seus membros, mas negou todas as denúncias de maus-tratos. Outra fonte anônima corroborou as denúncias.

A Procuradoria Geral informou que pelo menos três processos penais foram abertos com base em supostos abusos cometidos por

membros do Pravy Sektor, como sequestro, espancamento e extorsão, cometidos entre agosto de 2014 e maio de 2015, bem como por maus-tratos e desaparecimento de um homem em novembro de 2014, com a suposta participação de paramilitares voluntários e de integrantes do Serviço de Segurança da Ucrânia. As três investigações prosseguiram no fim do ano.

PRISIONEIRO DE CONSCIÊNCIA

Ruslan Kotsaba, jornalista autônomo e blogueiro da cidade de Ivano-Frankivsk, foi preso em 7 de fevereiro depois de postar um vídeo no YouTube em que demandava o fim imediato dos combates em Donbass e pedia que os homens ucranianos resistissem ao seu alistamento. Ele foi detido provisoriamente e, no dia 31 de março, foi indiciado por “traição ao Estado” e “obstrução das atividades legítimas das Forças Armadas da Ucrânia”. Seu julgamento ainda transcorria no fim do ano.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

De modo geral, a imprensa continuou livre nas áreas controladas pelo governo. No entanto, com a ocupação e anexação da Crimeia pela Rússia em 2014 e o continuado conflito em Donbass, os órgãos de imprensa que parecessem manifestar pontos de vista pró-russos ou pró-separatistas se tornavam alvo de hostilidades. As emissoras 112 Ucrânia e Inter TV receberam advertências formais do Conselho Nacional de Rádio e Televisão por transmitirem entrevistas e reportagens de áreas controladas pelos separatistas, que mostravam os moradores locais manifestando apoio aos separatistas. Com três advertências consecutivas, as emissoras teriam suas licenças de transmissão canceladas.

O jornalista Oles Buzina, bastante conhecido por seus pontos de vista pró-Rússia e com mais de 25.000 seguidores no Facebook, foi morto a tiros por dois homens mascarados em frente a sua casa no dia 16 de abril. Quando dois suspeitos foram presos no dia 18 de junho, o ministro do Interior,

Arsen Avakov, anunciou no Facebook que o caso estava “solucionado”. Os dois homens afirmavam ser inocentes e denunciaram ter sofrido pressão física e psicológica dos investigadores. No fim do ano, o caso ainda aguardava conclusão.

Foram aprovadas em maio quatro leis denominadas de “descomunização”, proibindo o uso de símbolos comunistas e nazistas. Em julho, o Ministério da Justiça interpôs quatro ações judiciais para banir o Partido Comunista da Ucrânia e dois partidos menores que se diziam “comunistas”. Esses dois partidos, ambos praticamente extintos, foram banidos no dia 1º de outubro, enquanto o Partido Comunista foi banido no dia 16 de dezembro. Em 28 de dezembro, o Partido recorreu da decisão.

Jornalistas com posições pró-Ucrânia ou que trabalhavam para órgãos de imprensa ucranianos não puderam atuar com liberdade nas áreas controladas pelos separatistas. Em 16 de junho, o jornalista russo Pavel Kanygin foi detido por várias horas por forças de segurança locais em Donetsk, sendo espancado severamente antes de ser solto. Ele havia escrito várias reportagens para o jornal russo *Novaya Gazeta* sobre dois cidadãos russos feitos prisioneiros pelas forças do governo ucraniano em Donbass, nas quais denunciava o acobertamento por parte da Rússia do fato de os dois serem militares da ativa.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRANSGÊNEROS E INTERSEXUAIS

Uma marcha do Orgulho LGBTI foi realizada em Kiev no dia 6 de junho, depois de extensas negociações entre os organizadores e as autoridades. Antes e depois da marcha, o presidente Petro Poroshenko se declarou fortemente favorável ao direito das pessoas LGBTI à liberdade de reunião. Contudo, apenas no dia anterior ao evento a polícia concordou em prover proteção. Dezenas de ativistas de extrema-direita romperam as barreiras policiais e atacaram a marcha. Dez participantes e três policiais ficaram feridos;

25 agressores foram presos e depois liberados. Os organizadores da marcha receberam mensagens com ameaças em seus celulares e na internet. Quatro ações penais contra manifestantes anti-LGBTI foram abertas e prosseguiram no fim do ano.

Em agosto, um tribunal de Odessa proibiu a realização de uma marcha do Orgulho, alegando “ameaça à ordem pública” e mencionando a segurança dos participantes. Em vez da passeata, os organizadores resolveram realizar um festival menor em local fechado no dia 15 de agosto. Enquanto o festival acontecia, vários homens mascarados atiraram rojões e bombas de fumaça no escritório da organização.

Em 12 de novembro, o Parlamento adotou emendas à legislação trabalhista proibindo a discriminação com base na orientação sexual e na identidade de gênero. O procedimento, exigido pela UE como parte do processo de liberação de vistos para a Ucrânia, por muito tempo enfrentou a resistência do Parlamento ucraniano. As emendas foram promulgadas pelo Presidente em 23 de novembro.

CRIMEIA

Não houve qualquer investigação efetiva sobre seis casos de supostos desaparecimentos forçados de ativistas tártaros da Crimeia em 2014 e um caso confirmado de sequestro, tortura e homicídio. As investigações não se realizaram mesmo diante de inúmeras evidências, como gravações em vídeo, indicando fortemente que paramilitares pró-russos da chamada “força de autodefesa da Crimeia” seriam responsáveis por ao menos alguns desses crimes.

As liberdades de expressão, reunião e associação continuaram sendo restringidas pelo governo de fato da Crimeia, depois de sua ocupação e anexação pela Rússia em 2014. Quem manifestasse simpatias ucranianas enfrentava rigorosas represálias. A comunidade tártara da Crimeia foi especialmente afetada: seus eventos públicos eram rotineiramente proibidos, órgãos de imprensa em língua tártara foram forçados a

fechar, seus líderes foram submetidos a revistas domiciliares frequentes, processados criminalmente e detidos por motivos políticos.

A Assembleia dos tártaros da Crimeia (Mejlis), um órgão representativo eleito por membros da comunidade, sofreu novas represálias. Seu atual líder, Ahtem Chygoz, foi preso em 29 de janeiro e acusado de ter organizado “distúrbios em massa” no dia 26 de fevereiro de 2014. As autoridades de fato advertiram reiteradamente que o Mejlis poderia ser classificado como grupo terrorista segundo o direito russo. Os dois líderes anteriores do Mejlis, Mustafa Dzhemiliev e Refat Chubarov, continuaram oficialmente proibidos de entrar em sua terra natal. Em 28 de outubro, o Procurador de fato da Crimeia anunciou que Chubarov poderia retornar, depois que um tribunal da cidade de Simferopol havia ordenado sua prisão em 6 de outubro por “incitar contra a integridade territorial da Federação Russa”.

A emissora de televisão ATR, que transmite na língua tártara da Crimeia, foi obrigada a interromper seu funcionamento em 1 de abril, quando o prazo para que renovasse seu registro, conforme as leis russas, expirou. A emissora já havia requerido a renovação do registro pelo menos quatro vezes, o que sempre foi negado de forma arbitrária. A ATR recomeçou suas transmissões a partir do território da Ucrânia, mas seus repórteres não podiam mais trabalhar abertamente na Crimeia.

Em 9 de março, Aleksandr Kravchenko, Leonid Kuzmin e Veldar Shukurdzhiev foram presos durante uma pequena comemoração de rua em Simferopol para celebrar o 201 aniversário de nascimento do poeta ucraniano Taras Shevchenko, quando usavam símbolos nacionais, como fitas amarelas e azuis. Eles foram levados a uma delegacia de polícia, liberados depois de três horas e sentenciados a 40 horas de trabalho comunitário cada um, por infringirem as leis sobre reuniões públicas. Posteriormente, eles foram alvo de hostilidades da unidade de polícia antiextremismo, tendo sido presos e interrogados de modo informal. Kuzmin

também perdeu seu emprego como professor de história.

Contrariando o direito internacional humanitário, os ativistas antiocupação da Crimeia Oleg Sentsov e Alexander Kolchenko foram levados a julgamento fora da Crimeia. Eles foram julgados com base no direito russo em um tribunal militar da cidade de Rostov, no sul da Rússia, e sentenciados, respectivamente, a 20 e 10 anos de prisão, por acusações desproporcionais relacionadas ao terrorismo. Seus julgamentos foram injustos e baseados em testemunhos supostamente extraídos mediante tortura. A decisão foi confirmada pelo Supremo Tribunal da Federação Russa em 24 de novembro.

-
1. Eastern Ukraine: Investigate deadly artillery strike on civilian bus ([News story](#), 13 January)
 2. Eastern Ukraine: Deadly attack on Donetsk trolleybus as ceasefire unravels ([News story](#), 22 January)
 3. New evidence of summary killings of Ukrainian soldiers must spark urgent investigations ([News story](#), 9 April)
 4. Ukraine: Breaking bodies: Torture and summary killings in eastern Ukraine ([EUR 50/1683/2015](#))

URUGUAI

República Oriental do Uruguai

Chefe de Estado e de governo: **Tabaré Vázquez**
(substituiu José Alberto Mujica Cordano em março)

Houve poucos progressos no sentido de garantir justiça para as violações dos direitos humanos cometidas no período do regime civil e militar de 1973 a 1985. A desigualdade de gênero persistiu, inclusive com relação ao acesso ao aborto e aos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI).

INFORMAÇÕES GERAIS

Em março, Tabaré Vázquez tomou posse com a promessa de implementar um Plano Nacional de Convivência e Direitos Humanos e de fortalecer as políticas de combate à

discriminação de pessoas LGBTI, bem como de adotar medidas para promover a igualdade de gênero, entre outros compromissos.

Em março, o Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança exortou o Uruguai a tomar medidas para prevenir, proibir e proteger os menores de idade frente a todas as formas de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, como os cometidos pela polícia, durante sua detenção. O Comitê também pediu ao governo que busque uma solução para os altos índices de pobreza que afetam as crianças e melhore seu acesso a serviços de saúde de qualidade, principalmente para as crianças que vivem em áreas mais carentes ou remotas.

Em outubro, o Uruguai foi eleito como membro do Conselho de Segurança da ONU para o período 2016-17, após 50 anos de ausência desse organismo.

Em junho, o governo anunciou que daria continuidade ao programa de reassentamento de refugiados sírios. Cinco famílias sírias chegaram ao Uruguai em 2014.

IMPUNIDADE

Em maio, foi criado por decreto presidencial o Grupo de Trabalho por Verdade e Justiça, para investigar violações de direitos humanos ocorridas entre 1968 e 1985. O grupo seria composto por sete integrantes que satisfizessem critérios de autonomia e independência no curso de suas carreiras, bem como pelo Presidente e Vice-Presidente do Uruguai.

Uma decisão de 2013 da Suprema Corte continuou sendo um obstáculo à justiça, pois revogou artigos essenciais da Lei 18.831, adotada em 2011, os quais estabeleciam que crimes cometidos durante o período do regime civil e militar de 1973 a 1985 eram crimes contra a humanidade e não estavam sujeitos à prescrição.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

Em agosto, um tribunal administrativo manteve o direito dos profissionais da área médica de se recusarem a realizar um aborto

legal alegando questões de consciência. A decisão procedeu de uma ação impetrada por um grupo de profissionais da área médica contra vários artigos de um decreto regulamentando a legislação de 2012 que descriminaliza o aborto e assegura o acesso legal e seguro ao procedimento. A sentença causou dúvidas sobre como o governo garantiria a aplicação efetiva da legislação, a depender do número de profissionais que se recusarem a realizar abortos por motivos de consciência.

O aborto é descriminalizado no Uruguai em todas as circunstâncias nas primeiras 12 semanas de gestação. A descriminalização se estende até a 14ª semana quando a gravidez resultar de estupro, e até o final da gestação quando esta apresentar grave risco à saúde da mulher ou se tratar de malformação fetal incompatível com a vida fora do útero.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXUAIS

Pouco avançaram as investigações sobre os assassinatos de cinco mulheres transexuais ocorridos entre 2011 e 2012.

VENEZUELA

República Bolivariana da Venezuela

Chefe de Estado e de governo: **Nicolás Maduro Moros**

Jornalistas e defensores dos direitos humanos continuaram a enfrentar ataques e intimidações. Adversários políticos do governo tiveram julgamentos injustos e foram presos. Houve novas denúncias de uso excessivo da força pela polícia e pelas forças de segurança, que resultaram em dezenas de mortes, algumas em circunstâncias que pareciam configurar homicídios ilegais. A maioria dos responsáveis por violações graves dos direitos humanos durante os protestos de 2014 não foi levada à Justiça, e a independência do Judiciário foi motivo de preocupação. Refugiados e requerentes de

asilo colombianos foram deportados, expulsos à força e maltratados. A superlotação e a violência nas prisões persistiram. Sobreviventes de violência motivada por gênero enfrentaram obstáculos significativos para acessar a Justiça.

INFORMAÇÕES GERAIS

Nas eleições parlamentares de dezembro, a Mesa da Unidade Democrática, uma coalizão de partidos opositores, conquistou dois terços das cadeiras.

Em julho, o projeto de um Plano Nacional de Direitos Humanos foi apresentado para consulta com todos os setores da sociedade. O plano incluía propostas de reforma do Judiciário, do sistema prisional e das forças de segurança, bem como de acabar com a discriminação e melhorar os direitos de grupos vulneráveis, como povos indígenas, mulheres, crianças, comunidades afrodescendentes, trabalhadoras domésticas e lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais (LGBTI). A consulta ainda estava em andamento no fim do ano.

A decisão tomada pela Venezuela em 2012 de sair da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos continuou a privar de acesso à Justiça as vítimas de violações de direitos humanos e seus familiares cujos direitos não foram assegurados nos tribunais nacionais.

A interferência no sistema judicial por parte de autoridades dos mais altos escalões do governo pôs em dúvida seu compromisso com a independência do Judiciário e o Estado de direito. Temia-se que o caráter temporário das posições mantidas por mais de 60% dos juízes os deixasse suscetíveis a pressões políticas.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Em junho, a Corte Interamericana de Direitos Humanos ordenou que a Venezuela restituisse a concessão de transmissão da *Radio Caracas Televisión* (RCTV), que havia sido suspensa em 2007. Até o fim do ano, as autoridades não haviam cumprido a decisão.

Proprietários de órgãos de imprensa e

jornalistas que criticaram as autoridades enfrentaram processos por difamação, ataques e intimidações.¹

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS

Defensores dos direitos humanos foram atacados e intimidados.

Tanto o Presidente Maduro quanto o presidente da Assembleia Nacional, entre outros, acusaram nominalmente na televisão alguns defensores de prejudicar a reputação do país e minar o governo. Depois disso, vários defensores dos direitos humanos foram hostilizados. Em março, por exemplo, Marco Antonio Ponce, do Observatório Venezuelano de Conflitos Sociais, e outros 11 defensores dos direitos humanos que retornavam de uma visita à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, onde haviam estado para levar suas preocupações, foram seguidos, fotografados e filmados por homens não identificados no aeroporto de Caracas.²

Em abril, Carlos Lusverti, defensor dos direitos humanos e professor do Centro de Direitos Humanos da Universidade Católica Andrés Bello, foi ferido por um tiro pela segunda vez em 15 meses, no que seria uma tentativa de assalto.

Em outubro, Marino Alvarado Betancourt, do Programa Venezuelano de Educação e Ação em Direitos Humanos (Provea), e seu filho de nove anos foram atacados e roubados por três homens armados em sua residência.³

Em abril, Víctor Martínez, ativista que combate a corrupção e as violações de direitos humanos cometidas pela polícia do estado de Lara, foi ameaçado por dois homens armados, diante de sua casa em Barquisimeto, no estado de Lara. Ao que parece, a ameaça estava ligada a suas críticas à polícia; na época do ataque ele estava sob proteção policial, que afirma ter sido esporádica.⁴

USO EXCESSIVO DA FORÇA

Em janeiro, o ministro da Defesa publicou a Resolução 008610, permitindo que todos os setores das forças armadas fossem destacados para operações de ordem

pública. A resolução permitia também que o uso de armas de fogo fosse autorizado durante o policiamento de manifestações públicas. Porém, não expressava claramente que o uso excessivo da força nessas operações não seria tolerado.

O uso excessivo da força pelas forças de segurança continuou sendo denunciado e resultou na morte de Kluiberth Roa Núñez, de 14 anos, atingido por uma bala de borracha disparada pelas forças de segurança no estado de Táchira, quando ele caminhava próximo a uma manifestação.⁵

DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Em setembro, Leopoldo López, prisioneiro de consciência e líder do partido opositorista Vontade Popular, foi condenado por associação para o crime, instigação pública, danos à propriedade e incêndio intencional durante os protestos de 2014. Ele foi sentenciado a 13 anos e nove meses de prisão. Não havia provas consistentes que sustentassem as acusações ou as declarações públicas feitas pelas autoridades antes de sua condenação. O fato de o Presidente pedir a prisão de Leopoldo López comprometeu seriamente seu direito a um julgamento justo.⁶

Em janeiro, um juiz determinou que Rosmit Mantilla, ativista pelos direitos LGBTI e membro do Vontade Popular, fosse julgado pelas acusações de instigação pública, incêndio de edifícios públicos e privados e associação para o crime durante os protestos de 2014, apesar da falta de provas consistentes contra ele. No fim do ano, ele continuava em detenção provisória.

Em março, Emilio Baduel Cafarelli e Alexander Tirado Lara foram sentenciados a oito anos de prisão. Eles haviam sido condenados por instigação pública, intimidação pública com artefatos explosivos e conspiração para o crime durante os protestos de 2014. O Ministério Público não apresentou provas que corroborassem as acusações e o juiz desconsiderou provas periciais apontando que nenhum dos dois havia manuseado explosivos ou substâncias

inflamáveis.

REFUGIADOS E REQUERENTES DE ASILO

Em agosto, quase 2.000 cidadãos colombianos, inclusive refugiados e pessoas em busca de asilo, foram deportados num período de poucos dias, sem que tivessem a oportunidade de contestar sua expulsão ou juntar seus pertences. Houve alguns casos em que crianças foram separadas de seus pais. Dezenas de pessoas foram removidos à força ou tiveram suas casas destruídas, sendo que alguns dos detidos sofreram maus-tratos.⁷

As deportações foram uma resposta às mortes de três oficiais e um civil no contexto de operações de segurança e combate ao contrabando. No fim do ano, nove municípios do estado fronteiriço de Táchira permaneciam em estado de emergência, e as fronteiras continuavam fechadas nos estados de Zulia, Táchira e Apure, bem como em partes do Amazonas.

FORÇAS POLICIAIS E DE SEGURANÇA

Apesar da indisponibilidade de dados oficiais recentes, o Observatório Venezuelano de Violência informou que o país tinha a segunda maior taxa de homicídios da região.

Em julho, a Operação de Libertação e Proteção do Povo foi posta em prática pelas forças de segurança para enfrentar os níveis elevados de criminalidade. Houve denúncias de possíveis execuções extrajudiciais, uso excessivo da força, prisões arbitrárias e remoções forçadas de pessoas suspeitas de cometer crimes e de suas famílias.

Segundo o Ministério da Justiça, um mês depois do início da operação, 52 civis haviam sido mortos em confrontos armados com as forças de segurança. O alto número de mortes civis, em contraste com a ausência de ferimentos ou fatalidades do lado policial, indicava que as forças de segurança poderiam ter usado força excessiva ou efetuado execuções extrajudiciais.

De acordo com organizações de direitos humanos, 90% das mais de 4.000 pessoas detidas nos primeiros três meses da operação

foram mais tarde liberadas sem acusações, o que indica que muitas prisões foram arbitrárias.

Em agosto, numa comunidade ao sul de Valencia, no estado de Carabobo, as forças de segurança teriam detido todos os homens maiores de 15 anos e demolido todas as casas da comunidade, deixando pelo menos 200 famílias desabrigadas.

IMPUNIDADE

Houve pouco progresso em levar à Justiça os responsáveis pela morte de 43 pessoas, inclusive das forças de segurança, e pelos maus-tratos de manifestantes nos protestos de 2014. Segundo o Ministério Público, 238 investigações foram abertas em fevereiro, mas somente 13 ações foram ajuizadas.

Ninguém foi levado à Justiça para responder pela morte de nove pessoas da família Barrios nem pelas ameaças e intimidações contra outros de seus parentes no estado de Aragua em 1998.⁸

CONDIÇÕES PRISIONAIS

As prisões continuaram extremamente superlotadas, apesar das várias reformas feitas no sistema desde 2013. Segundo o Observatório Venezuelano de Prisões (OVP), as penitenciárias do país continham um número de reclusos três vezes maior que sua capacidade. Em tal situação, as autoridades penitenciárias não tinham condições de proteger os direitos dos presos, como o direito à saúde e à integridade física. Rebeliões e protestos, inclusive com lesões autoinfligidas, para demandar melhores condições de prisão continuaram comuns. O OVP registrou mais de 1.200 casos de lesões autoinfligidas nos primeiros seis meses do ano. Além disso, no mesmo período, foram registradas 109 mortes de presos e pelo menos 30 ferimentos em consequência da violência dentro dos presídios. O grande número de armas nas unidades de detenção continuou sendo motivo de preocupação.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E MENINAS

A aplicação da legislação de 2007 que criminaliza a violência baseada em gênero permaneceu lenta devido à falta de recursos. A assistência jurídica e o acesso à Justiça, bem como outras medidas efetivas de proteção, como abrigos, não haviam se concretizado até o fim do ano.

Estatísticas do Ministério Público indicavam que das mais de 70.000 denúncias de violência motivada por gênero recebidas em 2014 menos de 1% chegou aos tribunais. Segundo organizações de direitos das mulheres, 96% dos casos que chegaram às cortes não resultaram em condenação.

DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXUAIS

Organizações LGBTI manifestaram preocupação com a discriminação arraigada no país. As denúncias de violência contra pessoas LGBTI eram constantes. Os responsáveis raramente tiveram de prestar contas, pois as denúncias não foram investigadas ou indiciadas.

Não havia na lei qualquer disposição específica criminalizando os crimes de ódio baseados na orientação sexual, tampouco na identidade ou expressão de gênero.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS

O acesso a métodos contraceptivos, como anticoncepcionais de emergência, era limitado e geralmente disponível apenas a quem pudesse pagar. O aborto era criminalizado em todos os casos, exceto quando a vida da mulher ou da menina corresse risco.

Segundo um relatório de 2015 da Organização Mundial da Saúde, a mortalidade materna havia aumentado para 110 a cada 100.000 nascidos vivos. Esse número era significativamente maior do que a média regional de 63 para cada 100.000 nascidos vivos.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Não existia nenhuma disposição legal que garantisse e regulasse a consulta aos povos indígenas sobre questões que afetam seus meios de subsistência. Pessoas que defendem os direitos dos povos indígenas informaram que o direito ao consentimento livre, prévio e informado não foi respeitado pelas autoridades ao conceder licenças para extração de recursos naturais em territórios indígenas.

A lentidão do processo de demarcação dos territórios indígenas, iniciado em 2011, foi considerada preocupante. No fim do ano, calculava-se que apenas 12% dos territórios indígenas haviam sido demarcados.

-
1. Venezuela: Journalist beaten and threatened: Horacio Giusti ([AMR 53/1714/2015](#))
 2. Venezuela: Human rights in Venezuela before the United Nations Human Rights Committee ([AMR 53/1942/2015](#))
 3. Venezuela: Armed assault against human rights defender must be thoroughly investigated ([News story](#), 2 October)
 4. Venezuela: Human rights defender attacked again: Victor Martínez ([AMR 53/1450/2015](#))
 5. Venezuela: The faces of impunity: a year after the protests, victims still await justice ([AMR 53/1239/2015](#))
 6. Venezuela: Opposition leader sentenced unjustly: Leopoldo López ([AMR 53/2449/2015](#))
 7. Venezuela: Concerns over grave human rights violations on the border with Colombia ([AMR 53/2329/2015](#))
 8. Venezuela Submission to the United Nations Human Rights Committee, 29 June - 24 July 2015 ([AMR 53/1769/2015](#))

ANISTIA INTERNACIONAL

INFORME 2015/16

O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO

O *Informe 2015/16 da Anistia Internacional* documenta o estado dos direitos humanos em 160 países e territórios em 2015. Para a edição brasileira foram selecionados 53 países que possuem vínculos mais estreitos com o Brasil ou cuja situação de direitos humanos é mais urgente.

Em muitas regiões, imensos contingentes de refugiados estão se movendo em meio a um cenário de conflito e repressão. A tortura e outros maus-tratos e o desrespeito aos direitos sexuais e reprodutivos são preocupações fundamentais. A vigilância por parte dos governos e uma cultura de impunidade continuaram a privar inúmeras pessoas de seus direitos.

Este relatório também presta homenagem a todos aqueles que defendem os direitos humanos em todo o mundo, geralmente em circunstâncias difíceis e perigosas. O Informe 2015/16 expressa as principais preocupações e iniciativas de ação da Anistia Internacional. Uma leitura essencial para ativistas, formuladores de políticas e qualquer pessoa interessada em direitos humanos.

Junte-se a nós em anistia.org.br

ANISTIA
INTERNACIONAL

